

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**TESE**

**O PROJETO EDUCACIONAL DOS BANQUEIROS: UMA ANÁLISE SÓ-  
CIO-HISTÓRICA DA ATUAÇÃO EMPRESARIAL JUNTO À PROPOSTA  
DA FUNDAÇÃO BRADESCO**

**CARLOS MAURÍCIO FRANKLIN LAPA**

**2023**



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O PROJETO EDUCACIONAL DOS BANQUEIROS: UMA ANÁLISE SÓ-  
CIO-HISTÓRICA DA ATUAÇÃO EMPRESARIAL JUNTO À PROPOSTA  
DA FUNDAÇÃO BRADESCO**

**CARLOS MAURÍCIO FRANKLIN LAPA**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Fevereiro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L299p Lapa, Carlos Maurício Franklin , 1972-  
O projeto educacional dos banqueiros: uma análise sócio-histórica da atuação empresarial junto à proposta da Fundação Bradesco / Carlos Maurício Franklin Lapa. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2023. 249 f.: il.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa. Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2023.

1. Fundação Bradesco. 2. Aparelhos Privados de Hegemonia. 3. Capital Financeiro. 4. Estado Ampliado. 5. Companhia Cidade de Deus S/A. I. Lamosa, Rodrigo de Azevedo Cruz, 1981-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO  
RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 254 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.015928/2023-16

Seropédica-RJ, 17 de março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS  
POPULARES

**CARLOS MAURICIO FRANKLIN LAPA**

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 27/02/2023

Membros da banca:

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA. Dr. UFRRJ

(Orientador/Presidente da Banca).

ANDRÉ GUIOT. Dr. SME (Examinador Externo à Instituição).

EDUARDO DA COSTA PINTO D"AVILA. Dr. IFRJ (Examinador Externo à Instituição).

LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

MARCO VINÍCIUS MOREIRA LAMARÃO. Dr. IFF (Examinador Externo à Instituição).

*(Assinado digitalmente em 21/03/2023 17:29 )*

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA

*(Assinado digitalmente em 03/04/2023 22:22 )*

*DeptES (12.28.01.00.00.86)*

MARCO VINÍCIUS MOREIRA LAMARÃO

*Matrícula: 1941477*

*CPF: 072.004.577-01*

*(Assinado digitalmente em 18/03/2023 11:35 )*

ANDRE PEREIRA GUIOT

*(Assinado digitalmente em 31/03/2023 13:40 )*

EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA

*CPF: 023.271.567-00*

*CPF: 106.310.477-78*

*(Assinado digitalmente em 20/04/2023 10:00 )*

LUCIANE DA SILVA NASCIMENTO

*CPF: 083.859.887-00*

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **254**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/03/2023** e o código de verificação: **b25970b18**

À Fabiana Lapa, minha companheira de todas as vidas, aos meus filhos, Giovanna, João Maurício e Mariana e meu neto Bento Lapa.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Celso e Elisa, por todo apoio, incentivo, preocupação com a minha educação e acompanhamento dos meus estudos. Também agradeço aos meus irmãos, Marcelo e Bárbara, pela parceria, amor e amizade.

Ao meu orientador, Rodrigo Lamosa, meu amigo e camarada de luta e militância pela paciência, compreensão e por toda a imensa contribuição, assim como sou grato por todas as conversas, pelas aulas enriquecedoras e por ser um exemplo como intelectual e pessoa.

Ao professor Dr. André Guiott, pela amizade, carinho e por todas as importantes contribuições para este trabalho.

A Professora. Dra Luciane da Silva Nascimento pela leitura e por todas as importantes contribuições para este trabalho.

Aos meus camaradas, professores Dr Marco Lamarão, Dr Regis Argüelles e Dr Eduardo D'avila pelas leituras e contribuições na minha tese.

Aos funcionários do PPGEduc fica também meu eterno agradecimento, em especial a funcionária Renata.

Também agradeço a todos os professores que tive no PPGEduc.

Aos companheiros do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), pelos questionamentos durante as aulas e reuniões, importantes para o desenvolvimento do meu projeto, assim como as conversas que me fizeram repensar muitas políticas educacionais.

Ao meu amigo, Fabrício Fonseca, com quem troquei muitas informações, pesquisas, livros e copos de cervejas.

Aos meus colegas de trabalho do SEPE – núcleo Itaboraí e SEPE – núcleo Caxias, com os quais discuti sobre política educacional, contribuindo para a escrita desta tese.

Aos meus amigos do PPGEduc pelos debates em aula, pelas conversas nos corredores, pelas ajudas nas pesquisas bibliográficas e por todas as contribuições, que só enriqueceram meus estudos e minha vida.

A todos os companheiros com os quais divido as fileiras da educação pública pelos debates sobre política educacional e suas enormes contribuições na minha formação como professor.

Aos meus queridos alunos que durante esses mais de 25 anos de magistério, de alguma forma, contribuíram para a minha formação e realização deste trabalho. Por fim, agradeço a todos os meus amigos e familiares pelo grande e necessário incentivo nesta caminhada que foi atravessada por uma pandemia mundial e pelo surgimento, no Brasil, de um governo que despreza a educação e a ciência.

## RESUMO

LAPA, Carlos Maurício Franklin. **O Projeto Educacional dos Banqueiros: uma análise sócio-histórica da atuação empresarial junto à proposta da Fundação Bradesco.** 2023. 249p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Esta tese investiga a atuação das organizações ligadas ao banco Bradesco junto à educação brasileira, analisando suas propostas, concepções e estratégias para transformar interesses particulares em algo aparentemente universal. A investigação realizada nesta pesquisa é parte do trabalho de análise realizado no Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), situado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Nesse período, o trabalho desenvolvido foi concentrado na identificação da atuação empresarial, tanto na difusão quanto no contexto de implantação de novos modelos de gestão da administração pública, tendo como ponto fulcral dessas pesquisas a identificação dos Aparelhos Privados de Hegemonia que atuam ou influenciam na formulação e difusão de políticas públicas para a educação. Portanto, é nesta “sopa” de ideias, neste caldo rico de leituras e debates que surge a proposta de pesquisa desta tese, identificando que a história dos banqueiros é um capítulo omitido na nossa historiografia. Completamos esse século com um relativo desconhecimento da origem dos principais bancos privados brasileiros. Um ciclo da história bancária deste país também se completa com a desnacionalização progressiva desse setor de atividades, inclusive atingindo os grandes bancos de varejo. Portanto, reafirmamos a importância do tema a ser destacado, tendo em vista o papel central desempenhado pelos bancos na expansão do Capitalismo brasileiro. Tendo sido o banco Bradesco uma das principais locomotivas desse processo, sendo este, no momento, o segundo maior banco privado nacional e sua fundação, na década de 60, a quinta maior “associação filantrópica” da América Latina, justificamos sua relevância e importância. Os intelectuais ligados aos bancos, agora denominados como “representantes do capital financeiro”, têm participação na composição de diversos conselhos de administração das principais organizações que difundem a hegemonia burguesa na implementação de políticas educacionais na rede pública brasileira de educação. Quando esta fração do capital financeiro não se faz presente com seus intelectuais nos quadros decisórios, apresentavam-se com financiadores ou executores. Adotamos como referencial teórico metodológico o arcabouço teórico desenvolvido pelo marxista italiano Antônio Gramsci, para que estas ferramentas permitam a compreensão da habilidade da Fundação Bradesco em organizar a atuação das diferentes frações do capital e das frações adversárias na sociedade civil e a capacidade do complexo pedagógico formado por uma rede de escolas próprias em materializar o projeto de educação escolar do capital financeiro na sociedade política. Portanto, esta tese tem como objetivo fundamental a análise da Fundação Bradesco na sociedade, a sua ação social e suas respectivas relações com o modelo de regulação capitalista. Para tanto, buscaremos demonstrar os fundamentos e as categorias de análise que integram a teoria marxista.

**Palavras-Chave:** Fundação Bradesco; Aparelhos Privados de Hegemonia; Capital Financeiro; Estado Ampliado; Companhia Cidade de Deus S/A.



## ABSTRACT

LAPA, Carlos Maurício Franklin. **The Bankers' Educational Project: a socio-historical analysis of business activities in conjunction with Fundação Bradesco's proposal.** 2023. 249p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

This thesis proposes to carry out an investigation about the performance of organizations linked to Banco Bradesco with Brazilian education, analyzing their proposals, conceptions and strategies to transform particular interests into something apparently universal. The proposal presented in this research is the result of the analysis work carried out at the State, Power and Education Research Laboratory (LIEPE), located at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ). During this period, the work developed was focused on identifying the business performance, both in the diffusion and in the context of implantation of new management models of the public administration, having as a central point of these researches the identification of the Private Apparatuses of Hegemony that act or influence the formulation and dissemination of public policies for education. Therefore, it is in this soup of ideas, in this rich broth of readings and debates that the research proposal of this thesis arises, identifying that the history of bankers is an omitted chapter in our historiography. We complete this century with a relative lack of knowledge about the origin of the main Brazilian private banks. A cycle of the banking history of this country is also completed with the progressive denationalization of this sector of activities, including reaching the large retail banks. Therefore, we reaffirm the importance of the topic to be highlighted, in view of the central role played by banks in the expansion of Brazilian Capitalism. As Bradesco Bank was one of the main locomotives of this process, being it, at the moment, the second largest national private bank and its foundation, created in the 60s, the fifth largest “philanthropic association” in Latin America, we justify its relevance and importance. Intellectuals linked to banks, now called “representatives of financial capital”, participate in the composition of several boards of directors of the main organizations that spread bourgeois hegemony in the implementation of educational policies in the Brazilian public education network. . When this fraction of the financial capital is not present with its intellectuals in the decision-making frameworks, they present themselves as financiers or executors. We adopted as a methodological theoretical framework the theoretical framework developed by the Italian Marxist Antônio Gramsci, so that these tools allow the understanding of Fundação Bradesco's ability to organize the performance of different fractions of capital and opposing fractions in civil society and the capacity of the complex pedagogical training formed by a network of own schools to materialize the school education project of financial capital in political society. Therefore, this thesis has as its fundamental objective the analysis of Fundação Bradesco in society, its social action and its respective relations with the capitalist regulation model. To do so, we will seek to demonstrate the foundations and categories of analysis that make up the Marxist theory.

**Keywords:** Fundação Bradesco; Private Hegemony Devices; Financial Capital; Expanded State; Companhia Cidade de Deus S/A.

## SOMMAIRE

LAPA, Carlos Mauricio Franklin. **Le projet éducatif des banquiers: une analyse socio-historique des activités commerciales en conjonction avec la proposition de la Fundação Bradesco.** 2023. 249p. Thèse (Doctorat en éducation, contextes contemporains et revendications populaires). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Cette thèse propose de mener une enquête sur la performance des organisations liées à Banco Bradesco avec l'éducation brésilienne, en analysant leurs propositions, conceptions et stratégies pour transformer des intérêts particuliers en quelque chose d'apparemment universel. La proposition présentée dans cette recherche est le résultat du travail d'analyse effectué au Laboratoire de recherche sur l'État, le pouvoir et l'éducation (LIEPE), situé à l'Université rurale fédérale de Rio de Janeiro (UFRRJ). Au cours de cette période, les travaux développés se sont concentrés sur l'identification de la performance des entreprises, tant dans la diffusion que dans le contexte d'implantation de nouveaux modèles de gestion de l'administration publique, ayant comme point central de ces recherches l'identification des Appareils Privés d'Hégémonie, qui agissent ou influencent la formulation et la diffusion des politiques publiques d'éducation. C'est donc dans cette soupe d'idées, dans ce riche bouillon de lectures et de débats que surgit la proposition de recherche de cette thèse, identifiant que l'histoire des banquiers est un chapitre omis de notre historiographie. Nous terminons ce siècle avec une relative méconnaissance de l'origine des principales banques privées brésiliennes. Un cycle de l'histoire bancaire de ce pays s'achève également avec la dénationalisation progressive de ce secteur d'activités, atteignant notamment les grandes banques de détail. Par conséquent, nous réaffirmons l'importance du sujet à souligner, compte tenu du rôle central joué par les banques dans l'expansion du capitalisme brésilien. Comme Bradesco Bank a été l'une des principales locomotives de ce processus, étant à l'heure actuelle la deuxième banque privée nationale et sa fondation, créée dans les années 60, la cinquième «association philanthropique» d'Amérique latine, nous justifions sa pertinence. Des intellectuels liés aux banques, désormais appelés «représentants du capital financier», participent à la composition de plusieurs conseils d'administration des principales organisations qui ont répandu l'hégémonie bourgeoise dans la mise en œuvre des politiques éducatives dans le réseau brésilien de l'éducation publique. Lorsque cette fraction du capital financier n'est pas présente avec ses intellectuels dans les cadres décisionnels, ils se présentent comme des financiers ou des exécutifs. Nous avons adopté comme cadre théorique méthodologique le cadre théorique développé par le marxiste italien Antônio Gramsci, afin que ces outils permettent de comprendre la capacité de la Fundação Bradesco à organiser la performance des différentes fractions du capital et des fractions opposées dans la société civile et la capacité du complexe formation pédagogique formée par un réseau d'écoles propres pour matérialiser le projet d'éducation scolaire du capital financier dans la société politique. Par conséquent, cette thèse a pour objectif fondamental l'analyse de la Fundação Bradesco dans la société, son action sociale et ses relations respectives avec le modèle de régulation capitaliste. Pour ce faire, nous chercherons à démontrer les fondements et les catégories d'analyse qui constituent la théorie marxiste.

**Mots clés:** Fundação Bradesco; Appareils privés d'hégémonie; Capital financier; État étendu; Cité de Dieu Company S/A.

## Lista de Figuras

<b>Figura 01:</b> Composição acionária da Cia Cidade de Deus. ....	32
<b>Figura 02:</b> Primeira Assembleia do Banco Brasileiro de Descontos S.A., em Marília – 1944. ....	53
<b>Figura 03:</b> burro de carga na Cia de Deus (12/2021) .....	55
<b>Figura 04:</b> Números do Banco Bradesco. ....	61
<b>Figura 05:</b> : Distribuição geográfica das 40 escolas da Fundação Bradesco no ano de 2021 .....	66
<b>Figura 06:</b> Duplo movimento em relação ao ensino a distância .....	163
<b>Figura 07:</b> Processo comentado de implantação da plataforma IBM/P-TEC/ Fundação Bradesco .....	164
<b>Figura 08:</b> ETEC/SP e o modelo P-TECH .....	165
<b>Figura 09:</b> Federação Internacional Fé y Alegria .....	168
<b>Figura 10:</b> AUSJAL -Associação Internacional de Universidades Jesuítas .....	169
<b>Figura 11:</b> Magis Americas.....	170
<b>Figura 12:</b> Fundação Bradesco e OPEN P-Tech .....	171

## Lista de gráficos

<b>Gráfico 01:</b> Números totais de clientes dos quatro maiores bancos brasileiros.....	60
<b>Gráfico 02:</b> Balancete econômico do Banco Bradesco.....	60
<b>Gráfico 03:</b> Balancete econômico da Fundação Bradesco.....	62
<b>Gráfico 04:</b> Número de alunos das escolas da Fundação Bradesco entre 2011 e 2021, relatórios educacionais da Fundação Bradesco.....	63
<b>Gráfico 05:</b> Número de matrículas da Fundação Bradesco distribuídas por região do Brasil entre 2011 e 2021 .....	67
<b>Gráfico 06:</b> Número de alunos de projetos e ações parceiras da Fundação Bradesco entre 2011 e 2021 .....	68
<b>Gráfico 07:</b> Números da Escola Virtual da Fundação Bradesco entre 2011 e 2021 .....	69
<b>Gráfico 08:</b> Orçamento, em milhões de reais, aplicados e número de alunos da Fundação Bradesco entre os anos de 2013 e 2021 .....	70
<b>Gráfico 09:</b> Número de alunos da Fundação Bradesco entre 2011 e 2021 divididos pelas modalidades Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Formação Inicial Contínua .....	71

## Lista de quadros

<b>Quadro 01:</b> A estrutura da Fundação Bradesco é dividida em mesa regedora e diretoria .....	38
<b>Quadro 02:</b> Mesa regedora entre 2012 e 2021 e diretoria nos anos 2012,2014 e 2020 .....	40
<b>Quadro 03:</b> Mesa regedora da Fundação Bradesco, ano de 2012 .....	42
<b>Quadro 04:</b> Mesa regedora da Fundação Bradesco, ano de 2014 .....	43
<b>Quadro 05:</b> Mesa regedora da Fundação Bradesco, ano de 2020 e 2021 .....	44
<b>Quadro 06:</b> Mesa regedora da Fundação Bradesco, ano de 2020 e 2021, Diretores gerentes e Diretores Adjuntos .....	45
<b>Quadro 07:</b> Total de alunos distribuídos por escolas da Fundação Bradesco no ano de 2019 .....	64
<b>Quadro 08:</b> Distribuição de alunos por escolas da Fundação no ano de 2021 .....	65
<b>Quadro 09:</b> Funções dos Intelectuais .....	125
<b>Quadro 10:</b> Formato e volume dos relatórios da Fundação Bradesco .....	180
<b>Quadro 11:</b> Missão .....	183
<b>Quadro 12:</b> Visão .....	184
<b>Quadro 13:</b> Princípios éticos .....	185
<b>Quadro 14:</b> Pilares da Fundação .....	186
<b>Quadro 15:</b> A auto imagem, definições institucionais .....	188
<b>Quadro 16:</b> A proposta pedagógica da Fundação Bradesco .....	190
<b>Quadro 17:</b> Alianças e imbricações .....	195

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ANPED;** Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação.

**APH;** Aparelho Privado de Hegemonia.

**BNCC** Base Nacional Comum Curricular.

**BM;** Banco Mundial.

**BID;** Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**BNCC;** Base Nacional Comum Curricular.

**CACS;** Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

**CEPAL;** Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

**COLEMARX;** Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**CNE** Conselho Nacional de Educação.

**CNF;** Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

**CONAE** Conferência Nacional de Educação.

**CONSED;** Conselho Nacional de Secretárias de Educação

**CUT;** Central Única dos Trabalhadores.

**DCN** Diretrizes Nacionais de Educação.

**ESFEL;** Entidades sem Fins Lucrativos.

**FAPERJ;** Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

**FB;** Fundação Bradesco.

**FEBRABAN;** Federação Brasileira de Bancos.

**FHC;** Fernando Henrique Cardoso.

**FIPECAFI;** Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

**FMI;** Fundo Monetário Mundial.

**FUNDEB;** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

**FNDE;** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**GIFE;** Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IDEB;** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

**INEP;** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

**ISBET;** Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento

**LDB** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**MARE;** Ministério da Administração e Reforma do Estado.

**MBNC** Movimento pela Base Nacional Comum.

**MEC;** Ministério da Educação.

**MBC;** Movimento Brasil Competitivo.

**MCEETYA;** Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs.

**NCLB;** Nenhuma criança deixada para trás.

**OCDE;** Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

**ONG;** Organização não Governamental.

**ONU;** Organização das Nações Unidas.

**PDE;** Plano de Desenvolvimento da Educação.

**PNE;** Plano Nacional de Educação.

**PNUD;** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

**RBB ;** Revolução Burguesa no Brasil.

**TCH;** Teoria do Capital Humano

**TPE;** Movimento Todos pela Educação.

**UERJ;** Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**UFF;** Universidade Federal Fluminense

**UFRJ;** Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**UFRRJ;** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**UNESCO;** Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

**UNDIME;** União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura **U-**

**NICEF** Fundo das Nações Unidas para a Infância.

**USP** Universidade de São Paulo

Eu não estou interessado  
Em nenhuma teoria  
Nem nessas coisas do oriente  
Romances astrais  
A minha alucinação  
É suportar o dia-a-dia  
E meu delírio  
É a experiência  
Com coisas reais

Belchior, alucinação (1976) Philips/Phonogram.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1 A FUNDAÇÃO BRADESCO: ENTRE A REDE DE ESCOLAS A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b> .....	31
1.1 A história da fundação Bradesco .....	31
1.2 A Ideologia da Fundação Bradesco: uma autoimagem divulgada.....	50
1.3 A Fundação Bradesco na atualidade e seus números .....	61
1.4 A Fundação Bradesco e o atrelamento às diretrizes da coalizão global de educação: um novo velho modelo .....	73
<b>2 CAPITALISMO FINANCEIRO</b> .....	76
2.1 A formação do capitalismo financeiro.....	76
2.2 Imperialismo e a expansão associada e dependente.....	84
2.2.1 A teoria marxista clássica do Imperialismo .....	86
2.2.2 O Imperialismo, fase superior do Capitalismo .....	92
2.2.3 A expansão associada e dependente .....	96
2.3 A Revolução Burguesa no Brasil e o Capital Financeiro .....	104
2.3.1 A Revolução burguesa no Brasil .....	106
2.3.2 A Revolução burguesa atrasada no escopo do Imperialismo total .....	108
<b>3 FERRAMENTAS TEÓRICAS PARA ANÁLISE DO PROJETO DE EDUCAÇÃO DA FUNDAÇÃO BRADESCO</b> .....	112
3.1 Aparelho privado de hegemonia .....	113
3.2 Hegemonia de classe: domínio e direção .....	119
3.3 Intelectual orgânico, o papel o modelador da hegemonia .....	124
3.4 Estado integral .....	127

3.5 Teoria do capital humano.....	132
<b>4 AS RELAÇÕES DA FUNDAÇÃO BRADESCO NO CAMPO BURGUESES: AS MEDIÇÕES COM OS ORGANISMOS MULTILATERAIS .....</b>	<b>135</b>
4.1 A estrutura da expansão dos APHs do capital financeiro.....	137
4.2 A estrada dos banqueiros na educação: do salário-educação à Nova Pedagogia do Capital.....	147
4.3 A ofensiva do capital financeiro na educação.....	149
4.4 A disputa do fundo público.....	160
4.5 A Fundação Bradesco e o ensino a distância na sua rede de escolas.....	163
4.5.1 Centro Paula Souza-CPS e a plataforma P-TECH, o lançamento do modelo educa- cional p-tech no Brasil .....	165
4.6 APHs educacionais da plataforma P-TECH na América Latina e no Mundo .....	168
<b>5 A PRÁXIS APARTIR DOS RELATÓRIOS ANUAIS FUNDAÇÃO BRADESCO..</b>	<b>173</b>
5.1 Histórico e motivo dos relatórios .....	178
5.2 Tabelas e compilação de dados dos relatórios da Fundação Bradesco entre os anos de 2012 e 2021 .....	180
5.3 Direcionadores Institucionais .....	182
5.3.1 Missão .....	183
5.3.2 Visão .....	184
5.3.3 Princípios Éticos .....	185
5.3.4 Pilares de Atuação .....	186
5.4 A autoimagem, definição institucional .....	186
5.5 A proposta pedagógica da Fundação Bradesco .....	190
5.6 Parcerias ou alianças estratégicas do capital .....	194
5.6.1 Todos pela Educação .....	197
5.6.2 Parceiros da Educação.....	199
5.6.3 Canal Futura .....	200

5.6.4 Grupo de Institutos, Fundações e Empresas .....	202
5.6.5 . Educa+Ação .....	204
5.6.6 Museu Histórico Bradesco .....	205
5.6.7 Generation Brasil .....	206
5.6.8 Dia Nacional de Ação Voluntária .....	208
5.6.9 Centros de Inclusão Digital .....	208
5.6.10 Programa Cisco Networking Academy e eventos web .....	209
5.6.11 Programa Bradesco Esportes e Educação .....	210
5.6.12 Programas Intel Educar e Aprender .....	211
5.6.13 Quiosque Social .....	211
5.6.14 Escola Virtual .....	212
5.6.15 15 Metodologia Gustavo Borges .....	214
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>216</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>223</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>232</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese investigou a atuação da classe dominante na educação com o objetivo de compreender as disputas e consensos estabelecidos pelos diferentes agentes e agências desta classe social, em especial, análise da Fundação Bradesco e da Companhia Cidade de Deus. A pesquisa trabalha com o referencial teórico-metodológico a partir da teoria do Estado Integral produzida pelo marxista italiano Antônio Gramsci, compreendendo as relações intraclasses por meio da correlação de forças evidenciadas na sociedade civil e na sociedade política, ambas unidades do Estado em sua composição integral. A tese deverá identificar os projetos da Fundação Bradesco e da Companhia Cidade de Deus que buscam a hegemonia analisando as estratégias, ações, intelectuais e organizações envolvidas tanto nacionais quanto internacionais nas distintas frentes de ação da classe dominante.

Antônio Gramsci, cuja contribuição teórica é fundamental para os estudos marxistas em todo o mundo, deixou como ferramenta a introdução da concepção dialética da história. Sua compreensão da divisão da sociedade em dominados e dominantes é fruto de um processo histórico de lutas travadas no interior da sociedade. Por conseguinte, esta divisão não é natural nem é de natureza humana, como tentam explicar os pensadores tradicionais da política, mas fruto da luta de classes que promove o choque de posições e a disputa de visões de mundo antagônicas no interior da sociedade. Gramsci entendia ser necessária uma crítica inscrita na análise da totalidade histórica, percebendo que a realidade é a síntese de múltiplas determinações, pois a esfera política não pode ser pesquisada isoladamente do conjunto das relações sociais. Logo, para o entendimento mais profundo e eficaz das relações que ocorrem no interior da sociedade, seria necessário o estudo de todo um bloco histórico.

A simples redução do pensamento político à filosofia ou à ideologia converteria a história dos homens em mera história das ideias, deixando de considerar o conjunto das relações sociais de produção como base material para a ação transformadora dos homens em sociedade. Por isso, não sendo mero reflexo do meio social no qual se inscreve, a prática política sofre as limitações impostas pela realidade, impedindo que prevaleça unicamente a vontade ou o arbítrio imaginativo. Não basta a intenção de concretizar - com base na ideologia ou na filosofia, determinados princípios políticos. Leis e instituições políticas não se tornam hábito por decreto. É a própria experiência da atividade política, resultante dos embates travados em sociedade e da correlação de forças existen-

te em determinado momento histórico, que indicará o campo de atuação possível, sugerindo o caminho a ser percorrido, o modo pelo qual se podem alcançar os fins pretendidos.

A hegemonia, segundo Gramsci, seria a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político, um bloco mais amplo não homogêneo e marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas. Tal concepção articula-se perfeitamente com a visão de Estado ampliado ao estabelecer a diferenciação entre sociedades organizadas nos moldes “orientais” ou “ocidentais”.

Não se trata de conceitos apenas geográficos ou geopolíticos, mas sim de indicadores de diferentes tipos de formação econômico-social em função da relação existente em cada modelo, entre a sociedade política, entendida como o conjunto dos aparelhos estatais de coerção (os mecanismos pelos quais a classe dominante impõe sua dominação, por deter o monopólio da força, tais como o aparato burocrático executivo e as forças da repressão policial e militar) e a sociedade civil, formada pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (os organismos sociais responsáveis pela formulação e circulação das diferentes ideologias, tais como os partidos políticos, os sindicatos, a Igreja, as escolas, os meios de comunicação de massa, etc.). Portanto, nas condições do Capitalismo contemporâneo, uma classe mantém a dominação se for capaz de exercer uma liderança moral e intelectual, fazendo certas concessões a seus aliados, numa perspectiva não economicista, a ultrapassar os interesses meramente corporativos, construindo assim a hegemonia das ideias, das vontades e das atitudes.

A proposta de pesquisa apresentada nesta tese resulta do trabalho de análise realizado durante o período de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e no Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), nesta mesma universidade.

Nesse período, o trabalho desenvolvido foi concentrado na atuação empresarial, no contexto em que novos modelos de gestão da administração pública, formulados por organizações que se autodenominavam como *think tanks* (tanque de ideias), emergiram em todo país como solução para o problema educacional. Desde então, questões foram levantadas e algumas delas impuseram a proposta sistematizada nesta tese.

O LIEPE vem realizando um esforço coletivo de investigação das frentes social-liberal e da frente ultraconservadora, principalmente sobre como ocorre a atuação empresarial na educação. Neste empreendimento, o laboratório vem identificando um conjunto de organizações que vêm atuando no campo educacional, com objetivos de direcionar as políticas educacionais.

No decorrer das duas primeiras décadas do século XXI, duas frentes de articulação da classe dominante na sociedade civil emergiram na América Latina. Esse movimento foi desencadeado, por um lado, a partir da Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca) e por outro lado, uma outra frente de articulações da classe dominante tem organizado um outro conjunto de organizações a partir de duas redes transnacionais: *Student for liberty* e *Atlas Network* com forte penetração no Brasil por meio da divulgação de uma agenda ultraconservadora e protagonismo de organizações como Escola Sem Partido, Movimento Brasil Livre, entre outras. Nesse sentido, um conjunto de trabalhos tem pontuado a relevância em avançar com as pesquisas que investiguem as estratégias, concepções e a formação de redes e parcerias entre elas.

O primeiro passo na construção desta tese foi o levantamento de informações nos cinco mais importantes bancos de dados do país: Scielo, Ibict, CAPES e Google Acadêmico. Adotamos quatro etapas para mitigar os resultados. A primeira foi a busca por palavras-chave, que foram agrupadas em sete expressões: Aparelhos Privados de Hegemonia na educação, Projeto educacional dos banqueiros, Companhia Cidade de Deus, Fundação Bradesco, Reforma Gerencial da Educação Brasileira, Todos pela educação e REDUCA. Essa busca selecionou 69604 teses e dissertações, o que ainda representava um banco inviável para uma tese. Percebemos que a seleção poderia ser por palavras compostas, o que reduziu o banco de interesse para 193 teses e dissertações, um número muito mais próximo de um trabalho factível. A partir destes números, adotamos uma nova ferramenta de aglutinação, a leitura de partes das teses e dissertações. Primeiro lemos os resumos e o número de interesse foi reduzido para 52. Depois, em um segundo momento, passamos a ler as introduções, o que reduziu este número para 19 teses e dissertações. Um volume de informação muito mais exequível de ser acessado.

Porém, fica mais evidente a importância da pesquisa do objeto e a metodologia adotada quando em nenhuma das 19 teses encontradas que tratam sobre a Fundação Bradesco, o seu conjunto de escolas ou os seus programas e parcerias são analisados como um todo. Todas as teses e dissertações encontradas nessa busca acabam por fatiar a Fun-

dação Bradesco ou as suas iniciativas para analisá-las de forma separada. Portanto, esta tese encontra-se distinta das demais não analisar a Fundação Bradesco como um todo e durante uma década. “A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

A Conferência Mundial de Educação Para Todos, em 1990, na Tailândia, se desdobra, ao longo do tempo, na Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA), lançada em 2011, em Brasília, DF, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A REDUCA é formada por organizações sociais de 14 países latino-americanos que compartilham a mesma missão e compromisso público de participar e contribuir ativamente com seus governos, para que toda e cada criança e jovem da região possa exercer plenamente o direito à educação inclusiva e de qualidade. Desde 2013, a REDUCA conta também com a parceria da União Europeia. Participam da REDUCA: Argentina - Proyecto Educar 2050; Brasil - Movimento Todos Pela Educação; Chile - Educación 2020; Colômbia - Empresarios por la Educación; Equador - Grupo Faro; El Salvador - Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo - Fepade; Guatemala - Empresarios por la Educación; Honduras - Fundación para la Educación Ernesto Maduro Andreu Ferema; México - Mexicanos Primero; Nicarágua - Foro Educativo Nicaraguense "Eduquemos"; Panamá - Unidos por la Educación; Paraguai - Juntos por la Educación; Perú - Empresarios por la Educación; República Dominicana - Acción por la Educación - Educa.

A proposta de pesquisa realizada nesta tese identifica, como hipótese, que as organizações (fundações e institutos), ligados ao Banco Bradesco, vêm tendo um papel dirigente junto a estes movimentos empresariais, principalmente no Brasil, pela atuação e financiamento do Movimento Todos Pela Educação.

Procuramos entender a associação de vontades empresariais expressas na Fundação Bradesco, sua capacidade de homogeneizar seu projeto educacional que possa traduzir os de interesses coletivos de capitais privados. Recoreremos a Alvaro Bianchi para interpretar esta capacidade.

Para além dos resultados convergentes, as teorias baseadas no individualismo metodológico de Olson e nas distinções classistas de Offe e Wiessenthal partilham também um mesmo viés metodológico. Tais teorias estão fortemente ancoradas em premissas utilitaristas que explicariam a capacidade organizativa a partir da distribuição de interesses (TRAXLER, 1993). (Bianchi, 2007, p.120)

Olson, Offe e Wiesenhal desenvolveram teorias que tentam explicar as ações coletivas empresariais. Todo o arcabouço teórico é construído na figura dos atores destas ações que passam a constituir as unidades básicas da pesquisa. Segundo Olson (1971), tais unidades seriam indivíduos capazes de agir racionalmente para maximizar seus benefícios e minimizar os custos necessários para obtê-los. Para Offe e Wiesenhal (1984), os atores são uma classe social, entendida como um agregado de indivíduos que personificam um conjunto indiferenciado de elementos, o capital em geral, ou um conjunto de trabalho abstrato. Os interesses, capacidade de organização e poder de influência desses atores são considerados pré-dados por sua própria natureza.

Portanto, procuramos identificar qual é a capacidade de traduzir os interesses de uma classe que poderiam estar contidos no projeto da fração financeira, materializados no projeto da Fundação Bradesco. Segundo Bianchi (2007, p.122) os interesses empresariais são heterogêneos ou homogêneos e em que medida o são, só a pesquisa histórica poderá responder. Homogeneidade e heterogeneidade do capital são resultados do processo histórico tanto quanto a formação dos interesses empresariais.

Também compreendemos que os níveis de homogeneidade e abrangência desses projetos podem variar ao longo de um espectro bastante amplo. Além do tempo, os projetos podem, por influência ideológica e política, ter uma adesão maior ou menor. Porém, segundo Bianchi baseado em Gramsci, ele teria três diferentes níveis :

- 1) projetos econômico-corporativos ou setoriais, nos quais se traduziriam, separadamente, os interesses econômicos imediatos de ramos ou esferas da produção; 2) projetos hegemônicos restritos: expressão da articulação dos interesses de diferentes ramos ou esferas da produção que construíam uma identidade econômica comum, mas que não são ainda capazes de afirmar um projeto de direção do conjunto da sociedade e 3) projetos hegemônicos globais: por meio deles, um grupo social afirma sua vocação de direção “política, intelectual e moral” sobre o conjunto da sociedade, para utilizar os termos de Gramsci (1977), por intermédio da incorporação de demandas das classes subalternas (JESSOP, 1983a) (Bianchi, 2007,p.126)

Tais projetos não são mutuamente excludentes. Para obter o apoio necessário dos capitais particulares, os projetos hegemônicos devem poder se converter em projetos econômico-corporativos. Isso significa que para afirmar a direção, é necessário que o interesse do capital, em geral, apareça como o interesse pelo menos do capital particular e unifique a circulação do capital sob a hegemonia de uma fração. Assim, ao analisarmos a Fundação Bradesco, seus materiais e associações com programas e com outros APHs,



procuraremos identificar a capacidade de unificação dos projetos particulares do capital em um projeto hegemônico.

É exatamente neste contexto das vontades e das atitudes que são transmitidos e difundidos na sociedade civil que tentamos, nesta tese, compreender o papel da Fundação Bradesco enquanto Aparelho Privado de Hegemonia capaz de transmitir e difundir para outra classe fundamental suas ideologias e princípios, bem como tentamos traduzir qual é a natureza da hegemonia burguesa no Brasil. Para tanto, entendemos o conceito de ideologia no materialismo dialético como um conjunto de propostas desenvolvidas na sociedade burguesa a fim de fazer com que os interesses da classe dominante apareçam como se fossem o interesse coletivo e construindo assim a hegemonia dessa classe. Sem que esta realidade não seja formulada com o objetivo de criar uma realidade que interessa à classe dominante, define Marx:

Ideologia é uma falsa consciência sistematizada da realidade social, política e econômica, cujo objetivo é perpetuar a dominação da classe burguesa sobre trabalhadores por meio do falseamento da realidade. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32)

Porém, Mészáros (2011) assegura que é enganoso atribuir a posição de Marx acerca da ideologia em uma redução simplista de falsa consciência. O autor argumenta que:

Na verdade, a ideologia aparece, na concepção marxiana, não em um sentido unilateral, mas com conotações diametralmente opostas. Em um sentido ela é apresentada, em sua negatividade, como uma força mistificadora e contra-producente, que, em grande medida, impede o desenvolvimento social. Por outro lado, no entanto, ela também é vista como um fator positivo vital - servindo ao propósito de superar determinadas restrições e resistências sociais - sem cuja ativa contribuição as potencialidades produtivas da situação histórica dada não poderiam se desdobrar e afirmar a si mesmas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 141).

Dessa forma, mantemos o sentido marxista da categoria de ideologia. No entanto, como afirma Mészáros (2011), reduzir a ideologia à falsa consciência é incorreto e concordamos com isso, pois a determinação da falsa consciência deve ser entendida apenas como ponto de partida para uma compreensão mais detalhada e dialética das determinações que elevam a superestrutura em sua dinâmica e complexidade, o que significa não acabar com a conceituação da ideologia como falsa consciência, mas considerá-la central em sua função de distorcer o conhecimento.

Para tanto e um mais completo entendimento, precisamos recorrer à descrição de fatos que nos levem a compreender a totalidade histórica do projeto educacional dos

banqueiros no Brasil. Portanto, nesta tese, temos por prioridade a análise da Fundação Bradesco e da Companhia Cidade de Deus, tendo como justificativa o destaque na capacidade de mobilização social, na transformação dos projetos da fração financeira em interesses aparentemente universais e por possuírem tarefas bem definidas no tocante à construção de hegemonia na sociedade. Enquanto a Cia Cidade de Deus foi criada pelo capital financeiro para dirigir as frações aliadas, como uma holding, capaz de aglutinar o seu principal quadro dirigente, a Fundação Bradesco foi criada para cumprir a tarefa histórica de formar intelectuais (individuais e coletivos) dispostos a sedimentar na sociedade civil a ideologia do capital financeiro. Também devemos destacar como objetivo secundário nas informações, até o presente momento levantadas nos documentos analisados, a tentativa de adaptar seus interesses, travestindo-os em solução para a crise da escola pública brasileira.

A Fundação Bradesco surge com o lema que descortina o ideal de desenvolver ações que contribuem para a redução das desigualdades, tendo como ferramenta de transformação o desenvolvimento da qualidade da educação, no primeiro momento pela oferta de matrículas em rede escolar própria e em um momento posterior, seja por associações ou atuação direta, na definição de políticas públicas. Desde a sua fundação, no ano de 1956, a fundação vem participando do bloco no poder que vem moldando e transformando as políticas públicas educacionais, desta forma, assumindo e dirigindo moral e intelectualmente outras organizações da sociedade, agregando a aparelhagem do Estado e conformando fração da classe subalterna ao projeto ético-político da fração burguesa que representa.

Procuramos nesta tese analisar o complexo pedagógico da Fundação Bradesco para a educação escolar, buscando uma correlação direta entre a ordem cronológica dos acontecimentos e o desenvolvimento capitalista dependente, vivido ao longo da história pelo Brasil como periferia do Capitalismo. Logo, esta investigação se atém ao grau de complexidade da instituição no processo de formação do consenso na sociedade civil e a penetração do projeto na sociedade política. Diante de tamanha complexidade e longevidade histórica, analisamos destacadamente a Fundação Bradesco, em um capítulo sobre os Aparelhos Privados de Hegemonia da holding Cidade de Deus.

Apontamos também sua relação estreita com os movimentos que dirigem a educação brasileira, com maior destaque para o Todos Pela Educação, que funcionaria como um partido organizando várias frações da burguesia em um projeto que consistia em manter a hegemonia. Também descortinamos as imbricações da Fundação Bradesco com

organismos internacionais que divulgam e difundem o modelo de educação para a periferia do capitalismo.

A relação com o TPE se deu tanto na questão do financiamento, sendo o capital da fração bancária um dos principais contribuintes tanto na formação do orçamento deste movimento, quanto na questão da participação, influências na formulação de políticas públicas e na disputa dos fundos públicos. Precisamos entender que as políticas públicas não emergem como uma expressão de vontades individuais de políticos aventureiros, comportando-se como “Robin Hood”, mas sim, resultam da correlação de forças entre as frações de classe e classes em constante e eterna disputa, permitindo a produção de consensos provisórios, pontuais e de comportamento efêmero, tanto no interior da sociedade civil, parte em que as classes sociais e suas frações difundem seus Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), quanto junto à sociedade política, representado pelas agências, Ministérios, Secretarias, Conselhos, Câmaras setoriais, entre outros, visando dirigir de forma privada a execução do fundo público, formando assim, um todo, unido e indissociável: o Estado Ampliado.

Portanto, todas as políticas públicas, incluindo aquelas que interessam a este projeto da fração banqueira, não resultam de um “Estado sujeito” que navega sob o mar formado pela sociedade e seus conflitos, nem um “Estado objeto” que se traduziria em um mero instrumento de uma única determinada classe social ou fração de classe. Sendo assim, as políticas públicas seriam a expressão das disputas iniciadas na sociedade civil e que se estendem ao interior da sociedade política.

Esta pesquisa foi de cunho documental e analítico e ocorreu a partir de materiais que não receberam tratamento analítico. Estes materiais podem ser fontes primárias, como os próprios documentos da Fundação Bradesco e Companhia Cidade de Deus, disponíveis em seus sites ou formatados em relatórios e informativos, além de obras produzidas ou editadas pela organização, muitas delas escritas pelos seus próprios diretores. Esta tese está estruturada e dividida em cinco capítulos.

O primeiro capítulo expõe com mais profundidade a Fundação Bradesco em função de sua complexidade organizativa, sua importância tanto histórica quanto de tamanho e sua participação ativa nos principais temas da política educacional da atualidade, passando pela história da Fundação Bradesco, sua ideologia e os números da rede de escolas.

O segundo capítulo tem como referência a relação entre a trajetória do Banco Bradesco e as transformações do Estado ampliado brasileiro, o debate teórico-

metodológico que orienta esta tese, analisa o capitalismo financeiro e sua formação e consolidação baseado nas premissas marxistas. O surgimento e a expansão da grande empresa, segundo Ferreira (2014), lastreada na sociedade por ações, é geralmente aceito como um dos elementos decisivos para a explicação das transformações econômicas ocorridas ao longo da segunda metade do século XIX. Nessa fase do capitalismo, o capital financeiro é a expressão da rearticulação das frações bancárias e industriais, ou seja, do grande capital monoolista. Essa nova forma materializa a dependência crescente da fração industrial em relação à fração financeira, ou seja, as indústrias dependem em um crescente das fontes de financiamento de suas atividades.

O capital financeiro é lastreado historicamente pela unificação dos interesses existentes entre o capital bancário e o capital industrial, num processo de concentração e de centralização de capitais. Portanto, durante esta fase de transformação do capitalismo, cada novo monopólio buscava o controle de suas próprias fontes de crédito, o que lhe garantiria uma vantagem no processo concorrencial ao propiciar taxa mais vantajosas de juros. Os bancos, por sua vez, produzem inserções sobre o capital industrial, inclusive na compra de títulos e ações, ou como credores, ampliando suas esferas de poder e decisão, bem como a controlar as diversas fases da produção. A evolução deste processo do capitalismo desenvolvia enorme e simultaneamente a concentração bancária e industrial.

Portanto, devemos entender o capital financeiro como forma mais geral de atividade capitalista, e reúne as conexões de financiamento e controle necessários à execução de grandes empresas na mesma estrutura empresarial. Segundo Ferreira (2014), as classes e instituições que dispunham do controle das fontes de crédito das sociedades anônimas foram alçadas a uma posição dominante e de prestígio dentro do modo de produção capitalista. Por conseguinte, passaram a ter a capacidade de exercer influência e comando sobre uma série de empresas ao longo da cadeia produtiva que, mesmo não possuindo participação acionária direta, se tornam dependentes dessas estruturas através de relações de suporte técnico e financeiro.

Dando continuidade ao processo de análise crítica, também apresentamos os pressupostos da teoria clássica marxista do imperialismo, resgatando o debate histórico da Segunda Internacional Comunista e revelando seus impactos diretos na organização da luta dos trabalhadores. Abordamos também o salto teórico que representou para a teoria marxista com a publicação do Lenin “Imperialismo, fase superior do capitalismo”. Analisamos a dimensão social do processo de concentração e centralização de capitais que acaba por originar os monopólios, as grandes empresas e os trustes, que representam

organizações da classe burguesa. Também relacionamos as contradições do imperialismo com o surgimento dos grandes monopólios resultando nas contradições da concorrência capitalista, que em determinado momento chegaram a tal ponto que começaram a transformar-se na antítese de seus principais elementos. O predomínio dos monopólios reduz e até elimina a concorrência das sociedades capitalistas. Exploraremos as formas superestruturais da fase monopolista do capitalismo, debatendo a formação e a constituição do sistema mundial de Estados, estruturado no binômio explorado e exploradores.

Portanto, podemos afirmar que as teses clássicas sobre o imperialismo são as que o contorno que se desenha para elas é o de que as abordagens de Hilferding e Bukharin se aproximam de uma interpretação do imperialismo como a conformação política necessária para lidar com a era do capital financeiro, enquanto a interpretação de Lenin reconhece no imperialismo algo além de um mero arranjo político, entendendo este processo como uma fase particular do desenvolvimento capitalista, sua fase monopolista, de tal forma que sua análise leva a cabo uma proposta de periodização histórica do desenvolvimento capitalista. Analisa também o processo histórico da formação capitalista periférica e dependente do Brasil, e a consolidação da burguesia brasileira captaniada pela fração financeira do capital.

No terceiro capítulo, optamos por analisar com mais profundidade o plano teórico e as ferramentas teóricas para análise do projeto de educação da Fundação Bradesco. Portanto, abordaremos os conceitos e as categorias de análise como Aparelho Privado de Hegemonia, hegemonia, intelectual orgânico, Estado ampliado e Teoria do capital humano.

O quarto capítulo abordaremos as relações da Fundação Bradesco no campo burguês e o projeto de educação e as mediações com os organismos multilateral. Para entender os atuais modelos de educação elaborados no Brasil, é fundamental entender a consolidação e materialização de um novo bloco histórico capitaneado pelo capital financeiro que ascende ao comando das frações burguesas em meados do século passado. É neste âmbito que procuramos compreender a construção da hegemonia burguesa, tanto ao nível estrutural quanto ao superestrutural. Analisamos a formação e o desempenho das frações financeiras habilitadas por Aparelhos Privados de Hegemonia na figura da Fundação Bradesco e seus parceiros que influenciaram a política sociais nos últimos 60 anos, tanto objetivamente quanto subjetivamente.

Ao destrinchar a história de uma instituição sexagenária, temos que levar em conta como fatores de distinção dos demais APHs do capital financeiro voltados na atuação para a educação, seu pioneirismo, seu porte, o alto nível de organização e o envolvimento ativo nos principais temas da atual política educacional.

Neste capítulo destacamos a análise da Fundação Bradesco pós década de 90 do século XX, quando é aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em março de 1990. Essa conferência cria as bases e emana para o mundo novos paradigmas para a educação, sob o pretexto de estabelecer um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, mas que na verdade compreendeu mudanças na legislação, planejamento e gestão educacional, financiamento, currículos escolares, avaliações, entre outras.

Também procuramos demonstrar como a elaboração de políticas por intelectuais, tanto individuais como coletivos são responsáveis por realizarem a mediação entre as formulações internacionais e a realidade brasileira, representantes diretos do capitalismo mundial.

O quinto capítulo foi dedicado a compreender o projeto de educação da Fundação Bradesco e sua inserção na rede burguesa no Brasil. Nestes capítulos são analisados os relatórios de atividades anuais, publicados entre os anos de 2012 e 2021. Este recorte temporal na atuação de uma instituição sexagenária tem dois principais e relevantes motivos. O primeiro tem relação com a negação da Fundação Bradesco em disponibilizar para estudo e sistematização de outros relatórios que eram publicados desde a década de 80. A negação às várias solicitações feitas por e-mail encontram-se em anexo. Também devemos ressaltar que ficam disponíveis nos sites eletrônicos da FB apenas os últimos quatro anos, portanto esta série representa a materialização de uma intensa e árdua busca por ferramentas digitais.

Porém, a questão que se destaca na delimitação deste período foi o entendimento que representa a última década de atuação de um APH do capital financeiro. Última década que presenciamos importantes mudanças na legislação, financiamento e currículo da educação brasileira, período fundamental para a compreensão de qual papel a FB exerceu, como ela se inseriu neste processo, como ela assimila e propaga as agendas, estratégias e políticas que resultam da Nova Pedagogia da Hegemonia. Esta é a ferramenta teórica que utilizamos para analisar os relatórios de atividades anuais.

Dividimos a análise desses relatórios em sete eixos que nos permitem uma exemplificação da atuação da Fundação Bradesco neste período, sendo estes os itens: Direcionadores Institucionais, Missão, Visão, Princípios Éticos, A autoimagem, definição institucional, A proposta pedagógica da Fundação Bradesco, Parcerias ou alianças estratégicas do capital. Este estudo dos relatórios nos permite aferir que a Fundação Bradesco é um APH alinhado com o projeto do Todos pela Educação direcionado pelos bancos internacionais Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, assumindo um papel de centralidade na direção das políticas educacionais. Possui representantes da fração Financeira do capital e tem a função social de conciliação entre o campo capital e trabalho

## 1 A FUNDAÇÃO BRADESCO: ENTRE A REDE DE ESCOLAS À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

### 1.1 A história da Fundação Bradesco

Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência...Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe - a ele, tornado pária nesta sociedade - a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que comece por mendigar o perdão da burguesia na tentativa de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação! (ENGELS, 2008, p.116)

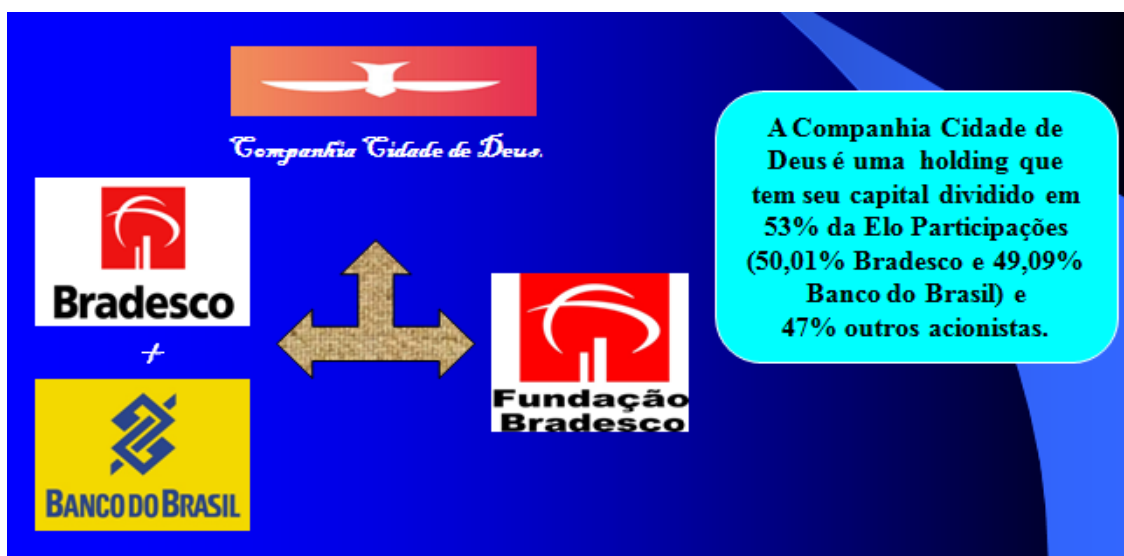
A Instituição Fundação Bradesco conta com 40 escolas próprias e outras iniciativas supostamente de inclusão social. Seus curadores são membros da diretoria do banco Bradesco ou membros da diretoria da Cia Cidade de Deus. Na área estudantil, a Fundação Bradesco é a maior instituição filantrópica do Brasil com mais de 90 mil alunos em sua rede de escolas e está entre as maiores da América Latina. O atual presidente é Lázaro de Mello Brandão.

A Fundação Bradesco é mais uma dentre os tantos Aparelhos Privados de Hegemonia, como outros que fazem parte da Sociedade Civil, mas o que a difere é a questão do pioneirismo – fator de orgulho para os membros fundadores – e a rapidez em enxergar, na educação, o caminho mais eficiente aos interesses do capital para cooptar a classe paupérrima da sociedade a acreditar na eficiência da transferência de responsabilidades sociais.

A Fundação Bradesco é parte do grupo de instituições organizadas e administradas pela holdin Companhia Cidade de Deus, assim como o Banco Bradesco - Banco Brasileiro de descontos S.A. Como consta em seus balancetes virtuais nos últimos 10 anos, a Fundação Bradesco aplicou em educação recursos equivalentes a mais de R\$ 7 bilhões de reais. Suas escolas tinham 94.256 alunos, matriculados somente em 2018 com 1703 professores e 3367 funcionários. Desde a sua criação, a Fundação Bradesco proporcionou ensino a mais de 2 milhões de alunos.



**Figura 1: Composição acionária da Cia Cidade de Deus.**



Fonte: Banco Bradesco (2019)

Como mencionado em seus documentos históricos e promocionais, a Fundação foi criada em 22 de novembro de 1956, recebeu inicialmente o nome de Fundação São Paulo de Piratininga. O objetivo inicial da instituição era nitidamente de cunho filantrópico, com o objetivo de proporcionar educação e profissionalização às crianças, jovens e adultos. Inaugurou sua primeira escola em 29 de junho de 1962, na Cidade de Deus – Osasco/SP, com 300 alunos e 7 professores. Esta primeira escola da Fundação foi denominada como Grupo Escolar Embaixador Assis Chateaubriand. Desta forma, iniciou-se um grande projeto educacional com o claro objetivo de difundir os princípios e ideais de regiam as normas do banco Bradesco e os ideais religiosos do seu fundador, quando na verdade tinham o objetivo de conformar à fração da classe subalterna ao projeto ético-político da fração burguesa que representa, porém, os objetivos e motivos apregoados eram o de atender populações economicamente desfavorecidas e desprovidas dos mais elementares serviços de assistência, num período em que não se imaginavam expressões como “Terceiro Setor” ou “responsabilidade social”.

Em 1967, ela passa a ser denominada Fundação Bradesco. A mudança do nome traz muito mais que uma simples troca semântica ou uma vinculação direta da fundação com seu maior financiador. Também segundo Baltman e Barbosa (2011), trouxe novos objetivos à Organização como, por exemplo, a formação técnica profissional a que viria atender as exigências da educação no país em cumprimento à Lei 4.024/61. Sua expansão se deu a partir de 1971, durante o período da ditadura empresarial/militar, instalada no Brasil pelo golpe institucional de março de 1964. A expansão da educação para todo

o país começou com a implantação da unidade escolar Conceição do Araguaia, no Pará, que se tornou a segunda escola da fundação e, inicialmente, atendia o ensino primário.

Em 1973, foi instalada a unidade escolar de Canuanã, no então Tocantins (então Goiás) e inaugurada a primeira escola-fazenda. Localizada entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, devido às características inóspitas e isoladas da área, tornou-se a primeira fazenda-escola. Os alunos chegavam à escola de barco e residiam no próprio estabelecimento escolar, sendo possível a visita à família apenas algumas vezes no ano.

Em 1975, a Fundação Bradesco passou a ser reconhecida pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) como Entidade de Fins Filantrópicos<sup>1</sup>.

Segundo Lapa (2020), no final da década de 70, a Fundação Bradesco e Fundação Roberto Marinho iniciaram uma parceria que se mostrou extremamente frutífera na construção da hegemonia burguesa e no aumento do cenário do investimento social privado. O relacionamento das referidas organizações teve como elo o telensino, idealizado pela Fundação Roberto Marinho durante os anos que se seguiram (1977-1981), mostrando ser extremamente viável aos interesses do capital, tendo em vista a oferta de uma formação mínima de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho.

Nas décadas de 1970 e 1980, a demanda por trabalhadores e o interesse da empresa por essa formação cresceram a tal ponto que, em 1981, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Bradesco co-fundaram o Telecurso 1º grau<sup>2</sup>, que permaneceu ativo até o ano de 1995, dando espaço depois ao Telecurso 2000<sup>3</sup> e, posteriormente, ao Novo Telecurso.

---

<sup>1</sup> Para que as entidades filantrópicas possam gozar de certos incentivos fiscais oferecidos pela Constituição, Legislação tributária, bem como, previdenciária é necessário o cumprimento de certas obrigações acessórias ou mesmo o preenchimento de requisitos para sua caracterização. As entidades que podem ser caracterizadas como filantrópicas são fundações, templos de qualquer culto, partidos políticos, Entidades Sindicais, associações, entidades culturais, de proteção à saúde, instituições de ensino dentre outras.

<sup>2</sup> A série de programas contemplava as quatro últimas séries do ensino fundamental e contava com o apoio do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade de Brasília. O projeto buscava atender a milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos que não tiveram acesso ou não completaram o ciclo básico de ensino. O envolvimento direto do MEC justificava-se pela necessidade de criar novas oportunidades de estudo para esse público, capacitando-o a prestar os exames supletivos realizados pelas secretarias estaduais de Educação em todo país. Proposto como um “sistema aberto de multimeios”, o projeto associou, de forma pioneira, televisão, rádio e material impresso e criou Centros de Recepção Organizada (CRO’s) para audiência em grupo dos programas de TV ou rádio, sempre com o apoio do educador (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016).

<sup>3</sup> O telecurso trabalha com o currículo essencial complementado por temas transversais como empreendedorismo, segurança alimentar, protagonismo da juventude, saúde, entre outros. Incorporou também novos módulos como educação para o trabalho, para a cidadania, defesa do patrimônio e dos bens naturais, além das habilidades básicas necessárias para o bom desempenho profissional e como cidadão” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016).

Já em 1981, passa a ser reconhecida pelo poder público como entidade com objetivo social, sem fins lucrativos e prestadora de serviços à coletividade, portanto, já no início da década de 80, a Fundação Bradesco foi declarada como Entidade de Utilidade Pública Federal<sup>4</sup>.

Declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto de 30 de julho de 1981, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 1981 e mantido pelo Decreto sem número de 25 de maio de 1992 (Fundação Bradesco, 2017, p.23)

Porém, este título de Utilidade Pública Federal (UPF) foi cancelado pela Lei nº 13 204 de 15 de dezembro, que alterou o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Dentre as inovações trazidas pela nova lei, está a revogação da Lei nº 91 de 1935, que tratava dos títulos de Utilidade Pública Federal (UPF). Essa medida visa estender os benefícios e vantagens previstos em lei a todas as organizações sem fins lucrativos, sem ter que cumprir os requisitos formais e burocráticos de certificação e propriedade da UPF.

De acordo com a página do Ministério da Justiça, a revogação da lei das UPF teve sua origem proposta pelo Grupo de Trabalho de Entidades Sociais do Ministério da Justiça, que foi implementado ainda no ano de 2011. Ainda segundo o MJ, a nova lei trará a possibilidade de todas as entidades, mesmo que parcialmente, cumprirem os requisitos legais para que tenham os benefícios previstos. O grupo de trabalho também teve papel preponderante na extinção do título honorífico por considerá-lo discricionário bem como também que não atendia aos princípios previstos na Constituição de 1988.

Assim, podemos concluir que toda ex-UPF passa a ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) federal. Esta mudança de enquadramento não é apenas gráfico pois torna-se condição básica para as entidades

---

<sup>4</sup> O título de Utilidade Pública Federal (UPF) era atribuído somente a entidades sem fins lucrativos. A rigor, da declaração de UPF não decorria nenhum benefício ou vantagem à entidade, mas na prática o título trazia algumas vantagens para a instituição, como por exemplo: receber doações dedutíveis como despesa operacional para apuração da base de cálculo do imposto de renda e da CSLL de pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, independentemente de aprovação de qualquer projeto, ou seja, só pela detenção do título; realizar sorteios mediante autorização da Receita Federal do Brasil; receber bens apreendidos pela Receita Federal do Brasil para a realização de bazares. Pelas regras do artigo 1º da Lei 91 de 1935, o título de Utilidade Pública Federal é obtido pelas pessoas jurídicas que "servirem desinteressadamente à coletividade", e se os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não forem remunerados. Atualmente, por força do Decreto Federal 8.726 de 2016 (artigo 95) e da entrada em vigor da Lei 13.019 de 2014 (conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), ficou extinta a concessão da denominação, bem como isentas as entidades portadoras do título de apresentar relatório anual.

que pretendam firmar termo de parceria – previsto na Lei nº 9.790/99<sup>5</sup> de 23 de março de 1999. Dessa forma, a qualificação como OSCIP permite que as organizações possam firmar termo de parceria com o poder público, bem como receber doações realizadas por empresas para que possam ser descontadas no imposto de renda.

Em 1999, com a implementação do programa de alfabetização de jovens e adultos, a Fundação bradesco passa a fornecer todas as modalidades da educação básica e educação básica para todos os públicos. Em 2001, é realizado o lançamento da Escola Virtual, portal de ensino à distância que ampliou a oferta de cursos de baixa qualificação, de forma 100% gratuita e *on-line*, em diferentes áreas, tais como Administração; Contabilidade e Finanças; Informática; Desenvolvimento Pessoal e Profissional; e Educação e Pedagogia.

Em 2003, concretizou-se a presença nacional quando a Fundação Bradesco somou 40 unidades escolares, instaladas nos 26 estados e no Distrito Federal. Com a inauguração da Unidade Escolar de Boa Vista (RR), o sonho da abrangência nacional tornou-se realidade, com escolas da Fundação Bradesco presentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Dentre estas unidades escolares, algumas gozam da prerrogativa de serem consideradas de utilidade pública municipal, desfrutando desta forma, de isenções de incidência de impostos e encargos.

Portanto, são declaradas as unidades localizadas nos seguintes municípios brasileiros: Osasco (SP), por meio do Decreto nº 7.040, de 11 de março de 1992, e nos municípios de Boa Vista (RR), Formoso do Araguaia (TO), Cacoal (RO), Conceição do Araguaia (PA), Macapá (AP), Manaus (AM), Paragominas (PA), Rio Branco (AC), Caucaia (CE), Irecê (BA), Jaboatão (PE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Pinheiro (MA), Propriá (SE), Salvador (BA), São Luís (MA), Teresina (PI), Aparecida de Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Campinas (SP), Itajubá (MG), Marília (SP), Registro (SP), São João del-Rei (MG), Vila Velha (ES), Bagé (RS), Gravataí (RS), Laguna (SC), Paranavaí (PR), Miranda (MS), Rosário do Sul (RS) e Garanhuns (PE).

Assim, em 35 municípios, a Fundação Bradesco é declarada de utilidade pública que, por definição, permite ao detentor do título, que só é emitido para entidades, fundações e associações civis, forma de reconhecê-las como organizações sem fins lucrativos e prestadoras de serviços à sociedade. Além disso, permite à organização inscrever-se

---

<sup>5</sup> Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

em editais e receber recursos públicos, possibilitando também a essas entidades se habilitarem em receber doações de pessoas jurídicas, dedutíveis até o limite de 2% do lucro operacional; possibilidade de receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita.

A Fundação Bradesco também é declarada como Entidade Beneficente de Assistência Social<sup>6</sup> (CEBAS) Certificada pelo Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. § Portaria nº 981, de 13 de setembro de 2017, prorrogada nos termos do artigo 24, da Lei nº 12.101/2009, e do artigo 8º do Decreto nº 8.242/2014. Hoje, este certificado é emitido pelo Ministério da Cidadania, que é o órgão competente para concessão ou renovação da certificação, e permite, além de várias vantagens, subvenções da União, que são recursos públicos que a mesma transfere ou disponibiliza para as instituições privadas sem fins lucrativos poderem comprar e reformar equipamentos; além de ganhar taxas de isenção de imunidade em contas de água, luz, IPTU e IPVA

Estas 40 unidades escolares, próprias da Fundação Bradesco, oferecem diversos níveis educacionais que perpassam da educação básica, profissional, técnica de nível médio, formação inicial e continuada até a educação de jovens e adultos. A fundação Bradesco cita como seus objetivos e missão educacional a de:

Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida. Queremos que nossas Escolas sejam as melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter. (Fundação Bradesco, 2019, p.8)

Igualmente, no mesmo relatório, valoriza sua adesão às competências socioemocionais presentes no PNE (2014/2024).

Nosso compromisso é com a promoção da cidadania e nossa atuação no campo da educação alinha-se às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e sua ênfase nos valores morais e éticos. Essa proposta se materializa na inclusão do ensino das competências socioemocionais entre os componentes curriculares trabalhados em todas as unidades escolares, além de considerar estratégias complementares, que favorecem a formação cidadã. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2019, p.16)

Em 2007, a fim de promover sua inserção nas redes públicas brasileiras travestidas de uma promoção do apoio técnico e pedagógico, o Banco Bradesco e a Fundação

---

<sup>6</sup> De acordo com o artigo 195 da Constituição Federal, “são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”, ou seja, instituições com a devida comprovação do desempenho de atividades beneficentes estão isentas do pagamento

lançaram o projeto Educa+Ação, iniciativa esta que compreende o treinamento e a capacitação de professores e diretores das escolas públicas municipais de oito cidades do Vale do Ribeira-SP, tendo como objetivo a adequação do padrão educacional da rede pública aos índices nacionais como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, e as internacionais de avaliação como PISA – O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (em inglês: *Programme for International Student Assessment - PISA*). Como a própria Fundação Bradesco descreve os objetivos do programa Educa+Ação em seu relatório anual:

Por meio do Educa+Ação, estendemos nossa experiência às escolas públicas parceiras. O objetivo ao apoiar esse projeto é contribuir para a alfabetização de crianças por meio da oferta de materiais didáticos de referência e da formação de professores. Em 2019, o *Educa+Ação* beneficiou 2.065 alunos. (Fundação Bradesco, 2019, p.7)

Em 2012, são consolidadas reformas importantes para a continuidade e adequação do ensino, como o aumento da carga horária de aulas e a mudança de turno do ensino médio de noturno para o período diurno; foram atualizadas as estruturas escolares preparando novos prédios dedicados a este segmento de ensino e, no ano de 2017, foi implementada uma nova matriz curricular nas escolas da Fundação Bradesco.

A Fundação Bradesco é caracterizada como entidade filantrópica, de acordo com a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, e, para que possa gozar de certos incentivos fiscais oferecidos pela Constituição, Legislação tributária, bem como a previdenciária, é necessário o cumprimento de certas obrigações acessórias ou mesmo o preenchimento de requisitos para sua caracterização.

Algumas destas obrigações são a publicação de balancetes, demonstrativos econômicos e de desempenho, certificados por uma outra empresa que atesta a veracidade dos dados. Através da análise dos balancetes publicados pela Fundação Bradesco entre os anos de 2012 e 2021, foram produzidos alguns gráficos e tabelas que permitem a mais rápida e fácil visualização. A própria Fundação Bradesco justifica a necessidade da realização dos relatórios:

Com vistas à qualidade do relato, o documento também considera as boas práticas de prestação de contas, entre as quais as referências da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) para organizações não empresariais e demais diretrizes para o terceiro setor. (Fundação Bradesco2017, p.3)

E continua no mesmo relatório a justificar a nova apresentação de informações postas a partir de 2015:

A definição dos temas mais relevantes para o relato foi desenvolvida pela Fundação Bradesco em 2015 e observou a versão G4 da GRI de modo que torne o conteúdo do Relatório mais assertivo, transparente, claro e equilibrado. Fundação Bradesco, 2017, p.4.)

A estrutura de administração da Fundação Bradesco é dividida em mesa regedora e diretoria. Produzimos um gráfico que possibilita uma melhor visualização da cadeia de comando.

**Quadro 01: A estrutura da Fundação Bradesco é dividida em mesa regedora e diretoria**

**Presidente da Mesa Regedora e Diretor-Presidente:**

Luiz Carlos Trabuco Cappi

**Vice-Presidente da Mesa Regedora e Diretor Vice-Presidente:**

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

**Diretores-Gerentes:**

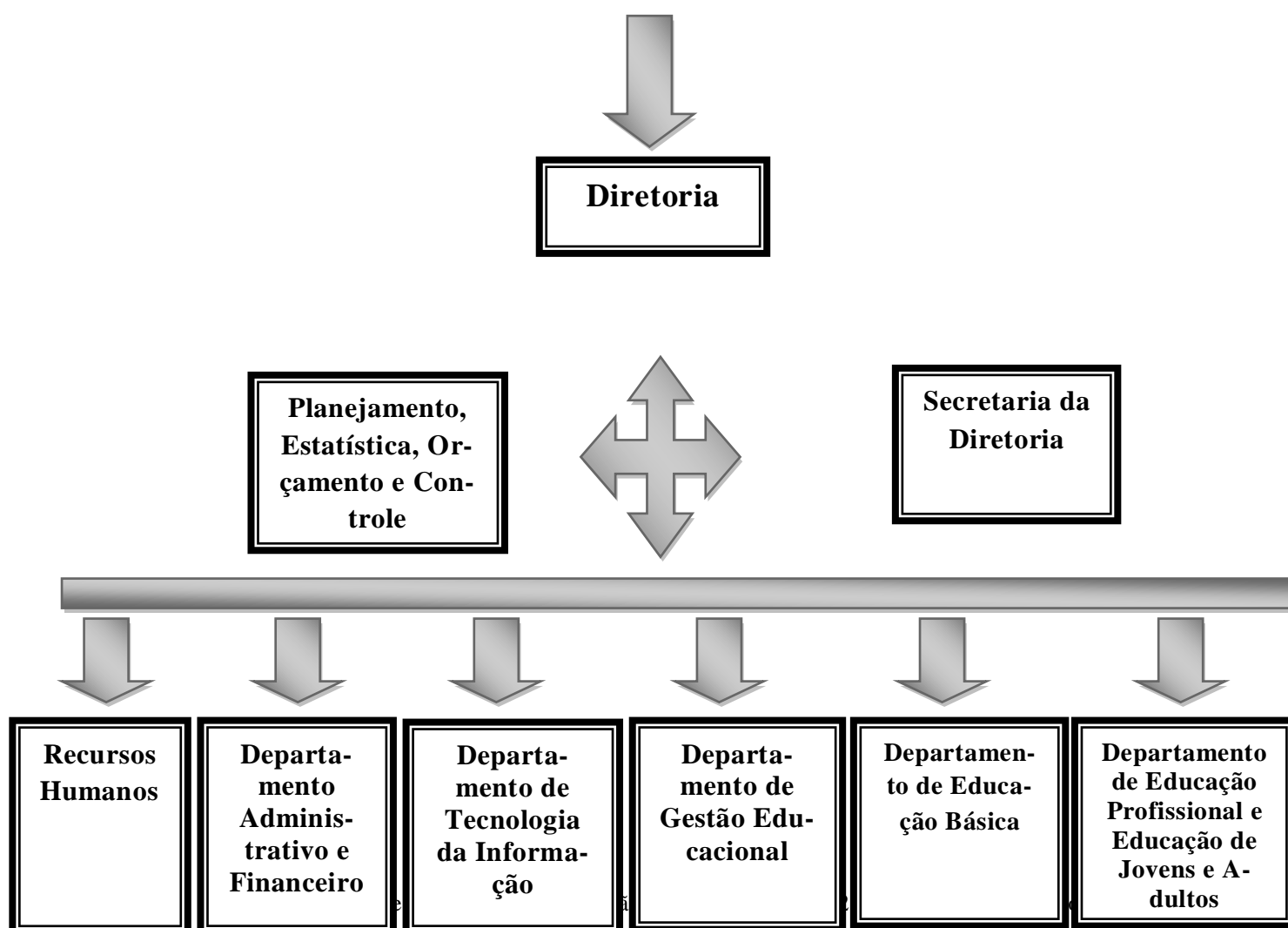
Milton Matsumoto | Aleandre da Silva Glüher | Maurício Machado de Minas | Octavio de Lazari Junior | Marcelo de Araújo Noronha | André Rodrigues Cano | Cassiano Ricardo Scarpelli | Eurico Ramos Fabri

**Diretores-Adjuntos:**

Denise Aguiar Alvarez | Rubens Aguiar Alvarez | Jefferson Ricardo Romon



**Mesa Regedora**



Optamos por construir este organograma pela apresentação da mesa regedora durante todo o período histórico analisado. Porém os quadros da diretoria são apresentados em apenas três momentos durante o período. Esses três anos representam importantes mudanças na mesa regedora que irão influenciar também na composição da diretoria. Assim, os anos apresentados são 2012, 2014 e 2020. Apresentamos o ano de 2012 como o marco zero, o primeiro ano da série histórica. Já em 2014, ocorre uma profunda transformação, com a substituição da vice-presidência da mesa regedora e a troca de seis integrantes da diretoria: Antônio Bornia Diretor Vice-Presidente, Mário da Silveira Teixeira Júnior Diretor-Gerente, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Diretor-Gerente, Julio de Siqueira Carvalho de Araújo Diretor-Gerente, Marco Antonio Rossi Diretor-Gerente e João Sabino Diretor Adjunto.



No ano de 2020, ocorrem novas transformações com a substituição do presidente e vice-presidente da mesa regedora. O antigo vice presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi assume como presidente e o antigo diretor gerente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme assume como vice presidente. Além desta transformação temos a alteração na diretoria com a substituição de cinco integrantes: Lázaro de Mello Brandão Presidente, José Alcides Munhoz, Diretor-Gerente, Aurélio Conrado Boni, Diretor-Gerente, Domingos Figueiredo de Abreu, Diretor-Gerente e Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente, Diretor-Gerente. Em 2021 temos a substituição do diretor adjunto João Aguiar Alvarez pelo seu irmão devido ao seu falecimento.

#### Quadro 02: Mesa regedora entre 2012 e 2021 e diretoria nos anos 2012,2014 e 2020

Mesa regedora	Diretoria
<b>2012:</b> Lázaro de Mello Brandão Presidente Antônio Bornia Diretor Vice-Presidente	<b>2012:</b> Lázaro de Mello Brandão Diretor-Presidente Antônio Bornia Diretor Vice-Presidente
<b>2013:</b> Lázaro de Mello Brandão Presidente Antônio Bornia Vice-Presidente	Mário da Silveira Teixeira Júnior Diretor-Gerente Luiz Carlos Trabuco Cappi Diretor-Gerente
<b>2014:</b> Lázaro de Mello Brandão Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Diretor-Gerente Milton Matsumoto Diretor-Gerente
<b>2015:</b> Lázaro de Mello Brandão – Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi – Vice-Presidente	Julio de Siqueira Carvalho de Araújo Diretor-Gerente Domingos Figueiredo de Abreu Diretor-Gerente
<b>2016:</b> Lázaro de Mello Brandão – Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi – Vice-Presidente	José Alcides Munhoz Diretor-Gerente Aurélio Conrado Boni Diretor-Gerente
<b>2017:</b> Lázaro de Mello Brandão – Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi – Vice-Presidente	Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Diretor-Gerente Marco Antonio Rossi Diretor-Gerente
<b>2018:</b> Lázaro de Mello Brandão – Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi – Vice-Presidente	João Aguiar Alvarez Diretor Adjunto Denise Aguiar Alvarez Diretora Adjunta
<b>2019:</b> Lázaro de Mello Brandão, Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi, Vice-Presidente	João Sabino Diretor Adjunto <b>2014:</b> Lázaro de Mello Brandão, Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi, Diretor-Vice-Presidente
	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Diretor-Gerente Milton Matsumoto, Diretor-Gerente
	José Alcides Munhoz, Diretor-Gerente Aurélio Conrado Boni, Diretor-Gerente



<p><b>2020:</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Vice-Presidente</p> <p><b>2021:</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Vice-Presidente</p>	<p>Domingos Figueiredo de Abreu, Diretor-Gerente Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente, Diretor-Gerente Alexandre da Silva Glüher, Diretor-gerente Josué Augusto Pancini, Diretor-Gerente Maurício Machado de Minas, Diretor-Gerente Marcelo de Araújo Noronha, Diretor-Gerente João Aguiar Alvarez, Diretor-Adjunto Denise Aguiar Alvarez, Diretora Adjunta Jefferson Ricardo Romon, Diretor Adjunto</p> <p><b>2020:</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Vice-Presidente Milton Matsumoto, Diretor-Gerente Alexandre da Silva Glüher, Diretor -Gerente Octavio de Lazari Junior, Diretor-Gerente Josué Augusto Pancini, Diretor-Gerente Maurício Machado de Minas, Diretor-Gerente Marcelo de Araújo Noronha, Diretor-Gerente André Rodrigues Cano, Diretor-Gerente Cassiano Ricardo Scarpelli, Diretor-Gerente Eurico Ramos Fabri, Diretor-Gerente Denise Aguiar Alvarez, Diretora Adjunta João Aguiar Alvarez, Diretor Adjunto Jefferson Ricardo Romon, Diretor Adjunto</p> <p><b>2021:</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Vice-Presidente Milton Matsumoto, Diretores-Gerentes Alexandre da Silva Glüher, Diretores-Gerentes Maurício Machado de Minas Diretores-Gerentes Octavio de Lazari Junior, Diretores-Gerentes Marcelo de Araújo Noronha, Diretores-Gerentes André Rodrigues Cano, Diretores-Gerentes Cassiano Ricardo Scarpelli, Diretores-Gerentes Eurico Ramos Fabri, Diretores-Gerentes : Denise Aguiar Alvarez, Diretores-Adjuntos Rubens Aguiar Alvarez, Diretores-Adjuntos Jefferson Ricardo Romon, Diretores-Adjuntos</p>
---	---

### Quadro 03: Mesa regedora da Fundação Bradesco, ano de 2012

Nome/ Foto	Fundação Bradesco	Formação	Sociedade civil	Sociedade Política
<p>Lázaro de Mello Brandão</p> 	<p>Presidente da mesa regedora</p>	<p>não concluiu os estudos fundamentais, porém, honoris causa, lhe são atribuídos os títulos de administrador e economista no site de relações com investidores do Bradesco</p>	<p>Desde fevereiro de 1990 exerce a função de presidente do Conselho de Administração. O presidente do Conselho representa a Fundação Bradesco, na prática, controladora do Bradesco. Em 1999 decidiu ceder sua posição como presidente do banco, mas não do conselho em 2009, passou a presidência para Luiz Carlos Trabuco Cappi, dando assento a Márcio Cypriano no Conselho de Administração.</p> <p>Em 11/10/2017 cedeu sua posição no conselho para Luiz Trabuco, porém, mantém o cargo de presidente da Fundação Bradesco e da Cidade de Deus Participações, controladoras do Bradesco.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Presidente do conselho de diretores do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)</li> <li>. Presidente do conselho de diretores da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRA-SEC)</li> <li>. Membro do comitê de consultores da VBC Participações S.A.</li> <li>. Membro da diretoria do BES, localizado em Lisboa, Portugal</li> </ul> <p>Presidente da Associação de Bancos dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Vice Presidente da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN)</li> <li>. Membro do conselho de diretores da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)</li> </ul>	
<p>Antônio Bornia</p> 	<p>Diretor Vice-Presidente</p>	<p>Formação secundária</p>	<p>atua como Presidente do Banco Bradesco Argentina S.A. O Sr. Bornia atua como Vice-Presidente Executivo da NCF Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e do Top Club Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social. É Manager na Bradport – S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda. Atuou como Presidente do Fundo Garantidor de Credores (FGC) desde novembro de 2001 e foi Presidente do Conselho de Administração do FGC entre 2002 e 2005. Também foi Vice-Presidente do Banco Bradesco S.A., de 1981 a 10 de março de 1999 O Sr. Bornia ingressou no Banco Bradesco S.A. em 1º de maio de 1952 como Auxiliar de Escritório; em 1975 foi eleito Diretor Superintendente Adjunto e em 1979 Diretor</p>	

Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.


**Quadro 04: Mesa regedora da Fundação Bradesco, ano de 2014**

Nome/ Foto	Fundação Bradesco	Formação	Sociedade civil	Sociedade Política
<p>Lázaro de Mello Brandão</p> 	<p>Presidente da mesa regedora</p>	<p>não concluiu os estudos fundamentais, porém, honrificações, lhe são atribuídos os títulos de administrador e economista no site de relações com investidores do Bradesco</p>	<p>Desde fevereiro de 1990 exerce a função de presidente do Conselho de Administração. O presidente do Conselho representa a Fundação Bradesco, na prática, controladora do Bradesco.</p> <p>Em 1999 decidiu ceder sua posição como presidente do banco, mas não do conselho em 2009, passou a presidência para Luiz Carlos Trabuco Cappi, dando assento a Márcio Cypriano no Conselho de Administração. Em 11/10/2017 cedeu sua posição no conselho para Luiz Trabuco, porém, mantém o cargo de presidente da Fundação Bradesco e da Cidade de Deus Participações, controladoras do Bradesco.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Presidente do conselho de diretores do Fundo Garantidor de Créditos (FGC)</li> <li>. Presidente do conselho de diretores da Companhia Brasileira de Securitização (CI-BRASEC)</li> <li>. Membro do comitê de consultores da VBC Participações S.A.</li> <li>. Membro da diretoria do BES, localizado em Lisboa, Portugal</li> </ul> <p>Presidente da Associação de Bancos dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Vice Presidente da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN)</li> <li>. Membro do conselho de diretores da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)</li> </ul>	<p>.</p>
<p>Luiz Carlos Trabuco Cappi</p> 	<p>Vice presidente da mesa regedora</p>	<p>graduou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo de Marília (atual UNESP) e pós graduou-se em Sócio-Psicologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo</p>	<p>Trabuco começou sua carreira aos 17 anos de idade como escriturário do banco Bradesco. Ele passou por diversos cargos ao longo de 15 anos até chegar ao cargo de diretor de marketing. Em outubro de 2017, Trabuco foi nomeado Presidente do Conselho de Administração do Bradesco, substituindo o banqueiro Lázaro de Mello Brandão. Com a nomeação, Trabuco passou a acumular o novo cargo ao de Presidente do Banco. Trabuco foi o terceiro presidente do Conselho de Administração, depois de Amador Aguiar e Lázaro de Melo Brandão.</p> <p>Diretor-Presidente das demais empresas da Organização Bradesco.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A.</li> <li>. Presidente do Conselho de Administração da Elo Participações S.A.</li> <li>. Membro do Comitê Estratégico da Vale S.A.</li> <li>. Presidente do Conselho de Representantes</li> </ul>	<p>a convite da presidenta da República, Dilma Rousseff, passa a integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado em 2003 pela Lei nº 10.683, de 28.05.2003, permanecendo até 2014. Em 2016, o presidente da República, Michel Temer, publica o Decreto nº 8.887, de 24 de outubro, estabelecendo funcionamento e</p>


			e da diretoria. Executiva da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF. . Membro do Conselho Diretor da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.	número de integrantes do CDES, convidando novamente Luiz Trabuco para compor o Conselho, no qual permaneceu até 2018.
--	--	--	--	---

Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

### Quadro 05: Mesa regedora da Fundação Bradesco, ano de 2020 e 2021, presidente e vice presidente


Nome/ Foto	Fundação Bradesco	Formação	Sociedade civil	Sociedade Política
<p>Luiz Carlos Trabuco Cappi<sup>7</sup></p> 	Presidente da mesa regedora	graduou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo de Marília (atual UNESP) e pós graduou-se em Sócio-Psicologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	<p>Trabuco começou sua carreira aos 17 anos de idade como escriturário do banco Bradesco. Ele passou por diversos cargos ao longo de 15 anos até chegar ao cargo de diretor de marketing. Em outubro de 2017, Trabuco foi nomeado Presidente do Conselho de Administração do Bradesco, substituindo o banqueiro Lázaro de Mello Brandão. Com a nomeação, Trabuco passou a acumular o novo cargo ao de Presidente do Banco. Trabuco foi o terceiro presidente do Conselho de Administração, depois de Amador Aguiar e Lázaro de Melo Brandão.</p> <p>Diretor-Presidente das demais empresas da Organização Bradesco.</p> <p>.Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da Elo Participações S.A.</p> <p>Membro do Comitê Estratégico da Vale S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Representantes e da diretoria executiva da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF.</p> <p>. Membro do Conselho Diretor da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.</p>	<p>a convite da presidenta da República, Dilma Rousseff, passa a integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado em 2003 pela Lei nº 10.683, de 28.05.2003, permanecendo até 2014. Em 2016, o presidente da República, Michel Temer, publica o Decreto nº 8.887, de 24 de outubro, estabelecendo funcionamento e número de integrantes do CDES, convidando novamente Luiz Trabuco para compor o Conselho, no qual permaneceu até 2018.</p>
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme,	Vice presidente da mesa regedora	Graduado pelo Centro Regional Universitário	Atualmente, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme ocupa o cargo de Vice-Presidente e Vice-Presidente da Cidade	. Diretor da Associação Paulista de

<sup>7</sup> Não são somente autoraridas do Estado brasileiro, que têm contas em paraísos fiscais, como a investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, em sua sigla em inglês), mostrou. As revelações sobre os chamados Pandora Papers foram publicadas domingo, 3/10/2021. E, agora, uma constelação de banqueiros) também aparece como proprietária de contas offshore nas Ilhas Virgens Britânicas.



		<p>rio do Espírito Santo do Pí-nhal em Direi-to e pós-graduado pela Fundação Pi-nhalense De Ensino</p>	<p>de Deus Cia Comercial de Participações SA.</p> <p>Ele também é Vice-Presidente da Nova Cidade de Deus Participações SA, Vice-Presidente do Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social e Diretor e Vice-Presidente da Fundação Bradesco e faz parte do Conselho de 10 outras empresas.</p> <p>Em sua carreira anterior, foi Diretor Presidente do Banco Bradesco Berj SA, Gerente Geral da Companhia Securitizadora De Creditos Financeiros Rubi, Principal na Credireal Leasing SA Arrendamento Mercantil e Principal no Banco De Credito Real De Minas Gerais SA.</p> <p>diretor da Fundação Instituto de Molestias do Aparelho Digestivo, 2013;</p> <p>Diretor Primeiro Secretário do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima.</p>	<p>Fundações (APF), 2020;</p>
--	--	--	---	-------------------------------



Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

**Quadro 06: Mesa regedora da Fundação Bradesco, ano de 2020 e 2021, Diretores gerentes e Diretores Adjuntos.**




Nome/ Foto	Fundação Bradesco	Formação	Sociedade civil	Sociedade Política
<p>Milton Matsumoto</p> 	<p>Diretor Gerente</p>	<p>Administração de Empresas pelo Centro Universitário FIEO. (UNIFIEO)</p>	<p>Diretor da Nova Cidade de Deus Participações SA e Diretor do Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social.O Sr. Matsumoto foi anteriormente empregado como Gerente Geral da Alvorada Administradora de Cartoes Ltda., Vice-Presidente da Bbc Processadora AS, Secretário da Brotherhood of Credit Financing &amp; Investment Cos. de The, um Diretor Secretário pela Federação Interestadual das Instituições de Credito Financiame, um Vice-Presidente pela Fidelity Processadora AS. Também atuou no conselho do Banco BERJ SA, Banco Bradesco BERJ SA, CPM Braxis SA e CPM Holding AS. . Diretor 1o Secretário do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima de junho de 1989 a maio de 1998. Diretor 1o Secretário do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima de junho de 1989 a maio de 1998</p>	<p>; Secretário de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo entre janeiro de 1984 a março de 1985</p>



<p>Alexandre da Silva Glüher</p> 	<p>Diretore Gerente</p>	<p>É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Luterana do Brasil. (ULBRA). Administração de Instituições Financeiras (Banking), Varejo para Segmentos de Baixa Renda, e Gestão de Risco de Crédito - Visão de Portfolio pela Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.</p>	<p>. Diretoria Executiva do Banco Bradesco SA desde 31 de dezembro de 2016. Antes disso, atuou como Membro da Diretoria Executiva e Diretor Gerente do Banco Bradesco SA. Ocupa essas cargas desde janeiro de 2012. É Membro do Comitê de Conduta Ética do Banco, Comitê de Sustentabilidade, Comitê Executivo de Divulgação, Comitê de Conformidade e Controles Internos e Presidente do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.</p> <p>Diretor Vice-Presidente da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.</p> <p>Diretor Vice-Presidente e Delegado Suplente junto à CONSIF na FENABAN - Federação Nacional dos Bancos.</p> <p>Diretor-Tesoureiro do Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Roraima</p>	
<p>Maurício Machado de Minas</p> 	<p>Diretor Gerente</p>	<p>Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - Poli/USP. Especialização em Comunicação de Dados e Desenvolvimento de Software pela NCR EUA e Programa para Diretores Corporativos de Conselhos de Administração, pela Harvard Business School, Boston, EUA.</p>	<p>Ingressou no Banco Bradesco S.A. em julho de 2009, como Diretor Executivo Gerente. Em janeiro de 2014 foi eleito Diretor Vice-Presidente Executivo. De março de 2018 a janeiro de 2019, acumulou o cargo de Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo. Membro da Mesa Regedora e Diretor Gerente da Fundação Bradesco. Membro do Conselho Consultivo da IBM Corporation. Membro do Conselho de Administração da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO Anteriormente foi Diretor de Serviços de Suporte do grupo de empresas brasileiras de TI Eletrodigi, Flexidisk e Polymax e Analista Sênior do Banco Itaú S.A.</p>	
<p>Octavio de Lazari Junio</p> 	<p>Diretore Gerente</p>	<p>. Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco.</p> <p>Especializações em: Estratégias Financeiras e Marketing pela Fundação Instituto de Administração – FEA/USP, Gestão Financeira pela Fundação Getulio Vargas – FGV e Estratégias em Finanças pela Fundação Dom Cabral.. Programa de Gestão Avançada Bradesco pela Fundação Dom Cabral.. AMP – Advanced Management</p>	<p>Membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco.</p> <p>Diretor Gerente do Kirton Bank S.A. – Banco Múltiplo.</p> <p>Membro do NAT – Núcleo de Altos Temas..</p> <p>Membro do Conselho de Administração da Cidade de Deus – Companhia Comercial de Participações.</p> <p>Membro do Conselho Diretor e do Conselho Consultivo da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. Diretor Setorial de Crédito Imobiliário e Poupança e Vice-Presidente do Comitê de Governança da Portabilidade de Operações de Crédito da FEBRABAN – Federação Brasileira de</p>	

		Program ministrado pelo IESE Business School – University of Navarra, São Paulo.	Bancos	
<p>Marcelo de Araújo Noronha</p> 	Diretor Gerente	Graduou-se em economia pela Universidade Federal de Pernambuco	<p>vice-presidente executivo do Banco Bradesco SA, membro do conselho de administração e diretor geral da Fundação Bradesco, diretor geral do Banco Fibra SA, vice-presidente da Bradesco Leasing SA - Arrendamento Mercantil, vice-presidente da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Gerente da RFS Human Management S. de RL, Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Gerente Geral da BP Promotora de Vendas Ltda., Vice Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., Diretor Geral da Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento SA, Diretor Geral da BF Promotora de Vendas Ltda., Diretor Geral do Banco Finasa BMC SA, Diretor Geral do ShopFcil Solues em Comercio Eletrnico, Vice Presidente do Banco BradesCard SA, Vice-Presidente do Banco Bradesco Berj SA, Vice-Presidente do Kirton Bank SA-Banco Múltiplo e Vice-Presidente do Banco Losango SA - Banco Mltiplo e no conselho de 11 outras empresas. Anteriormente, foi Presidente da Crediare SA, membro do Conselho da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Vice-Presidente do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil SA, Diretor Comercial do Banco Alvorada SA e Diretor Geral da Associação Brasileira das Empresas Cartes Crédito e Serviços</p>	
<p>André Rodrigues Cano</p> 	Diretore Gerente	Possui graduação em Administração pelas Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda e MBA pela Fundação Instituto De Pesquisas Contabeis Atuariais E Finance	<p>Diretor Gerente do Banco Bradesco SA, Administrador da Agora Gestão de Recursos Ltda., Gerente Executivo do Banco Boavista Interatlantico SA, Vice-Presidente Executivo da Federação Brasileira de Bancos, Vice-Presidente Executivo e Delegado Adjunto na Federação Nacional dos Bancos, Diretor Gerente da Bradescard Elo Participações SA, Membro do Conselho de Administração da Fundação Bradesco, Membro do Conselho Fiscal da Fundação Nacional da Qualidade, Vice-Presidente da Agora Corretora De Seguros SA, , Vice-Presidente do Banco Losango SA - Banco Múltiplo, Vice-Presidente da Bbc Processadora SA, Vice-Presidente da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</p> <p>É membro do Conselho de Administração da BBD Participações SA, Cidade de Deus Cia Comercial de Participações SA, Fundação</p>	




			<p>Instituto de Molestias do Aparelho Digestivo, IT Partners Ltd., O Sr. Rodrigues Cano foi anteriormente empregado como Vice-Presidente da Fidelity Processadora SA, Vice-Presidente do Conselho Fiscal da National Quality Foundation, Membro-Conselho Fiscal da Tele Nordeste Celular Participações SA e Membro-Conselho Fiscal da TIM Participações SA.</p> <p>Ele também atuou no conselho da CPM Holdings Ltd. e Tecnologia Bancária SA</p>	
<p>Cassiano Ricardo Scarpelli <sup>7</sup></p> 	Diretor Gerente	graduado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco.	<p>Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco SA, Vice-Presidente da Bradesco Leasing SA - Arregno Mercanti. É também Vice-Presidente do Banco Losango SA, Vice-Presidente da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio SA, Vice-Presidente da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e Vice-Presidente da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. empresas</p>	Foi presidente do BRB, banco público do Distrito Federal (DF).
<p>Eurico Ramos Fabri <sup>7</sup></p> 	Diretor Gerente	Graduado em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui um MBA em finanças pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), além de uma especialização em administração e negócios pela Harvard Business School.	Vice-presidente de Varejo do Bradesco Diretor da Agora Corretora de Seguros SA e Agora Investimentos SA, presidente do colegiado da CIELO(CIEL3)	
<p>Denise Alvarez <sup>7</sup></p> 	Diretor Adjunto	Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui mestrado em educação pela Universidade de Nova York,	Diretora-presidente da Associação Desportiva Classista Bradesco (ADC Bradesco), Curadora e Diretora Adjunta da Fundação Bradesco, Membro do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Sócia da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária, foi Presidente do Todos Pela Educação (TPE), Presidente e Diretora Executiva da Fundação Instituto de Molestias do Aparelho Digestivo, Presidente do Conselho de Governança do Grupo De Institutos Fundações E Empresas (GIFE) e Diretora da Fundação Roberto Marinho	Membro do Conselho Deliberativo do Fundo Social De Solidariedade Do Estado De São Paulo <sup>8</sup> . Membro do Conselho Consultivo do programa estadual de leitura denominado "São Paulo: Um Es-

<sup>8</sup> O Fundo Social de São Paulo é um órgão do Governo do Estado de São Paulo responsável por atender pessoas em situação de vulnerabilidade social e oferecer cursos para autonomia e renda

				tado de Leitores" (Governo Geraldo Alkimin) (2001/2006)
<p>João Aguiar Alvarez</p> 	Diretor Adjunto	Graduado em Agronomia	Membro do conselho de administração do Bradesco desde 1990. Diretor da Companhia de Comercial de Participações e administrador da Fazenda Valônia, um dos mais reconhecidos criatórios de Nelore no interior de São Paulo. Diretor e conselheiro da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)	
<p>Rubens Aguiar Alvarez<sup>9</sup></p> 	Diretor Adjunto	,Graduado em economia pela Faculdade Metropolitanas Unidas	Conselheiro do Banco Bradesco AS. Diretor da Jatoba Empreendimentos E Agronegocios Eireli, presidente da Aguiar Alvarez Empreendimentos e Participacoes Eireli, presidente da Unapart S/A Administracao e Participacoes e Diretor Da Cidade De Deus Companhia Comercial De Participacoes. Assim como seu irmão falecido é um dos acionistas do grupo Jovem Pan de comunicações	
<p>Jefferson Ricardo Romon</p>	Diretor Adjunto	Graduado em administração pela Pontifícia Universidade Católica, com MBA em Administração e Controller Financeira pela Universidade de São Paulo Universidade de São Paulo. Gestão Empresarial na Columbia University School of International and Public Affairs na Columbia University (EUA) e Pós-MBA, Gestão em Nível	<p>Ex aluno da Fundação Bradesco teve toda a sua experiência profissional vinculada a esta fundação.</p> <p>Gerente Administrativo e Financeiro 1977<sup>a</sup> 2011</p> <p>Superintendente Executivo 2011 a 2015</p> <p>Diretor Adjunto Diretor Adjunto 2015 ate o momento.</p>	

<sup>9</sup> Rubens Aguiar Alvarez sucedeu ao seu irmão, João Aguiar Alvarez, falecido no dia 8 de janeiro de 2021

		Estratégico na FIA USP		
--	--	------------------------	--	--

Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

## 1.2 A Ideologia da Fundação Bradesco: uma autoimagem divulgada

E existe vida em Marte. Uma nova foto da sonda americana que já tem três coisas: um McDonald's, uma igreja evangélica e uma agência do Bradesco. (José Simão, humorista da Folha de S. Paulo, 11 fev. 2004).

O Bradesco estabeleceu uma reputação de banco popular de excelência. Outros bancos, especialmente aqueles associados a poderosos em suas áreas, tornaram-se bancos "públicos", mas não popularizaram os serviços bancários para pequenos usuários. Por outro lado, o Bradesco mudou o sistema financeiro nacional em conformidade com as oportunidades e legislação vigente à época. No que diz respeito ao Banco Nacional, o Bradesco sempre foi o campeão em pequenos depósitos e depositantes em geral (é por isso que se acredita que o banco é geralmente conhecido como o campeão das filas).

Essa imagem, segundo Markowitz (2004), de banco privado "mais popular" do Brasil, é também o único grande banco privado não familiar, cujos donos não provêm de uma grande família e nem se perpetuam no banco como uma rede familiar. Amador Aguiar era, sem dúvida, o coração do banco e permanece como símbolo-mor até hoje. Ele foi considerado o "primeiro banqueiro" brasileiro, em 1973, quando a categoria parece ter nascido no país. Além de ser visto como empresário genial, creditado no meio empresarial (e na mídia especializada) por idealizar o maior conglomerado financeiro do país, o seu peso simbólico no mundo empresarial não pode ser subestimado, pois no ideário popular, representa o homem que ascendeu do nada pelo trabalho.

Portanto, Aguiar é considerado o modelo capitalista para o país porque cumpriu todos os preceitos da ideologia corporativa pregados nas revistas e manuais de negócios:

origem humilde, dificuldades enquanto jovem, tendo a perseverança como o maior valor do trabalho e desprezo pela aparência e luxo. O próprio Aguiar parece ter aproveitado sua posição simbólica, não só porque não possui outro tipo de capital para torná-lo famoso. Aguiar tem três filhas adotivas.

Não obstante, o banqueiro tem um irmão no conselho e deixou dois netos para cuidarem dos interesses da família. No entanto, os irmãos não deixaram seus sucessores e os netos participaram da decisão sobre o funcionamento do banco. Em outras palavras, Aguiar queria deixar sua marca no banco e garantir sua perpetuação nele (além de, obviamente, garantir rendimentos aos seus descendentes), mas não interferir nos negócios.

Por outro lado, e paradoxalmente, Amador Aguiar estabeleceu a imagem de um patrão paterno, cuidando dos funcionários do Bradesco como se fosse uma grande família. A sede do banco funciona como a cidade onde a empresa está localizada e onde residem os funcionários. Aguiar está em toda a cidade e mantém regras rígidas para administrar a vida de todos os funcionários, não apenas o local de trabalho. Em visita realizada em dezembro de 2021 à Cidade de Deus, em Osasco – SP, podemos constatar que estes preceitos continuam vivos e latentes. No mesmo local de trabalhos são vistas escolas e creches para os filhos dos funcionários, clube esportivo e lazer para os funcionários, praças de alimentação e estabelecimentos comerciais de venda ao varejo.

O fato de não ter tido filhos designados, sem dúvida, teve um impacto na guerra de sucessão, especialmente na década de 1990, quando a estrutura do banco foi forçada a mudar. Foi nessa época que a empresa travou uma batalha sucessória na década de 1990 até a nomeação de Márcio Cipriano em 1999.

Na descrição deste capítulo, a natureza dos recursos que podemos acessar segue as características do banco. Portanto, não se trata de um banco familiar propriamente dito, foi muito difícil a obtenção de dados pessoais distintos dos membros do Bradesco por meio de fontes primárias e secundárias de domínio público, não do "pai da empresa" o próprio Amador Aguiar. Todavia, alguns desses dados parecem suspeitos já que tratam de lendas sobre as qualidades pessoais do banqueiro. Essa mesma dificuldade é relatada por diversos pesquisadores que tentaram descrever a história do banco Bradesco, como relatam Markowitz (2004) e Ferreira (2020).

Diferentemente de uma família que cultua sua própria genealogia (como é o caso dos controladores do Itaú ou mesmo do Unibanco), nos parece que os integrantes históricos do Bradesco não dispunham dos mesmos laços pessoais com jornais, jornalistas ou outros influenciadores de opinião pública – sempre adquiridos através de convivências

em clubes, colégios e festas (esse tipo de contato se firmou apenas posteriormente, com a consolidação do banco).

Segundo Markowitz (2004), o que há – certamente nas revistas de negócios, mas especialmente no site do próprio banco – são lendas sobre Amador Aguiar e depois sobre os vários pioneirismos do Bradesco. Além disso, em relação aos demais membros do banco, podemos saber apenas a naturalidade do funcionário, sua formação, sua carreira no banco e poucas informações sobre sua família. Há poucas informações sobre a família José Galdino de Almeida, fundadora da Casa Bancária Almeida (posteriormente rebatizada de Bradesco), embora membros da família (pelo menos por casamento ou intimidade) ocupem o cargo de presidente do conselho, mas ainda em 1972. A história oficial quase apagou a família da genealogia da empresa.

Embora o Banco Bradesco seja, na atualidade, uma das maiores empresas privadas brasileiras, não familiar, sua origem está assentada na fundação familiar. Pois foi fundado por uma família. Em Marília (SP), no início do século passado, quando segundo Markowitz (2004) José Galdino de Almeida fundou uma casa bancária, germe inicial do que no futuro seria o Banco Bradesco que foi herdada pelo seu genro, José da Cunha Jr e por José Carlos de Almeida Negritos. Com as reformas da era Vargas, o objetivo do sócio controlador foi transformar a Casa Bancária Almeida em um banco; para isso, Negritos procurou o colega de faculdade Walther Moreira Salles para entender como fazer a transformação. Portanto, em 1943, foi criado o Banco de Descontos Brasileiros (como diz a lenda oficial do banco) 10 milhões de Cruzeiros e 6 agências (o que teria lhe dado o apelido de “banco de dez contos se há”). Amador Aguiar ingressou na diretoria no mesmo ano - segundo a revista Exame (abril, 1972). Cunha Jr. pedia que ele desse ao banco uma "imagem popular" "Ele substituirá os agricultores tradicionais e sempre dará privilégios aos pequenos clientes (encomendantes, comerciantes, funcionários), ou seja, a formação de uma nova classe média.

Feitas essas observações quanto a origem e propósito das informações divulgadas pelo banco Bradesco sobre seu principal símbolo, passou a ordená-las para leitura e compreensão dos leitores quanto ao discorrer da história e o ponto de vista de quem a conta. Imagem que encontra amparo na tese “A “direita para o social” de Martins e sua representação do empresário moderno.

A “direita para o social” deu curso à construção da unidade político ideológica voltada à legitimação do papel do empresário moderno – o financiador do bem-comum e da solidariedade –, um exemplo que deve-

ria ser seguido por todos. Procurou legitimar também a sua nova plataforma de intervenção na realidade, apresentando-a como referência para a ação de outros cidadãos e organismos da sociedade civil sem perder a finalidade da formulação, qual seja: projetar os empresários como protagonistas da vida social e educar a sociedade em seu conjunto dentro das referências burguesas. (MARTINS, 2005)

**Figura 02: Primeira Assembleia do Banco Brasileiro de Descontos S.A., em Marília – 1944.**



Fonte: bradescopoderpublico.com.br

O Banco Brasileiro de Descontos S.A. foi fundado na cidade de Marília, em 10 de março de 1943. O Bradesco funcionava com a matriz e mais seis agências, nas cidades paulistas de Garça, Getulina, Pompeia, Rancharia, Tupã e Vera Cruz. Amador Aguiar (1904-1991), segundo Da Costa (2002) o fundador do segundo maior banco privado do país, garantia nunca ter lido um livro sobre economia, “para não passar a cometer erros”. Foi um exemplo típico de *self-made man*<sup>10</sup>, homem que adquiriu fortuna pela própria iniciativa. Embora tenha a menor escolaridade (só chegou à quarta série), seu estilo administrativo mudou das instituições bancárias no Brasil.

O terceiro dos 13 filhos de um trabalhador rural cresceu numa fazenda em Ser-tãozinho, na região de Ribeirão Preto. Em 1920, ele fugiu de sua cidade natal porque - como ele posteriormente revelou - seu pai "fumava, bebia e era mulherengo ". Anteriormente, ele havia se convertido ao protestantismo. A ética protestante e o espírito do capitalismo são apresentados na forma de idolatria do trabalho - seu lema é "o trabalho não mata nem faz mal" - e uma visão moralista da vida, marca que vai ser impressa no comportamento social de todos os seus empregados.

<sup>10</sup> Homem que se fez a si próprio; homem que se elevou pelos seus próprios méritos.

Segundo Da Costa (2002) a peculiaridade dessa filosofia da avareza parece ser a ideia do dever de um indivíduo com relação ao aumento de seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo. A obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida, é um princípio orientador do Capitalismo. As pessoas são dominadas pela produção de dinheiro, e a aquisição econômica é considerada o objetivo final da vida, ao invés de um meio de satisfazer suas necessidades materiais. Portanto, lazer não é lazer, mas uma atividade que aumenta a glória de Deus.

O surgimento deste novo espírito - "o espírito do capitalismo moderno" - no qual ele explora o método das mudanças do mercado, passando a cuidar dos menores detalhes em suas mãos, cuida pessoalmente dos clientes e propõe ajustar diretamente os requisitos de qualidade do produto e desejos de acordo às suas necessidades dos clientes, o que é revelado e marcado para a história como sendo uma de suas principais características biográficas de Amador Aguiar.

Ele começou a introduzir os princípios de "preço baixo" e "grande giro" nos bancos, e, segundo Da Costa (2002), repete-se aqui o resultado deste processo de "racionalização" do capitalismo, que está em todo o lado: quem não o fez, tem de abandonar a atividade bancária. Sob a pressão de uma competição acirrada, os lucros são sempre reinvestidos na expansão dos negócios. A velha atitude de lazer e vida confortável são substituídas pela forte parcimônia, pois seu propósito não é consumir, mas vencer.

Podemos usar as próprias palavras de Weber (1974: 199) para ilustrar o papel da religião com este viés ético protestante, que deu margem ao surgimento da mais bem-sucedida empresa capitalista brasileira.

A questão das forças motivadoras da expansão do capitalismo moderno não é, em primeira instância, uma questão da origem das somas de capital disponíveis para uso capitalístico, mas, principalmente, do desenvolvimento do espírito do capitalismo. Onde ele aparece e é capaz de se desenvolver, ele produz seu próprio capital e seu suprimento monetário como meios para seus fins, e não o inverso. (WEBER, 1974, p.59)

Amador Aguiar apregoa que viveu como "bancário" por 64 anos, era assim que ele gostava de ser chamado, mas de fato foi banqueiro por boa parte desse tempo. Esse esforço de se mostrar como um igual aos seus funcionários, tinha como objetivo a dissimulação da sua verdadeira condição, que de fato correspondia àquele que vivia de extrair mais valor da exploração dos trabalhadores. Desses 47 anos, estão comprometidos



com o Banco Bradesco desde que este teve a sua fundação.<sup>11</sup> Ele passa pelo menos 12 horas por dia na sede do Banco, na Cidade de Deus, localizada em Osasco no estado de São Paulo, inaugurada em 1953 e concluída somente 6 anos depois, em 1959 (o banco foi inaugurado em 1953 e concluído em Osasco, em 1959), Outra peculiar característica que demonstra o objetivo de promover uma autoimagem é a estátua de um burro de carga, na entrada da sede do banco.

**Figura 03: burro de carga na Cia de Deus**



Fonte: burro de carga na Cia de Deus (12/2021). Acervo pessoal

Seu primeiro trabalho foi como tipógrafo em Ribeirão Preto. Também trabalhou como pintor gráfico em Bebedouro e se casou aos 21 anos. Segundo Da Costa (2002), esse matrimônio provocou transformações pois sua esposa queria ficar perto de seu pai, que mora em Birigui. Por isso, mudaram e o marido foi trabalhar na agência local do Banco Noroeste<sup>12</sup>, em 1926. Ele fazia todo o trabalho na pequena agência, até o serviço de limpeza. Sua ascensão profissional foi meteórica, pois apenas um ano depois, assumiu a contabilidade e, dois anos depois, foi promovido a gerente da filial Noroeste do

<sup>11</sup> Em torno da herança de Amador Aguiar desenrola-se uma longa disputa judicial, tendo, de um lado, a viúva e, de outro, as três filhas do primeiro casamento. A viúva tenta ser confirmada como a única herdeira dos bens, condição que lhe foi conferida pelo segundo testamento de Amador Aguiar, assinado um mês e 12 dias antes de sua morte, no dia 24 de janeiro de 1991, com 86 anos. As filhas tentam assegurar uma participação no espólio, calculado em US\$ 800 milhões, e reverter a renúncia que fizeram, em 1986, às ações do Bradesco, que haviam herdado quando da morte da mãe. Com isto teriam mais 7% na participação na holding que controla o Bradesco, a Cidade de Deus Comercial e Participações. Os netos desejam ser reconhecidos como herdeiros únicos, como consta do testamento que o banqueiro assinara antes, em 1986. Dos membros da família Aguiar, somente dois dos onze netos participam da diretoria do Banco, sendo que um deles faz parte do Conselho de Administração do Conglomerado.

<sup>12</sup> O Banco Noroeste foi uma instituição bancária originalmente pertencente às famílias Simonsen e Coghane<sup>[1]</sup> e que era dirigida por Mário Wallace Simonsen. O banco fazia parte de um conglomerado que incluía a Panair (companhia aérea), a Comal (maior exportadora de café do Brasil à época), a extinta TV Excelsior, entre outras empresas.



Presidente Alves. Um ano depois, passou a administrar agentes de Penápolis. Em 1932, voltou para Birigui e foi gerente da agência onde poucos anos antes tinha iniciado sua carreira profissional como contínuo. A sua eficiente atuação na melhoria dos serviços bancários da agência onde trabalhava, levou-o a ocupar um cargo importante no Norcos-te Bank, onde exerceu a função de vice-diretor.

Sua carreira profissional continua a desenvolver-se de forma ascendente e com apenas 39 anos, em 1943, Amador Aguiar assumiu a direção do então pequeno Banco Brasileiro de Descontos S.A. que de forma jocosa, era conhecido pelo apelido de “Banco Brasileiro de Dez Contos, se há”, quando foi convidado por um grupo de amigos que tinha comprado a Casa Bancária Almeida, em Marília, para transformá-la em banco. Os assentamentos da fundação do banco Bradesco revelam novamente outro fato curioso e pitoresco. Um dos sócios-fundadores, o único que entendia de banco, veio a falecer na véspera de assumir o cargo. O grupo, ciente da necessidade de contar com alguém com experiência em operações bancárias, convidou Amador para substituí-lo.

A experiência do Banco Noroeste nas últimas duas décadas mostra que os banqueiros de fato disputavam a mesma riqueza, os mesmos clientes, por exemplo, em Marília, cidade situada na região Centro-Oeste Paulista, com 36 mil habitantes e que já tinha 14 bancos competindo por clientes de elite. Porém, a cidade não tinha uma elite capaz de sustentar essa quantidade de bancos. Já a grande massa de trabalhadores é formada principalmente de imigrantes japoneses (64%), que vendiam a produção de algodão em caroço para empresas do porte da *Anderson Clayton, Matarazzo e Swift*. Essa concentração de empresas ligadas ao ramo alimentício deu à cidade o apelido de “Capital Nacional do Alimento”. Na década de 1940, a região era famosa por suas abundantes lavouras de café e algodão. Devido ao aquecimento da demanda externa ocasionado pela situação de guerra, ocorreu a “febre do algodão” – na época, o produto recebia o maior financiamento da Carteira de Crédito a Agrícola e Industrial (CREAI)<sup>13</sup> do Banco do Brasil.

Quando o Banco Bradesco abriu as portas em suas seis agências em Getulina, Rancharia, Vera Cruz, Garça, Tupã e Pompéia (esta era o ponto final da Estrada de Ferro Paulista, que fervilhava com o comércio de algodão), além da Matriz (em Marília), (ficam abertas das 9h às 18h todos os dias), segundo Da Costa (2002) a primeira providência foi tirar os gerentes das “gaiolas” (redomas de vidro onde trabalhavam) e colocá-los

---

<sup>13</sup> (CREAI), do Banco do Brasil, entre. 1937 e 1937.

na entrada, para fácil acesso ao cliente. Amador Aguiar relata em sua auto biografia como transformou o Bradesco no banco mais popular da área de Maria: por meio de funcionários que circulam nas agências ou plantonistas do lado de fora, "olheiros" descobrem falhas de concorrentes e ouvem reclamações de clientes

Não discriminou os colonos japoneses e não insistiu na xenofobia causada pela Segunda Guerra Mundial. Como afirma Costa Neto (2004), os bancos dos "Poderes do Eixo", que antes serviam esta colônia de imigrantes, foram fechados. Como o Banco Bradesco não discrimina os nativos em países aliados das potências do Eixo durante a guerra, foi comum que os japoneses façam fila para abrir contas. Eles se sentiam protegidos porque tinham confiança de que não teriam o dinheiro bloqueado. Eles até têm tradutores no banco para facilitar os negócios com este segmento.

Entretanto, novamente na tentativa de autopromoção, a biografia de Amador Aguiar cita que quando criança, este conviveu com fazendeiros japoneses, fato este que o alertou sobre a importância da austeridade e da teimosia, típicas dos orientais. Poucos clientes sabiam preencher cheques corretamente. A devolução de cheques faz parte da prática de mercado. No Bradesco, os gestores atendem pessoalmente os clientes, explicando o correto preenchimento, garantindo sua segurança. Essa abordagem de mercado de massa anuncia o ciclo do capitalismo financeiro em grande escala que vivenciaremos no Brasil nas décadas da segunda metade do século XX, com popularização dos negócios.

A área agrícola onde estavam localizadas as filiais do Bradesco enfrentavam sérias dificuldades no transporte de produtos industriais. Enxergando essa dificuldade como uma oportunidade, o Banco passou também a explorar o filão comercial: era possível encomendar quase tudo, de remédio, trigo, peças de reposição, até combustível nas suas agências. Ao operar como uma grande loja de departamentos, como se fosse um empório, acabou por agregar comerciantes, agricultores e prefeituras como clientes, pois acabava por facilitar a vida de quem pode comprar e fazer serviços bancários em um só lugar.

Três fatos sequenciais ampliaram radicalmente a possibilidade de expansão do Banco Bradesco. O primeiro deles foi a mudança da agência matriz para a capital paulista, em 1946, e na sequência, as iniciativas de assumir a cobrança de tarifas públicas (Light, em 1946) e receber as declarações de Imposto de Renda (em 1967) foram decisivas para seu crescimento. Os executivos do Banco Bradesco descobriram que a Receita Federal mantinha pilhas de avisos de imposto de renda em seus depósitos, mas não sabia

como enviá-los rapidamente aos contribuintes. Como fazia um bom trabalho na cobrança das contas de luz, ele assumiu o negócio.

Essa relação de cobrança da Receita Federal parecia uma medida inócua e que os banqueiros concorrentes não vislumbravam nenhuma possibilidade de lucro imediato. Segundo Da Costa (2002), em 1967, uma nova lei dos incentivos fiscais vincularia a entrega das declarações do Imposto de Renda ao domicílio bancário de recolhimento dos incentivos fiscais. A colheita foi rápida. Num universo de 200 mil contribuintes, o Bradesco ficou de longe com a maior fatia, cerca de 30%.

A história da expansão de sua rede de agências está imbricada com os avanços do capitalismo brasileiro. Inicialmente, nos anos 50, o processo de expansão do Banco para fora do Estado de São Paulo acompanhou sua clientela, majoritariamente formada por agricultores; para tanto, organizou uma estratégia de penetração nas fronteiras agrícolas do norte do Paraná. Depois do sucesso do Banco Bradesco nas terras roxas<sup>14</sup>, onde o café floresce e faz brotar fortunas e cidades, seus depósitos mensais dobraram. Embora ainda seja um banco muito jovem, fundado havia menos de dez anos, já em 1951-52 passa a ser o maior banco privado nacional de recebimento de depósitos. Das suas 5 agências pioneiras no Paraná, logo saltou para 15. Além do rápido crescimento, o Banco tinha como uma de suas marcas o conhecimento dos clientes colonos e liberava o crédito na base da confiança, sem exigir cadastro.

A política de incorporações e fusões se inicia ainda na primeira década de existência do Banco Bradesco, representando como uma de suas marcas de negócios. Esse traço característico divulgado pelo próprio Banco Bradesco em suas páginas e no livro que marca os 60 anos da Fundação Bradesco é reafirmado por Da Costa (2002), que detalha este processo de incorporações que a partir de 1948, o Bradesco começou a incorporar uma série de bancos, iniciando um processo de incorporações que, verdadeiramente, até hoje não se encerrou.

De maneira geral, os objetivos para as fusões e aquisições são: adquirir clientes, entrar em novos mercados, ou cortar custos. A fusão entre os dois bancos pode complementar seu mercado geograficamente e reduzir custos proporcionalmente, pois os dois bancos podem utilizar melhor a infraestrutura. Em 1967, o Bradesco estava em 11 estados brasileiros e tinha 326 agências. Pouco mais de dez anos depois, após o processo de

---

<sup>14</sup> Os imigrantes italianos que trabalhavam nas fazendas de café referiam-se ao solo pelo nome terra rossa, já que rosso em italiano significa vermelho.

centralização e conglomeração<sup>15</sup> bancária que liderou, ele chegou a mil agências. Em 1978, a única faculdade de expansão da rede era o Programa Agência Pioneira. Em 1978 e 1979, o Bradesco abriu uma agência todos os dias úteis. Em 1986, atingiu o pico de 2.090 agências em funcionamento. Em seguida, o Banco aumentou seus investimentos em grandes centros financeiros, que têm retornos mais diretos, e reduziu suas redes.

Desde 1962, no Banco Bradesco, monta uma equipe de inteligência e análise capaz de assimilar as iniciativas ou experiências positivas dos bancos recentemente incorporados. No mesmo ano, foi o primeiro banco do Brasil a incluir a informática e o computador ao dia a dia. A revolução da informática como uma ferramenta de apoio para o controle e realização de operações bancárias provou ser mais uma iniciativa bem-sucedida. Claro que para os banqueiros, pois aumentou os números da cobrança e da produtividade, pois as contas-correntes não mais precisavam ser mais acompanhadas por arquivos manuais. A inovação da possibilidade do extrato diário acabou por atrair clientes. Desde então, predominou como uma marca do Bradesco a tecnologia bancária de ponta. No período do chamado “milagre econômico”, o Banco pôde explorar vários novos negócios de uma economia que crescia até 12% ao ano, inclusive o crédito direto ao consumidor, quando explodiu o *boom* das compras de automóveis.

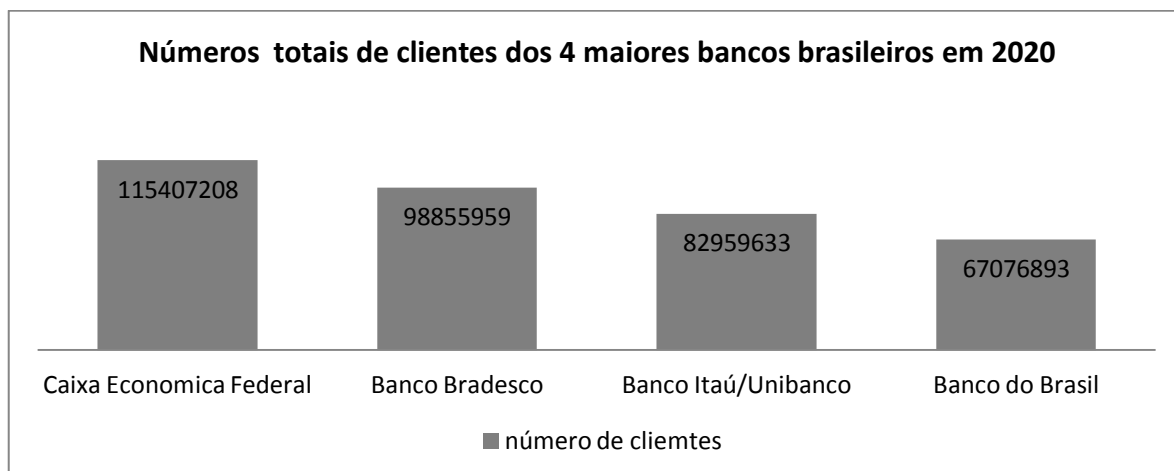
Na década de 1970, o Bradesco também avançou na vanguarda da agricultura. O objetivo fora usar incentivos fiscais para implementar novas e modernas tecnologias na pecuária, assim avançando na nova fronteira agrícola com a aplicação destas novas tecnologias para o campo. Foi assim que nasceram fazendas como a Rio Capim, no Tocantins, a Bodoquena, no Mato Grosso do Sul (adquirida do Grupo Moreira Salles), e a Cauanã, na Ilha do Bananal, numa das portas de entrada da região amazônica.

Na década de 80, o Banco completaria o ciclo de expansões<sup>16</sup>. Em 1983, no seu quadragésimo aniversário, já exibia a estatura de um grande conglomerado financeiro que transcendia o mercado financeiro, passando a organizar, como controlador econômico, várias empresas que despontam como líderes em seus segmentos de mercado. A estrutura do Banco contava com 1.400 agências e 2 milhões de acionistas tornando-se o maior banco privado da América Latina.

---

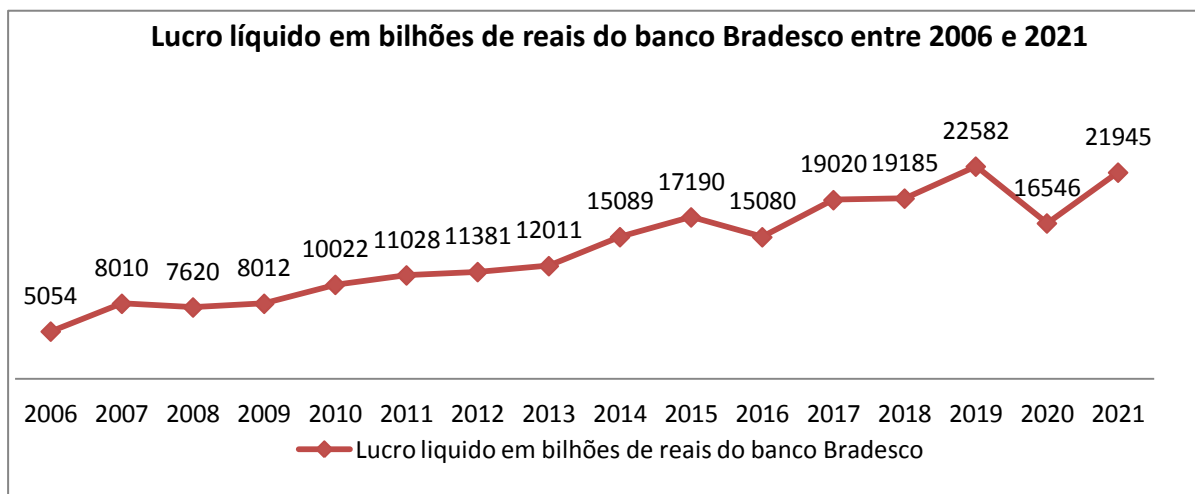
<sup>15</sup> Ao mesmo tempo que desenvolvia o banco comercial, o Bradesco foi formando um conglomerado financeiro, com a criação de um banco de investimento, de uma financeira, de uma corretora de valores mobiliários, de uma agência de turismo, e de companhias de crédito imobiliário. Associou-se, em 1983, com o grupo Atlântico Boavista, do empresário Antonio Carlos Almeida Braga, criando o Grupo Bradesco de Seguros com 10 companhias de seguros e com uma empresa de capitalização.

<sup>16</sup> O negócio de seguros se fortaleceria com a incorporação da Atlântica-Boa Vista. O Conglomerado Bradesco consolidou-se com o Turismo, o Cartão de Crédito, a Previdência Privada e o Leasing

**Gráfico 01: Números totais de clientes dos maiores bancos brasileiros.**

Fonte: Banco Central do Brasil (2020), elaborado pelo autor

Esta condição foi antecipada por Amador Aguiar, como revela a parte da biografia do banqueiro Olavo Setúbal, amigo de longa data do presidente do Bradesco e também um concorrente nos serviços bancários, e descrita por Da Costa (2002). Setubal, que era presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú, guarda na memória uma frase que lhe foi dita pelo legendário Amador. Esse episódio ocorreu em meados dos anos 60, durante o grande processo de reestruturação e fusões que atingiram o sistema financeiro no Brasil, e a partir do qual surgiu o Itaú, passando a figurar como um banco relevante no cenário econômico brasileiro: “Olhe, Olavo, você vai passar todos eles, mas a mim não”, disse Aguiar, antecipando o crescimento que o Itaú teria até tornar-se o principal concorrente do Bradesco, no país.

**Gráfico 02: Lucro líquido em bilhões de reais do banco Bradesco entre 2006 e 2021.**

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Estamos demonstrando neste gráfico o lucro líquido do Banco Bradesco entre os anos de 2006 e 2021. Podemos perceber uma constante tendência de crescimento, interrompidas por três momentos que marcam nossa história recente. De 2007 para 2008, a crise dos subprime; de 2015 para 2016 com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e de 2019 para 2020 com a pandemia de Sars Covid 19. Em todos os outros anos desta série histórica de mais de 15 anos, percebemos um crescimento, que no período atinge os patamares de 434%.

**Figura 04: Números do Banco Bradesco.**



Balancete econômico do Banco Bradesco, no ano de 2019, está em estimativa. Fonte: Jornal O Globo.

### 1.3 A Fundação Bradesco na atualidade e seus números

As informações que constam nos balancetes orçamentários dão conta que os recursos para o custeio das atividades da Fundação Bradesco são provenientes de rendas exclusivas de seu próprio patrimônio. O modelo de financiamento da Fundação é via *endowment*<sup>17</sup> (dotação), como ocorre em outras instituições internacionais. Assim, os recursos investidos são provenientes de seu próprio patrimônio e advêm, substancialmente, de ativos financeiros e participações societárias. Além disso, em 2021, a Fundação Bradesco recebeu R\$ 2.873 milhões em dotações, com destaque para os cinco principais doadores: Banco Bradesco S.A., Vale S.A., Companhia Brasileira de Soluções e

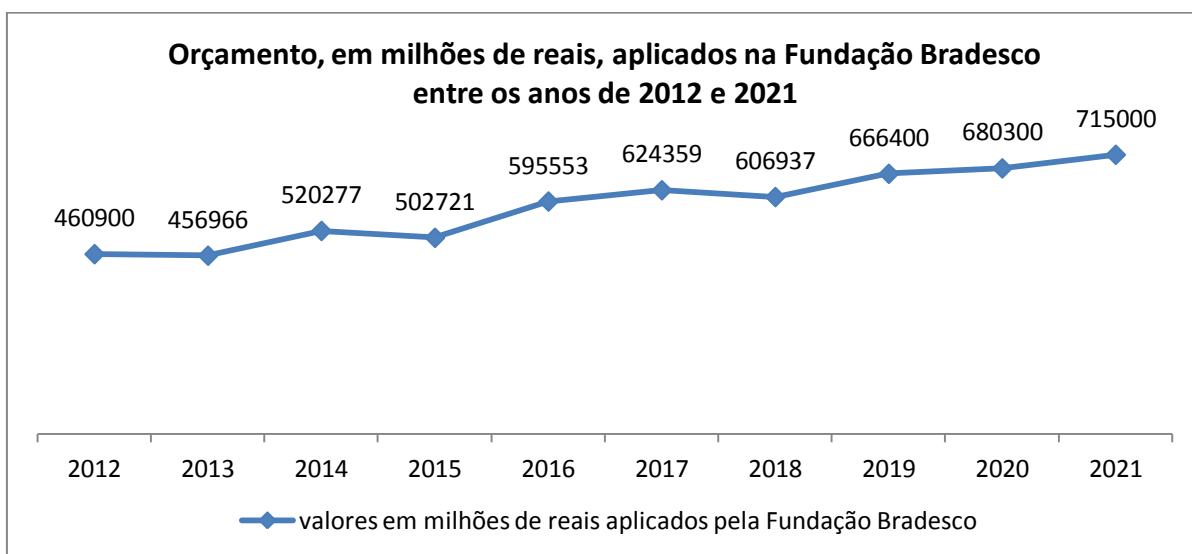
<sup>17</sup> Uma dotação financeira é uma estrutura legal para administrar e, em muitos casos, perpetuar indefinidamente, um conjunto de investimentos financeiros, imobiliários ou outros para uma finalidade específica, de acordo com a vontade de seus fundadores e doadores. Lei 13800 de 7 de janeiro de 2019.

Serviços, Cielo S.A. e Cetip S.A. – Mercados Organizados. Todo o resultado operacional é revertido para o patrimônio social, que alcançou R\$ 70.899.504. bilhões no ano, sendo vedada a distribuição de superávit.

Além de todo este aporte financeiro, a Fundação Bradesco também conta com todos incentivos fiscais e benesses legais previstos na legislação de instituição filantrópica e sem fins lucrativos, como fica claro no trecho retirado do relatório anual da fundação.

Há mais de 63 anos, promovemos a inclusão e o desenvolvimento por meio da educação. Somos uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, detentores da certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) e de todas as demais certificações públicas nos níveis federal, estadual e municipal. Assim, nossa contribuição para a sociedade brasileira se expressa no compromisso com a educação gratuita e formal, que vai do nível básico ao profissionalizante (Fundação Bradesco 2019, p. 4)

**Gráfico 03: Orçamento, em milhões de reais, aplicados na Fundação Bradesco entre os anos de 2012 e 2021.**



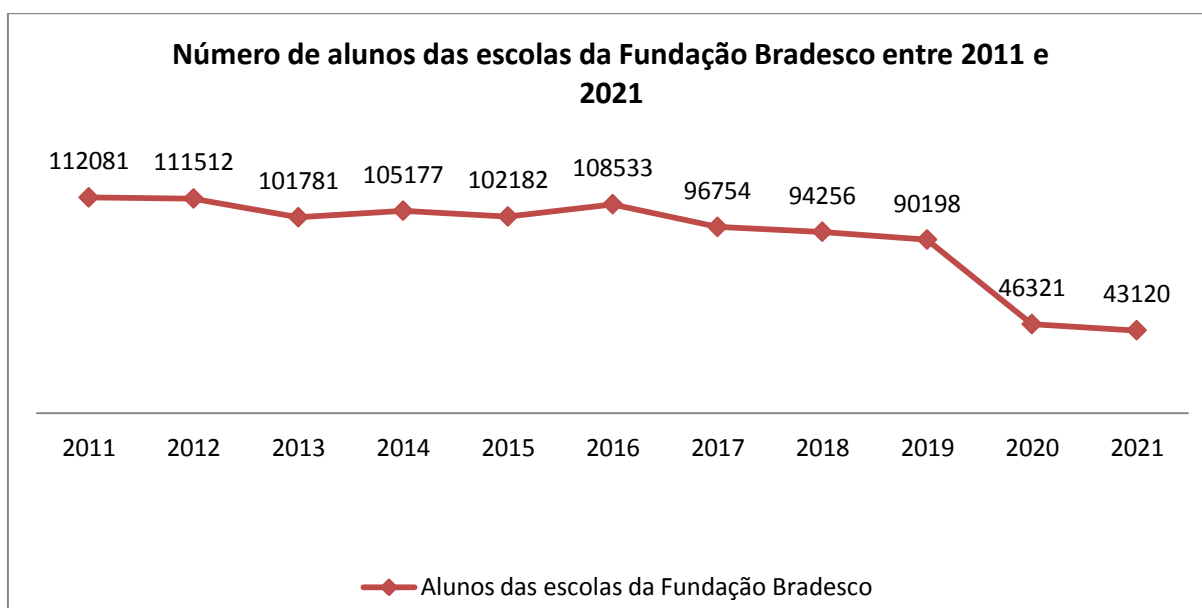
Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Neste gráfico, podemos observar os orçamentos financeiros da Fundação Bradesco entre os anos de 2012 e 2021. Os dados financeiros que possibilitaram a confecção deste gráfico foram retirados dos balancetes econômicos publicados anualmente pela fundação, sob a justificativa e determinação de boas práticas de prestação de contas,

entre as quais as referências da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca<sup>18</sup>) para organizações não empresariais e demais diretrizes para o terceiro setor.

No ano de 2012, primeiro aferido no gráfico, a Fundação Bradesco, teve como orçamento o valor de 460.900 milhões de reais e no último ano, que é o de 2021, o valor de orçamento de 715.000 milhões de reais, representando uma variação nominal de 254.100 milhões de reais em 10 anos ou pouco mais de 55%. Este crescimento nas verbas orçamentárias da Fundação Bradesco não é linear nem constante, tampouco igualmente repartido por todos os anos. Na passagem de alguns anos, é claramente identificada uma redução em relação ao orçamento do ano anterior como nas passagens de 2012 para 2013, 2014 para 2015 e de 2017 para 2018. Ao juntarmos as informações orçamentárias da figura 10 com as informações do número total de alunos da figura 11, podemos concluir que durante os três últimos anos em pleno período de pandemia, o orçamento continuou a crescer enquanto o número de alunos despencava.

**Gráfico 04: Número de alunos das escolas da Fundação Bradesco entre 2011 e 2021.**



. Fonte Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Neste gráfico, podemos observar o número de matrículas nas 40 escolas próprias da Fundação Bradesco, entre os anos de 2011 e 2021<sup>19</sup>. No ano de 2011, o primeiro ano

<sup>18</sup> São as iniciais de Associação Brasileira das Companhias Abertas. Trata-se de uma organização fundada na década de 70, com sede na capital paulista. A entidade sem fins lucrativos, é uma empresa que abrange todo o território nacional. Ela reúne empresas que estão registradas legalmente como Companhias Abertas



aferido neste gráfico, o total de alunos matriculados era de 112.081 alunos, o maior número total de matrículas desta série e, no último ano, que é o de 2021, o total de matrículas é de 43.120 alunos, o menor desta série. Portanto, neste período de pouco mais de 10 anos, temos uma variação de menos 68.951 matrículas ou uma redução de 61,5% no total de matrículas da Fundação Bradesco. Ao analisarmos o gráfico, fica nítido que esta redução não é linear, contudo, duas considerações devem ser feitas. A primeira delas é que o fechamento de vagas é uma constância que fica evidente como tendência, e a segunda é que em 2 momentos deste período tivemos uma elevação de matrículas em relação ao ano anterior, na passagem dos anos de 2013 para 2014 e na passagem de 2015 para 2016. A redução acentuada evidenciada durante os últimos três anos que coincidem com o período de pandemia que vivemos tem uma relação direta com uma redução global de matrículas em todas as modalidades, mas devemos evidenciar que a maior redução no número de matrículas ocorre na modalidade de Formação Inicial e Continuada.

**Quadro 07: Total de alunos distribuídos por escolas da Fundação Bradesco no ano de 2019**

<b>Escola Alunos</b>	<b>Escola Alunos</b>	<b>Escola Alunos</b>	<b>Escola Alunos</b>
Aparecida de Goiânia (GO) 2.506	Cuiabá (MT) 2.114	Macapá (AP) 2.123	Propriá (SE) 1.720
Bagé (RS) 2.074	Feira de Santana (BA) 1.386	Maceió (AL) 1.652	Registro (SP) 2.201
Boa Vista (RR) 2.919	Garanhuns (PE) 979	Manaus (AM) 3.422	Rio Branco (AC) 2.675
Bodoquena (MS) 792	Gravataí (RS) 2.157	Marília (SP) 2.393	Rio de Janeiro (RJ) 3.613
Cacoal (RO) 2.095	Irecê (BA) 1.919	Natal (RN) 2.809	Rosário do Sul (RS) 1.268
Campinas (SP) 3.057	Itajubá (MG) 1.633	Osasco I (SP) 7.606	Salvador (BA) 2.321
Canuanã (TO) 909	Jaboatão (PE) 2.042	Osasco II (SP) 2.507	São João del-Rei (MG) 2.292
Caucaia (CE) 2.186	Jd. Conceição, Osasco (SP) 2.162	Paragominas (PA) 2.314	São Luís (MA) 2.322

<sup>19</sup> Como efeito de comparação e dimensionamento, a rede pública municipal de Duque de Caxias/RJ, no ano de 2020, tinha 177 escolas e 77.478 alunos e a rede pública municipal de Vitória/ES, no ano de 2020, tinha 120 escolas e 46802 alunos.

Ceilândia (DF) 2.989	João Pessoa (PB) 2.591	Paranavaí (PR) 1.490	Teresina (PI) 2.102
Conceição do A- raguaia (PA) 1.717	Laguna (SC) 1.402	Pinheiro (MA) 2.068	Vila Velha (ES) 1.671

**Total 90198 ALUNOS.** Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2019), elaborado pelo autor

Nesta tabela, podemos observar a localização estadual das 40 escolas da Fundação Bradesco no território brasileiro, no ano de 2019, bem como a distribuição do número de alunos por unidade educacional. Podemos destacar que a escola com maior número de estudantes é a unidade denominada como Osasco I, com 7.606 alunos e a menor, a denominada de Bodoquena, com 792 alunos. O ano de 2019 é muito representativo para a demonstração na redução no número de matrículas quando comparamos com o ano de 2021. Fica evidente que a redução no número de matrículas é uma realidade no recorte histórico entre 2012 e 2019, porém os efeitos da pandemia de SARS COVID 19 na aceleração do número de matrículas fechadas fica evidentes quando comparamos as figuras 12 e 13.

**Quadro 08: Total de alunos distribuídos por escolas da Fundação Bradesco no ano de 2021**

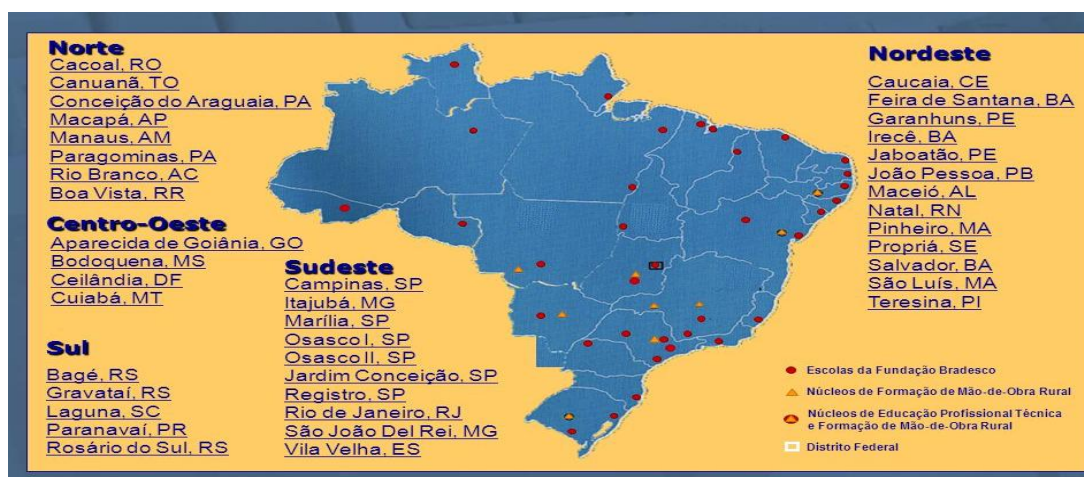
<b>Escola Alunos</b>	<b>Escola Alunos</b>	<b>Escola Alunos</b>	<b>Escola Alunos</b>
Aparecida de Goi- ânia (GO) 977	Cuiabá (MT) 956	Macapá (AP) 1.111	Propriá (SE) 919
Bagé (RS) 844	Feira de Santana (BA) 82	Maceió (AL) 914	Registro (SP) 998
Boa Vista (RR) 984	Garanhuns (PE) 47	Manaus (AM) 923	Rio Branco (AC) 989
Bodoquena (MS) 724	Gravataí (RS) 1.698	Marília (SP) 1.007	Rio de Janeiro (RJ) 2.000
Cacoal (RO) 904	Irecê (BA) 851	Natal (RN) 1.062	Rosário do Sul (RS) 33
Campinas (SP) 1.533	Itajubá (MG) 992	Osasco I (SP) 3.514	Salvador (BA) 933
Canuanã (TO) 817	Jaboatão (PE) 929	Osasco II (SP) 2.484	São João del-Rei (MG) 1.110
Caucaia (CE) 926	Jd. Conceição, Osas- co (SP) 1.621	Paragominas (PA) 964	São Luís (MA) 956

Ceilândia (DF) 1.982	João Pessoa (PB) 991	Paranavaí (PR) 932	Teresina (PI) 999
Conceição do A- raguaia (PA) 934	Laguna (SC) 948	Pinheiro (MA) 540	Vila Velha (ES) 992

Total 43.120 ALUNOS. Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2021), elaborado pelo autor

Como já relatamos anteriormente, a redução no número de matrículas é bem expressiva entre os anos de 2019, quando a Fundação Bradesco declarava ter matriculado 90198 alunos, e o ano de 2021 quando declara ter 43.120 alunos matriculados. Ao compararmos as figuras 12 e 13, apontamos uma menor redução nas unidades escolares de Bodoquena (MS), Canuanã (TO) e Osasco II (SP). Já apresentando um movimento contrário e de forte redução, temos as unidades escolares de Feira de Santana (BA, Garanhuns (PE), Manaus (AM), Osasco I (SP), Pinheiro (MA, Rio Branco (AC) e Rosário do Sul (RS).

**Figura 05: Distribuição geográfica das 40 escolas da Fundação Bradesco no ano de 2021**

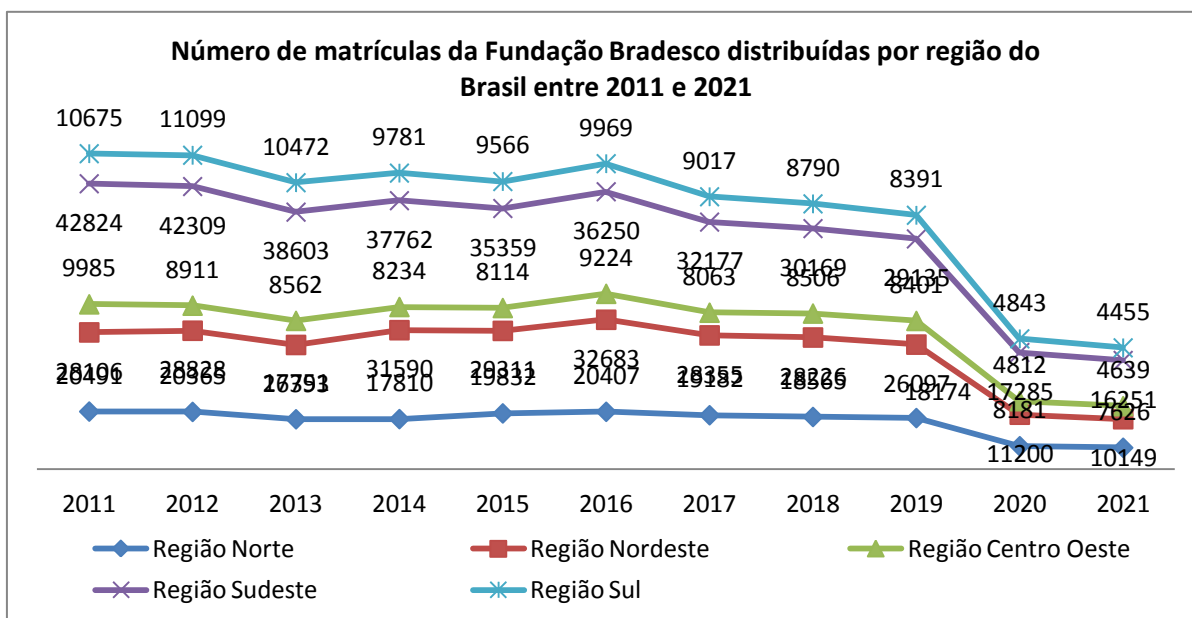


Fonte: Relatórios educacionais da Fundação Bradesco 2021

Nesta representação gráfica do território brasileiro, podemos observar a distribuição das 40 escolas da Fundação Bradesco, bem como o seu tipo e finalidade, distribuído em 3 grandes matrizes: Escola da Fundação Bradesco; Núcleos de formação de mão de obra rural e Núcleo de educação profissional técnica. Também podemos concluir que ao compararmos as figuras 12, 13 e 14, identificamos que existe um predomínio maior

no fechamento de matrículas nas unidades educacionais denominadas como Núcleo de Educação Profissional Técnica e Formação de Mão-de-Obra Rural.

**Gráfico 05: Número de matrículas da Fundação Bradesco distribuídas por região geográficas do Brasil entre 2011 e 2021**



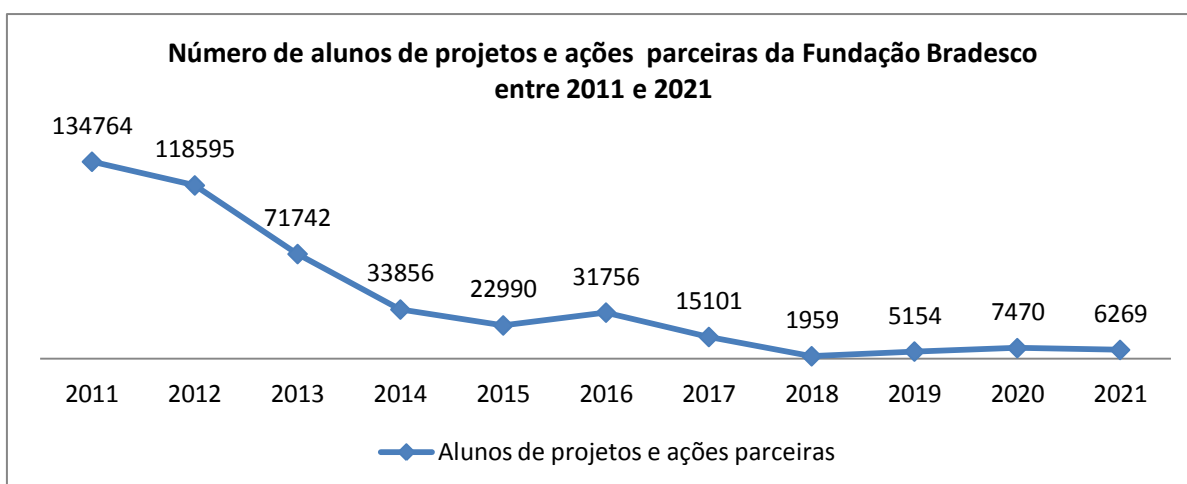
Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Podemos observar neste gráfico a distribuição dos alunos das 40 escolas da Fundação Bradesco pelas 5 regiões geográficas brasileiras, entre os anos de 2011 e 2021. Dentro de um comportamento uniforme, as 5 regiões apresentam uma constante tendência de supressão de matrículas ao longo do período estudado, com uma leve subida ocorrida no ano de 2014 e 2016. Na região Sul, tínhamos, no ano de 2011, 10.675 alunos e para o ano de 2021, 4.455; portanto, para este período, tivemos uma redução de 6.220 matrículas ou 58,2% do total. Para a região Sudeste, tínhamos, no ano de 2011, 42.824 alunos e para o ano de 2021, 16.251; portanto, para este período, tivemos uma redução de 26573 matrículas ou 62%. Na região Centro-Oeste, tínhamos, no ano de 2011, 9.985 alunos e para o ano de 2021 4.639; portanto, para este período, tivemos um decréscimo de 5.346 matrículas ou 53,5% do total. Na região Nordeste, tínhamos, no ano de 2011, 28.106 alunos e para o ano de 2021, 7626; portanto, para este período, tivemos uma redução de 20.480 matrículas ou 72,8% do total. Por fim, temos a região Norte, onde, no ano de 2011, 20.491 alunos e para o ano de 2021, 10.149; portanto, para este período, tivemos uma redução de 10.342 matrículas ou 50,4% do total.

Depois da apresentação dos números de redução de matrículas e seus percentuais por região brasileira, fica evidente que na região Nordeste tivemos o maior percentual de

redução de matrículas com 72,8%, enquanto em números absolutos temos a maior redução também na região Nordeste com 20480 matrículas a menos, mesmo esta região não sendo a maior em números absolutos de matrículas da Fundação Bradesco.

**Gráfico 06: Número de alunos de projetos e ações parceiras da Fundação Bradesco, entre 2011 e 2021**



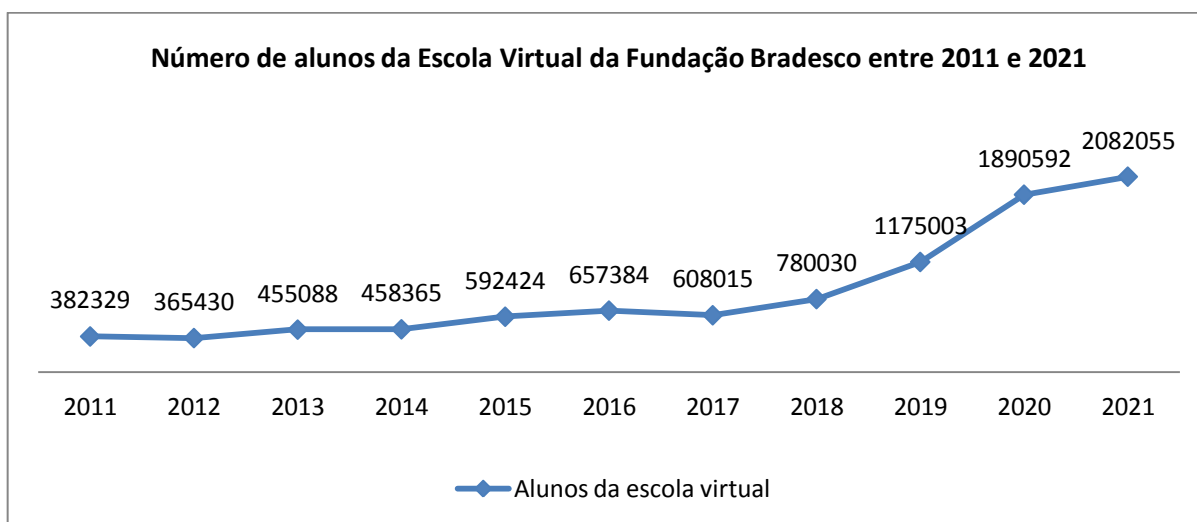
Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Neste gráfico, podemos observar a variação dos alunos no período entre 2011 e 2021, no número de alunos atendidos pela Fundação Bradesco fora das suas escolas, por parceria – como o Educa+Ação e os Programas Educar e Aprender. Educa+Ação foi criado em 2007, seguindo as diretrizes do Movimento Todos pela Educação, e disponibiliza materiais didáticos aos educadores durante o processo de alfabetização de crianças nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, em escolas conveniadas do sistema público de ensino. A iniciativa ainda conta com um método de avaliação aplicado nas escolas participantes para verificar o nível de aprendizado dos alunos. Em 2013, foi implementado o Portal Educa+Ação, com o objetivo de viabilizar a formação à distância dos professores e subsidiar o processo de pesquisa e planejamento das aulas, por meio da indicação de jogos, pesquisas, textos e vídeos.

O Programa foi aplicado em 117 Escolas, distribuídas em 13 cidades de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Já o programa Educar para Aprender implementa para alunos e professores noções de Tecnologia e de Informática. O Programa conta com a parceria da Intel e Fundação Bradesco, e funciona em duas frentes de realizações: Intel Educar, na qual educadores são orientados a capacitar professores para o uso de tecnologia na sala de aula, de modo que utilizem os recursos como apoio aos processos de ensino e apren-

dizagem; e Intel Aprender, na qual crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 19 anos, são incentivados a trabalhar em equipe e a desenvolver o pensamento crítico e outras habilidades.

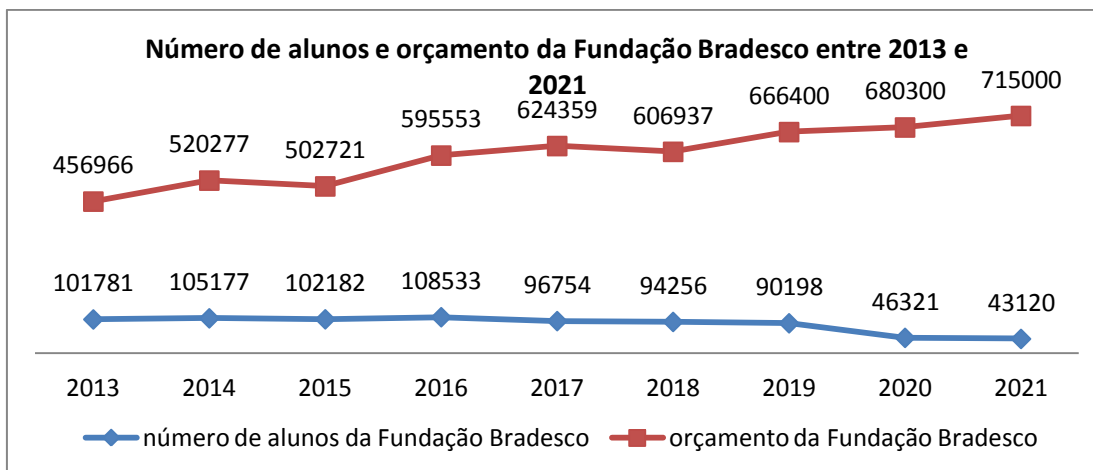
**Gráfico 07: Número de alunos da Escola Virtual da Fundação Bradesco entre 2011 e 2021**



Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor

Neste gráfico, observamos a evolução de matrículas na Escola Virtual, um portal de ensino à distância que oferece mais de 80 cursos on-line e semipresenciais a todos que buscam especialização em áreas como Administração Financeira, Aperfeiçoamento/Comportamental, Fotografia e cursos de Informática, como Banco de Dados, Desenvolvimento de Aplicativos, Governança de TI, Infraestrutura, Segurança e Sistemas Operacionais, entre outros. Este programa da Fundação Bradesco foi criado em 2001, seu endereço eletrônico está disponível no endereço [www.ev.org.br](http://www.ev.org.br) e tem capacidade para atender até 150 mil alunos simultaneamente. Em 2018, foram atendidos 780.030 alunos nesta modalidade; em 2019, 1.175.003 alunos; em 2020, 1.890.592 e em 2021, 2.082.055 alunos. No ano de 2021, foram ofertados mais de 120 cursos e os cinco mais procurados pela ordem foram: Microsoft Excel 2016 -- Básico, Introdução À Administração, Empreendedorismo E Inovação, Microsoft Excel 2010 – Básico e Atendimento Ao Público.

**Gráfico 08: Orçamento, em milhões de reais, aplicados e número de alunos da Fundação Bradesco entre os anos de 2013 e 2021.**

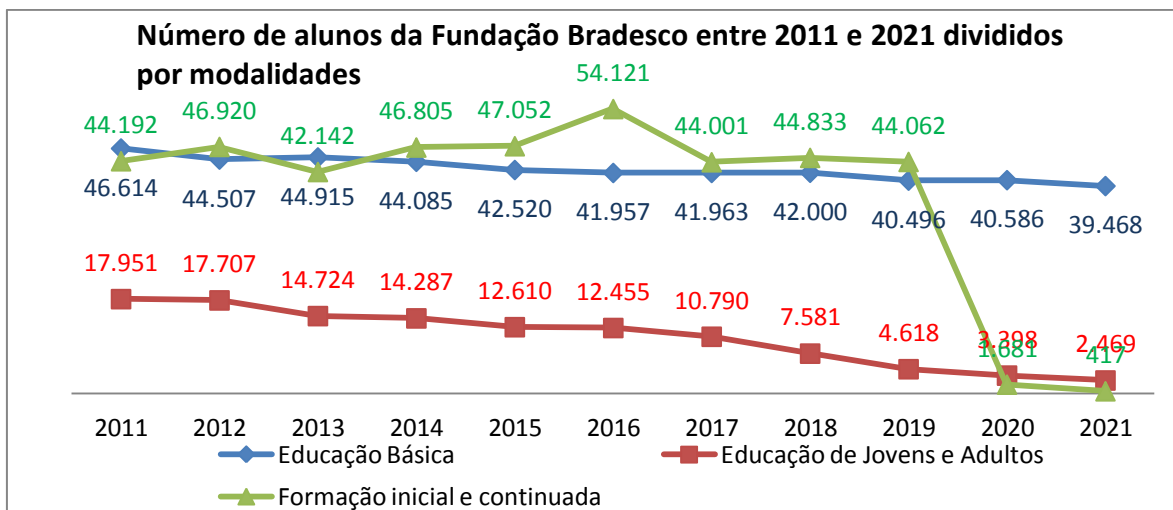


Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor

Nossa intenção da demonstração deste gráfico foi materializar as tendências implementadas pela Fundação Bradesco entre os anos de 2013 a 2021, tanto no número de matrículas, quanto no orçamento. Fica clara a tendência inversa entre o orçamento e o número de matrículas. Enquanto o orçamento apresenta um crescimento constante, o número de matrículas apresenta uma queda constante ao longo do período. Além disso, há um claro redirecionamento da Fundação Bradesco para o setor de educação a distância, potencializado na pandemia, que indica a possibilidade desse APH passar a organizar e disputar também esta modalidade de educação.

**Gráfico 09: Número de alunos da Fundação Bradesco entre 2011 e 2021 divididos pelas modalidades Educação Básica<sup>20</sup>, Educação de Jovens e Adultos e Formação Inicial Contínua**

<sup>20</sup> formada pelo somatório de matrículas na Educação infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio



Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor

O fator que nos motivou a produzir este gráfico foi compreender a redução no número de matrículas que ocorre de forma bem expressiva entre os anos de 2019, quando a Fundação Bradesco declarava ter matriculado 90198 alunos e o ano de 2021 quando declara ter 43.120 alunos matriculados.

Podemos observar que a redução de matrículas é uma constante nestas modalidades educacionais, com destaque para o comportamento errático da modalidade formação inicial e continuada que apresenta movimentos de ascendência de matrículas nas passagens dos anos de 2011 para 2012, 2013 para 2014 e de 2015 para 2016. Na educação básica, tivemos, no ano de 2011, 46.614 matrícula e no último ano da série, que foi 2021, tivemos 39.468, portanto no período analisada uma redução de 7.146 ou pouco mais de 18% em uma década. Essa constante redução nos números de matrículas era tratada pela Fundação Bradesco como:

Houve redução no número de alunos na Educação Básica em razão do movimento de ajuste de alunos por segmento, que objetiva aumentar a qualidade do ensino e garantir a permanência do aluno na Fundação Bradesco (Relatório de atividades da Fundação Bradesco, 2013, p.5.).

Na Educação de Jovens e adultos podemos observar 17.957 matrículas no 1º ano da série e 2469 no ano de 2021, o último da série. Portanto, no período, tivemos uma redução de 15.488 ou a incrível marca de pouco mais de 86%, decretando quase a sua extinção como modalidade educacional oferecida pela Fundação Bradesco, mesmo a mesma justificando em seus relatórios sua valorosa importância como instrumento de inserção social



Para atender ao público que deseja iniciar ou retomar a educação formal por meio da EJA, ofertamos cursos nas modalidades presencial e a distância (E-aD) desde 1985. Assim, atentos ao cenário educacional brasileiro, procuramos contribuir com a inclusão social, a inserção no mercado de trabalho e a retomada da autoestima dessa parcela da população. (Relatório de atividades da Fundação Bradesco, p.11. 2019).

Já na modalidade de formação inicial e continuada, tivemos uma grande redução, que praticamente interrompe o oferecimento por parte da Fundação Bradesco desta modalidade. No ano de 2011, tínhamos 44.192 matrículas nesta modalidade, atingindo seu ápice no ano de 2016 com 54.121 matrículas. Já no último ano da série, o de 2021, temos apenas 417 matrículas, representando uma redução de 43.775 matrículas ou uma redução superior a 99%. Também podemos observar que até o início da pandemia de Covid 19, o número total de matrículas nesta modalidade mantinha-se superior às 40.000.

A única resposta formulada pela Fundação Bradesco feita pelos diversos e-mails e pedidos de entrevistas foi juntamente a este questionamento feito e respondido pela mesma forma digital. Esta foi a nossa solicitação:

*Bom dia, meu nome é Carlos Mauricio e sou aluno de pós-graduação. Durante a leitura dos relatórios anuais divulgados pela Fundação Bradesco podemos perceber uma grande redução de matriculas na modalidade de formação inicial e continuada a partir do ano de 2019. Qual foi o motivo desta redução? A Fundação Bradesco pretende encerrar a prestação de serviços nesta modalidade? Grato pela atenção, Mauricio Lapa*

Essa foi a resposta da Fundação Bradesco:

*Prezado Maurício, boa tarde!*

*O segmento de Formação Inicial e Continuada da Fundação Bradesco teve uma redução do número de atendimentos nos últimos anos devido ao fato das aulas não terem acontecido durante o período da pandemia. Em 2022, os cursos ofertados englobam as áreas de Agronegócio, Arte e Design, Negócios e Empreendedorismo, Tecnologia da Informação, Elétrica e Eletrônica, Comunicação Visual e Artes, Inclusão e Diversidade e Gastronomia e Alimentação de acordo com cada região. Sendo ofertados no período noturno, com exceção das escolas de Feira de Santana (BA), Garanhuns (PE), Rosário do Sul (RS) e Osasco I, (SP). As inscrições atualmente encontram-se abertas por meio do site: [fundacao.bradesco/FIC](http://fundacao.bradesco/FIC). Cordialmente,*

**FUNDAÇÃO BRADESCO**

**Setor de Relações Institucionais**

#### **1.4 Fundação Bradesco e o atrelamento às diretrizes da coalizão global de educação: um novo velho modelo**

No dia 13 de abril de 2020, a Fundação Bradesco realizou um comunicado público em suas páginas digitais da nova parceria com a *International Business Machines Corporation* (IBM) e a implementação de uma nova plataforma digital. Faz-se necessário lembrar que este é um movimento permanente, que deverá ter implicações e efeitos nos períodos temporais pós-pandemia, tanto para a sua rede de escolas quanto para o seu maior programa de educação a distância.

Para uma melhor clareza, precisamos explicar a história e a imbricação dessa plataforma com algumas instituições ao longo do tempo, para que a sua origem seja compreendida, assim como a finalidade e os objetivos. Ressalta-se que este é um movimento permanente para a pós-pandemia e que propõe uma mescla entre educação presencial e educação a distância, como preveem as diretrizes da coalizão global de educação e, no Brasil, o movimento “Todos pela educação”.

A plataforma *Open P-TECH* foi criada pela IBM, no ano de 2010, como um modelo educacional cuja finalidade era a formação de um trabalhador de novo tipo que teria as pseudohabilidades e competências nas chamadas Ciências Exatas.

A iniciativa confirma a tendência mundial das grandes companhias de tecnologia que vêm investindo no ramo da educação, principalmente após a implementação das novas bases curriculares nacionais, tanto no ensino médio quanto no fundamental, que escancaram as possibilidades da conformação para o trabalho simples evidenciados na flexibilização curricular. Todos esses modelos têm como foco a educação relacionada à tecnologia e apostas do neoliberalismo para a modernização da educação. Se uma das tendências esperadas do novo trabalhador é que este tenha um mínimo de conhecimento tecnológico para manejar os aplicativos, bem como tenha entranhado a ideologia do “microempresário”, o resultado é a naturalização da ausência de local de trabalho, para que essas ideias sejam hegemônicas na sociedade.

Entre os anos de 2012 a 2017, o modelo expande-se, ultrapassa as fronteiras dos Estados Unidos e passa a ser aplicado em 200 escolas através de relações público-privadas, atingindo 100.000 alunos em 18 países, como declara a IBM. Além da formação em 5 anos de escolarização para o ensino médio, para de atingir o nível superior é acrescido mais 1 ano de estágio profissional, totalizando 6 anos de programa. Depois que os alunos concluem os cursos no *OpenP-TECH*, eles podem ganhar os chamados

*badges digitais*, certificados reconhecidos pela indústria, que podem ser inseridos no currículo e ajudam no processo de candidatura a um emprego.

No ano de 2017, com a promulgação da reforma do ensino médio, Lei nº 13.415/2017, e em 2018, com a norma técnica da Base Nacional Comum Curricular, (BNCC) criam-se as condições para a introdução dos novos mecanismos que visavam conformar um novo trabalhador. Projetos estão pautados em princípios similares, já que preconizam a flexibilização do ensino. No Brasil, a primeira experiência ocorre com o Centro Paula Souza (CPS), autarquia do governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. O CPS administra as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e as Escolas Técnicas estaduais (Etecs), atendendo mais de 208 mil alunos nas Escolas Técnicas e de 83 mil alunos nos cursos de graduação tecnológica.

No ano de 2019, a IBM comunica uma nova parceria com três APHs do capital. Dois desses são vinculados ao setor educacional religioso confessional e outro vinculado ao financiamento e propagação de valores e ideais liberais no Hemisfério Sul. No dia 20 de setembro de 2019, a IBM formaliza essa associação. Segundo Lapa (2020) a “Federação Internacional de Fé e Alegria” é uma associação educacional confessional, com fins lucrativos, presente em mais de 22 países da América Latina, Europa e África, em cerca de 4.000 centros educativos e mais de 1,5 milhões de alunos. Já a “Associação de Universidades Confiadas à Sociedade de Jesus na América Latina” (AUSJAL), segundo Lapa (2020), compreende as trinta e três universidades jesuítas da América Latina. Já a *Magis Americas* tem como objetivos declarados arrecadar recursos nos EUA para difundir os ideais e princípios do liberalismo, da democracia, e promover, apoiar e acompanhar os parceiros jesuítas no Sul, especialmente na América Latina e no Caribe.

Dito o caminho percorrido e as imbricações do modelo educacional da IBM adotado pela Fundação Bradesco, foi traçada a correlação histórica umbilical, tanto com a educação a distância, em seus primórdios em terras brasileiras, quanto com a campanha pela aprovação da legislação educacional brasileira que lhe permitisse aprofundar seus tentáculos na formação do trabalhador de novo tipo. Parece que o modelo de escolas *P-TECH* fez com que se tirasse da gaveta um projeto que há muito tempo fazia parte das aspirações da Fundação Bradesco, como legítima representante das empresas privadas de educação. Esse movimento coaduna com as diretrizes do TPE para a EAD, pois aponta para a mescla da educação a distância e aulas presenciais nos anos vindouros. Além disso, as confirma como novas tendências do capitalismo informacional, e, consequen-

temente, as novas demandas do mundo do trabalho simples, tomando o caminho mais eficiente aos interesses do capital para cooptar a classe paupérrima da sociedade a acreditar na eficiência da transferência de responsabilidades sociais.

## **2 O CAPITAL FINANCEIRO**

Os aspectos mais característicos do capitalismo “moderno” são os seus processos de concentração que, por um lado, “eliminam a livre concorrência” através da formação de cartéis e trustes e, por outro, envolvem os capitais bancário e industrial numa estreita relação. Através dessa vinculação, como será demonstrado mais adiante, o capital assume a forma de capital financeiro, a sua expressão suprema e mais abstrata (HILFERDING, 1981 (1910), p. 21).

O surgimento e ampliação das grandes empresas que tinham seu capital baseado em sociedades anônimas são desdobramentos decisivos na transformação econômica ocorrida ao longo da segunda metade do século XIX. Durante este período do capitalismo, segundo Ferreira (2014), o capital financeiro a partir de sua lógica reprodutiva, ao mesmo tempo em que permitiu a maior unificação e integração das economias nacionais no mercado mundial, propiciou a proliferação e disseminação de práticas rentista.

O capital financeiro é a forma assumida pelo capital. Essa nova forma materializa a dependência crescente da fração industrial em relação à fração financeira, ou seja, as indústrias dependem em um crescente das fontes de financiamento de suas atividades. Historicamente, isso se resolveu por meio da união dos objetivos comuns existentes no período entre o capital bancário e o capital industrial. Porém, sempre que a fusão medida avançava, alavancava também o processo de concentração de centralização de capitais. Portanto, durante essa fase de transformação do capitalismo, cada novo oligopólio buscava o controle de suas próprias fontes de crédito, o que lhe garantiria uma vantagem no processo concorrencial ao propiciar taxa mais vantajosas de juros. Já por outro lado, o setor industrial passou a ser tutelado cada vez mais pelos bancos, que passaram a exercer o domínio sobre vários ramos da indústria, bem como a controlar as diversas fases da produção. O desenrolar desse processo do capitalismo desenvolvia enormemente e simultaneamente a concentração bancária e industrial.

Karl Marx, em “O Capital”, realiza um profundo estudo sobre toda a realização do capital: capital-mercadoria, capital-dinheiro e o capital em função são as formas analisadas. Nesse sentido: “O capital de comércio de mercadorias é, pois, apenas a forma transmutada de parte desse capital de circulação, constantemente presente no mercado, presente no processo de metamorfose envolvido e sempre envolvido pela circulação” (Marx, 1986, p.204). Podemos então compreender com Marx: é no âmbito da circulação que ocorre a metamorfose do capital-dinheiro em capital-mercadoria, no mecanismo de aquisição de mercadorias a serem empregadas no processo de produção e vice-versa, produzindo, assim, a realização da mercadoria abarrotada de mais-valor.

Porém, devemos alertar que o método histórico e dialético exige um rigoroso e radical (no sentido de ir à raiz do problema) trabalho de investigação, pois a natureza do capitalismo só pode ser revelada em toda a sua complexidade a partir da compreensão da

totalidade, bem como da identificação das determinações sociais e históricas, objetivas e subjetivas, que formam essa totalidade.

Marx não se deteve e nem aprofundou os estudos sobre o capital financeiro. A análise realizada está dispersa em textos reunidos no volume 3 de “O Capital”, editado por Engels, após a morte de Marx, e publicado em 1894. O caráter “inacabado” dos escritos de Marx contribui para as inúmeras controvérsias que permeiam a literatura de inspiração marxista sobre o tema. Tomando como fio condutor a interpretação marxista, segundo Palhudeto e Rossi (2018), é a grande indústria que cria a necessidade dos vínculos entre capital industrial e o de juros, responsáveis pelo germe do capital financeiro. Essa fusão é motor do desenvolvimento da força produtiva do capital, mesmo permeado por contradições. Fica evidente, com o estudo do processo histórico, que o crescimento da escala da produção fabril definiu o sentido dos objetivos necessários entre indústria e finanças, tendo como fator de impulso nesse processo a concorrência entre os capitalistas – o que não significou, por mais contraditório que possa parecer, uma menor inserção das finanças também na circulação das mercadorias, pelo contrário: o sentido histórico do processo caminhou justamente em direção a uma maior coordenação entre produção e circulação.

Portanto, é inegável que foi a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, marcado pelo surgimento e fortalecimento das sociedades por ações, que lançou os alicerces teóricos que possibilitaram a construção do conceito, que pode ser utilizado como ponto de partida para a análise sobre aquela temática. Os alicerces do capital financeiro estão intimamente ligados ao desenvolvimento da produção capitalista

A estrutura básica do conceito de capital comercial reflete a crescente centralização e interdependência das distintas frações do capital (industrial, comercial, bancário), bem como as modificações nas relações de propriedade capitalista com o aparecimento dos acionistas. Todas essas frações passavam a fazer parte da mesma amálgama nessa sopa que sustenta a nova fase de produção capitalista. As etapas produtivas e financeiras fazem parte do princípio estrutural do capitalismo e estão, obviamente, intimamente ligadas ao sistema econômico.

Foi olhando para o desenvolvimento teórico de Marx no livro III de “O Capital” que Rudolf Hilferding, segundo Sabadini (2003), passou a aprimorar o conceito de “capital financeiro” ao colocar em evidência a ligação entre os circuitos financeiro e produ-

tivo das mercadorias, numa época na qual o capitalismo estava mais orientado para o capital produtivo. Hilferding define assim o capital financeiro:

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro antes os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais. (HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas, p. 219. Título original: *Das Finanzkapital 1909*.)

Ao longo da obra de “O Capital”, Marx mostrou a tendência de integrar formas específicas de capital por meio de conexões muito sistemáticas, necessárias para desenvolver ainda mais o modo de produção capitalista. Portanto, apontando nexos sistêmicos necessários ao desenvolvimento posterior do modo de produção capitalista. É exatamente nesse ponto que fica demonstrada certa convergência na análise deixada por Marx com a proposta de periodização apresentada por Hilferding. Portanto, segundo Marx, a materialização da grande indústria foi a possibilidade da subordinação do trabalho à produtividade do capital. O crescimento da produtividade, nesse caso, passa a estar sujeita apenas aos limites impostos pelo próprio capital em sua taxa e velocidade de reprodução.

Sendo assim, como apontado tanto por Marx como por Lenin, a ampliação da produção capitalista estaria sujeita a um aumento da quantidade de capital-dinheiro retirado do processo de circulação de mercadorias, e este mecanismo provocaria o acirramento da instabilidade do sistema, pois seriam transferências constantes, uma sangria, que acabaria por asfixiar a produção capitalista. Nesse cenário, o avanço das forças produtivas estaria intimamente ligado à ampliação da estrutura do capital alocado na posições de liquidez dentro do sistema. Consequentemente, o desenvolvimento das forças produtivas está intimamente vinculado com a necessidade crescente e voraz do

sistema em remanejar suas posições líquidas entre os capitalistas, bem como em desenvolver formas de aceleração do giro financeiro, imposta pelo crescimento do capital constante.

Logo, podemos concluir que o aumento da proporção entre trabalho morto, incorporado no capital fixo, e trabalho vivo – expressão da Lei Geral da Acumulação Capitalista<sup>21</sup> – tem uma relação umbilical com o crescente desconformidade entre a quantidade de capital-mercadoria e capital- dinheiro. Por um lado, é esta relação umbilical que, lastreada no desequilíbrio entre o trabalho produtivo e improdutivo, faz alavancar o processo de acumulação. Assim, o desenvolvimento histórico do sistema financeiro é o reflexo textual da contradição capitalista, que, por hora, permite a sua superação a partir da organização de formas institucionais de remanejamento e realocação do capital-dinheiro “ocioso” e disperso em formas mais avançadas de mando sobre o capital.

Nessa perspectiva, quando termina a decomposição dos elementos que constituem o modo de produção capitalista, Marx não paralisa sua pesquisa, mas revela analiticamente a possibilidade de evolução histórica dessas formas em uma determinada direção. Assim, segundo Tavares e Belluzzo (1980), na lei geral da acumulação capitalista estão estruturalmente implícitas as necessidades de concentração e centralização dos capitais, principalmente através de ampliação e externalização crescentes do capital a juros, com o predomínio cada vez maior do sistema de crédito sobre as órbitas mercantil e produtiva. Esse processo de evolução do capitalismo tem o germe de transformações importantes no funcionamento do sistema, se por um lado, a organização do mercado acionário implica na modificação da forma de avaliação do capital fixo. Nesse cenário, abre-se a possibilidade de divórcio da relação entre o valor dos ativos em sua representação mobiliária, com sua tendência de crescente constante da sua nova condição de estar cada vez mais atrelada às expectativas em relação ao seu rendimento futuro.

Por outro lado, essa transmutação de posições entre capital-dinheiro e capital em funções permite que o aumento da escala produtiva seja grande o suficiente para que, mesmo com o aumento da composição técnica e seus custos, a taxa de lucro produzida por este capital possa compensar qualquer outra tendência de declínio. Portanto, o aumento constante da escala produtiva garante aos capitalistas a manutenção de suas

---

<sup>21</sup> Karl Marx - A composição do capital analisada sob a proporção em capital constante e a proporção em capital variável, ou seja, todo o capital decompõe em meios de produção e força de trabalho.



taxas de lucro. Em outras palavras, o mecanismo de operação das economias internas permite as necessárias condições para elevação da produtividade do trabalho, ou seja:

a massa aumenta e, com ela, a soma do valor do capital empregado, isso representa apenas por enquanto a concentração de capital maior em uma mão. Mas é precisamente essa massa maior, usada por uma única mão - à qual quase sempre corresponde, além disso, uma massa absolutamente maior, embora relativamente menor, de mão-de-obra empregada - que permite essa economia de capital constante. Se olharmos para o capitalista individual, vemos que o volume do investimento de capital necessário aumenta, principalmente em relação ao capital fixo; mas com referência à massa da matéria elaborada e do trabalho explorado, ela diminui em termos relativos. (MARX, 2001: p.100)

Outra característica do sistema capitalista, segundo Derengoski (2018), é a mudança de posições de propriedade entre os capitalistas esta transformação ocorrendo quando o capital-dinheiro troca de posições com o capital em funções, movimento em que o título de propriedade sobre parte do capital produtivo é cedido, possibilitando que a concentração de capital pela acumulação individual ceda espaço ao comando centralizado sobre o capital de vários capitalistas. Portanto, fica claro que o crescimento das escalas de produção não fica atrelado ao crescimento de apenas um só capital, passando, de fato, a desenvolver formas de associação e arranjos entre capitais, potencializando assim, a concentração e a centralização do capital.

Destarte, podemos concluir que somente a partir do desenvolvimento conjunto das formas particulares do capital, demoninados como capital industrial, comercial e bancário, ficam estabelecidas as bases da latente e carnal relação entre concentração e centralização como fenômenos ligados pelo mesmo processo histórico. Substanciando esta análise, temos a própria construção teórica de Marx, onde a centralização de capitais é citada tanto ao tratar-se da lógica de reprodução do capital em geral, bem como ao tratar do capital em sua pluralidade.

Contudo, a centralização funciona como consequência, bem como também funciona como excludente das formas particulares do capital, visto que a centralização tem também como efeito a crescente supressão das formas particulares de capital pelo caráter associativo, que passa a ser hegemônico no capitalismo. Em outras palavras, cria o afastamento do caráter antitético como marca tatuada no capital industrial, mercantil e capital que rende juros para, através da fusão dessas formas parciais, dar a esta nova amálgama uma nova cara e identidade.

Por conseguinte, podemos tomar como premissa que a centralização crescente do capital materializa a subordinação da esfera produtiva à esfera financeira, porém, esta premissa passa a assumir uma categoria secundária frente à categoria central e mais importante dessa lógica, que passa a ser a natureza rentista das diversas associações entre o grande capital, independente de seus ramos de atividades na sociedade capitalista. Logo, a consolidação do capital financeiro, no estrito sentido da fusão das formas particulares de apropriação, insere na dinâmica concorrencial uma outra dimensão analítica, a taxa de rentabilidade. É justamente na tendência apontada por Marx, isto é, a constituição de formas associativas de capital, que Hilferding, em uma leitura mais ampla de sua obra, descreve as formas contingentes de constituição do capital financeiro, aprimorando a categoria de capital financeiro ao tema central dos debates marxistas. Quando de forma especial, passa a revelar e a descrever as mudanças da estrutura de propriedade sobre os meios de produção, bem como a fusão entre as formas de apropriação da mais-valia – especificamente entre renda, juros e lucro.

Portanto, Hilferding cria uma categoria mais abrangente, denominada por ele como Capital Financeiro, isto é, o capital industrial que mantém sua forma capital-dinheiro através de títulos de pronta liquidação (Hilferding, 1985:219). Com base em Braga (1987), consideramos

a errônea avaliação que se fazia entre as atividades industriais e bancárias desempenhadas pela mesma associação de capitais, passa a ser uma questão de menor valor, pois nesta nova interpretação devemos entender o Capital Financeiro como uma forma mais geral de atividade capitalista, que reúne as conexões de financiamento e controle necessárias para a execução de projetos de grande escala na mesma estrutura empresarial, e tem a capacidade de influenciar e dirigir uma série de atividades. .(BRAGA, 1987. p.33)

Assim, a partir da leitura de Braga (1987), chegamos à conclusão que o capital financeiro é uma forma mais geral da atividade capitalista que reúne em uma única estrutura todos os mecanismos necessários à execução do empreendimento.

Logo, segundo Pinto (1997), quando o capital começa a combinar os atributos do capital monetário e do capital industrial, ou seja, quando o capital é facilmente convertido em dinheiro e seus equivalentes de produção, o capital se torna capital financeiro. Dinheiro e máquina assumem o mesmo papel e forma ao mesmo tempo. Portanto, os títulos (como ações e debêntures) que são regularmente negociados nas bolsas de valores são capital financeiro da mesma forma que os depósitos bancários.

Por conseguinte, esta forma autônoma, quase mutante que o capital financeiro assume no capitalismo contemporâneo, baseada na interpretação de Hilferding, só se materializa de forma concreta e visível em sua plenitude no processo de produção/circulação capitalistas. Essa forma autônoma adquirida pelo capital só é possível pelo seu duplo papel exercido, hora como capital em sua forma concreta, hora na sua forma específica, ou seja, exerce no mesmo ciclo o papel de capital produtivo e capital-mercadoria. Porém, o título de propriedade sobre a mais-valia<sup>22</sup> a ser realizada pelo mesmo capital só é possível mediante os vínculos concretos e necessários criados por esse capital em seu processo de valorização e multiplicação. Assim, o desdobramento da existência do capital em seu papel autônomo, permite que capitalistas detentores de capital-dinheiro<sup>23</sup> troquem suas posições líquidas por parcelas de capital fixo de outros capitalistas, permitindo, desta forma um conjunto de associações entre os diversos capitais, no qual a posse sobre o capital não muda, mas sim sua apresentação formal, ensejando os vínculos com outros capitais, tão necessários ao seu processo de valorização e mutiplicação.

Mesmo com essas diversas nuances, o importante, neste caso, é analisar as formas gerais de desenvolvimento desta estrutura do capital, independentemente do arcaboço jurídico que lhe dá cobertura, como consequência do processo de centralização de capital. Doravante a forma “Financeira” do capital, tal como proposta e fundamentada aqui nesta tese, pode ser compreendida e estratificada como um desenvolvimento necessário para que o capital alcance proporções mais elevadas de composição técnica, tendo como principal resultado do processo a elevação da massa de lucro produzida pelo capital e a maior participação dos setores com maior produtividade na composição da taxa média de lucro, com uma crescente e contumaz transferência de renda da classe trabalhadora para a classe burguesa, e tendo como efeito essencial desse processo a introdução por parte do capital financeiro no sistema capitalista, de uma série de determinações sobre a concorrência, que uma vez posta historicamente, passa a ser hegemônica no modo de produção, passando a definir as composições técnicas minimamente necessárias ao processo de valorização e mutiplicação do capital.

---

<sup>22</sup> A diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e o valor do trabalho é a base do lucro no sistema capitalista.

<sup>23</sup> É qualquer ativo que pode gerar fluxos de receita ao longo do tempo por meio da aplicação na produção. Este conceito inclui não apenas a própria moeda, mas também investimentos financeiros, ações e ativos que podem ser usados para gerar riqueza.

Embora não desenvolvendo em sua obra, diretamente, sua análise sobre o mercado mundial, Marx sugeriu que a participação dos setores de composição técnica mais desenvolvida na formação da taxa média de lucro e em decorrência da participação da taxa média de lucro possibilita a hierarquização da divisão internacional do trabalho, fornecendo o capital social básico de cada economia numa importância fundamental e singular na organização da divisão do sistema capitalista. Mesmo sem fazer parte do escopo teórico fundamental desta tese apresentada até aqui, é importante discorrer sobre as propostas de interpretação sobre o processo de troca desigual<sup>24</sup>; vale dizer que, no sentido dado aqui para essa discussão, a composição do capital social representa um importante princípio organizador da divisão internacional do trabalho. Nessa circunstância, Marx, ao abordar o processo de formação da taxa média de lucro, descreveu o seguinte efeito sobre o mercado mundial:

As massas do valor total produzido variam de acordo com as diferentes magnitudes do capital total investido respectivamente em A, B, C e D. Portanto, a formação da cota geral de lucros não implica apenas uma diferença em termos das cotas de lucro de as diferentes esferas de produção cuja média simples é retirada, mas trata-se de saber o peso relativo com o qual essas diferentes participações nos lucros entram na formação da média. E isso depende da magnitude relativa do capital total da empresa em cada esfera de produção ou da alíquota do capital total da empresa que representa o capital investido em cada esfera especial de produção. (MARX, 200, p. 168)

Mais do que um processo histórico e dialético da mediação da concorrência pelas taxas médias de lucro, formadas a partir de espaços constituídos de monopolização do capital, podemos compreender de forma ilustrada como o desenvolvimento das forças produtivas e as tendências relacionadas ao seu desenvolvimento – como a centralização – representam momentos de reanjo da nova divisão internacional do trabalho, produzindo espaços desiguais e combinados, na relação dialética entre centro e periferia capitalista. Esse ponto é de fundamental importância para a compreensão das condições em que o processo de industrialização na periferia do mundo capitalista teve seu prosseguimento, principalmente em relação às necessidades de saltos qualitativos impostos ao capital local para se posicionar de forma diferenciada frente às modificações na divisão internacional do trabalho, e os rearranjos impostos pelas transformações nas economias centrais.

---

<sup>24</sup> Deve-se assinalar que a troca desigual é um aspecto do imperialismo e deve ser entendida como troca desigual de valores.

Nesse sentido, a concorrência capitalista coloca-se como fator de impulso na organização dos saltos qualitativos, impostos pelo novo arranjo da dinâmica produtiva decorrente dos blocos de capital centralizados ao capital periférico. Historicamente, segundo Klagsbrunn (2008), a organização a partir desse processo de estados nacionais tem tratado a relação entre Estado e capitalismo com novas decisões, o que se deve principalmente à importância conferida pela centralização do capital, primordialmente dentro das fronteiras nacionais ao capital social total, atrelado aos sistemas industriais nacionais. Essa perspectiva foi especialmente importante ao debate sobre a relação entre capital financeiro e imperialismo, no período prévio à Primeira Guerra mundial. A relação do Imperialismo e a expansão do capitalismo na América Latina provoca uma expansão associada e dependente. Este debate se faz tão importante, que criaremos um próximo tópico desta tese, denominado como “Imperialismo e a expansão associada e dependente” para aprofundarmos este debate fundamental.

## **2.2 Imperialismo e a expansão associada e dependente**

Nesta parte da tese, nossas preocupações se deslocam das interpretações a respeito do capitalismo mundial contemporâneo e da formação do capitalismo financeiro, descritas no tópico primeiro deste capítulo, para os estudos das relações entre o Imperialismo nos países centrais e nos periféricos e a sua relação entre o desenvolvimento econômico e dependente. Procuramos compreender, assim, como se desenvolve o Capitalismo nos países periféricos, tendo como ponto de partida o Imperialismo como nova expressão da fase de desenvolvimento capitalista e procurando também demonstrar todas as suas nuances e peculiaridades dentro da periferia do capitalismo, dentro do escopo teórico da teoria da expansão associada e dependente.

Dentre os países periféricos, o foco estará na América Latina e, em particular, no Brasil, pois é neste cenário que se desenrola o objeto da pesquisa. Portanto, para maior clareza do leitor, dividimos este subcapítulo em quatro blocos. No primeiro bloco, tentaremos explicitar a conexão do objeto com o tema do Imperialismo e apontando o salto teórico representado por Lenin. Já no segundo bloco, abordaremos a teoria Marxista clássica e os desdobramentos históricos da segunda internacional. No terceiro bloco, discorreremos sobre o Imperialismo na fase superior do capitalismo. Na quarta e última parte, apresentamos a versão da teoria da dependência de Cardoso e Faletto e sua tese da possibilidade de um desenvolvimento depen-

dente-associado; no terceiro bloco, buscamos mostrar os novos vínculos de dependência dos países periféricos no regime de acumulação com dominância financeira, com foco e especial atenção ao caso brasileiro.

Portanto, nosso debate se inicia em meio a um acirrado debate no campo marxista no início do século XX, sobre a formulação da teoria do Imperialismo. Entre Rosa Luxemburgo, com o livro "A Acumulação do Capital", publicado por Lenin, veio superar as formulações dos seus autores contemporâneos. Em síntese, sua análise do imperialismo o caracteriza como uma fase no desenvolvimento do Capitalismo que tem cinco traços fundamentais que podem ser apontados como concentração da produção, fusão do capital bancário e do industrial, exportação de capitais, formação de associações internacionais monopolistas e a partilha territorial do mundo.

O grande "salto teórico" dado por Lenin é fruto de uma grande compilação e análise de vários autores, pois cada um desses pontos é desenvolvido com base em referências completas a documentos e dados oficiais. Porém, não devemos julgar de forma simplória com que Lenin apenas compilou os mais recentes estudos sobre o devir do Capitalismo, pois o mesmo também apresentou uma crítica profunda às formulações teóricas existentes, tentando superar as limitações do método de pesquisa de cada autor.

Com base nisso, ele chegou a uma conclusão sobre a "natureza" do imperialismo, entre as quais podemos destacar as crises cíclicas e as estagnações provocadas diretamente pelo sistema capitalista monopolista, bem como a imposição das guerras no sistema imperialista e novas possibilidades de um novo tipo de colonialismo com a subordinação de Estados que mantêm independência política formal. E por último, talvez a maior contribuição da práxis sistematizada por Lenin, que antevia a possibilidade de divisão na luta do proletariado em dois cenários distintos: nos países centrais contra a burguesia e nos países periféricos a luta anti-imperialista.

Portanto, chegamos ao final deste trecho do texto com a afirmação do enorme salto teórico dado por Lenin na formulação de sua teoria do imperialismo, que passou a balizar todo o processo de ascensão do movimento revolucionário mundial na primeira metade do século XX, funcionando como um norte. Porém, também devemos ressaltar que para além da teoria do imperialismo que continua mantendo sua atualidade e uma impressionante eficácia até hoje, ela também nos traz ensinamentos importantes que também são bastantes valorosos e que colaboram quanto à perspectiva dos métodos de produção teórica na ciência marxista.

## 2.21. A teoria marxista clássica do Imperialismo

Os autores citados acima foram os formuladores da teoria marxista clássica do Imperialismo nas primeiras décadas do século XX. Essas especulações de que o capitalismo ultrapassou sua fase da livre concorrência e começou com um novo estágio de desempenho social e político típico com uma base econômica monopolística. Esta característica se faz comum e presente na obra de todos esses autores marxistas, porém, quando olhamos cada autor de forma individual e passamos a ampliar a análise, percebemos que cada um deles apresenta determinadas especificidades sobre a fase imperialista do Capitalismo, como por exemplo bem define Cristiano Silva (2010)

um dedica-se mais ao papel do capital bancário na acumulação capitalista enquanto o outro, sobre as exportações de capitais, combinando-as com as contradições inerentes à reprodução ampliada do capital e às relações imperialistas decorrentes ao sistema mundial de Estados (SILVA, 2010. p.32)

Outro ponto também destacado é que o predomínio dos monopólios, reduzia e até elimina a concorrência das sociedades capitalistas nacionais, mas nenhum deles foi tão completo e atemporal quanto Lenin em seu livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo.”

Lenin é o primeiro a apresentar um conceito de Imperialismo relacionando de forma sistêmica o processo de concentração da produção e riqueza aos seus impactos econômicos, sociais e políticos da nova condição da estrutura burguesa. Em qualquer momento de sua obra, o autor chama a atenção para a compreensão das políticas do imperialismo, levando em consideração os fundamentos da economia monopolista. O primeiro quarto do século XX mostra novos elementos da vida capitalista, provocando profundas modificações na sociedade. Portanto, fica evidente que essas transformações identificadas por Lenin elevam a situação política entre as classes fundamentais a outra escala de debate e enfrentamento. Nesse período, a mais significativa transformação foi o processo político que levou ao surgimento dos grandes monopólios, desdobrando-se em um sistema mundial de Estados baseado na dicotomia entre exploração e conflitos.

Entretanto, o que antes se mantinha no campo teórico da abstração passa com a eclosão da Primeira Grande Guerra (1914-1918) ao campo do concreto e real. O Imperialismo passa nesse movimento histórico da abstração dos círculos acadêmicos para a materialização da transformação da vida dos oprimidos e a disputa por área de influência

das principais potências capitalistas. Esses movimentos irão produzir uma necessária e urgente organização da classe trabalhadora para resistir a esses novos desafios que se agigantavam no curso da história mundial.

A eclosão dessa grande guerra foi um dos principais elementos que provocaram a cisão da “Segunda Internacional Comunista”. O principal e mais ilustre representante da era Kautsky<sup>25</sup>, diante do contexto da guerra, passou a defender uma caracterização política que chancelava ao Imperialismo uma suave imagem, como sendo uma deformação temporária do processo civilizatório do Capitalismo mundial. Portanto, podemos afirmar, com base nas afirmações de diversos autores, como Silva (2002), que para Kautsky, o Imperialismo é, de fato, uma forma de anexações de partes do mundo com menor desenvolvimento econômico, implementada por países do centro do capitalismo que já experimentaram em suas economias a formação de trustes. Porém, devemos ressaltar que para se manter e dominar estas recentes regiões agrárias incorporadas ao sistema capitalista seria necessário um grande esforço das potências imperialistas propiciando o surgimento de escaramuças e conflito entre estas potências.

Dentro dessa ótica, o nacionalismo pode ser visto como uma garantia para o progresso econômico de alguns países, quase uma prova de origem. Funciona quase como um atestado de procedência, definindo um destino fatalista que levaria a alguns países durante este processo de materializar as contradições do capitalismo mundial a chegarem a uma nova etapa denominada de ultraimperialismo. O primeiro a designar nova etapa com esta elaboração teórica e nomenclatura foi Kautsky, fase essa que permitiria o aparecimento das condições concretas para a revolução socialista. Como bem sintetiza e explica Silva:

A tese do Ultraimperialismo, formulada por Kautsky (1914), essencialmente, explica que o imperialismo representa a economia política do capital financeiro, tendo por objetivo a anexação de regiões agrárias menos desenvolvidas, ou seja, transmite a ideia positiva de um desenvolvimento capitalista controlado pelas grandes potências, em que as contradições poderiam ser contornadas dentro da ordem burguesa. De certa maneira, pregava-se a possibilidade de uma concorrência capitalista harmônica entre as nações imperialistas. As deformações eram temporárias e seria possível a combinação pela exploração financeira conjunta do mundo.” (SILVA, 2010, p.52)

Portanto, baseado na tese do ultraimperialismo, temos a ideia torpe de que o Imperialismo representaria os braços econômico e político do capital financeiro, tendo co-

---

<sup>25</sup>Lenin (1986) afirma que Kautsky era o principal expoente e porta voz de uma das correntes ideológicas da II internacional, liderando um bloco formado por Plekhanov, Otto Bauer, dentre outros.



mo primordial objetivo a anexação de regiões agrárias menos desenvolvidas. Sendo assim, esta teoria transmite, mesmo que ingenuamente, a concepção positiva do desenvolvimento capitalista que, controlado pelas grandes potências, poderiam contornar e dirigir as contradições que surgissem dentro da ordem burguesa. Em certo sentido, essa teoria apregoava a possibilidade de uma competição capitalista simétrica e harmoniosa entre os países imperialistas. Portanto, essas deformações são temporárias e homogêneas, mitigando seus efeitos e assim, perpetuando a exploração financeira do mundo.

Essa tese de Kautsky foi duramente criticada pela corrente revolucionária<sup>26</sup> que se formou nas primeiras décadas do século XX. A sua crítica não se baseia apenas na sua análise superficial e ingênua do imperialismo, mas também propõe uma nova interpretação do imperialismo. A interpretação do imperialismo será determinada pelo monopólio e pela exportação de capital, constituindo assim uma nova etapa da acumulação capitalista. A competição capitalista liderada pela Grande Aliança tornou-se cada vez mais contraditória e internacional. Este entendimento é reforçado por Silva:

O imperialismo seria determinado pelos monopólios e exportações de capitais, constituindo uma nova fase da acumulação capitalista, na qual a concorrência capitalista, comandada por grandes trustes, tornou-se mais contraditória e internacionalizada. (SILVA, 2010, p 53)

A apresentação do debate travado entre a corrente revolucionária e os intelectuais mais relevantes da “Segunda Internacional Comunista”, principalmente Karl Kautsky, torna-se balizar para o entendimento do caldo rico que forjou as bases da revolução Russa de 1917, bem como toda a riqueza histórica que fundamenta a interpretações dadas por essa tese ao conceito de Imperialismo. Esse debate provoca os passos revisionistas de parcelas importantes dos militantes políticos da classe trabalhadora, em nível mundial, no contexto das primeiras décadas do século XX. Portanto, foi a luta política e a defesa teórica do grupo revolucionário presente durante a "Segunda Internacional" que fez dessa interpretação a base dos acontecimentos que desencadearam a revolução de outubro de 1917, na Rússia, e acabaram por marcar um novo rumo para o século XX, bem como foram fundamentais para a organização da luta dos trabalhadores.

Assim, Lenin aponta na teoria formulada por Kautsky na segunda internacional sua inexatidão e imprecisão ao separar no Imperialismo sua base política da sua base

---

<sup>26</sup> Este é um grupo político formado nas primeiras décadas do século 20 e consolidado a partir dos acontecimentos da Revolução Russa de 1917 e da forma organizacional do Partido Bolchevique. Os principais autores nesta área são Lenin (1870-1924), Bucarin (1888-1938) e Rosa de Luxemburgo (1871-1919).

econômica. Como se pudesse existir uma política econômica que desenhasse uma base econômica distinta de suas principais características. Lenin percebeu e apontou criticamente que uma base monopolista necessariamente produziria uma base econômica também monopolista.

Devemos ressaltar que essas características da união da base política e da base econômica são traços comuns na obra de Lenin, E ele usou esse método para descrever muitos outros trabalhos sobre imperialismo. Esse é o legado de seu trabalho, uma marca que representa um grande salto intelectual e que vai possibilitar um grande amadurecimento na teoria marxista. Sendo assim, o Imperialismo é o produto direto do desenvolvimento das incoerências presentes no sistema capitalistas. Essas contradições não foram resolvidas ou atenuadas, pelo contrário, foram promovidas ao grau de decomposição. Como fica claro em Silva (2010):

Portanto, o Capitalismo, em sua fase monopolista, sofre uma decomposição e é equivocado desconsiderar esse fato quando se analisa a luta política estratégica entre as nações dominantes pelo domínio das riquezas. (SILVA. 2010, p. 54)

Lenin reforça e caracteriza o Imperialismo sua decomposição e seu parasitismo.

Como todo o monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico. (LENIN, 1986, p.200)

Assim, o Imperialismo é uma fase do capitalismo com dominação dos monopólios e do capital financeiro; como entendemos com base na leitura e interpretação de Lenin, o Imperialismo é tido “com política de exportação de capitais e partilha do mundo por trustes”, e que por consequência vai terminar na partilha de toda a terra pelas potências capitalistas mais avançadas do ponto de vista do desenvolvimento do Capitalismo. Portanto, podemos afirmar que as consequências da política das grandes nações não se restringiam ao domínio das regiões menos industrializadas ou agrárias, mas acabando por representar uma prevalência nas áreas industrializadas também. Portanto, para Lenin, não seria correto outorgar à Grande Guerra (1914/1918) o menor pretexto de interesse nacional. Essa guerra de fato nada tinha com o nacionalismo, e sim, refletia os interesses econômicos. Para determinar esta constatação, Lenin transcende à análise das

relações diplomáticas e se baseia na situação objetiva das classes do andar de cima dos países envolvidos no conflito.

A guerra é imperialista e contrária aos interesses da classe trabalhadora, produto inevitável do Capitalismo que gerou a dominação do capital financeiro. Logo, tratava-se dos traços fundamentais da luta entre burgueses, tendo por estratégia a divisão do mundo e o domínio das riquezas. Enquanto o sistema mundial de estados baseado nas relações imperialistas continuar, a guerra será inevitável. Assim, no nosso entendimento, a fase Imperialista é um produto do capitalismo industrial quando este atinge seu ápice de desenvolvimento, passando desta forma a funcionar como uma condicionante de que toda nação capitalista industrial funcionasse como uma metrópole em busca de novas áreas agrárias, não importando a finalidade, utilidade ou povo que ali habitasse ou desenvolvesse uma atividade.

Dessa forma, Lenin considerava criminosa a participação política na guerra, sob qualquer pretexto. Portanto, o grande obstáculo a ser vencido era criar os arranjos básicos que desencadeassem a situação revolucionária<sup>27</sup> que seria aberta como efeito direto da guerra imperialista, bem como preocupar-se com a análise das raízes sociais e históricas que sustentavam a posição nacional oportunista da “Segunda Internacional Comunista”, tendo Kautsky como principal expoente.

Assim, o pacote de transformações representado pelo imperialismo impacta diretamente a estrutura social dos países capitalistas mais avançados<sup>28</sup>, causando grandes mudanças. Nesse período histórico, a parcela superior da sociedade que formava a aristocracia operária era composta basicamente por dois segmentos: por operários que ocupavam cargos de chefia e grande hierarquia das grandes empresas ou por altos funcionários do Estado. Essa fração operária possuía interesses materiais e concretos em alianças com suas burguesias nacionais nos diversos países centrais do capitalismo. Essas burguesias se alimentavam dos lucros da exploração. Para Lenin,

---

<sup>27</sup> Esta é uma mudança objetiva e decisiva na revolução socialista. Lenin fez três pontos, que ele acreditava serem a base para definir a situação revolucionária

- 1) A classe dominante não pode manter sua posição dominante
- 2) O sofrimento das classes oprimidas é pior do que o normal;
- 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos pacíficos, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria cúpula, para uma ação histórica independente” (Lenin, 1979, p.27-28).

<sup>28</sup> Lenin (1986) analisou as transformações socioeconômicas nos países capitalistas mais desenvolvidos. Os conceitos que são trabalhados em sua obra evidenciam esse compromisso teórico e militante. Os temas serão analisados ao longo deste capítulo.

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequenos burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. (LENIN, 1986, p. 585)

Diante de todos os fatos exposto sobre a “Segunda Internacional Comunista”, podemos identificar que a grande lição de Lênin é a sua capacidade em propor um novo debate que passava a analisar, por um lado, os fenômenos objetivos presentes no imperialismo e por outro, toda a subjetividade do novo tipo de vida imposta aos trabalhadores, mas que deveriam ser observados como uma caminhada de forma indissociável como se fossem os lados de uma mesma moeda. Também não podemos relegar ao ostracismo a ineficiência e serventia a outros interesses que não o de promover a revolução socialista da corrente revolucionária. Como exemplifica Silva.

A “Segunda Internacional”, naquele contexto, executando papel de dirigente político do movimento operário, especialmente nos países centrais, converteu-se numa corrente política aliada e financiada pelo Imperialismo. A corrente revolucionária decretou a sua falência enquanto instrumento para a revolução socialista mundial. Surgia uma nova etapa histórica cujo desafio era a construção de organizações operárias independentes. (SILVA.2010, p. 56).

O “Estado-rentier”<sup>29</sup> é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição”, afirma Lenin (1986, p. 202). Portanto, o Imperialismo torna-se o sistema dominante quando dentro do escopo do monopólio e da supremacia do sistema financeiros, os países centrais do capitalismo subjagam as periferias. de tal forma que qualquer tentativa de insurreição da esquerda torna-se incompatível com a estratégia de revolução proletária. Dentro desta nova prerrogativa e papel desempenhado pela corrente revolucionária, Vinicius Siqueira define bem:

O movimento operário no seio da época imperialista tende a se decompor e se fundir com a política burguesa, sob a forma de social-chauvinismo. Este entusiasmo excessivo pelo que é nacional, e menos-prezo sistemático pelo que é estrangeiro vai gerar, mais tarde, as condições de surgimento do Fascismo. (SIQUEIRA, 2019, p.2)

---

<sup>29</sup>Em essência, é um sistema econômico nacional para rentistas, uma organização política centralizada, e sob o sistema democrático de todo o povo e relações internacionais multipolares, o exercício da liberdade política é severamente restringido.

Portanto, de acordo com Silva (2010), ao apagar das luzes do século XIX, os países centrais do Capitalismo como Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos tinham sua estrutura social controlada e organizada por monopólios capitalistas em grande escala. Este controle só era possível pois o Imperialismo, enquanto uma fase de decomposição do capitalismo calcada em um acúmulo crescente e contínuo, permitia no mesmo cenário a existência de monopólios como política econômica. O autor esclarece ainda que os fenômenos objetivos do imperialismo acabam por afetar as relações da vida social em todos os aspectos. Diante desse novo quadro em que se materializava com o Imperialismo, a estratégia revolucionária da organização política da classe trabalhadora passou a depender de uma boa leitura da real e verdadeira representação desse fenômeno.

Foi esta realista interpretação revolucionária feita por Lenin sobre o Imperialismo que também ajudou a criar as bases para a subida ao poder dos trabalhadores na revolução russa de 1917, bem como a construção das motivações da “Terceira Internacional Comunista”, enquanto organização internacional dos trabalhadores.

### **2.2.2 O Imperialismo, fase superior do Capitalismo**

Lenin, no livro “O Imperialismo, fase superior do Capitalismo”, escrito durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918), define o Imperialismo como o 'estágio superior do capitalismo', mas apenas palavras hierarquizavam; de fato, tal análise traz para o centro do debate a problemática da implacável expansão global do capital e suas múltiplas contradições. Além da contribuição teórica, o debate sobre o Imperialismo tinha a tarefa de fornecer elementos para embasar as lutas políticas internacionais dos trabalhadores. O mais importante naquele momento histórico é combater na “Segunda Internacional” as posições reformistas e revisionistas vindas principalmente do Partido Social-Democrata da Alemanha, que tinha como principal expoente e teórico Karl Kautsky, que de fato sugeririam a acomodação e o conformismo dos trabalhadores frente as transformações sociais implementadas pelo Imperialismo.

Também podemos realçar como um traço marcante desse período a colonização enquanto estratégia política do Imperialismo. Enfim, Lenin apresenta um método de análise baseado em uma fórmula binária que considera as dimensões social e política de uma base econômica monopolista. Sua investigação científica baseou-se no materialismo histórico dos grandes Estados que representavam o centro do capitalismo mundial como a Alemanha, Inglaterra, França e os Estados Unidos, países que evidenciavam um forte

processo de concentração de riquezas, exemplificando assim, de forma mais didática, as economias monopolistas. Desta forma, Lenin concretiza a visão apresentada como sendo a de que os monopólios já estavam presentes e controlando parcela significativa das forças produtivas.

O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo (LENIN, 1986, p. 586).

Portanto, Lenin procurou explicar a origem e os fatores históricos que determinam a formação do monopólio nas economias capitalistas. Tendo sido essa característica uma das mais marcantes identificadas como um fenômeno bastante expressivo e frequente no desenvolvimento do capitalismo mundial. Após a Grande Crise do Capitalismo, em 1873<sup>30</sup>, o processo de formação de um monopólio deu um salto qualitativo e quantitativo. Essa potencialização da economia monopolista está relacionada, por um lado, à superprodução, pois a mesma introduzia ao modelo de produção e de gestão do trabalho novos métodos organizacionais (Taylorismo e Fordismo) e por outro lado, ao consumo insuficiente devido aos baixos salários da época. Assim, nas primeiras décadas do século XX, os monopólios já representavam a base econômica dos países acima citados. Segundo Lenin (1986), o resumo da história é:

1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis.  
2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O Capitalismo transformou-se em imperialismo” (LENIN, 1986, p. 591)

Diante disso, Silva (2010) aponta que os enormes monopólios são o resultado das contradições da competição capitalista e chegaram ao ponto de que essas contradições começam a se tornar os principais elementos da oposição, porque a posição dominante do monopólio reduz ou mesmo elimina a competição na sociedade capitalista. Portanto, a principal característica das economias monopolistas funcionava como a peçonha, a apregoada e exaltada competitividade do sistema capitalista. “O processo de organização

---

<sup>30</sup> De 1873 a 1896, o sistema capitalista experimentou sua primeira grande crise, a Grande Depressão.

dos monopólios capitalistas é a sequência lógica e histórica do processo de concentração e centralização” (BUKARIN, 1984, p.58).

Logo, o Imperialismo apresenta-se como uma fase do desenvolvimento capitalista na qual a livre-concorrência transforma-se em Capitalismo monopolista, passando a determinar novas formas e arranjos políticos. As políticas do Imperialismo estão relacionadas às condições objetivas para a acumulação por parte das empresas monopolistas em grande escala (isto é, fundação econômica monopolista). A concentração de riqueza transcende o reino da produção e desempenha um papel no mundo da determinação política. O método adotado considera as diversas relações entre superestruturas políticas e estruturas sociais baseadas em grandes monopólios.

Devemos realçar que as políticas empregadas pelas nações do centro do capitalismo estão baseadas muito mais na coerção do que no consenso, e também devemos reafirmar que as potências imperialistas extrapolam o cardápio de dominação para além dos limites do conjunto das economias dos países subdesenvolvidos com seus diferentes níveis de industrialização, e assim, também se apropriando de regiões com bases econômicas na agricultura, minerais e extração vegetal. Também há competição capitalista entre os países imperialistas por disputas de riqueza externa, então, há uma tendência à violência e reação.

Portanto, o Imperialismo nada mais é do que um produto do desenvolvimento das contradições postas pelo Capitalismo, contradições estas que quando são elevadas a sua fase superior, geram inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Dentro desta lógica e características do Imperialismo, Lenin apresenta a seguinte compêndio:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LENIN, 1986, p.642)

Devemos ressaltar que o processo de concentração de riqueza fez surgir organizações burguesas que expressam a fusão do capital bancário com o capital industrial, o que se traduziu em um salto qualitativo na reprodução social capitalista. Esta nova fusão promove uma intensificação da composição orgânica do capital presente nas grandes empresas e que estabelece uma nova forma de prover as relações políticas, tanto entre os Estados nacionais quanto entre as classes sociais. Essas políticas, ou nova necessidade

de se fazer política, que devesse deixar bem claro, foram impostas pela realidade Imperialista, acabam por manifestar uma tentativa de resolver essas contradições, porém, esta nova realidade acirra as tensões tanto intraclasses quanto entre nações, aumentando a instabilidade social, as guerras e os conflitos entre as nações.

Dessa forma, convém destacar que o Imperialismo não é apenas uma política que se expressa pelo domínio de novas regiões, que passariam a ser subjugadas a novas regras que de certa forma, emperrariam a livre concorrência; vai muito além de mudanças cosméticas de cunho econômico, expressando, de fato, as mudanças que ocorreram no cerne da grande burguesia dos países capitalistas avançados, provocando transformações profundas nas esferas política, econômica e social tendo seu marco temporal vinculado às últimas décadas do século XIX.

Desta forma, podemos concluir que o Imperialismo representa uma fase do desenvolvimento capitalista que tem como principal ingrediente a base econômica monopolista e a presença destacada do capital. Todavia, esta nova estrutura econômica acaba por se desdobrar em um nível superior de contradições que coloca em campos opostos e conflitantes o monopólio e a livre concorrência. Característica está sempre referenciada e valorizada como capaz de impulsionar novos inventos, melhores serviços e menores preços. Outro ponto muito importante a se destacar é a ascensão da luta de classes a uma nova escala de tensões a um patamar superior de conflitos. Também devemos trazer à luz do debate a relação entre a fase do Imperialismo e as tensões no sistema mundial de Estados provocando uma lógica perversa de conflitos e guerras. “O que agora há de considerar é que, interpretado no sentido referido, o Imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do Capitalismo” (LENIN, 1986, p. 642).

### **2.2.3 A expansão associada e dependente**

A teoria da dependência que irrompeu na América Latina na década de 60 empenhava-se em conseguir explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado, de fato, algumas décadas antes, em 1930-45, pois desde a década de 30, sob a influência da crise econômica mundial iniciada em 1929, a economia latino-americana teve que iniciar o processo de industrialização com o colapso da Bolsa de Valores de Nova York, cuja principal característica foi a substituição de produtos in-



dustriais importados das potências econômicas centrais. Diante desse novo quadro mundial, estão sedimentados, depois da II Grande Guerra, a ascensão da hegemonia norte-americana e a integração da economia mundial. O capital excedente, concentrado então nos Estados Unidos, expandiu-se para o resto do mundo na busca de oportunidades de investimento que se orientavam para o setor industrial, a fim de buscar novas formas de restabelecer o padrão de acumulação do capital.

Nos anos de crise, a economia norte-americana introduziu o Fordismo como novo sistema de produção e circulação. Uma série de mudanças sociais, históricas e econômicas afetaram a estrutura social, as relações de trabalho e a execução de empregos de várias maneiras. O Fordismo caracteriza-se pelo padrão de produção em massa que apresenta como principal objetivo a redução dos custos de produção, pois os mesmos passam a ser repartidos por um número muito maior de produtos. Junto com este novo padrão de produção e circulação, inicia-se a revolução científico-tecnológica a partir da década de 40.

O surgimento de um novo ciclo de expansão da economia mundial exigia a extensão dessas características econômicas ao nível planetário. Essa é uma tarefa que foi assumida pelo capital internacional, com a enorme economia americana e seu poderoso Estado Nacional, sendo sua base de implementação e laboratório dos fundamentos operacionais, além de um sistema de instituições internacionais e multilaterais estabelecido em Bretton Woods<sup>31</sup>. Portanto, nas décadas de 1930 e 1940, as indústrias dos países periféricos tornaram-se a base para o desenvolvimento industrial do pós-guerra e, em certa medida, acabou por se articular com o movimento de expansão do capital internacional, cujos núcleos eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 40 a 60.

Em vista disso, esse novo quadro material contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. O subdesenvolvimento deixava de se ancorar no processo incompleto, atrasado ou ineficaz. Passava a ficar latente que o subdesenvolvimento era um certo tipo de desenvolvimento desigual; um projeto que para manter áreas desenvolvidas contemplava outras regiões ao subdesenvolvimento.

Nesse momento, abre-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como os resultados históricos do desenvolvimento do Capitalismo

---

<sup>31</sup> O sistema de gestão econômica internacional, estabelecido em julho de 1944, é a regra das relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema de Bretton Woods é o primeiro exemplo de uma ordem monetária totalmente negociada na história mundial e seu objetivo é administrar as relações monetárias entre Estados-nação independentes.

como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo, portanto, faces de uma mesma moeda, ou seja, precisamos mostrar que embora os próprios Bukharin e Hobson tenham apontado ao discutir sobre o imperialismo, o que seriam as bases ou as prerrogativas essenciais da dependência: o parasitismo econômico e a subordinação da classe trabalhadora dos países periféricos às necessidades de manutenção do enriquecimento e acumulação por parte das classes dominantes dos países imperialistas.

Esses autores, de fato, não avançaram, por meio de tais teses, para o plano mais concreto, apontando como ocorreria a forma de operação dessas economias, limitando-se a apresentação da teoria sem conseguir evidenciá-la no processo de evolução do capitalismo mundial. Logo, tiveram como limite da compreensão as características e mecanismos do processo da constatação dos fenômenos sem um maior aprofundamento intelectual que os permitisse criar as bases de uma nova categoria de análise. No entanto, esse esforço não deve ser ignorado em hipótese alguma porque é a base para um novo campo de debate bastante amplo e fecundo na teoria marxista, criando as bases da teoria da dependência e criando o espaço e os alicerces para a sua construção.

O objetivo da teoria da dependência é compreender e analisar o impacto do processo de internacionalização na estrutura interna dos países considerados periféricos. Passamos a dispor de uma teoria que explicava o macro, a economia em escala mundial e outra destinada a explicar seus impactos na periferia do sistema. É como se a explicação e caracterização dos fenômenos mais universais que ocorrem em escala global ficassem sobre a responsabilidade de análise e descrição pela teoria imperialista, e a compreensão das pessoas de como esses fenômenos mais universais afetarão suas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais internas.

Em vista disso, a ênfase dos teóricos clássicos do Imperialismo é analisar as transformações que ocorrem como um todo no sistema capitalista mundial, enquanto o objetivo da teoria da dependência apresentava uma característica mais restrita geograficamente, porém, que funcionava de forma complementar ao Imperialismo porque visa verificar como sua lógica se desenvolve a partir do interior do Capitalismo, emerge da periferia e constrói uma categoria teórica específica que sustenta e dá suporte a essa investigação

Dessa forma, podemos exemplificar que o Imperialismo tem como uma das suas principais vertentes a dependência como mecanismo de subordinação, situação que

pode ser entendida como um condicionamento da economia de certos países em relação ao desenvolvimento e expansão de outras economias. Portanto, o país dominante pode expandir e manter sua taxa de retorno, enquanto o país dependente só pode fazer isso para refletir a expansão do país dominante. Como a boia de uma caixa de água que limita o nível e a vazão que essa economia vai crescer e apresentar as suas taxas de rentabilidade. Como bem define Santos:

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e auto impulsionar-se, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes. (SANTOS, 2011, [1978], p. 361)

Para Ruy Mauro Marini (1990, p.3), a dependência deve ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito das relações de produção as nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Para compreender mais claramente o mecanismo de dependência e suas consequências nefastas, devemos analisar os processos que constituem a economia mundial que integra a economia nacional ao mercado global.

As categorias marxistas devem ser aplicadas, pois, à realidade como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam, é por isso que a análise tem de ponderá-las, sem que isso implique de forma alguma em romper com o fio do raciocínio marxista, enxertando-o corpos estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ele. (MARINI, 2000, p.7)

Podemos constatar que as relações de produção são desiguais por natureza de origem, pois o desenvolvimento de certas partes do sistema capitalista, sustentado à custa do subdesenvolvimento de outras. A relação tradicional é baseada no controle do mercado do país hegemônico e o resultado é que o excedente gerado pelo país dependente é transferido para o país dominante na forma de lucro e juros, de forma que o de-

pendente perde a propriedade. Assim, a dependência é

entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência e sua superação supõe, necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1973, p.9)

Destarte, podemos concluir, como Marini, que a geração deste excedente não se dá nos países periféricos por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho (1990, p.6), ou exemplificar as consequências da geração de excedentes nos países periféricos, como Dos Santos: “O resultado disto é a limitação de seus mercados internos e de sua capacidade técnica e cultural, bem como do desenvolvimento moral e psíquico de seu povo”. ( SANTOS, 1970, p. 231). Theotônio dos Santos publicou um clássico artigo *The Structure of Dependence* na revista *American Economic Review*, em 1970, que conceituou a dependência como sendo:

uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países podem se expandir e e serem autossustentáveis, enquanto outros só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato. (Santos, 2021)

Para analisar melhor essa questão e tornar a compreensão mais didática, recorreremos a DOS SANTOS, (1970), que esclarece ser possível disseminar três formas de dependência histórica, separadas pelo tempo histórico, mas imbricadas pela perpetuação da relação de dependência entre o centro e a periferia. A primeira forma é a dependência colonial, que tem como base a tradição de exportação de produtos primários ainda remontando o pacto colonial, cujo fundamento é a aliança entre capital comercial e capital financeiro em uma relação de domínio da colônia pela metrópole, tendo como principais pontos de destaque o monopólio colonial da terra, das jazidas e a força de trabalho nos países colonizados era de base servil ou escrava.

A segunda forma se materializa na dependência "financeiro-colonial", que se consolidou na segunda metade do século XIX, evidenciando uma importante caracterís-

tica da hegemonia do capital financeiro e sua expansão na economia mundial, mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos. Portanto, a produção nos países dependentes periféricos é destinada quase que exclusivamente à exportação.

Uma estrutura de produção dedicada à exportação de tais produtos foi estabelecida nos países dependentes, gerando aquilo que a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) qualificou de “desenvolvimento voltado para fora”.

Dito isso, podemos afirmar que a produção é determinada pela demanda por parte dos países do centros hegemônicos, provocando uma estrutura produtiva interna engessada e apresentando como característica a rígida especialização, e pela monocultura em várias regiões dos países dependentes. Marini vai além ao afirmar e identificar este mecanismo perverso e compensador das trocas comerciais entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 1973, p. 20)

Como condicionantes materiais das premissas impostas por essas duas formas históricas iniciais, apresentadas de dependência, podemos exemplificar a existência de um mercado interno limitado que se restringia ao se basear em quatro fatores, identificados por dos SANTOS em 1970. O primeiro deles é que a maior parte da receita nacional vem das exportações; o segundo está relacionado ao trabalho, que quando sofre de várias formas de superexploração, acaba por limitar seu consumo. O terceiro é referente ao consumo desses trabalhadores, que se dava por meio da economia de subsistência, o que servia como um complemento à sua renda e como um colchão capaz de amenizar as dificuldades durante os períodos de depressão. Já a quarto fator está relacionado ao tratamento dos superávits acumulados, que na maioria das vezes são destinados fora dos países exportadores, o que além de restringir o consumo interno, nega qualquer possibilidade de reinvestimento.

Por volta da metade do século XX, no período da pós-Segunda Guerra, temos a materialização da terceira forma histórica da dependência, a tecnológico-industrial, que

tem suas bases calcadas nas corporações multinacionais que passam a instalar suas fábricas nas economias dependentes, tendo como objetivo o abastecimento do mercado interno desses países, que tinham seus mercados internos protegidos por barreiras alfandegárias. Nesse processo, abre-se a possibilidade de gerar novos investimentos, mas esses investimentos dependem da disponibilidade de recursos em moeda estrangeira para a compra de máquinas também produzidas no exterior. Portanto, essas compras passam a se submeter a dois tipos distintos de fatores limitadores: o primeiro é referente ao limite de recursos gerado pelo setor exportador, toda compra que superasse este superavit deveria adivir de empréstimos e financiamentos; já o segundo é baseado nas limitações de monopólios e patentes.

Dito isso, podemos constatar que o primeiro dos fatos limitadores que proporciona a materialização da dependência relaciona-se à necessidade de aumentar as divisas que o processo de industrialização gera, divisas essas produzidas pelo setor exportador. No entanto, essas moedas são produzidas por setores tradicionais, o que restringe economicamente o desenvolvimento do mercado interno ao manter relações de produção atrasadas, o que significa, politicamente, que os oligarcas tradicionais mantêm o poder, neste novo arranjo que de moderno tinha apenas a instalação de plantas industriais que por muitas vezes eram desatualizadas, com baixa eficiência energética e ambiental.

Por outro lado, a segunda situação baseia-se no fato de que as máquinas e a maior parte dos insumos necessários ao desenvolvimento das indústrias nos países periféricos não é obtida gratuitamente já que é difícil de comercializar no mercado internacional. A maior parte dessas *commodities* é produzida em condições de monopólio e controle de acesso, o que possibilita a fixação de preços sem concorrência, o que acaba elevando-os. Além disso, é necessário pagar *royalties* pelo uso de produtos ou tecnologias patenteadas. Devemos lembrar que nos países periféricos eram instaladas plantas industriais, mas a tecnologia de produção e os laboratórios de desenvolvimento de novos produtos e tecnologias continuam se localizar nos países centrais do capitalismo.

Essa característica acaba por provocar um desequilíbrio na balança comercial entre os países centrais e os periféricos, pois as indústrias produtoras desses bens passam a converter esses produtos em capital e os introduzem nas economias dependentes na forma de seus próprios investimentos, muitas vezes através da instalação de filiais e subsidiárias. Este movimento exemplifica como os fluxos de

recursos passam a ser fortemente desfavoráveis para os países dependentes, dado que a quantidade de capital que sai desses locais é muito maior do que a quantidade de capital que entra; esse movimento ilustra os efeitos adversos dos fluxos de recursos sobre os países dependentes.

Assim, cada uma das três formas de dependência apresentadas acabam por corresponder a uma situação que, de uma certa forma materializa, não somente as relações internacionais desses países, como também suas estruturas internas, dando uma nova estrutura social e política na orientação da produção, nas formas de acumulação de capital e na sua característica de reprodução da econômica.

Essas formas de dependência acabam por criar suas próprias características na acumulação de capital, imprimindo uma marca própria caracterizada por profundas diferenças em nível doméstico do mercado de trabalho. A oferta é abundante e combinada com tecnologia intensiva em capital, o que, do ponto de vista do valor agregado relativo, leva à exploração violenta do trabalho, e esta exploração ocorre justamente pelo mecanismo de transferência de valor.

Essa transferência de valores na balança comercial tem como resultado imediato uma forte saída estrutural de recursos, que carrega consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. Vivemos, assim, um ciclo de limitações impostas pelo modelo que só pode ser superado com a constante e intensa exploração dos trabalhadores. Logo, o único expediente que torna factível às economias dos países periféricos garantirem sua dinâmica interna de acumulação e de multiplicação de capital é o aumento da produção de excedente através de uma perversa e contumaz superexploração da força de trabalho.

Ilustrando melhor, esta dinâmica de troca desigual dos fluxos de capital acaba por acarretar como resultado final a superexploração, em vez de destruir a estrutura do mecanismo de transferência de valor. Isso se traduzirá, inevitavelmente, em uma distribuição regressiva de renda e riqueza, com todos os fatores prejudiciais de deterioração social já conhecidos desse processo. Podemos acrescentar que o protecionismo, as isenções e os subsídios dados pelos governos nacionais acabam por promover o aumento dos preços dos produtos industriais, agravando mais ainda a situação. Isso, na tentativa de criação na economia dos países periféricos de mercados cativos e exclusivos, capazes de atraírem indústrias dos países centrais para o seu território.

Além disso, desde que o processo de acumulação dependente ocorra obedecendo os parâmetros da economia internacional, inevitavelmente apresentará condicionantes pautadas pelas premissas da desigualdade das relações econômicas do Capitalismo mundial, não sendo menos importante o controle tecnológico e financeiro dos centros capitalistas, pelas políticas econômicas do Estado, etc. Ao analisarmos o sistema dependente, seus mecanismos e as instituições socioeconômicas por ele criadas, temos o mesmo entendimento que dos Santos (1970), de que a dependência é uma parte de um todo, mas que tem suas bases calcadas no monopólio do capital:

Sistema dependente é uma parte de um conjunto maior de relações econômicas mundiais baseadas no controle monopolístico de capital em larga escala, no controle econômico-financeiro de certos centros sobre outros e no monopólio de uma complexa tecnologia, que leva a um desenvolvimento desigual e combinado em nível nacional e internacional. (DOS SANTOS, 1970, p.235)

Assim, o que se pretende esclarecer é que, na concepção da teoria marxista da dependência, só é possível compreender o conceito de dependência quando consideramos o desenvolvimento de um país subdesenvolvido como sendo um processo de combinação de produção e reprodução dependente, levando a um desenvolvimento característico e peculiar.

Dito isso, podemos afirmar que este modelo de desenvolvimento é dependente por replicar o sistema de produção, sendo seu desenvolvimento restringido pelas relações mundiais, e estas relações levam inevitavelmente ao desenvolvimento de apenas alguns setores econômicos, por condições tradicionalmente desiguais, competir internamente com o capital internacional em condições desiguais e impor a superexploração do trabalho doméstico possibilitando a divisão do excedente econômico, por ela gerada, entre o andar de cima da sociedade capitalista, ou seja entre as forças externas e internas de dominação

### **2.3 A Revolução burguesa no Brasil e o Capitalismo financeiro**

Com o fim da 2ª Grande Guerra Mundial, ocorre o espraiamento do Capitalismo pelo mundo na sua versão mais avançada. Nessas novas práticas capitalistas, novas áreas são incorporadas à relação entre o centro e a periferia, sem que esta geografia representasse um grau de hierarquia, mas sim de simbiose e cooperação. Para exemplificar esse período histórico na América Latina, apareceram algumas teorias que tinham como pro-



pósito descrever as condições econômicas locais e as imbricações entre a região e o resto do mundo. Uma dessas teorias é a teoria do desenvolvimento, cujo objetivo principal é identificar os obstáculos à implantação plena da modernidade. A base da discussão desta teoria é a macroeconomia e para tanto, o crescimento econômico não necessariamente representa desenvolvimento econômico.

O crescimento econômico é mais fácil de alcançar, podendo ser definido como uma melhoria nos indicadores quantitativos da economia, como aumento da renda, diminuição do desemprego ou aumento do consumo. Por outro lado, o desenvolvimento econômico delimita um conceito mais extensivo e complexo. Portanto, pode-se dizer que desenvolvimento inclui crescimento econômico, ou seja, sem crescimento não há desenvolvimento. Entretanto, nem sempre que há crescimento há desenvolvimento (Reis, 2018). Assim, crescimento econômico é um conceito quantitativo tendo como referencial o Produto Interno Bruto (PIB); já desenvolvimento ou progresso humano é referenciado nas taxas que medem a qualidade de vida como segurança, liberdade individual, bem-estar, justiça social e proteção do ambiente.

Procurando entender esse novo período histórico, vários intelectuais irão se utilizar das teorias de Max Weber (1864-1920), que também tentou compreender as mudanças sociais que se desenvolviam no cerne das grandes cidades que viviam a Revolução Industrial. Surgiu, então, uma versão weberiana da dependência. Dessa forma, cria-se um marco que estabeleceu uma crítica à teoria do desenvolvimento anteriormente aplicada e procurou-se determinar a escala desse processo na América Latina.

A Teoria do Capitalismo Dependente-associado consiste em uma demonstração crítica e marxista que explica os modelos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do Capitalismo mundial. Esta nova forma de entender desenvolvimento do capitalismo tem como ponto de largada as concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini e Enzo Faletto; mesmo que não pertencentes ao mesmo campo teórico, procuravam evidenciar o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região, ideia essa defendida pela CEPAL nos idos das décadas de 1940 e 1950. O objetivo da criação desta instituição é estabelecer uma base institucional que possa criar condições para o desenvolvimento da região. Ela acredita que os países latino-americanos só se desenvolverão a partir do estabelecimento de instituições industriais orientadas por ações do Estado. Nesse sentido, o conceito de subde-

envolvimento corresponde a Desenvolvimento antes da industrialização. De acordo com Marini (1992), apenas traduzia os pensamentos cepalinos:

O subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do take off, para usar o jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento autossustentado. (MARINI, 1992: 74)

O principal argumento desta teoria na perspectiva capitalista era de que o desenvolvimento econômico nos países periféricos dependia de uma estratégia diversa do seu próprio desenvolvimento “social” interno, tendo em vista que as modificações que as mudanças no sistema de produção, causadas pelas diferentes fases do capitalismo, não podem resolver os problemas sociais internos. Portanto, eram incapazes de criar uma sociedade dotada de autonomia política e econômica, incapaz de imprimir e dirigir seu próprio projeto de desenvolvimento. Como bem define Graciolli:

Na América Latina prevalecia, em termos da formação social, o chamado “dualismo estrutural”. Segundo essa concepção, as sociedades latino-americanas eram compostas por formações sociais “tradicionais”, mas que lentamente caminhavam sentido a um outro tipo de sociedade, chamada “moderna”; durante esse processo, formava-se um padrão intermediário, característico dos países em desenvolvimento (GRACIOLLI, 2000: 3)

Logo, a análise da evolução do capitalismo na América Latina deve ser baseada na compreensão histórica dos fatos, considerando a formação e reprodução dessa base produtiva, e a integração da economia nacional ao mercado internacional como pré-requisito. A Teoria do Capitalismo Dependente, associado, diferentemente da teoria da dependência, avança na compreensão das limitações impostas tanto pelo momento histórico inicial quanto pela fase de desenvolvimento da economia capitalista mundial. A primeira limitação tem a forma como o desenvolvimento tem seu início em um período histórico no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de países centrais do capitalismo, por grupos econômicos e por forças imperialistas. Portanto, a forma de desenvolvimento implementada na América Latina só tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência e desigualdade entre centro e periferia.

Já a teoria da dependência está estruturada no período pós-colonial, com o surgimento de novos países e suas burguesias locais ávidas em expandir sua participação na

economia mundial. Também buscava explicações para as desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais entre o centro do capitalismo e a periferia, principalmente assentada na ideia da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Outra importante referência é a classificação de desenvolvimento do aparelho produtivo em função da distribuição da atividade econômica e seu percentual no PIB dos setores primário, secundário e terciário e da ideia central que o desenvolvimento seria um contínuo evolutivo.

### 2.3.1 A Revolução burguesa no Brasil

o uso da violência institucionalizada, da opressão sistemática e do terror organizado na revolução burguesa não constitui uma novidade. Ele aparece de forma endêmica ou transitória em todas as modalidades de revolução burguesa reconhecidas como 'clássicas'. O que havia ocorrido é que os 'círculos acadêmicos' abandonaram o uso do conceito de dominação burguesa, a teoria de classe e, especialmente, a aplicação da noção de revolução à etapa de transição para o capital industrial nas nações capitalistas da periferia. Passou-se a falar, indiscriminadamente, em 'elites' e em 'modernização', algumas vezes também em 'transferência de tecnologia e de capital.' (FERNANDES, 1978: 203)

Iniciamos este debate com a citação do professor Florestan Fernandes, do livro *A revolução burguesa no Brasil (RBB)*, onde este realiza uma análise conjuntural da transformação do capitalismo brasileiro, resgatando o que denomina de aspectos estrutural-históricos. Porém, antes de iniciarmos o debate sobre a revolução burguesa no Brasil, precisamos cotejar o debate sobre a existência de uma burguesia nacional, porque necessariamente esse debate deve ser realizado antes do debate sobre revolução, pois girava em torno do efetivo papel das classes sociais na construção do Brasil como um Estado-nação independente, mas inserido dentro do sistema capitalista mundial.

A essência do debate é tentar decodificar as condutas e atitudes da burguesia na luta de classes. Pretendemos, portanto, definir a sua capacidade de promover uma revolução democrática, para que toda a população se integre ao e no desenvolvimento, podendo, assim liderar uma revolução nacional. Essa burguesia, em tese, seria capaz de imprimir ao Brasil a superação das amarras e grilhões da dependência externa em relação aos centros dominantes do sistema capitalista mundial, permitindo ao país o rompimento com o papel histórico destinado aos países dependentes dentro do escopo do Imperialismo.

Entretanto, nosso problema remete à análise dos determinantes da luta de classes em cada formação social em diversos momentos da história, pois a diversidade na correlação de forças sociais, econômicas e políticas confere múltiplas características às revoluções burguesas ao longo do tempo e do espaço. Porém, em todas elas devemos ressaltar o papel central da burguesia na formação dos Estados nacionais e na criação de bases cuja essência consiste em criar as bases materiais e estatais do poder da burguesia. Para fins didáticos ao leitor e metodológicos desta tese, construímos uma retrospectiva histórica que revela a existência de três diferentes padrões de revolução burguesa, agrupados em clássicas, atípicas e as atrasadas.

O primeiro dos casos, o clássico associado às revoluções inglesa e francesa, caracteriza-se pela sucessão como uma linha de pontos a serem ligados em cadeia. Teríamos, então, as revoluções agrária, urbana, nacional, democrática e industrial. Em todos esses formatos, a burguesia assume o papel revolucionário e de liderança, respaldada pela energia transformadora das massas camponesas e urbanas. Este processo revolucionário possibilita o papel do enfrentamento entre o bem e o mal, sempre nesta noção bipolar de uma luta de vida ou morte contra o regime antigo estabelecido, baseado na aristocracia e no absolutismo. Portanto, o poder da burguesia passa a ser ancorado sobre uma base social e política que acaba também por se constituir como as bases do Capitalismo. Nada melhor que propor uma sociedade com mobilidade social e uma economia baseada na livre concorrência para assumir corações e mentes.

O segundo dos casos são as revoluções burguesas atípicas que ocorreram ao longo do século XIX, cujo o arquétipo é a via prussiana<sup>32</sup>, porém, estas não foram tão frutíferas, pois de fato não foram tão longe. A burguesia perde o poder revolucionário pujante presente no caso clássico. Deve-se enfatizar que a existência de uma força operária com uma certa capacidade de organização desenvolvida permitia a esta questionar de alguma forma as limitações da revolução, forçando, assim, o esgarçamento dos limites do processo de mudança social. Esta condição colocava em xeque os limites e marcos do regime burguês. Essa ameaça de transpor os limites burgueses acaba por provocar o arrefecimento na força motriz revolucionária da burguesia, gerando uma nova composição entre as forças burguesas e as conservadoras, com o objetivo de manutenção da hegemonia da burguesia.

---

<sup>32</sup> O conceito de via prussiana, de Lênin, é uma análise do processo de modernização do capitalismo alemão o latifúndio feudal é paulatinamente convertido em empresa burguesa, um processo lento e de resultados catastróficos para o campesinato.

Todavia, em certa medida, o processo de mudança social é relativamente profundo e extenso. A centralização do poder pelo Estado, combinado com a materialização da aliança entre a burguesia emergente, aristocracia e burocracia estatal criou as condições para a revolução nacional, permitindo a quebra do vínculo e da dependência externa das potências hegemônicas do Capitalismo.

Por fim, temos o terceiro caso das revoluções burguesas que, por hora, são denominadas como revoluções burguesas "atrasadas", que têm como seu grande paradigma o fato de que a sua direção política foi hegemônizada por burguesias ultraconservadoras e dependentes que acabavam por fechar o circuito político impedindo a participação das massas populares e selando uma aliança estratégica e carnal com o Imperialismo, imprimindo como marca do Capitalismo a sua associação ao subdesenvolvimento.

Logo, uma das grandes marcas que identificam a revolução burguesa que desponha no âmbito da dependência foi a restrição inicial da possibilidade de harmonizar o modelo de desenvolvimento capitalista com a integração nacional. É justamente neste último caso que o Brasil é enquadrado. Explicando muito que a situação de subdesenvolvimento e todas as suas mazelas associadas não são obra do acaso, mas sim, um projeto de desenvolvimento dependente.

### **2.3.2. A Revolução burguesa atrasada no escopo do Imperialismo total**

Como vimos na seção anterior, as características materiais do Imperialismo na última metade do século XX, no modelo das revoluções burguesas atrasadas, tornaram muito complexo a superação das amarras a ponto de provocar a fissura com a situação de dependência das sociedades que fazem parte do mundo periférico da economia mundial, sem que para isso seja necessário a superação do próprio capitalismo. Dentro deste cenário, os limites impostos pelo modelo capitalista não possibilitariam minimamente a superação do subdesenvolvimento, como bem define Barão (2009):

O rompimento com a situação de dependência das sociedades que fazem parte da periferia da economia mundial sem a superação do próprio capitalismo. O problema central é a inexistência de atores sociais capazes de impulsionar mudanças sociais construtivas sem questionar as bases do próprio regime burguês. (BARÃO, 2009, p.8)

Entretanto, devemos novamente nos referenciar em Barão (2009), que aponta que o problema fulcral é que sem questionar a própria fundação do regime burguês, não existem atores sociais que possam promover uma mudança social construtiva. Portanto,

este questionamento percola todos os atores sociais, pois seria possível realizar a revolução, mesmo que burguesa, dentro dos limites e amarras do sistema capitalista?

Se por um lado existe a possibilidade de desatrelar o desenvolvimento capitalista do processo de integração nacional, levando às burguesias dependentes a estabelecer alianças estratégicas com capital internacional e países hegemônicos, por outro lado este caminho acaba por aprofundar o medo das classes dominantes de uma revolta popular, fazendo com que a burguesia abandone quaisquer desejos reformistas, optando por caminhos muito mais repressivos que consensuais, sendo este caminho escolhido por livre adesão como uma forma de controlar com um maior grau de repressão as classes subalternadas. Outro autor que contribui para este entendimento dos rumos da revolução burguesa e Plínio de Arruda Sampaio Jr

O novo contexto histórico influenciou os rumos da revolução burguesa à medida que transformou a conservação do capitalismo dependente na linha de menor resistência e na opção mais racional ao alcance das burguesias periféricas para promover as transformações capitalistas e consolidar sua dominação sobre o conjunto da sociedade. A incapacidade de acompanhar as transformações capitalistas, sem promover uma estreita associação com o capital internacional e com o sistema imperialista, fez com que os interesses da burguesia se voltassem para a preservação da dependência (SAMPAIO JR., 2001, p.1)

Se isso não bastasse para a introdução de tons cruéis e brutais à Revolução da Burguesia, esta é dragada de fora para dentro na divisão bipolar do mundo<sup>33</sup>, uma vez que diante da polarização do mundo em dois blocos, acabou por aproximar as burguesias dependentes como área de influência ao bloco comunista, provocando uma disputa política em escala mundial. A luta de classes ascende ao patamar internacional, transformando-se, desta forma, em uma ameaça à ordem estabelecida em um capítulo da Guerra Fria. Ademais, as exigências de estabilidade e segurança impostas pelas grandes multinacionais reduziram os limites de beneficência que as classes dominantes passavam a permitir a qualquer tipo de movimento social e político que pudesse vir ultrapassar os limites impostos pelo capital, ameaçando de alguma forma a estabilidade tão necessária à manutenção do *status quo*. Representantes diretos da mesma lógica, mas em momentos históricos distintos, temos: “não pense, apenas trabalhe”, “Fique em casa e Vai morrer muito mais gente por uma economia que não anda do que por coronavírus” ou “Bra-

---

<sup>33</sup> Refere-se ao período histórico atribuído à disputa estratégica e ao conflito indireto entre os Estados Unidos e a União Soviética, incluindo o período entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991).

sil, ame-o ou deixe-o”. Novamente, Plínio de Arruda exemplifica este novo contexto histórico vivido pelo Brasil.

O novo contexto histórico influenciou os rumos da revolução burguesa à medida que transformou a conservação do capitalismo dependente na linha de menor resistência e na opção mais racional ao alcance das burguesias periféricas para promover as transformações capitalistas e consolidar sua dominação sobre o conjunto da sociedade. (SAMPAIO JR, 2001, p.3)

Essa nova conjuntura histórica imprimiu novos caminhos para a Revolução Burguesa, pois transforma a proteção da confiança no capitalismo dependente na menor resistência, na escolha mais racional e segura ao alcance da burguesia periférica, que pode promover a transformação do capitalismo e consolidar sua hegemonia sobre toda a sociedade. Assim, com a inépcia com as mudanças impressas na fase capitalista, sem ter que promover laços estreitos com o capital internacional e o sistema imperialista, a manutenção da dependência funciona como justificativa para manutenção da hegemonia burguesa.

A continuidade da arcaica estrutura social é a única forma possível de prevenir os efeitos catastróficos das revoluções comercial e tecnológica, originadas dos países do centro capitalista, provocando efeitos desestruturantes de proporções catastróficas. Neste caso, a classe dominante intensificou sua resistência à mudança e começou a redobrar seus esforços para evitar qualquer forma de fissura na forma de governança, que poderia minar a sua supremacia da convenção de poder e acabar por permitir a participação política das classes subalternas. Por conseguinte, as burguesias dependentes, sem ter o que ofertar à classe trabalhadora, concluíram que seu interesse fundamental não é propriamente a promoção do desenvolvimento livre e independente, nem o estabelecimento de um mecanismo para socializar e compartilhar os resultados do progresso. Como a frase do ministro Delfim Netto difundida durante a divulgação do Ato Institucional nº5 pela ditadura civil-militar das décadas de 60 e 70 representa bem este entendimento da classe dominante: Vamos deixar o bolo crescer (economia e renda) para depois repartir (distribuição e repartição da riqueza). Como também reafirma Plinio de Arruda jr. ao descrever a visão de florestan Fernandes sobre a natureza da burguesia Brasileira.

Sem ter o que oferecer aos desfavorecidos, as burguesias dependentes chegaram à conclusão de que seus interesses fundamentais não estavam na promoção do desenvolvimento autônomo, nem na criação de meca-

nismos de socialização dos frutos do progresso. (SAMPAIO JR, 2001, p.3)

De fato, a burguesia dependente estava, sim, imbricada no projeto de expansão da reprodução do capital e na manutenção do desequilíbrio na correlação de forças que impediam a presença ativa da classe subalterna na política. Portanto, podemos reafirmar que na era do imperialismo total, a burguesia não se atreveria a quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento, mantendo os seus princípios.

### **3 FERRAMENTAS TEÓRICAS PARA ANÁLISE DO PROJETO DE EDUCAÇÃO DA FUNDAÇÃO BRADESCO.**

O verbete de um dicionário não pode dar conta de toda a riqueza do pensamento de um autor, mas pode e deseja ser instrumento útil para acompanhar sua descoberta pelo leitor. (LIGUORI e VOZA, 2017, p.4)



Este capítulo introduz as reflexões sobre as categorias de análise utilizadas nesta tese para analisar o comportamento social da Fundação Bradesco na sociedade e sua respectiva relação com o modo capitalista de regulação. Recorro aos escritos de Mendonça (1994) para delimitar as categorias aqui apresentadas: “o conceito torna-se pertinente na medida em que ele esteja representando o fenômeno existencial adequadamente”. Certamente, no uso dos conceitos aqui apresentados, encontraremos soluções e problemas para os leitores. Sua resolução não dependerá apenas da capacidade, do discernimento e do acúmulo de estudo. É necessário levar em conta o papel dos interesses e dos valores que servem como referência na definição de suas escolhas. A escolha do referencial teórico ou da ideologia depende desses elementos; a diferença é que a ideologia não será alcançada, uma compreensão coerente da realidade em estudo.

Contudo, segundo Marx (2013), a constituição da consciência e a criação das palavras e do conhecimento estão condicionadas pelo contexto em que o estudioso está inserido. Baseado neste norte, pretendemos apresentar os fundamentos analíticos e as categorias que constituem a teoria marxista. Na perspectiva da análise aqui realizada, essas categorias são cruciais para explicar a relação entre a Fundação Bradesco e a construção da hegemonia burguesa no Brasil. A “Filosofia da práxis” é uma expressão autônoma que define uma característica central do legado de Marx: Teoria e prática, pensamento e ação são inseparáveis. Segundo Martins (2005), para Gramsci, a grande conquista do pensamento moderno, representado pelo que ele denominava filosofia da práxis, é exatamente a historicização concreta da filosofia e a sua identificação com a história.

Essas categorias tidas para nós como cruciais para o entendimento da funcionalidade da Fundação Bradesco na sociedade capitalista, apesar de apresentadas em tópicos e com breves aproximações com o objeto de estudo, acabam por apresentarem uma imbricação conceitual. Além de teoria e prática fazerem parte do mesmo caminhar, a teoria aqui apresentada encontra-se entrelaçada, pois é academicamente impossível apresentar e discorrer sobre Aparelho Privado de Hegemonia (APH), Pedagogia da Hegemonia, Hegemonia, Direita para o social, Intelectual Organico, Estado Ampliado, Teoria do Capital Humano e Investimento Social Privado sem que estes se misturem e se completem.

### **3.1 Aparelhos Privados de Hegemonia**

Se Constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela deriva. (FONTES, 2010: 133- 134).

O conceito de aparelho privado de hegemonia (APH) é desenvolvido por Antonio Gramsci em seus Cadernos do Cárcere. Liguori e Voza (2017) enfatizam que “Desde as primeiras notas em que fala sobre hegemonia, Gramsci também introduz referências ao “aparelho hegemônico” como uma expressão que não está muito presente, mas ocorre em vários cadernos” (LIGUORI; VOZA, 2017: 75) .

Assim, entendemos que o conceito de APH reafirma sua natureza e sentido de existência quando se apresenta como um elo entre o conceito de Estado Integral e Hegemonia, quando contribui para a produção de hegemonia no Estado moderno ocidental por meio de sua atuação na esfera civil sociedade. “Hegel e o associacionismo começa a se delinear um novo conceito de Estado – o Estado tem e pede consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados” (LIGUORI; VOZA, 2017: 75).

Esse Estado capitalista moderno ocidental, segundo Gramsci (2002, p. 139), é um "educador" em um contexto que substitui uma sociedade baseada em blocos mecânicos incrustados em grupos sociais impermeáveis por uma nova subordinação, agora baseada na produção do ativo hegemonia de um grupo dominante e de um líder". Portanto, entendemos, assim como Neves, que o Estado capitalista impõe "a tarefa de criar um certo 'homem coletivo', isto é, adequar técnica e eticamente as massas do povo à sociabilidade burguesa". (NEVES, 2005, p. 26). Cabe, pois, ao Estado educador:

Criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (GRAMSCI, 2000, p. 23).

E esse papel do Estado-ético é cumprido pela facção hegemônica do estado moderno, desempenhando a função pedagógica. Essa função se materializa tanto na sociedade política, em órgãos estatais (ministérios, agências e secretarias) quanto na sociedade civil, em APHs como a Fundação Bradesco. A hegemonia de uma classe sobre a outra se desenvolve, portanto, pedagogicamente, como define Martins (2011):

todo processo de disputa de poder entre as classes nas “sociedades ocidentais” pressupõe um exercício heurístico, bem como a formulação e a sedimentação de conhecimentos, valores, práticas sociais e concepção de mundo, pode-se dizer que a compreensão científico-filosófica e educativo-cultural gramsciana é profundamente contaminada pela política, ao mesmo tempo que a política é vista por Gramsci como um processo que se efetiva não apenas por meio da coerção dos aparelhos de Estado (“sociedade política”), mas também pela formulação e consolidação de consensos sociais, produzidos e “cimentados” pelos aparelhos da “sociedade civil”, que guardam, assim, clara função educativa. (Martins, 2011, p.143)

A emergência do Estado capitalista tardio se confunde, assim, com a atuação dos aparatos privados de hegemonia, políticos e culturais, das classes dominantes na construção da pedagogia da hegemonia. Essa engrenagem que leva à construção da hegemonia ocorre por meio da formulação e exposição dos interesses da classe dominante em escolas, associações, mídia, igrejas, partidos e outras instituições. Podemos assim dizer que estes dispositivos cumprem uma dupla função, que os diferencia pela tipologia, mas que os harmoniza na forma. A primeira é adequar-se à sua especificidade na forma de atuar nas questões sociais. A segunda é um processo que visa harmonizar “os interesses de classes e frações de classes em cujo nome das quais atuam, como também organizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares, constituindo-os como gerais.” (NEVES, 2005, p. 27).

Assim, os APHs desempenham um papel vital na estrutura do Estado ampliado, mas especificamente na sociedade civil, onde organizam consensos para transformar os interesses particulares das classes dominantes e de suas facções em interesses gerais do país. No caso do Estado brasileiro e suas distintas unidades federativas, o Estado integral se torna ainda mais ramificado, isto significa uma disputa em distintos níveis da ordem política. Com isso, perceberemos que há uma disputa entre frações da classe dominante pelo preenchimento de cargos em algumas secretarias estaduais, que se resolve pela correlação de forças entre grupos sociais em detrimento de outros grupos. As respostas a essas disputas devem, portanto, ser encontradas dentro da sociedade civil “no exame da sociedade civil, mas acima de tudo nas formas pelas quais a facção hegemônica da classe dominante opera por meio de seus intelectuais, individuais e coletivos, dentro do estado ampliado” (SILVA, 2019, p.39).

Analisando o papel do “partido” no mundo moderno, Coutinho esclarece, em última instância, a atuação do Estado maior que dirige e das “facções de partidos” que auxiliam as facções dominantes no exercício da hegemonia:

Pode se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentalmente, por necessidade de luta ou por alguma outar

razão dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e inclusive de partido independente. Por isso, o estado maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma superior aos partidos e as vezes reconhecida como tal pelo público. (COUTINHO, 2011, p. 303)

Dessa forma, entendemos, como Coutinho e Gramsci, que o partido é um espaço que permite tanto a adesão voluntária de aliados quanto a subordinação de facções controladas. Portanto, declaramos que o partido definido por Gramsci não é constituído por uma única facção de classe, nem é um espaço imbuído de funções puramente políticas.

A reflexão gramsciana sobre o partido se dá por várias vertentes. Em primeiro lugar, nos termos mais gerais possíveis, a forma partido nasce como fruto da afirmação do Estado moderno, depois da necessidade de abolir algumas “autonomias das classes subalternas” (Q 3, 18, 303), para dar espaço ao novo sujeito político-estatal. (Gramsci apud Michele Filippini, Dicionário Gramsciano 2014, p.1192).

Este partido hegemônico passou a unir as diversas facções da classe dominante e geriu o processo de forma homogênea, confiante e organizada. O partido hegemônico controla intelectual e moralmente esse conjunto de aliados e passa a transformar interesses que pareciam específicos daquele grupo em interesses que agora se tornam essenciais para a sociedade como um todo.

A fase mais puramente política”. É uma fase em que “as ideologias geradas anteriormente tornam-se ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social [...], pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (ibidem, 1.584 [CC, 3, 41]). (GRAMSCI apud FILIPPINI, 2014, p.1194)

Como observou Gramsci, por diversas razões, partes da adesão aos projetos partidários podem ser diluídas em outras organizações complementares, aparentando ser independentes do partido de origem, funcionando para além dos interesses políticos mais imediatos dos grupos que representam. Foi baseado em Gramsci que Fontes (2010) formula sua interpretação sobre o conceito de aparelho privado de hegemonia.

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos

sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. (FONTES, 2010, p. 134).

É nesta definição sobre a estruturação da sociedade civil feita pelos APHs que Fontes (2010) continua a não só reconhecer o papel de formatação desempenhado, mas também a reconhecer seu caráter dissimulado que em um primeiro momento tenta negar sua capacidade de conformador de um ideal de classe para tentar passar-se como porta vozes neutro.

Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente os sindicatos patronais ou de trabalhadores- sendo também formas associativas desde já enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de interesses de tipo corporativo. Porém muitos partidos políticos e jornais- na maioria das vezes comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como expressão da “unidade nacional” ou como porta vozes de uma neutralidade informativa inexistente (FONTES, 2010, p. 134).

No entanto, os APHs não devem ser confundidos com as próprias empresas. Embora estejam umbilicalmente ligados e relacionados à produção, em muitos casos, embora burocraticamente controlados por empresários, não se destinam a defender interesses corporativos. Assim, recorremos a Martins (2011) para compreender o processo:

Gramsci formulou sobre esse problema uma resposta dialética, sustentada no conceito de “Estado integral”: “[...] poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção...” (Gramsci, 2000b, p. 244). Segundo esse conceito, há, entre a estrutura econômica, de um lado, e as superestruturas jurídico-políticas e ideológicas, de outro, uma relação mediatizada, que se desenvolve pela interposição de processos e de aparelhos sociais chamados de “sociedade civil”, os quais buscam formular, difundir e consolidar visões de mundo no meio social, visando à adequação das massas à direção moral e intelectual da classe dominante economicamente. (Martins, 2011, p.141)

Esses dispositivos vêm em muitos disfarces e formatos, mas sempre com o objetivo de desafiar o domínio dentro da mesma classe e entre as classes, e sempre por meio da construção de consenso. No entanto, devemos ressaltar, como mostra Mendonça (2012), que os conflitos e negociações na sociedade civil acabam encontrando eco na sociedade política, onde os APHs disputam espaço no aparato do Estado:

Logo, qualquer modificação na correlação de forças vigente na sociedade civil, dentro ou entre aparelhos privados de hegemonia distintos tem, necessariamente, repercussões junto à sociedade política e aos organismos estatais,

em particular. Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas num Estado etéreo. Este vasto e complexo tecido de relações se constrói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates, história, enfim. Em síntese, tomar o Estado como uma Relação Social não somente nos permite evitar as armadilhas do conhecimento reificado e simplificador, como estimula a desnaturalização dos mecanismos mais profundos de seu funcionamento, não fosse ele uma permanente reconstrução. (MENDONÇA, 2012, p.3)

Mendonça (2012) continua, assim, a mostrar que os APHs são representantes de diferentes interesses de classe e em muitos momentos acabam se confrontando na disputa pela implementação de seus projetos, desmantelando interpretações que consideram a sociedade civil como área de consenso. Aponto que, para Gramsci, a sociedade civil é permeada por fortes conflitos e essas características não podem ser interpretadas como exclusivas de cada esfera.

Isso significa que nesta relação ampliada entre Estado restrito e sociedade civil, o convencimento se exerce numa dupla direção: dos aparelhos privados de hegemonia rumo à ocupação das agências do Estado restrito, e, inversamente, da sociedade política e da coerção em direção ao fortalecimento da direção das frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando, a partir do próprio Estado restrito, seus respectivos aparelhos privados de hegemonia (MENDONÇA, 2012, p.4).

Portanto, podemos argumentar, como Martins (2005) faz, que "leituras que separam sociedade civil do Estado, coerção e consenso, interesse público e interesse social reforçam um novo padrão de sociabilidade", trabalhando juntas para criar a hegemonia da burguesia classe. Essa nova sociabilidade visa organizar essa nova dinâmica emergente na sociedade civil e manter a hegemonia da classe dominante abalada pela crise orgânica que atinge o mundo capitalista desde a década de 1970. No mesmo período de crise orgânica e sistêmica, eleva a educação a um novo patamar e é considerada um campo estratégico para a reconstituição do domínio burguês. Veiga (2021) nos ajuda a entender esse novo papel, bem como seus objetivos:

Nesse contexto, as políticas educacionais foram reformadas, de modo que se adequassem ao novo modelo de produção e reprodução da vida material impulsionado pela recomposição burguesa. Para isso, a participação dos organismos internacionais foi incisiva na organização e promoção de mudanças que foram explicitadas tanto na política de educação formal, quanto na própria concepção de educação e de seu papel preponderante na formação do humano de novo tipo. (VEIGA, 2021, p. 2)

Essa transformação estratégica no papel da escola se dá por meio de um grande e diverso aparato criado pelas facções dominantes para operar na organização do consenso na sociedade civil e na sociedade política. Toda a receita do liberalismo social é apresentada como a única alternativa capaz de salvar a escola pública "encolhida". O liberalismo social é assim apresentado tanto como uma cura quanto como uma ideologia das classes dominantes. Outros pontos que devemos destacar são o fortalecimento e expansão da classe dirigente do APH e suas facções após o período de redemocratização da política no Brasil. Também é claro que esses aparatos assumem a aparência de neutralidade, mas, na realidade, eles foram incumbidos de definir todas as dimensões da política educacional escolar. A criação da Fundação Bradesco é anterior a esse período, mas é inegável sua nova dimensão na rede de escolas próprias que se tornou nacional, seu novo papel financiador atingiu a estratosfera com vários incentivos fiscais incluídos na legislação e disputa por verbas públicas como sua crescente influência na nova legislação escolar brasileira.

Recentemente, lideradas pela facção financeira, várias facções da burguesia uniram seus interesses na produção da hegemonia burguesa. Para controlar corações e mentes, definiu-se o tipo de conteúdo a ser ensinado, a forma como esse conteúdo deveria ser apresentado, o tipo de formação dos novos professores, como deveria ser avaliado o desempenho escolar, etc. que para manter sua taxa de multiplicação de lucros será necessário criar um novo tipo de trabalhador - muito mais dócil, mais adaptável e adaptado às exigências atuais do mercado. Isso permite a estabilidade política tão necessária para manter a taxa de lucro. Desta forma, esta nova escola é isolada de ideologias e discursos antissistema para assegurar à classe trabalhadora a capacidade única das classes dominantes de unir crescimento econômico com o que chamam de "justiça social".

### **3.2 Hegemonia de classe: domínio e direção**

O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2002, p. 95)

Gramsci, ao formular o conceito de hegemonia<sup>34</sup> em seus escritos, oscila ao longo do tempo entre um significado mais limitado associado à "direção" em oposição a um significado diferente associado ao "domínio". No entanto, conforme ele refina seu pensamento, ele formula o mais amplo e abrangente dos dois, combinando direção e maestria. Portanto, segundo Buci (1976), "Gramsci passou do conceito de hegemonia em termos de classe, típico de sua obra juvenil, para o conceito de hegemonia "no sentido do Estado" (BUCI-GLUCKSMANN, 1976, p. 17).

Com efeito, ele escreve que "uma classe é dominante em dois modos, isto é, é 'dirigente' e 'dominante'. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser 'dirigente' (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também 'dirigente'. (GRAMSCI apud COSPITO, 2014, p.722)

Ao formular o conceito de hegemonia, Gramsci busca inspiração e suporte em Lenin, procurando entender as relações de poder que ocorriam no interior da sociedade civil nos Estados capitalistas avançados. Essa sociedade civil funciona como uma estrutura complexa e sólida, capaz de superar crises fenomênicas.

Gramsci, de superar o horizonte do marxismo, mas, ao contrário, de voltar às suas fontes originárias: deriva daqui a atribuição a Lenin, a partir de Q 4, 38, 465, da paternidade do próprio conceito de hegemonia que, aliás, representa "a contribuição máxima de Ilitch à filosofia marxista, ao materialismo histórico, contribuição original, criadora". E é justamente por meio de Lenin que G. retorna a Marx: em Q 10 II, 41.X, 1.315 [CC, 1, 384], inovando em relação à primeira redação, escreve que efetivamente já em Marx "está contido também in nuce o aspecto ético-político da política ou a teoria da hegemonia e do consenso, além do aspecto da força e da economia". (GRAMSCI apud COSPITO, 2014, p.727)

Analisando essas formações sociais, Gramsci chegou à conclusão de que crises e desastres econômicos não levam ao colapso do sistema, como acreditavam algumas correntes econômicas do marxismo, mas, ao contrário, as crises revelaram um Estado coberto por uma forte estrutura social que funciona como um sistema de trincheiras na

---

<sup>34</sup> O termo hegemonia foi utilizado em outros contextos. Historicamente, atribuiu-se à hegemonia a função de direção do exército – era esse o significado grego do termo *eghestai*, do qual provém a palavra hegemonia. De acordo com o historiador Perry Anderson (1986, p. 16), "O termo *gegemoniya* (hegemonia) era um dos lemas políticos centrais no movimento social-democrata russo do fim dos anos 1890 a 1917.", mas, já naquele período, com Lênin, passou a designar, sobretudo, a direção política que deveria ser exercida pelo proletariado sobre os demais grupos, no contexto das disputas dos rumos da revolução que se iniciava na Rússia (GRUPPI, 1978, p. 11). (apud MARTINS, Helena, VII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2010)



"guerra moderna". (GRUPPI, 1978, p. X). Foi, portanto, o sardo que percebeu que não bastavam crises econômicas para superar o capitalismo.

Gramsci deu-se conta de que não bastava a crise econômica e a organização operária para que o capitalismo fosse suplantado: o poder parecia não se circunscrever apenas ao campo econômico ou à “tomada do Estado”. Gramsci mergulhou em profundas reflexões, traçando, de forma pioneira, um “sistema conceitual completo para apreender de forma unitária a complexa fenomenologia do poder nas sociedades capitalistas contemporâneas” (ACANDA, 2010, p. 172).

Esse aperfeiçoamento conceitual, ao se entrelaçar com outras categorias de análise, possibilitou a renovação do materialismo histórico. Essa recuperação é uma ajuda crucial para entender as estratégias da classe dominante para se recuperar da crise orgânica do capitalismo. É fundamental uma compreensão aprofundada da dialética entre o político e o econômico, conforme definido por Pinho (1983):

No desenvolvimento do pensamento marxista, foi-se verificando nas elaborações sobre a totalidade social uma dificuldade de apreensão da dialética entre o econômico e o político, ou seja, uma dificuldade de perceber e trabalhar teoricamente a relação entre a infra-estrutura e a superestrutura. (PINHO, 1983, p. 29)

Esta nova formulação distinguiu uma sociedade de tipo oriental com Estados fortes e uma sociedade civil fraca de uma sociedade de tipo ocidental com uma sociedade civil forte e bem integrada no Estado. Essa concepção de Gramsci atinge dois objetivos principais: o primeiro seria formular novas estratégias de superação do capitalismo e admitir que os métodos revolucionários de 1917 não se repetirão nos Estados mais desenvolvidos do capitalismo, nos estados de tipo ocidental, como eles imaginavam; a segunda seria entender a natureza do poder nas formações sociais modernas.

Portanto, ao perceber as diferenças marcantes entre as duas sociedades, Gramsci mostrou uma evidente necessidade de se pensar a renovação do materialismo histórico ou da teoria da Práxis. Essa formulação de Estados de tipo ocidental e oriental nada tem a ver com direções geográficas, mas está diretamente relacionada à complexidade da sociedade civil: mais complexa no caso do tipo ocidental e com certa autonomia política em relação ao Estado. Gramsci percebeu que nos Estados ocidentais não bastava apropriar-se do centro físico do poder, apoderar-se do Estado nessas sociedades exigia intensa atividade intelectual e cultural

para desenvolver uma concepção de mundo, conquistando corações e mentes e atingindo a hegemonia na sociedade civil<sup>35</sup>.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa.” (GRAMSCI, 1978, p. 33).

Além de definir a disputa por hegemonia na sociedade civil, Gramsci também explicou o mecanismo como a formulação da Guerra de Posição<sup>36</sup>. Para nós, essa estratégia é essencial para a compreensão da construção da hegemonia e implica, como define Simionatto (2011), na conquista do direcionamento político-ideológico e do consenso dos grupos mais proeminentes da população. Gramsci, ainda inspirado no mundo militar, escreve que ignorar a estrutura e a organização do Estado era o mesmo que ignorar o inimigo, como na arte da guerra de SUN TZU, quando diz que “Se você conhece o inimigo e a si mesmo, você não precisa temer o resultado de cem batalhas.” Se você conhece a si mesmo, mas não conhece o inimigo, para cada vitória que obtiver, também sofrerá uma derrota. Se você não conhece o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.”

Na política o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia) na guerra, tem se um erro semelhante, transportado ao campo inimigo (incompreensão não só do próprio Estado, mas também do Estado inimigo) num e no outro caso, o erro está ligado ao particularismo individual, de município de região que leva a subestimar o adversário e sua organização de luta.” [6 § 155;3,257, Apud Coutinho, 2011, p.296)

Foi refletindo sobre como fazer as classes subalternas chegarem à condição de classe dirigente que Gramsci formulou o conceito de “*hegemonia do proletariado*”. Muito mais do que identificar um conceito que seria ótimo para organizar as lutas revolucionárias, Gramsci também descreve o processo de conquista da hegemonia pelo proletariado nas sociedades modernas. Portanto, esse caminho significa a organização política de uma nova orientação ideológico-cultural, bem como a exigência de construir uma nova sociedade, uma nova estrutura econômica.

<sup>35</sup> Quando a luta ideológica é considerada a base da formação social em que a sociedade civil se desenvolve vigorosamente, os intelectuais militantes não abrem mão da estratégia de disputa pelo poder.

<sup>36</sup> A estratégia da classe subalternas para conquistar a hegemonia foi definida por Antonio Gramsci a partir da comparação entre estratégia política e arte militar. A análise foi muito influenciada pelo final da Primeira Guerra Mundial, este é o motivo de estar repleta de conceitos e características da guerra militar.

Assim, com Gruppi (1978, p. 3), entendemos que Gramsci defendia que a revolução, além da ocupação dos espaços de poder, necessitaria de uma prévia transformação radical da classe por meio de uma reforma intelectual e moral<sup>37</sup>. Assim, ao compreendermos profundamente a expressão “reforma intelectual e moral”, entendemos que a formalização do aparato hegemônico envolveria diversas iniciativas e ações que iriam desde a inserção na estrutura, passando pelas orientações ideológicas, até as organizações políticas. empresas que também poderiam levar ao desenvolvimento de novos métodos de aprendizagem e cognição.

Ao longo de sua prisão, Gramsci dedicou-se a aprofundar seus estudos e sistematizações sobre a forma de dominação burguesa, passando a utilizar o termo “hegemonia” com outro significado, que até então era utilizado como uma estratégia operária para derrubar a burguesia. Estado, porque a burguesia estabelece e mantém sua supremacia mesmo durante os anos mais agudos de crise orgânica<sup>38</sup>. “Em outras palavras, Gramsci deslocou o campo de aplicação do conceito de hegemonia para o estudo da dominação capitalista” (ANDERSON 1986, p. 22).

A classe dominante, portanto, em sua tarefa de continuar dominando e dominando, de formar um grupo entre dominantes e dominados, teve que desenvolver uma estratégia que lhe permitisse exercer a liderança moral e intelectual. Parte dessas estratégias envolvia fazer concessões além de seus interesses para permitir a criação de um bloco social de forças<sup>39</sup>. Gramsci percebe que a permanente contestação da hegemonia se dá na sociedade civil. Como uma arena definida de disputa, o conceito de hegemonia é uma ferramenta para pensar como os partidos no poder, as facções, podem manter seu domínio sem impedir direta e imediatamente as atividades de grupos contrários aos seus interesses. Uma das formas pelas quais a sociedade atual tenta neutralizar as forças contrárias ao seu projeto é a busca constante pela adesão dos intelectuais orgânicos (individuais e coletivos) da classe trabalhadora ao seu projeto global de construção de uma estrutura social (ACANDA, 2006).

---

<sup>37</sup> Gruppi compreende que o conceito de “reforma intelectual e moral” “formulado por Gramsci além de inspirado em Lenin também está em sintonia com uma orientação política cultural italiana da época que identificava o movimento do Resorgimento Italiano. 5 Gramsci desenvolveu o conceito de crise orgânica a partir do conceito leninista, que consiste em sintetizar todas as contradições de uma determinada sociedade em um determinado momento de seu desenvolvimento.

<sup>38</sup> Gramsci desenvolveu o conceito de crise orgânica a partir do conceito leninista, que consiste em sintetizar todas as contradições de uma determinada sociedade em um determinado momento de seu desenvolvimento.

<sup>39</sup> Bottomore define bloco social de forças como sendo as concessões feitas pela classe dominante, dentro de certos limites, a um grupo de variados aliados reunido em um bloco social de forças, permitindo assim que ela permaneça com a liderança moral e intelectual.

Gramsci, ao formular o conceito de Estado Integral e delinear que a construção da hegemonia é baseada na sociedade civil, também traçou o processo de incorporação gradual de grupos ou facções inteiras na "classe política" conservadora moderada da Itália e chamando essa estratégia de expansão do bloco dominante de "transformismo". Esse movimento tende a tornar-se mais latente nos períodos de crise:

A diferença entre o fenômeno italiano e o de outros países consiste, objetivamente, no seguinte: que, enquanto nos outros países o movimento operário e socialista personalidades políticas singulares que passaram para outra classe, na Itália ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram esta passagem como grupos. A causa do fenômeno italiano, ao que me parece, deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo: na luta de gerações, os jovens se aproximam do povo; nas crises de mudanças tais jovens voltam a sua classe (foi o que ocorreu com os sindicalistas-nacionalistas e com os fascistas). No fundo trata-se do mesmo fenômeno do transformismo em condições diversas." (GRAMSCI, 2011, 318).

Assim, entendemos que falar em hegemonia na interpretação dada por Gramsci sustenta uma conexão direta com a crise de hegemonia, que acaba por ser uma crise provocada pelo enfraquecimento da liderança política da classe no poder e sua perda de consenso. Nessas situações de crise, podem surgir movimentos que ajudem a reestruturar as trocas de poder entre a classe dominante e suas frações de classe, ou que as substituam.

No Estado capitalista contemporâneo, as relações entre sociedade política e sociedade civil como unidades articuladas, permeadas de coerção e consenso, de lutas de classes e, portanto, distintas da perspectiva liberal nos marcos da sociedade capitalista contemporânea, negadora dos antagonismos classistas. (SIMIONATTO, 2011, p. 4)

Portanto, como relata Simionatto (2011), as relações nos Estados são permeadas pelas estratégias adotadas pela classe dominante para recompor sua hegemonia, são obscurecidas pela coerção e o consenso.

Buscando aproximar o conjunto categorial de análise utilizado, penso ser oportuno entender que a Fundação Bradesco sempre, ao longo de sua vasta história, contribuiu para a formação da hegemonia da classe dominante e suas frações. Mesmo ao interpretarmos a totalidade temporal da existência deste APH, também podemos concluir que apesar de existirem "várias fundações", sempre agiam na construção da hegemonia da

classe dominante e novamente reafirma-nos que “toda relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1999, p. 44).

### 3.3 Intelectual orgânico: o papel modelador da hegemonia

Todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria conjuntamente, organicamente, um ou mais estratos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político [...]. (GRAMSCI, 2010, p. 15).

Devemos também enfatizar outra categoria central na "reforma intelectual e moral da sociedade". A categoria dos intelectuais ocupa lugar de destaque no pensamento de Antonio Gramsci. Como mostra Simionatto (2011), para ele Gramsci avalia que o desenvolvimento do capitalismo levou a uma nova organização social da produção, sendo necessário, portanto, um novo aparato de produção e difusão ideológica, o que exigiu a criação de uma nova camada de intelectuais ligados principalmente à classe dominante.

Gramsci evidencia uma das formas mais importantes que até então tomou, a seu ver, “o processo histórico de formação das categorias intelectuais”, afirmando que todo grupo social, “ao nascer na base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico”. (Gramsci apud Pasquale Voza, Dicionário Gramsciano 2014, p.847).

Gramsci (2010) também afirmou que todos os homens são filósofos, respeitando, claro, os limites da filosofia baseada no senso comum. "Assim, todos os homens são intelectuais porque, fora de suas profissões, são filósofos, artistas, participam de uma concepção do mundo ou têm uma linha de conduta conscientemente definida associada a essa concepção." (BIANCHI, 2008, p. 77). Entretanto, Gramsci também nos adverte para não fazermos uma relação direta entre intelectuais e produção; embora toda pessoa seja considerada um intelectual, nem todos desempenham esse papel na sociedade.

Alerta Gramsci. – não se deve pensar numa relação imediata entre intelectuais e produção, e, portanto, em um seu papel extrínseco e instrumental. A relação entre intelectuais e produção “não é imediata, como ocorre com os grupos sociais fundamentais, mas é mediada, e é mediada por dois tipos de organização social: a) pela sociedade civil, isto é, pelo conjunto de organizações privadas da sociedade, b) pelo Estado.

(GRAMSCI apud VOZA, 2014, p.848).

Ao se referir aos empresários, Gramsci identificou sua capacidade de desempenhar o papel de intelectuais, os organizadores de uma sociedade capitalista:

[...] o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da 'confiança' dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.). (GRAMSCI, 2010, p. 15).

O segundo debate sobre os intelectuais que Gramsci apresentou nos cadernos seria como uma tentativa de estabelecer "os limites máximos do significado da palavra 'intelectual'" e nesse âmbito do debate Glucksmann (1980) nos ajuda ao interpretar a noção de o intelectual orgânico presente nos Cadernos e criando um quadro que esquetematiza a divisão da função dos intelectuais na produção da hegemonia.

## ESTRATIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES DOS INTELECTUAIS

**Quadro 09 Funções dos intelectuais**

Exército	Produção	Cultura	Partido	Político
Estado maior	Patronato			
Oficiais superiores realizam os planos	Técnicos de nível superior, engenheiros	Criadores representantes de uma escola filosófica (Croce)	Dirigentes	Categoria 1
Oficiais subalternos garantem a execução	Empregados, contramestres, técnicos médios.... função técnico administrativa, fiscalização	Empregados de aparelhos culturais	Quadro intermediário	Categoria 2
Soldados	Operários	Público	Militante de base	Categoria 3

Fonte: GLUCKSMANN, 1980, p 53.

Nesse sentido, Glucksmann (1980) lembra que os intelectuais são categorizados por Gramsci quanto ao seu ser social e seu lugar nas relações de produção. Assim podemos entender que o intelectual para Gramsci está inserido na divisão do trabalho. Seguindo a mesma lógica, Mendonça (1994) os define como "construções lógicas criadas

segundo um referencial" que encontram seu sentido "dentro do esquema de pensamento em que se inserem". Essa forma de abordagem deve ser entendida como uma forma didática, mais compreensível porque os intelectuais são entendidos em termos de uma abordagem institucional que permite uma análise diferenciada dos tipos de dispositivos. No entanto, devemos dizer de forma clara e evidente que tanto o autor quanto Gramsci não defendem o argumento institucionalista de sobrepôr a história dos aparelhos à luta de classes. Deve-se notar que a origem de classe dos intelectuais não precisa corresponder a uma classe organicamente relacionada.

Também devemos apontar que existe uma certa "mobilidade" entre os intelectuais da classe trabalhadora que podem aderir ao projeto burguês e se tornar orgânicos a essa classe, e vice-versa. Gramsci identifica esse fenômeno como transformismo. Outra questão que precisa ser destacada é que, para Gramsci, os intelectuais modernos não se limitam às profissões de jornalistas, literatos e filósofos. Diversos trabalhadores em diversos fragmentos, do básico ao complexo, podem, portanto, formar também a base intelectual do mundo moderno. Gramsci os define como intelectuais de tipo urbano com tarefas básicas na produção e reprodução das relações sociais:

[...] A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos do exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaborando a execução imediata do plano de produção estabelecida pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral os intelectuais urbanos são bastante estandardizados; os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o estado-maior propriamente dito. (COUTINHO, 2011, p. 209).

Assim como outros conceitos propostos por Gramsci, a ampliação do conceito de intelectual se desdobra em duas análises. Por um lado, revela o papel dos intelectuais em cooperação com a classe dominante, encarregados de consolidar ou reformar visões de mundo conservadoras e neutralizar projetos oposicionistas.

É necessário dizer que em Gramsci, assim como a ideologia não é mera aparência ou simples mistificação, da mesma forma o intelectual orgânico não pode ser reconduzível, nem em negativo nem em positivo, a mera vontade e capacidade de produzir consenso, mas toma corpo e adquire significado em uma peculiar função conectivo-organizativa: o consenso não é um efeito adicional, mas está incorporado, em formas sempre diferentes e que se renovam, naquela função de fundo. (GRAMSCI apud VOZA, 2014, p.850).

Aponta também para a criação de alternativas para a construção de intelectuais organicamente ligados à classe trabalhadora, que trabalham para articular uma nova visão de mundo, divulgá-la e esclarecer relações antagônicas.

### 3.4 Estado Integral

Inúmeros estudos dedicados ao Estado brasileiro insistem em concebê-lo ora como questão da “natureza”, ora como “via de mão única” onde os atores sociais são tomados como “entidades” estranhas entre si. Isso remete a origem do Estado à ideia do contrato social, resultando num Estado-Sujeito que “paira” acima da sociedade, dotado de vontade própria e desvinculado dos grupos sociais. Foi o marxismo que se contrapôs a esta matriz, criticando seu extremo individualismo..... Por tal motivo, a definição explícita do conceito de Estado adotado por cada investigador reveste-se de suma importância, de modo a percebermos não apenas as conclusões de seus estudos, mas, sobretudo, seus desdobramentos políticos junto à historiografia especializada (MENDONÇA, 2014, p. 2)

O entendimento e a definição de Estado permeia toda a obra de Gramsci, porém, esse entendimento pode ser dividido em dois momentos: no primeiro, refere-se ao seu sentido estrito, levando em consideração apenas a burocracia estatal e seus órgãos, secretarias, ministérios e o Exército; a segunda refere-se à sua forma expandida, que seria o Estado Ampliado - "sociedade política + sociedade civil, ou seja, uma hegemonia encorajada de coerção" (GRAMSCI, 2000, p. 244). Assim, segundo Gramsci, a dominação de classe pode ser realizada não apenas por meio da coerção, mas também pode ser realizada com um papel educativo, conforme definido por Neves (2005):

O Estado Ampliado cumpre a função educativa de permitir a organização da cultura sob determinada direção de classe. Ou seja, ao Estado impõe-se a complexa tarefa de formar um certo tipo de “homem coletivo”, de conformar técnica e eticamente as massas populares à sociabilidade burguesa (NEVES, 2005).

Gramsci não é o primeiro a teorizar sobre o Estado. O debate sobre o conceito de Estado precede sua formulação. Esse debate vem ocorrendo há muito tempo entre os liberais e, segundo Mendonça (1998), é inegável a hegemonia dos liberais sobre esse debate, liderado por eles e que traz ao senso comum o entendimento de que o Estado pode ser visto como um determinado governo, às vezes como algum órgão da administração pública. Dessa forma, essa formulação liberal é capaz de mitigar as relações que de fato configuram o Estado e sua



mediação com a sociedade, o que, segundo Mendonça (1998), acaba por resultar em uma espécie de objetificação do Estado ou coisificação do mesmo.

Essa categorização apoiada por Mendonça nas teorias liberais do Estado no termo “coisificação” traduz, na verdade, uma importante matriz teórica sobre o Estado, denominada Jusnaturalista. Os jusnaturalistas defendiam a centralidade das ações humanas. Os homens são diretamente responsáveis por suas ações no mundo. Devemos ressaltar que nesse contexto a formulação teórica de Hobbes, Locke ou Rousseau representou um grande avanço para o pensamento político ocidental. No entanto, a concepção jusnaturalista do Estado também se baseia em uma compreensão histórica. Os jusnaturalistas dividiram as pessoas em dois estados (sociedade): 1) estado (sociedade) de natureza; 2) estado civil (sociedade).

Voltamos a nos apoiar em Mendonça (1998), que observa que o conceito de Estado criado pela matriz jusnaturalista leva a dois problemas teórico-metodológicos. A primeira é a identificação dos governantes com o Estado. A segunda seria a compreensão do Estado como um somatório de vontades individuais. Ainda durante o século XIX, a formulação elaborada pelos jusnaturalistas foi fortemente criticada por Hegel, principalmente por suas características históricas. Atribuir o surgimento do Estado ao contrato social simplesmente priva a sociedade de seu papel e a torna um ator coadjuvante na história. A partir da crítica desenvolvida por Hegel, Marx os aprofundou e apresentou em suas observações o caráter de classe do fenômeno estatal. A grande expertise nessa formulação de Marx foi perceber que a preservação da sociedade em classes tem como principal objetivo garantir que os interesses particulares de uma determinada classe prevaleçam sobre os interesses de outra classe.

Segundo Coutinho (2011), Marx e Engels na estrutura do Estado apontaram que a principal forma de correção/preservação era a repressão, o monopólio legal e/ou a violência de o Estado impor certa visão de mundo e ou diretrizes. natureza de classe. Essa definição, elaborada por Marx nos tempos de uma sociedade civil subdesenvolvida, acabou gerando interpretações sobre a predominância do determinismo econômico sobre o determinismo político. Tanto a definição jusnaturalista do Estado, defendendo a tese do “Estado sujeito”, quanto a tese que definia o Estado como o “comitê executivo da burguesia”, ainda que contrariadas, acabam por criar uma espécie de “Estado objeto”. ". No entanto, essas formulações acabaram por não dar conta da complexa organização do Estado observada por Gramsci. Portanto, ser identificado como mecanicista ou economista, assumindo uma relação imediata entre as classes proprietárias e o Estado.

Podemos, portanto, como Gramsci, concluir que o Estado não é um sujeito com vontade própria que passa incólume pelos conflitos sociais e pela sociedade, nem é um objeto, como propuseram os economistas do século XX, mas uma relação social, ou seja, uma condensação das relações sociais e da correlação de forças das classes e suas frações em constante tensionamento que estão presentes em uma determinada sociedade (GRAMSCI, 1991). Assim, segundo Giuseppe Prestipino no dicionário Gramsciano, Gramsci pressupõe uma visão do Estado como forma concreta de um determinado sistema de produção. Como função produtiva das classes sociais.

Gramsci. acolhe, portanto, “a concepção do Estado segundo a função produtiva das classes sociais” (Q 10 II, 61, 1.359 [CC, 1, 425]), própria do marxismo, mas refuta qualquer aplicação simplista. Tal concepção “não pode ser aplicada mecanicamente à interpretação da história italiana e europeia desde a Revolução Francesa até todo o século XIX. Embora seja certo que, para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assuma o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista”. (GRAMSCI apud VOZA, 2014, p.516).

Gramsci, segundo Glucksmann (1980, p. 128), representa diferentes momentos da articulação estatal, em sentido unilateral e integral. Devemos, portanto, apontar que o marxista sardo apresentou uma diferenciação dos tipos de Estado em tipos ocidentais e orientais, distinguindo de acordo com o grau de desenvolvimento e complexidade da sociedade civil.

A distinção Oriente-Occidente que encontramos nos cadernos também se funda no novo conceito de Estado: já que “no Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre Estado e sociedade civil uma relação justa e, nas oscilações do Estado, logo se discernia uma robusta estrutura da sociedade civil”. (GRAMSCI apud VOZA, 2014, p.518).

O Estado é, portanto, referido em um sentido estreito ou unilateral como um governo com um aparato de ditadura de classe, que assim desempenha suas funções coercitivas e econômicas. Para que essa supremacia de classe seja exercida, Gramsci entende que são necessários os aparatos de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). No entanto, essa função coercitiva não aparece separada do papel adaptativo-educacional do Estado. Mas é justamente no desenvolvimento do conceito de Estado de tipo ocidental que Gramsci afirma ser impossível reduzir o Estado a estruturas de governo, pois é no desenvol-

vimento do processo histórico que a sociedade civil se fortalece e a conquista de ocorre a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional. É dentro dessa nova configuração que a burguesia cria um conjunto de casas particulares. Nesse cenário, atuam as organizações responsáveis por desenvolver, sistematizar e disseminar o conceito de mundo. Essas organizações materializam outra dimensão do Estado: a sociedade civil.

A consciência da não separação “ontológica” entre os diversos níveis da realidade histórico-social (economia, política, cultura) não se torna, porém, ausência de distinção: expressões em que sociedade civil e sociedade política “são uma mesma coisa”, “se identificam” ou em que “a sociedade civil [...] é também ‘Estado’, aliás, é o próprio Estado”. (GRAMSCI apud VOZA, 2014, p.517).

Gramsci afastou-se das origens liberais antes de abordar o conceito de sociedade civil e formular uma nova visão baseada no pensamento de Marx, Engels e Lenin. Entre os diversos autores que se destacaram nessa categoria, era comum atribuir o papel da sociedade civil ao arbítrio, aos apetites incontroláveis, naturais, manifestados por meio dos interesses do mercado, da concorrência, da esfera privada. Essa visão fica mais clara quando olhamos para os "Cadernos do Cárcere", volume 3, páginas 257-258, intitulado O Conceito de Estado, onde se diz: "O Estado deve ser entendido como um aparelho adicional ao aparelho de governo ". despojado da hegemonia ou da sociedade civil".

Segundo Gramsci, no entanto, visões de mundo e consciências sociais são criadas na sociedade civil, que servem aos interesses burgueses e oferecem uma alternativa a uma sociedade igualitária. Como aponta Silva (2019), Gramsci enfatiza os significados privados dos aparatos de hegemonia na estruturação da sociedade civil:

Na formulação de Gramsci, a vertebração da sociedade civil são os Aparelhos Privados de Hegemonia que distintamente das organizações empresariais e estatais apresentam-se como associatividade voluntária. Estas organizações não possuem uma composição homogênea e se apresentam muitas vezes como deslocados da organização econômico-política da vida social. (SILVA, 2019, p.42)

Essa neutralidade tenta disfarçar o enredamento da APH nas organizações empresariais, como aponta Fontes (2010): Essa aparente neutralidade esconde uma ligação com as formas de produção econômica (infraestrutura) e política (o Estado), embora sua atuação seja cultural. Segundo Sônia (2003), analisar um estado integral que tenha um rico e articulado desenvolvimento de superestruturas significa analisar a sociedade civil:

(...) superar a suposição de que o Ministério da Fazenda, por exemplo, identifique-se a um ministro “x” ou “y” ou de que o Estado brasileiro seja o próprio presidente. Há que se verificar, por exemplo, a que grupos organizados da sociedade civil estão eles ligados? Quais os interesses destes grupos? Quais são os demais grupos da sociedade civil que contam com representantes – mesmo que em posições não hegemônicas – dentro de cada órgão público? Somente assim será viável explicar o porquê de determinada política pública e não outra; ou ainda porque duas políticas distintas encontram-se, muitas vezes, superpostas, uma vez emanadas de organismos públicos diferentes. (MENDONÇA, 2003, p.3).

Temos que concordar com Mendonça (2003) que afirma os primeiros passos no exame da política estadual e aconselha que a primeira coisa a se fazer é identificar as entidades de classe que atuam na pauta e os temas que se pretende estudar, bem como seu momento histórico. Outra preocupação de Mendonça (2003) é o processo histórico de constituição das relações sociais no Estado, como destaca:

A análise histórica da relação entre Estado e Sociedade exige, assim, uma tarefa primordial: verificar que relações sociais constituíram historicamente o Estado e como se modificaram? Que grupos sociais asseguraram sua presença junto às distintas agências do Estado restrito e que outros grupos, em certos momentos, tiveram seu acesso e representação, junto a eles, eliminados? Ou ainda: no que é possível interferir para que, lenta e molecularmente, como diria Gramsci, a correlação de forças se altere, mediante a difusão de um projeto contra- hegemônico?” (MENDONÇA, 2003, p.3).

Dessa forma é que rastreamos o processo de formação histórica da Fundação Bradesco, que supera as seis décadas, mas selecionamos a última como momento histórico para rastreamos sua atuação como aparelho responsável pela construção da vontade coletiva que dará força e coesão ao projeto burguês para a educação brasileira.

### **3.5 Teoria do capital humano**

A teoria do capital humano (TCH) surgiu na década de 1950 com o trabalho de Theodore W. Schultz, ganhador do Nobel de Economia por conta desta formulação e mais tarde professor da Universidade de Chicago. Essa teoria foi um elemento importante que serviu de justificativa e foi relacionada a propostas como a pedagogia técnica e a pedagogia da competência. Do ponto de vista dessa linha de pensamento, escola, cursos, despesas médicas devem ser considerados como tipos de capital. Porque esses diferentes tipos de capital seriam capazes de me-

lhorar a saúde e a renda da população.. Dessa forma, produziriam capital humano. Ao contrário do capital financeiro e capital-dinheiro, que pode ser movimentado separadamente do indivíduo, o capital humano não pode. Porque é impossível separar o indivíduo de seus conhecimentos, saúde ou habilidades.

Essencialmente, a teoria do capital humano procurou encontrar uma justificativa para explicar a desigualdade social causada pelo progresso econômico capitalista. As diferenças sociais e de renda criadas pelo modelo capitalista precisavam ser de alguma forma mitigadas ou transferidas para terceiros. Na segunda metade do século passado, vivíamos no auge do taylorismo e do fordismo, que não levaram à redução das desigualdades entre os diferentes países e não acabaram com a pobreza nos países mais ricos, pelo contrário, os problemas sociais continuaram a se aprofundar. A tradução dessa realidade em uma explicação palatável é dada pelo TCH, que justifica essas diferenças atribuindo-as a diferentes níveis de escola que seria responsável pelo desenvolvimento econômico do indivíduo. a educação deve ser vista como um investimento produtivo (FRIGOTTO, 2013).

A responsabilidade pelas desigualdades sociais é assim transferida tanto para o indivíduo, que deveria ter o suposto estoque de habilidades, quanto para o interior da escola, com o objetivo de desviar a atenção dos problemas estruturais associados ao próprio desenvolvimento do capitalismo, que produzem condições de miséria e pobreza para as populações e nações (RODRIGUES, 1997). Oliveira (2001) explica que o TCH também aborda a associação de maior escolaridade com melhores oportunidades de trabalho e remuneração. A maior escolaridade é, portanto, entendida como um fator que possibilita uma melhoria na qualidade de vida, pois quanto mais qualificado o sujeito, melhor sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, "o aumento da produtividade - decorrente do aumento da formação profissional - levaria ao fato de que o indivíduo também se beneficiaria com o aumento de seus salários" (OLIVEIRA, 2001, p. 27).

O nível de escolaridade garantiria, portanto, também a mobilidade social individual. Partindo desse pressuposto, o Estado passará a participar mais do financiamento da educação para ampliar esse prazo. Uma vez que uma melhor formação poderia provocar um aumento do rendimento dos indivíduos, levaria a um aumento do rendimento nacional e a uma aceleração do crescimento econômico do país. No entanto, Frigotto traz à tona o debate de que a própria essência do capitalismo de valor agregado mina essa tese, pois a relação entre o tempo necessário para realizar um trabalho e sua remuneração permaneceria independente da qualificação do trabalhador.

Trata-se de uma noção que falseia o sentido real do capital, pois este não se traduz numa coisa, mas é uma relação social e historicamente construída. Uma relação cujo fundamento é a exploração e expropriação, pela classe detentora privada dos meios e instrumentos de produção, dos que necessitam vender para sobreviver sua força de trabalho física e intelectual, a classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 2013, p. 4)

Como afirma Turmina (2012), o TCH ganhou impulso global quando a UNESCO publicou o Relatório Faure em 1972 e seus princípios foram defendidos e promovidos como uma solução para reduzir as disparidades sociais. Este relatório procura disseminar concepções educativas voltadas para a formação de uma nova pessoa e promove o "aprender a ser" como palavra de ordem por excelência da nova forma de sociabilidade exigida pelo capital. Há um debate no Brasil sobre a imprevisibilidade e o impacto desse relatório nas propostas educacionais. No entanto, durante o período do regime empresarial-militar, o TCH realizou diversas reformas educacionais. No final da década de 1990, começou a ser implementada a pedagogia das competências, que acabou por trazer um toque jovem ao TCH. Rodrigues aponta que o TCH foi "revivido na década de 1990 com os conceitos de formação flexível, polivalente e empregabilidade" (1997, p. 228). É neste ponto que se destaca o "aprender a ser" também renovado no relatório Delors com os seus quatro pilares da educação.

Segundo o relatório de Delors, a educação no início do século XXI deveria, portanto, organizar-se em torno de quatro processos básicos de aprendizagem que seriam os pilares do conhecimento ao longo da vida humana: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e, finalmente, aprender a ser. Esses quatro caminhos do conhecimento seriam a nova função da educação da classe trabalhadora. E é inegável o papel de destaque exercido pela FB ao ser um implementador de primeira hora dessas diretrizes na sua rede de escolas bem como a defesa enfática nos editoriais intitulados como "palavras do presidente" em seus relatórios anuais.

#### **4 AS RELAÇÕES DA FUNDAÇÃO BRADESCO NO CAMPO BURGUEÊS: AS MEDIAÇÕES COM OS ORGANISMOS MULTILATERAIS**

O processo de globalização tem sido divulgado pelos intelectuais do neoliberalismo como um caminho de mão única, sem direito a alternativas ou atalhos. Portanto, a globalização passa a representar e a exercer um papel central do capitalismo na contemporaneidade. Travestido de novas estratégias e com esta nova camuflagem, a teoria neoliberal propaga aos quatro cantos do mundo a ideia de que os aspectos culturais são primordiais e superiores para a formação de novas identidades e para superação do Estado-

Nação. Na perspectiva dos críticos, a principal característica desse processo é a hegemonia do capital financeiro sobre a economia, a ausência de barreiras de mercado e a competição desigual entre produtos nacionais e estrangeiros.

Mas, para os defensores deste modelo, estes seriam efeitos colaterais com reduzido impacto frente aos efeitos positivos gerados pela relação entre indivíduos e culturas geograficamente distantes. Todavia, devemos destacar que para a burguesia, desde o fim do século XX, os problemas estruturais do Capitalismo não foram tratados como problemas do sistema, mas sim, como novas demandas da sociedade. É justamente dentro desta visão de mundo que as frações dominantes, tendo como grande locomotiva o capital financeiro, assumem o protagonismo de ações que buscam a resolução de problemas de fatos estruturais, portanto, inerentes ao capitalismo como se fossem supostas “novas questões sociais”, que acabariam por demandar “novos atores sociais” capazes de executar e influenciar a incursão sobre as políticas sociais e educacionais os interesses da burguesia.

Compreender a materialização do novo bloco histórico e sua consolidação capitaneada pelo capital financeiro é fundamental para compreender o atual modelo de educação. É dentro deste escopo que tentamos compreender a construção da hegemonia da holding Companhia Cidade de Deus no plano estrutural e superestrutural, analisamos a formação e atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia do grupo Bradesco que capacitaram as frações financeiras, e suas aliadas a incidirem sobre as políticas sociais nos últimos 60 anos, tanto de forma objetiva quanto de forma subjetiva.

Tendo em vista o pioneirismo, a abrangência, o alto grau de organização e a participação ativa nos principais temas da política educacional da atualidade, daremos destaque à análise da Fundação Bradesco, criada no início da década de 90 para orientar a ação empresarial sobre a “questão social”. Porém, também devemos abordar neste capítulo a expansão dos Aparelhos Privados de Hegemonia organizados pelo capital financeiro para a construção da hegemonia burguesa, mesmo que travestidos para o senso comum como meras entidades filantrópicas que buscam mitigar os efeitos perversos da desigualdade provocada pelo capitalismo e acentuada pelo tipo de desenvolvimento brasileiro. Esta busca pelo domínio da educação da classe trabalhadora, acarretará mudanças tanto nos objetivos quanto na forma ao longo do tempo.

Em um primeiro momento, o verdadeiro projeto do capital para os países capitalistas dependentes é a formação mínima para que o trabalhador aprenda apenas para o trabalho simples, o que o torna um mero objeto de produção de riqueza privada. Já em



um momento posterior, com o advento da globalização, materializa-se a necessidade de formar recursos humanos qualificados, o que possibilita a abertura da aplicação de novas tecnologias nas grandes empresas inseridas na América Latina e, portanto, requer a reorganização do processo educacional nesses países. Neste novo modelo educacional, o Banco Mundial incorporou os princípios neoliberais passando a um novo receituário, onde exigia de todos os seus parceiros a aplicação dessas diretrizes. Também apresentaremos o novo papel da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Foi na década de 1990 que o fermento da globalização possibilitou que a educação ganhasse força e importância na conjuntura econômica. Nesse sentido, a educação tornou-se prioridade na agenda política desses países e a reforma do sistema escolar uma das estratégias a serem mobilizadas.

Uma das características da classe dominante vem sendo um dos traços marcantes dessa nova etapa de acumulação do capital sob a hegemonia do capital financeiro. As relações sociais capitalistas, ditas humanizadas, ressignificam bandeiras construídas pelos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora como as noções de cidadania, participação, democracia, solidariedade e transformação social. Na segunda parte deste capítulo, debateremos a estrada dos banqueiros na educação com a nova Pedagogia do Capital com especial atenção à política econômica do regime cívico-militar que propôs importantes inflexões no que diz respeito ao tratamento dispensado aos bancos comerciais.

Na terceira parte deste capítulo, debateremos a ofensiva do capital financeiro na disputa do fundo público da educação. A história do financiamento da educação pública no Brasil, que passa ao longo de todo o ciclo histórico por muitos altos e baixos, contudo, sempre apresentando como característica principal a permanente insuficiência de recursos para atender às necessidades de sua época (LAMARÃO, 2021). Outra característica a ser destacada é que no período político mais autoritário, a Carta Magna não vinculava recursos à educação; situação oposta ocorre em um governo mais democrático, onde não só existe destinação de patamares mínimos, como a sociedade tem a possibilidade de monitorar como os recursos são usados.

#### **4.1 A estrutura da expansão dos APHs do capital financeiro**

É uma falácia monumental acreditarmos que a formação de pessoas em uma sociedade regida pelo capitalismo pode ser acessível para todos de forma linear e abrangente apenas por meio das instituições de ensino, como se todos, de forma indiscriminada, tivessem acesso às mesmas oportunidades e condições. É fruto deste raciocínio a responsabilização pelo fracasso social como sendo um problema do indivíduo. A qualidade da educação do filho do trabalhador, em comparação à educação ministrada ao filho do burguês, é completamente distinta, tanto em quantidade quanto em qualidade. Portanto, devemos ter em mente que não é interesse da classe dominante compartilhar o conhecimento. Quem tem conhecimento, tem a possibilidade de arbitrar o uso do poder, e o poder não é para todos nesta sociedade reprodutora de desigualdades.

Somente quando o homem, como ser social, se volta para si mesmo, percebe que uma das formas de superação do capital é a educação, seus meios de controle e difusão de ideias. Só a partir deste momento será possível alcançar a plena emancipação da classe trabalhadora, o que implica no compromisso da sociedade com a luta pela construção de outro modelo de sistema econômico e social. O financiamento da educação pública, por outras ordens e meios que não sejam o Estado, acontece por estas terras desde os tempos coloniais. Está imbricado e enraizado na história da educação do Brasil, do seu estabelecimento até os dias atuais.

No Brasil colonial, o investimento social privado em vigor tinha um cunho de caridade assistencial religiosa. Nessa “filantropia”, tinha como principal representante a Ordem dos Jesuítas, que obtinha recursos para financiar este projeto: a venda de mercadorias e animais da Companhia de Jesus. Nesse modelo, os religiosos acabavam não utilizando os poucos recursos oferecidos pela Coroa Portuguesa no financiamento da construção e manutenção de escolas, assumindo a responsabilidade para si de ofertar aquilo que os representantes do Estado se abstinham de fazer. O espaço deixado pelo Estado acabou sendo ocupado pela igreja católica, porém, devemos ressaltar que nesse momento, não tínhamos a obrigatoriedade nem o caráter público e universal da educação.

Diante de tal conduta, criou-se uma imagem que perpassa a história e corrobora a ideia de ineficiência e atraso do Estado em poder proporcionar uma melhoria na condição de vida daqueles que vivem em situações de pobreza, garantindo minimamente as necessidades básicas, garantindo-lhes não só uma humilde sobrevivência, como também a partir deste momento histórico, passou-se a fazer a associação de filantrópica e caridade, a benesse e a bondade. É dentro deste escopo do investimento social privado que, na década de 1950, quando da criação da Fundação Bradesco – uma das maiores fundações

no Brasil, voltada principalmente para a promoção da “educação do trabalhador” – afirmou, através de seu então presidente, Amador Aguiar, o desejo de trazer para o proletariado aquilo que os filhos da burguesia recebiam do Estado de forma gratuita, acentuou mais ainda o caráter mercadológico da própria educação.

Desde a década de 1970, a educação é convocada para mitigar os efeitos devastadores do capital. Assim, é nesse contexto histórico que a educação como materialização do investimento social privado conquista o papel de centralidade, pois com o crescimento dos movimentos de contestação da política de defesa norte-americana, a partir da década de 1960, a crise orgânica do capital, iniciada na década de 1970 e o aumento exponencial das tensões sociais nos países periféricos, a educação ganhou destaque na escala de prioridades do Banco Mundial (LEHER, 2015), a análise do modo como o Banco encaminha as suas novas diretrizes ajuda a compreender como esta instituição obtém a capacidade de definir a direção das políticas dos países periféricos.

Para compreender as ideologias que transtornam a educação da América Latina, da África e de parte da Ásia, é preciso examinar os encaminhamentos do Banco Mundial, o ministério mundial da educação dos países periféricos. identificadas (LEHER, 2015, p.1)

Não é obra do acaso, mas sim uma manobra que mostra as novas prioridades e a nova importância hierárquica, dada a política formulada pelo Banco Mundial. Na época, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara<sup>40</sup>, deixou esta instituição, principalmente uma instituição militar, e foi nomeado para presidir o Banco Mundial. entre anos de 1968-1981. Como afirma Leher (idem), gradativamente, o Banco abandonou a política de substituição das importações como política central, deslocando as questões sobre pobreza e segurança para o centro das preocupações. Portanto, McNamara começou a aparecer no primeiro momento de governança, com posição de destaque e prioridade na agenda do Banco Mundial, passando a propor a implementação de uma nova agenda. O novo modelo passou a estipular a criação de um programa de escolas técnicas, programa de saúde e controle da natalidade, ao mesmo tempo que propunha mudanças na estrutura econômica desses países. Novamente, recorremos a Leher (2019) para explicar esta passagem na função da educação:

---

<sup>40</sup> Como empresário e político americano, ele atuou como Secretário de Defesa dos Estados Unidos de 1961 a 1968. Depois de deixar o cargo, ele atuou como presidente do Banco Mundial até 1981. McNamara é responsável por estabelecer análises sistemáticas em políticas públicas.

O reconhecimento de que a educação poderia ser um instrumento importante na segurança data pelo menos do período da Guerra Fria, em especial na formulação da doutrina da contra-insurgência. Ao invés da tradicional concentração de forças e armamentos para avançar contra linhas inimigas identificadas (LEHER, 2019, p.2)

Mais adiante, já a partir da década de 80, o Banco Mundial incorporou os princípios neoliberais, passando a um novo receituário, onde exigia de todos os seus parceiros com sorte que fariam jus ao crédito a aplicação dessas diretrizes, como um modelo dos Estados que merecem o selo nacional de crédito e investimento burguês internacional. Conforme novamente deixa claro Leher (2015), esse processo provocou o aumento da subordinação dos países endividados.

Os países que no início dos anos 1980 resistiram ao intervencionismo e à imposição do neoliberalismo, sustentando políticas neoestruturalistas, logo submeteram-se aos ditames dos “Novos Senhores do Mundo”. Este é o caso do Brasil, especialmente nos governos Collor e Cardoso. O ajuste estrutural que desmonta o precário Estado Social é feito em nome da globalização, um processo apresentado como inexorável e irresistível, contra o qual nada é possível fazer, a não ser se adaptar, mesmo que às custas de exponencial desemprego, privatizações selvagens, crise cambial, aumento da taxa de juros e destruição dos direitos do trabalho. (LEHER, 2015, p.24)

Esse comportamento de ingerência e parcialidade na defesa no modelo capitalista neoliberal sempre foi negado pelo Banco Mundial, como bem define o João Márcio Pereira:

A legitimidade intelectual do Banco se baseia na premissa da neutralidade do saber técnico e no caráter multilateral da instituição, percebido como menos politizado e mais neutro do que organizações bilaterais. Tenho argumentado que, apesar da aparência de neutralidade técnica, a pesquisa por ele realizada é essencialmente normativa, uma vez que visa dar suporte às suas prioridades financeiras e políticas. (PEREIRA, 2020, p.6)

Nessas circunstâncias, os empresários consideram a educação uma área estratégica de ação social, passando o Banco Mundial e outros intelectuais coletivos a se tornarem os formuladores de novas estratégias pedagógicas que transmitissem o ideário da classe dominante para transformar e reformar a educação escolar nos países periféricos do Capitalismo. O investimento anterior do Banco Mundial na educação técnica passou a focar na educação básica – sempre em uma escala concêntrica e ampliada, não necessariamente crescente e estratificada, e relacionada à popularização, qualificação de in-

vestimento e melhoria da "qualidade". De acordo com Leher (2015), o binômio pobreza e segurança permanecem como o centro do debate nos documentos dos bancos, nos investimentos na educação elementar e na formação profissional, passando a ser considerados remédio contra os males do desemprego. A educação assume o papel de caminho que permite por esforço e vontade próprios à ascensão social.

Neste cenário de periferia do capitalismo, este quadro fica materializado quando compreendemos que os dois maiores recebedores de valores do Banco Mundial são também exemplos do desenvolvimento desigual e dependente.

O Brasil é o segundo maior cliente histórico do Banco em volume de recursos emprestados, atrás apenas da Índia. Por outro lado, o volume de empréstimos do Banco é pequeno, quando comparado ao PIB nacional ou ao orçamento geral da União. É por isso que devemos considerar os empréstimos como veículos de indução de mudanças institucionais. (PEREIRA, 2020, p.8)

Como reafirma Gaudêncio Frigoto (2008, p.45), os intelectuais coletivos Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho e os organismos vinculados ao capital produtivo de cada país criam um novo conformismo sobre educação e formação com base em teorias sobre o desenvolvimento de habilidades básicas no plano do conhecimento, atitudes e dos valores, produzindo competência para a gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, como consequência, para a empregabilidade. Esse novo conformismo produzido por esses intelectuais toma corações e mentes de assalto, passando a pairar sobre a sociedade como uma verdade inquestionável.

A necessidade de formar recursos humanos qualificados para que a economia dos países latino-americanos possa implementar novas tecnologias nas grandes empresas e, assim, entrar na economia global, acaba por exigir a reorganização do processo educacional realizado por esses países. Isso acontece por orientação direta de organismos internacionais, como a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a função de formular e difundir, assim como o Banco Mundial, com a função de financiar essas transformações. Portanto, esses organismos entendem como condição *sine qua non* para a formação dos indivíduos a adoção de novas tecnologias nesse processo.

Respaldo nos ideários da CEPAL, acordos de desenvolvimento de políticas entre Estado, Empresários e ONG's foram assimiladas pela agência governamental. Des-

ta forma, o terceiro setor tem a garantia de financiamento para projetos de restauração de organizações de educação básica. A parceria entre a empresa e a escola (onde o conhecimento é distribuído de forma desigual) pode atender às necessidades do capital. A modalidade educacional mais influenciada e a pioneira nos impactos é, sem dúvida nenhuma, a educação profissional. O salto se dá em um ambiente de produção, e esse conceito de competência tem guiado mudanças no modelo de gestão do trabalho. No entanto, essas ideias foram além do âmbito da fábrica, tomando de assalto a escola e começaram a se manifestar como uma espécie de teoria pedagógica.

A popularização das competências pavimentou o caminho para o estabelecimento de legislação educacional. Na década de 1990, ela começou a influenciar a ideologia educacional do país, e a Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais foi introduzida oficialmente na educação do Brasil à pedagogia das competências. Já segundo Guimarães (2010, p. 4), para a Educação Profissional de Nível Técnico, a pedagogia das competências instituída pela Resolução CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999, e, no ano seguinte, pelos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico.

O Parecer 16/1999, que subsidia as Diretrizes Curriculares, define competências como “capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. No entanto, desde a aprovação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, todo este movimento tem representado parte da reforma do ensino neste campo. Mais especificamente, desde o Decreto 2.208, de 1997, que impôs a separação entre ensino médio (formação geral) e ensino técnico (formação para o trabalho). Entretanto, segundo Guimarães (2010, p 6), na educação básica, onde as competências não têm tanta força quanto na educação profissional, o Brasil criou um híbrido. Isso porque as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, embora prevejam a aquisição de competências e habilidades, organizam esse conteúdo por áreas de conhecimento: ciências humanas, ciências da natureza, linguagens, etc.

Essa política aprovou toda a legislação educacional nas primeiras décadas do século XXI e reacendeu o centro do debate educacional brasileiro, culminando com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017) e a reforma do novo ensino médio (Lei nº 13.415/2017). As frações dirigentes dos países da periferia do capitalismo, como o Brasil, entendem que a restauração do sistema de dominação requer uma combinação de crescimento econômico e investimento em políticas de redução da pobreza. Isso foi visto como o maior obstáculo para a recuperação do crescimento do país nesse período.

Nesse sentido, a educação tornou-se prioridade na agenda política desses países e a reforma do sistema escolar uma das estratégias a serem mobilizadas. Nesse contexto, sob a liderança do capital financeiro, a articulação dos empresários brasileiros em torno da política educacional escolar foi fortalecida. Podemos citar como exemplos deste processo o braço educacional da holding Companhia Cidade de Deus e tendo como grade destaque e principal organizador dos interesses da burguesia na educação brasileira o partido do capital o Movimento Todos Pela Educação.

O patrimônio e os lucros desse conglomerado aumentaram exponencialmente, muito acima de qualquer taxa de multiplicação no período de reestruturação do sistema produtivo das décadas de 1990 e 2000. A remodelagem do Estado brasileiro contribuiu muito para este processo de crescimento. Mas este processo foi moldado seguindo uma receita emanada pelo Banco Mundial, como bem define João Marcos Pereira:

Mas a principal forma de atuação do Banco Mundial é por meio da remodelagem da gestão pública e do gasto público, em todos esses setores citados, combinando empréstimos, aconselhamento, assistência técnica e influência intelectual. O Banco é, na verdade, uma força de indução de reforma do Estado brasileiro, nos diferentes níveis da federação. (PEREIRA, 2020, p.10)

A reorganização fez com que a classe trabalhadora perdesse os direitos que havia adquirido no passado, aumentou o nível de desemprego e subemprego e almejando o acesso da classe trabalhadora às políticas de seguridade social. Já como reflexo das políticas de austeridade econômica e da privatização de empresas estatais, as classes dominantes como a financeira, a industrial ou o agronegócio aumentaram a concentração de renda e ampliaram o fosso entre as classes sociais, exacerbando o abismo histórico entre as classes sociais no Brasil.

Esse processo elevou o grau de concentração dos recursos em algumas instituições aumentando o poder econômico a partir do gerenciamento de um grande fluxo de capital, e intensificando o poder sobre as políticas macroeconômicas e sociais (MINELLA, 2007). Porém, como já foi dito, foi com o advento da década de 1990 que o fermento da globalização possibilitou que a educação ganhasse força e importância na conjuntura econômica no Brasil. No Plano estrutural, a “globalização” da economia se manifestou no rompimento de barreiras nacionais e em transformações como maior liberdade de trânsito para o capital e transferência de recursos excedentes para o sistema financeiro

(MINELLA, 2003). Também devemos ressaltar as transformações em outros planos. No plano social, a hegemonia do capital financeiro provocou uma nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2004).

Na América Latina, enquanto região periférica, dois aspectos imbricados ganham relevância na análise do desenvolvimento deste processo, como sinaliza Minella (2003): o primeiro aspecto destacado é referente à atuação da maioria dos governos da região que incentivaram fortemente o processo de abertura financeira, em ritmo e intensidade desiguais, provocando o abarcamento de instituições financeiras estrangeiras que passam devido ao volume de ativos sob o seu controle, a exercer controle societário. Já o segundo aspecto é um intenso processo de fusões, incorporações e privatizações, que acabam por provocar uma maior concentração do sistema financeiro.

Portanto, a hegemonia do capital financeiro não ocorre apenas pela capacidade de controle de uma grande quantidade de recursos e fluxos de capital na economia. Para se tornarem hegemônicos em sua concepção de mundo e orientar os conjuntos de frações associados, de modo que as frações adversárias sejam assim subjugadas ao projeto das frações dominante e hegemônica. Para tanto, faz-se necessário que eles precisem criar condições para intervir no espaço de decisão governamental e no espaço de tomada de decisão do governo. A decisão estratégica da empresa. Conforme destaca Minella (2003)

A “comunidade financeira”, principalmente as grandes instituições financeiras, definem as linhas gerais da economia dentro das quais as corporações não financeiras atuam. Isto é realizado, principalmente, através de três caminhos indiretos: impulso ao desenvolvimento de áreas promissoras; diminuição progressiva do compromisso em setores em declínio ou ameaçados; restrição ao compromisso para com um setor, ou uma empresa, ou um país com sinais de ameaça à confiança de sua viabilidade econômica. Além disso, pode intervir de forma mais direta retirando ou recusando capital, intervindo assim na dinâmica interna de uma empresa ou de uma economia. O exercício desta hegemonia está relacionado com a maior ou menor liquidez de capital dentro do sistema e tem a ver com as diferentes fases do ciclo econômico. Nos períodos críticos, quando a disponibilidade de capitais diminui, este poder hegemônico se faz sentir mais claramente. Países e empresas em condições de alto endividamento, necessitando renovar urgentemente seus créditos, estão submetidos de forma mais intensa aos constrangimentos dessas instituições financeiras, incluídas aqui, no caso dos países, a ação de organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. “ (MINELLA, 2003, p. 249)



Assim, no Brasil, esta intervenção do capital financeiro assume o mesmo receituário ao tomar de assalto os órgãos decisórios da sociedade política. Como exemplo da materialização dessa estratégia, temos a nomeação do Presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, hoje Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Fernão Carlos Botelho Bracher<sup>41</sup> para a cadeira de Presidente do Banco Central, feita pelo Presidente José Sarney<sup>42</sup> no ano de 1985, tornando evidente a liderança e peso do capital financeiro na correlação de forças no interior do bloco no poder. Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, esse vínculo com o capital financeiro foi promovido e afirmado ao relacionarmos com a nomeação de vários presidentes representantes de interesses financeiros internacionais, como Gustavo Henrique de Barroso Franco<sup>43</sup> e Armínio Fraga Neto<sup>44</sup>. Esse amálgama resistente no atrelamento e subordinação do comando do Banco Central do Brasil ao capital financeiro internacional persiste no governo de Luiz Inácio Lula da Silva com a nomeação de Henrique de Campos Meirelles.<sup>45</sup>

Para Minella, essas indicações são muito mais que a inserção do Brasil na economia global. Um fato que transcende a simbologia da globalização financeira, pois de fato representam estratégias para garantir a direção política da sociedade:

Mais que um símbolo, pode-se interpretar como uma garantia a mais de que as políticas a serem adotadas estarão sob o escrutínio direto daqueles que se constituem nos intelectuais orgânicos dos grandes interesses da área. O indicado para presidir o Banco Central durante o início do governo Lula também está vinculado a este universo. Para os interesses das instituições financeiras, portanto, não basta que se criem as condições que limitam as opções, mas é necessário ter garantias complementares através da presença ativa em postos-chave do aparato estatal de decisão, constituindo-se tal participação como elemento importante dentro do processo de hegemonia financeira. (MINELLA, 2003, p.253)

---

<sup>41</sup> Banqueiro brasileiro. Presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú. Foi décimo Presidente do Banco Central do Brasil durante o governo Sarney

<sup>42</sup> José Sarney de Araújo Costa, Nascido em 1939, é advogado, político e escritor brasileiro, foi 20º vice-presidente do Brasil em 1985 e 31º presidente do Brasil de 1985 a 1990.

<sup>43</sup> Desde 1986, é economista brasileiro e professor de economia da Universidade do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ele também atuou como Presidente do Comitê de Governança do Millennium Institute até março de 2019.

<sup>44</sup> Economista brasileiro, ele também tem cidadania norte-americana. Ex-Presidente do Banco Central do Brasil, sócio-fundador do Gávea Investment Bank (Gávea Investimentos) e do Comitê Internacional do JPMorgan Chase.

<sup>45</sup> Ele é o Diretor, Presidente e Diretor Executivo do Departamento de Finanças, Política e Finanças Atuais e Planejamento do Estado de São Paulo, e ex-Presidente do Bank of Boston International.

Portanto, pode-se dizer que o foco do capital financeiro está na inserção de seus intelectuais no espaço de decisão e na luta pela hegemonia dentro do grupo governante. Essa estratégia também incluiu a nomeação de prepostos para agências estatais que não estão diretamente relacionadas aos assuntos econômicos, como secretarias e ministérios responsáveis pela execução de políticas do trabalho, da saúde, da educação, da moradia, etc. Se por um lado defendem com veemência e bastante ênfase os cortes governamentais nessas áreas, na verdade a presença de seus representantes em tais agências viabiliza a nova sociabilidade do capital (MATINS, 2005) e a hegemonia de seu projeto societário maquiando as diferentes formas de alienação e exploração da classe que vive do trabalho.

A atuação política da fração do capital financeiro e de outras frações dominantes também se dá pela criação de instituições que em um primeiro momento, aparentassem neutralidade em relação à lógica do mercado. Para mascarar seus reais objetivos, essas instituições ressignificam bandeiras construídas pelos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora e se apresentassem como canal de vociferação dos setores prejudicados pelo sistema, imprimindo a responsabilidade social empresarial ou, como propõe a tese da “direita para o social” sobre a hegemonia empresarial, uma revisão e redefinição das noções de cidadania, participação, democracia, solidariedade e transformação social.

A ideologia da responsabilidade social procura construir uma nova consciência política coletiva, que se expressa na noção de “consciência empresarial cidadã”. Alargado para o conjunto da sociedade, tal constructo significaria o empenho de todos na construção da coesão cívica e produção do bem-comum (MARTINS, 2005, p.8)

A Fundação Bradesco, ao longo de sua história, sempre desempenhou esse papel de amenizar as mazelas do sistema capitalista, proporcionando um falso papel transformador da educação. A expansão das organizações empresariais no campo da tomada de decisões e difusão de políticas sociais públicas é uma estratégia típica da classe dominante nos países ocidentais, e vem sendo um dos traços característicos dessa nova etapa de acumulação do capital sob a hegemonia do capital financeiro.

Nessa fase do capitalismo, as relações sociais capitalistas, ditas humanizadas, apontam a transformação de algumas organizações e líderes que, no passado, atuaram para ampliar os direitos da classe trabalhadora para aliados de seus antigos oponentes e adversários. Essa ressignificação da função das organizações acaba por torná-las o ponto de contato entre o governante e os governados. Esse processo teorizado por Gramsci como “transformismo” tem o objetivo de tornar mais próximas as ideias da classe em-

presarial para a classe trabalhadora. Faz, desta forma, uma assimilação das ideias da classe empresarial pela classe trabalhadora e nada melhor para aproximar este ideário que cooptar instituições e intelectuais da classe trabalhadora.

O objetivo é aproximar as referências morais e intelectuais da classe empresarial dos trabalhadores, difundindo o estilo de vida e a visão prática daquela classe como verdade universal para afirmar o homem burguês como imagem e semelhança dos trabalhadores. (MARTINS, 2005, p.11)

Desta forma, estamos convencidos que este é o contexto histórico em que a educação se torna palco do instrumento e materialização do investimento social privado, conquistando definitivamente um papel de destaque nos interesses do capital. Também abordamos as estratégias do capital financeiro para se tornar hegemônico, assegurando à classe empresarial um processo de dominação política, moral e intelectual, garantindo a continuidade da exploração econômica e, neste afunilamento, chegamos enfim à Fundação Bradesco. Portanto, os conhecimentos e os valores devem ser combinados formando um amálgama de modo a promover “[...] a formação de subjetividades coletivas, com vistas à construção de um amplo consenso social em torno da concepção de mundo burguesa em tempos de novo imperialismo” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 52).

#### **4.2 A estrada dos banqueiros na educação: do salário-educação à Nova Pedagogia do Capital**

As políticas econômicas do período da ditadura empresarial/militar sofreram grandes mudanças para atender o novo grupo que acendia ao poder, contudo, essas mudanças devem ser examinadas cuidadosamente como parte do esforço para reconstruir aquele longo período histórico. Durante o regime empresarial-militar, a política econômica sofreu importantes mudanças, porém, para reconstruir aquele longo período histórico, esses conteúdos devem ser cuidadosamente verificados. Uma área em que isso acontece envolve o tratamento dos bancos comerciais.

Com efeito, durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), com Delfim Netto<sup>46</sup> como um dos grandes intelectuais do regime, as políticas econômicas, foram implementadas profundas transformações do regime nas políticas bancárias e financeiras que sofreram mudanças substanciais e significativas. Tivemos como consequências desta política o surgimento de conglomerados financeiros que tinham como seu principal controlador os bancos comerciais, o que acabou por levar a um movimento completamente diverso do realizado pelo governo de Castelo Branco (1964-1967). As reformas financeiras foram realizadas no espírito de "especialização", característica esta que subjugava as instituições a uma posição nitidamente secundária.

Paralelamente, verifica-se um processo radical de centralização bancária: o número de matrizes diminuiu significativamente, enquanto a cota de mercado, controlada pelos cinco (ou dez) maiores bancos, aumentou. Porém, neste caso, embora o processo fosse nítido a partir de 1967, havia continuidade na política econômica. Como bem explica Macarini (2007p.32), o processo de concentração bancário tinha diagnóstico e consequências: “o diagnóstico de um sistema bancário estruturalmente ineficiente e a crença na existência de economias de escala setoriais levaram a esta situação. Uma política que acabou por estimular à concentração baseada em Campos-Bulhões e que foi intensificada por Delfim Netto”.

Para analisar a distinção entre esses dois processos, utilizamos o termo “concentração bancária” para nos referir ao processo de expansão, ou seja, por absorção e “acumulação interna de bancos comerciais” e “centralização financeira” para nos referirmos ao processo de diversificação que conduz ao agrupamento financeiro. Estes movimentos dependem de como a regulamentação e desregulamentação são promovidas pelo Estado

A relação entre as políticas governamentais e os grupos econômicos envolve muitos aspectos, tais como regulamentação e desregulamentação, políticas antitrustes, estatização, políticas industriais e tecnológicas,

---

<sup>46</sup> Antônio Delfim Netto (Antônio Delfim Netto), nascido em São Paulo em 1º de maio de 1928, é economista, professor universitário e político brasileiro. Tornou-se membro da equipe de planejamento do governo de São Paulo de Carlos Alberto de Carvalho Pinto em 1959 e membro do Comitê Consplan. Em 1965, Castello Assessor de política econômica do governo Branco e do Comitê Econômico Nacional no mesmo ano. Foi Secretário da Fazenda do Governo de São Paulo em 1966 e 1967, Ministro da Fazenda de 1967 a 1974, Embaixador do Brasil na França de 1974 a 1978 e Ministro da Agricultura de 1979 a 1979. Foi Ministro do Planejamento de 1979 a 1985. De 1987 a 1988, São Paulo tornou-se governo federal desde 1988.

formas de financiamento do Estado, regulação e controle da força de trabalho (GONÇALVES, 1991, p. 494).

Portanto, o uso das expressões “concentração bancária” e “centralização financeira” encontra respaldo obviamente na tradição marxista. Porém, o mais importante é perceber que esses dois processos levarão a um aumento da força econômica dos grandes bancos comerciais. Isso trouxe um novo olhar para as inconstâncias da política econômica.

Durante a gestão de Castello Branco, o plano de estabilização foi rigidamente implementado e a política de "interdependência" foi expressa com o tratamento liberal do capital estrangeiro, o que colocou o empresariado nacional em situação de fragilidade. Como Florestan (1975) evidencia com a magnífica e cabal afirmação, “Se já houve, alguma vez, um ‘paraíso burguês’, este existe no Brasil, pelo menos depois de 1968”. Os governos seguintes passaram a pautar com preferência o progresso da empresa nacional, ou seja, a força contrária, com diferentes desdobramentos concretos no plano da execução da política econômica. Como define Macarini, a passagem do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado pelo governo Costa e Silva em 1968. Contrastando flagrantemente com a retórica anterior do PAEG, o PED se apoiou num diagnóstico que vinculava o "desafio brasileiro" ao "arrefecimento da substituição de importações", encerrando um estágio do processo de desenvolvimento econômico do Brasil, caracterizado por uma estratégia baseada num "único fator dinâmico" (a indústria), tornada possível pelo fato de a decisão de investir depender "apenas do tamanho absoluto dos mercados". A resposta do PED ao desafio de "assegurar a retomada da trajetória de desenvolvimento acelerado" consistiu na proposta de "um novo modelo de desenvolvimento". Como a decisão de investir passava a depender essencialmente das expectativas de crescimento dos mercados (e não mais "apenas" do seu "tamanho absoluto"), era necessário identificar corretamente e apoiar os setores dinâmicos aptos a dar sustentação ao crescimento econômico. A novidade estaria no caráter "multissetorial" do novo estágio de desenvolvimento. (MACARINI, 2005. p.31)

Durante o governo Médici, a diretriz estava relacionada ao projeto Brasil Grande Potência. O projeto era uma meta para o ano 2000, e refletia também a preocupação das pessoas com os chamados riscos decorrentes dos desequilíbrios estruturais da empresa privada nacional, provando sua incapacidade de atingir um status de relativa igualdade

diante da filial estrangeira e da empresa estatal. Foi este pano de fundo que deu origem ao capítulo obscuro da política econômica daquele período, nomeadamente a discussão sobre o desejo de evoluir com ousadia no processo de centralização, que considerou alguma forma de integração bancário-industrial como um mecanismo importante, pode garantir a continuidade esperada de crescimento acelerado, e grandes empresas privadas nacionais estão envolvidas. Foi assim que o projeto de conglomerado surgiu como uma política prioritária da estratégia de desenvolvimento econômico do governo Médici. No entanto, o projeto falhou e foi arquivado pelo governo Geisel (1974-1979).

### **4.3 A ofensiva do capital financeiro na educação: a disputa do fundo público**

O financiamento da educação pública brasileira é caracterizado por muitas oscilações, contudo, um viés se torna predominante durante toda esta história, que é a permanente escassez de recursos para atender às demandas da educação em todas as épocas. Outra grande característica que ficou evidente é a diferença do financiamento entre os períodos democráticos e os períodos autoritários, posto que, nos períodos políticos mais autoritários, as cartas constitucionais não vinculam recursos à educação (LAMARÃO, 2019). O contrário ocorre nos governos mais democráticos, onde não só existe a vinculação, como também a possibilidade de a sociedade acompanhar a forma como os recursos são gastos.

Poderíamos aqui nos ater a uma construção profunda dos diversos momentos históricos do financiamento pelos quais passou a educação pública brasileira, mas entendemos que é mais frutífero para esta tese traçarmos uma reconstituição histórica dos impostos responsáveis pelo financiamento da educação, que nos permita a construção de uma narrativa histórica do financiamento no período histórico que antecede a Constituição de 1988. Esta narrativa histórica vai nos permitir uma melhor compreensão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro na década de 90 até os dias atuais.

A primeira experiência educacional no Brasil ocorre durante o período colonial, onde tivemos a educação jesuítica com o “autofinanciamento”, financiado pela redízima (1/10 da dízima arrecadada pelo Estado em favor da Igreja). Já ao longo do Império, o financiamento das escolas brasileiras passa a ficar a cargo das Províncias (estados), à exceção das escolas sediadas na Corte que eram mantidas diretamente pela Coroa, tendo parte do financiamento da educação obtida pela Coroa Portuguesa com seu financiamen-

to do imposto da cachaça ou como oficialmente é identificado: Subsídio Literário. (LAMARÃO, idem)

Após a independência (1822-1889), impulsionada pela Revolução Francesa, a demanda por educação aumentou muito. Em 1834, o “Ato Adicional à Constituição do Império” investiu de poder às províncias para captar impostos sobre o consumo e aplicá-los à educação pública, e o governo central financiou as escolas da corte no Rio de Janeiro. Após a Proclamação da República, foram principalmente os municípios diretamente subordinados ao governo central da capital que passaram a investir em educação, reduzindo outros recursos de políticas públicas. A Constituição de 1934 foi claramente influenciada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Sobre essa influência, foi a primeira constituição a vincular impostos à educação, tendo estabelecido que a União e Municípios aplicariam 10% e Estados aplicariam 20% da receita de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

O golpe e a promulgação da Constituição do Estado Novo de 1937 cancelou esta vinculação de recursos entre orçamento e educação. Na prática, devido à necessidade de matrículas e à gestão centralizada do Ministério da Educação, esses valores mantiveram-se inalterados e ajustados de acordo com as novas condições. Diante da mudança de governo em 1946 com a queda do Estado Novo e a volta de ares democráticos na política nacional, faz-se necessária a redação de uma nova Constituição que, como já mencionado anteriormente, volta a ter uma influência democrática e novamente, passa a vincular os impostos do orçamento e à educação. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, em seu artigo 169, preconizava que “Anualmente, a União aplicará não menos que 10% e Estados, Distrito Federal e Municípios nunca menos que 25% da renda resultante de impostos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino”. Contudo, a sanha privatista cunhava o 1º prego na transferência de recursos públicos para a educação privada ao determinar a isenção fiscal dos estabelecimentos privados de ensino.

O debate sobre orçamento público para a educação retoma o cenário político nacional no final da década de 50, início da década de 60. Nos anos anteriores à promulgação da "Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação", em 1961, havia um conflito entre "privatistas" e "publicistas" na determinação da direção da educação. O setor privado tinha a maior parte dos alunos no ciclo secundário urbano como explica Cunha

Desde os anos do “milagre econômico”, a ampliação das camadas médias propiciou uma clientela ávida de escola privada, não só como símbolo de status prestigioso, mas, também, como alternativa para o ensino

público que se deteriorava a cada ano, justamente por força das políticas elaboradas e implementadas pelos empresários do ensino e seus prepostos, que ocupavam os postos diretivos dos sistemas de educação, nos níveis federal, estadual e municipal. (CUNHA, 2007, p.812)

Nesse período, também ocorreu a primeira onda de expansão do ensino superior no Brasil, quando o foco e a prioridade da União se deslocaram para esta etapa do ensino.

Com o golpe empresarial-militar na década de 60 e a promulgação da Constituição de 1967, deixou de existir vinculação federal sobre o orçamento destinando a verbas exclusivas para a educação, porém, essa vinculação continuou existindo nos estados e municípios. Novamente, materializam-se os interesses da iniciativa privada, ampliando a isenção de impostos para os estabelecimentos privados de educação como a redução do imposto de renda dos estabelecimentos educacionais e a possibilidade de dedução a quem doasse este imposto.

A desvinculação desses recursos na ditadura empresarial-militar é um fator determinante para os baixíssimos patamares de investimento na educação pública nesse período e o conseqüente favorecimento da iniciativa privada, reforçado pela criação do salário-educação. (CUNHA, 2007; 2009). O salário-educação foi criado em 1964 para financiar a educação primária pública, mas em grande parte este recurso foi usado para apoiar escolas privadas, pois a lei que o criou (4.440/1964) permitia que as empresas tivessem a opção de ao invés de realizarem o seu recolhimento aos cofres públicos do percentual sobre a folha salarial total das de 1,4%, pudessem montar suas próprias escolas para os funcionários e dependentes, ou ainda pudessem comprar vagas nas escolas particulares para estes. Inicialmente, no ensino primário, e depois, com a reforma educacional de 1971 no ensino de 1º grau.

A Constituição de 1946 trazia um dispositivo que assegurava a isenção tributária para as instituições de educação, vedando à União, aos estados e aos municípios o lançamento de impostos sobre seus bens e serviços, desde que suas rendas fossem integralmente aplicadas no país e para os fins educacionais. Na reforma constitucional de 1965, os privilégios fiscais dessas instituições foram ampliados, estendendo-se a isenção de impostos para suas rendas. A Constituição de 1967 e a Emenda de 1969 mantiveram esse dispositivo. Assim, as escolas privadas passaram a gozar de uma verdadeira imunidade fiscal, o que ampliou suas possibilidades de acumulação de capital. (CUNHA, 2007, p.812, grifos nossos)



A Fundação Bradesco vai se utilizar bastante desses recursos na ampliação de sua rede própria de escolas, iniciando sua expansão para a formação de uma rede nacional de escolas justamente nesse período. Esses recursos eram tão importantes à rede privada de ensino que na década de 80 compunham a maior parte das receitas provenientes de mensalidades, como bem definem Davies e Cunha:

Em 1981, as bolsas e as indenizações de gastos propiciadas por recursos do salário – educação correspondiam a 70% das vagas das escolas privadas de 1º grau no país” (CUNHA, 2009, p. 326) e ainda em 1984, elas, embora menores, cobriam metade das matrículas da rede privada (DAVIES, 2008. p.30).

Este quadro de prevalência dos recursos de impostos para a educação privada apresenta uma mudança com a transição para a democracia e a promulgação da Constituição de 1988, que acarretou uma inflexão na política de subsídios indiscriminados às instituições privadas de ensino. Como ressalta Cunha (2007), o ponto mais importante foi, sem dúvida, a proibição das empresas de transferirem para escolas privadas os recursos (no todo ou em parte) devido ao salário-educação

O art.212, §5 da CF/1988 insere o termo “público” na destinação dos recursos advindos com a arrecadação do Salário-Educação, porém restringe-o ao ensino fundamental e permite que as empresas deduzam este investimento dos beneficiados. A Emenda Constitucional-14 (EC14) de 1996 eliminou a possibilidade de deduções. No entanto, ainda oferece recursos para os alunos que já se beneficiaram, o que faz com que o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada dure mais alguns anos. Como demonstra Cunha, essa interrupção foi tentada anteriormente, mas encontrou forte resistência dos empresários da educação privada e acabou sendo rapidamente revista.

O Decreto n. 91.796/85 garantiu a manutenção dos alunos que, na época, freqüentavam escola privada com recursos diretamente transferidos pelas empresas, mas vedou que novos alunos fossem atendidos por essa via. (CUNHA, 2007, p.814)

Devemos ressaltar que essa interrupção da destinação dos recursos do salário-educação às escolas privadas foi tentada anteriormente, porém, encontrou forte resistência dos empresários da educação privada e acabou sendo rapidamente revista. A Lei nº 9.766 /98 alterou a lei que rege o salário educação e determinou que seu gasto é uma contribuição social, não obrigatória, portanto, não deve ser considerada como parte do custo mínimo da educação. No entanto, isso nem sempre é respeitado. Ainda durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, criou uma série de dispositivos le-

gais e fiscais que lhe permitiram contabilizar o salário-educação como parte da receita devida pela União ao Ensino Fundamental (DAVIES, 2008).

De acordo com o Tribunal de Contas da União, o salário-educação atual equivale a 2,5% da folha de pagamento das empresas, que é arrecadado pelo governo federal e parte dele é repassado aos Estados e municípios. Em 2003, a divisão dos recursos aos entes federativos, que era de 1/3 de cota para o governo federal e 2/3 da cota para estados e municípios, foi modificada pela Lei Federal nº 10.832/2003, que no seu art. 2º prevê o repasse automático da cota estadual às prefeituras de acordo com o número de matrículas no ensino fundamental. Assim, segue a mesma estratégia de distribuição de recursos utilizados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), possibilitando um pequeno sopro de esperança aos municípios, pois estes deixam de depender da regulamentação que por muitas vezes, nunca era feita em relação à repartição dos valores pelos governos estaduais.

A Lei n. 10.832/2003 determinou que os recursos advindos da quota estadual e municipal seriam divididos proporcionalmente ao número de alunos das respectivas redes escolares, no ensino fundamental, em cada unidade da Federação. Ou seja, utilizava-se o mesmo critério do FUNDEF. (CUNHA, 2007, p. 815)

A esperança de chegada dos valores integrais aos municípios é uma esperança efêmera e dura pouco, pois segundo a Lei 11457/2007, a divisão entre os três entes federativos faz-se agora em cima do montante de 90%, dado que 9% da arrecadação do salário-educação fica retido no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para custear o orçamento de programas diversos e 1,0% fica retido na Secretaria de Receita Federal do Brasil, sob taxa de retorno da administração. Além disso, desde 2004, através do Decreto 4950/04, o superávit financeiro e o resultado da rentabilidade da aplicação no mercado financeiros dos valores depositados em conta passam a integrar as finanças do Tesouro Nacional e deixam de estar sob controle do FNDE (DAVIES, 2008). Dessa maneira, fica claro que este fundo passa a contribuir, por estes dois mecanismos, para a financeirização das políticas sociais. Portanto, a União acaba concentrando 40% dos recursos captados por meio destes diferentes mecanismos. É verdade que grande parte desses recursos (eventualmente destinados ao FNDE e à União) acaba sendo devolvida aos municípios e estados na forma de diversos projetos, mas esses recursos são do FNDE / MEC, e não dos municípios e ou estados que estabelecem as prioridades.

Esta multiplicidade de projetos e formas de recebimento de recursos por parte dos entes federativos é mais um complicador para o efetivo controle das finanças da educa-

ção brasileira, contribuindo, assim, para a apropriação dos fundos públicos por estabelecimentos privados e para a manutenção do desenvolvimento desigual e combinado. Mesmo com o estabelecimento dos Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS), este acompanhamento continua difícil, tanto pelo volume de atribuições e siglas orçamentárias quanto pelo reduzido número de conselheiros da sociedade civil presentes nos conselhos. Feita essa interlocução referente ao salário-educação, precisamos retornar à construção da linha temporal do financiamento da educação e para tanto, precisamos retornar ao debate da década de 80 no Brasil.

Devemos voltar ao cenário orçamentário da década de 80 no Brasil, onde a vinculação de recursos para a educação pública e a posterior transferência destes à iniciativa privada era uma realidade corriqueira. Na década de 1980, surgiu a Emenda Calmon (EC-24/1983), que previa destinação de 13%, no caso da União; e 25%, no caso de Municípios, Estados e Distrito Federal. Posteriormente, com o fortalecimento e uma melhor organização dos movimentos sociais que tinham entre as suas bandeiras a democratização da sociedade e da educação pública, influenciaram a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 a ampliar seus direitos e destinar recursos ao MDE, o que acabou sendo garantido na carta constitucional de 1988.

Na Constituição de 1988, seu parágrafo 212 estabelece que a União fica obrigada a aplicar nunca menos que 18% e Estados e Municípios nunca menos que 25% da receita líquida de impostos em educação.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (Constituição Federal, art. 212)

Os recursos públicos vinculados à educação têm a sua origem na receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e estas receitas são obtidas por transferências constitucionais e receita da contribuição social do salário-educação e de outras contribuições sociais. Este detalhamento dos artigos e mecanismos de transferências e sistema de arrecadação é explicado por Lamarão (2019) nos seguintes termos

A CF estabelece em seus artigos de 157 a 162, que o sistema tributário deve ser partilhado pelas esferas de governo, visto que no Brasil é o governo federal quem mais arrecada. Desta forma, parte da arrecadação da

União é transferida para Estados e Municípios e parte da arrecadação dos Estados é transferida aos Municípios. Esses repasses são feitos para diminuir o impacto das grandes diferenças de arrecadação e para aumentar o poder de investimento de Estados e Municípios, levando em consideração que a União arrecada aproximadamente 70% dos tributos, os Estados perto de 25% e os Municípios em torno de 5%. (LAMARÃO, 2019, p.170)

A Constituição Federal de 1988, atualmente vigente em nosso país, apesar de já muito retalhada pelas emendas constitucionais e pela falta contumaz de leis complementares que deveriam regulamentar os artigos que evocam o sentido mais genérico, ou seja, apenas o princípio da lei, reserva alguns artigos sobre o tema de financiamento da educação. No art. 211, definem-se as áreas prioritárias de atuação em que cada um dos três entes federados deve atuar no oferecimento da modalidade à população. Aos Municípios caberá a responsabilidade pela educação pré-escolar e fundamental; aos estados e ao Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio, a função organizativa do sistema nacional de ensino e, com relação aos recursos, a função redistributiva e complementar. Portanto, no parágrafo primeiro, está dito que:

A União organizará o sistema federal de ensino e financiará as instituições de ensino públicas, federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.” (Constituição Federal, art. 211)

O artigo 213 abre importante brecha ao privatismo. Importante porque a redação do artigo constitucional assume o conceito de “público” para todos os serviços prestados à população, em vez de serviços administrados pelo Estado, como bem define Cunha em: “como a prática de por a administração pública a serviço de grupos particulares, sejam econômicos, religiosos ou político-partidários” (CUNHA, 2009 p.322). No parágrafo primeiro, está dito que:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades. (Constituição Federal, art. 213)

Este artigo determina quais estabelecimentos de ensino podem ser destinatários de receitas públicas. Além dos estabelecimentos oficiais, gozam deste direito: entidades educacionais comunitárias, filantrópicas ou confessionais, comprovado não terem fins lucrativos e, em caso de encerramento, destinando o seu patrimônio, ao poder público ou outro estabelecimento enquadrado nesta lei. Esses recursos também podem ser utilizados para a concessão de bolsas de estudo quando não houver vagas na rede oficial e para comprovar a impossibilidade de pagamento de mensalidades. Novamente, empresários da educação e as escolas religiosas se beneficiam destes dispositivos (CUNHA, 2007 ; LAMARÃO, 2013)).

A Fundação Bradesco também vai se beneficiar desta brecha legal para abocanhar recursos de fundos públicos, quando ao longo da década de 70, 80 e 90 solicita ao poder público para ser declarada instituição de utilidade pública e filantrópica. Após a promulgação da Constituição, o Governo FHC propôs e aprovou duas importantes reformas legislativas educacionais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 9394/1996 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), lei 9424/1996.

O primeiro é resultado da expressão explícita do setor privatistas e das forças religiosas que expressaram sua aprovação política à proposta da LDB, o que difere das propostas discutidas desde o final dos trabalhos sobre a Constituição Federal em 1988. A LDB previa pela primeira vez a possibilidade de lucro nas instituições educacionais:

Ela reconheceu, pela primeira vez na legislação brasileira, a possibilidade de lucro para as instituições privadas de ensino: as particulares, no sentido estrito, definidas implicitamente por oposição às instituições privadas sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas). (CUNHA, 2007, p.817)

Portanto, essa é uma clara tentativa de substituir o capitalismo patrimonial<sup>47</sup>, que está em vigor desde a fundação do Estado nacional, pelo capitalismo concorrencial, que em comparação com qualquer outro setor econômico, neste tipo de investimento, não mais gozará de privilégios tão proeminentes. Consequentemente a concepção mercantil

---

<sup>47</sup> Este novo modelo econômico é chamado de capitalismo patrimonial, por oposição ao capitalismo empresarial do fordismo.

da educação implicaria a supressão de privilégios para os investimentos na sua produção e comercialização (CUNHA, 2007).

Já a segunda é fruto de uma articulação do MEC que prepara uma reforma do financiamento da educação no Brasil. Nos moldes da contrarreforma gerencial coordenada pelo Ministro Bresser-Pereira, a educação passava a ser alvo quando ao tentar fazer frente à crise fiscal por meio da contenção dos gastos sociais, centralizando as diretrizes políticas, da focalização de políticas, da descentralização na execução dos serviços públicos sociais repassados à sociedade e aos entes federados, e concentrando os poderes de deliberação e avaliação detalhados dentro da União .

A municipalização forçada do ensino fundamental foi um dos efeitos mais visíveis do FUNDEF, pois atrelava a receita ao número de matrículas de acordo com o Pacto Federativo para a Educação, que obrigava o município a priorizar o ensino fundamental. Esse fundo teve um enorme peso no montante total do financiamento da educação, como demonstra Cunha:

Este Fundo contábil promoveu nova forma de realocação de recursos entre as redes estadual e municipais, em cada unidade da Federação, reservando para o ensino público, nesse nível, pelo menos 60% dos 25% garantidos pela Constituição para aplicação mínima na educação (CUNHA, 2007, p.815)

Esse atendimento prioritário ao Ensino Fundamental estava em consonância às metas estabelecidas pela UNESCO no documento Declaração Mundial Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, que buscava promover a universalização do acesso à educação, a erradicação do analfabetismo, ao tempo em que objetivava focalizar recursos.

[...] a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional (UNESCO, 1990a, p. 3).

O espírito de conter os gastos da educação em nome do ajuste fiscal e da estabilização da economia continuava vivo e pujante no governo do presidente FHC que instituiu, no ano de 1994, o Fundo Social de Emergência que mais para frente, veio a ser denominado como Fundo de Estabilização Fiscal, retendo 20% dos recursos vinculados para a educação ou para a saúde. Assim, a educação por uma manobra contábil passava a dispor de seu orçamento um valor de menos 3,6% das receitas de impostos.

Portanto, agora não tínhamos mais os valores mínimos constitucionais garantidos, como piso orçamentário; os mesmos foram reduzidos em 20%. Esse dispositivo veio a ser consagrado por intermédio da Desvinculação das Receitas da União (DRU) tendo seus efeitos na educação até o ano de 2011. Em 2011, foi aprovada a 68ª Emenda Constitucional para estender o período até dezembro de 2015, e, em 2016, com a PEC 31/2016 prorrogada para um novo período, com taxa de retenção elevada para 30%, com previsão de encerramento em 2023.

Outro mecanismo contábil utilizado para burlar os pisos mínimos constitucionais e retirar recursos orçamentários da educação foi a criação ou ampliação de contribuições que, por apresentarem uma estrutura contábil diferente dos impostos, passam a não contar como base de cálculo dos recursos vinculados. O maior exemplo desta política foi a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que vigorou no Brasil por 11 anos se encerrando em 2007.

Já a LDB consagra o Título VIII ao tema, denominado “Dos recursos Financeiros” que inclui, ao todo, 10 artigos e inúmeros parágrafos e incisos. O art. 68 é o que define a origem dos recursos públicos para a educação: tributos da União, estados, distrito federal e municípios; receitas de transferências constitucionais e demais transferências; receitas de salários de educação e demais contribuições sociais; além de outros recursos previstos em lei.

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

(LDB, 9394/1996)

O art. 69 reafirma o art. 212 da CF/1988. Contudo, em seus parágrafos subsequentes, considera os recursos relacionados à educação de forma mais específica e determina um novo período de transferência.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (LDB, 9394/1996)

Devemos também enfatizar que o FUNDEF introduziu alguns mecanismos em sua política de financiamento para definir melhor os gastos relacionados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), embora essa formulação deixe uma lacuna na qual esses recursos possam ser usados para outros fins. Agora, imaginando que se os atuais investimentos à qualidade da nossa educação já estivessem muito abaixo do desejável, podemos imaginar como ficará em um futuro de 20 anos, sem novos investimentos. Essa nova realidade foi imposta pela emenda constitucional EC nº 95/2016.

O mínimo não é mais definido pelo percentual da receita líquida dos impostos e passa a ser reajustado ano a ano de acordo com a inflação, tendo como ponto inicial de referência da aplicação de 18% de impostos o ano fiscal de 2017, conforme se pode ver na nova redação dada ao artigo 110, do Ato Constitucional das Disposições Transitórias.

**Art. 110.** Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão:

I - no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do caput do art. 212, da Constituição Federal; e

II - nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (EC nº 95/2016)

Na prática, é possível perceber que a EC nº 95/2016, emenda constitucional que também conhecida entre os movimentos sociais como “PEC do fim do mundo” ajudará a reduzir os recursos para educação, pois os impostos sempre aumentam em patamar superior à inflação. Desta forma, o investimento mínimo em MDE sob as novas regras será menor do que as regras anteriores, e a despesa certamente não diminuirá.

É uma “reforma não consentida do Estado”, da qual o programa *Future-se* se apresenta como um perverso corolário. Como reforma não consentida do estado, a EC 95 tem uma força coercitiva enorme, porque ela diz respeito ao orçamento” (LEHER, 2020. P. 30)



Esta imagem de “reforma não consentida do Estado”, desenvolvida por Roberto Leher, aponta tanto para a gravidade quanto para os impactos no orçamento público da educação, traçando caminhos tortuosos nos próximos 20 anos.

Essa reforma não consentida do estado que tem sido estabelecida subrepticiamente pela EC95 é tão abrangente “que deixaria a reforma do Bresser como um simples esboço de reforma de Estado” (LEHER, 2020, p.34)

No Brasil, essa reconfiguração dos recursos públicos destinados à educação deve ser vista e entendida como a continuação das formas já existentes de contingenciamento dos gastos orçamentários em políticas sociais, porém, com o acréscimo e potencial intensificação de novas formas, não necessariamente por terem sido criadas, mas sim porque têm ampliado o desmonte das garantias orçamentárias da CF de 1988 que eles não tinham antes.

#### **4.4 A disputa do fundo público**

O salário-educação é uma das formas mais importantes de se obter recursos públicos quando este ainda é a origem, permitindo a transferência direta de recursos por meio de matrículas vinculadas ao setor privado. Devemos também enfatizar que esse mecanismo coexiste com outros mecanismos e, em última instância, potencializa essas transferências, como isenções de impostos, reservas de mercado e até mesmo cursos como o de educação religiosa. Essas condições estabeleceram vantagens inegáveis ao empresariado da educação, permitindo, assim, a consolidação de várias redes privadas ou confessionais. Definitivamente, não é um milagre divino ou fruto de inovadoras fórmulas administrativas as pomposas instalações dessas escolas.

Atualmente, a transferência direta de recursos por matrícula já não é a principal forma de financiamento e, por conseguinte, a mais relevante forma de privatização da educação pública brasileira. O capital financeiro imbricado com empresários brasileiros e internacionais organizou uma série de empreendimentos que miram a captura da escola pública, aumentando indiretamente a privatização da educação. Em última análise, a especulação financeira promovida pela comercialização do direito à educação tem gradualmente minado a oferta de bens públicos aumentando o custo de vida da maioria da

população ao privatizar serviços anteriormente fornecidos gratuitamente pelo Estado. Também devemos incluir nesse mecanismo de engolfamento da educação a prática pedagógica do professor, contribuindo para a ressignificação do papel e do trabalho docente.

Todavia, é importante ressaltar que esses novos mecanismos dos setores ligados ao capitalismo financeiro, que atuam no Brasil, têm utilizado uma dupla tática na disputa, tanto dos recursos públicos quanto da orientação política da escola pública. Dentre essas estratégias, podemos destacar a alta concentração de capital nesse setor, através de fusões e incorporações. Como exemplo, temos a criação do maior grupo empresarial de educação do mundo resultante da fusão da Kroton e da Anhanguera Educacional.

Devemos sinalizar que embora a empresa no momento da escrita do texto venha utilizando a marca Cogna Educação, oficialmente seu nome permanece registrado como Kroton Educacional S.A. A Kroton, era o maior grupo de educação privada brasileiro, de acordo com o ranking da Revista Valor, publicado no ano de 2019. Destacam-se sua abrangência nacional e atividades diversificadas em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior, bem como a produção de materiais didáticos e o desenvolvimento de metodologias de ensino e plataformas virtuais de ensino.

Na prática, a atual Kroton vai se transformar em uma holding de quatro empresas e passará a se chamar Cogna Educação. O conglomerado continuará a ser chefiado pelo atual presidente da Kroton. Nós temos muito espaço para crescer em todos os segmentos que a companhia opera, disse Galindo a investidores em evento, acrescentando que o grupo possui participação de apenas 3,9% no mercado educacional do país, avaliado em 174 bilhões de reais. (Rodrigo Galindo, 2019, p.29).

Já quanto à organização de Aparelhos Privados de Hegemonia que buscam construir um consenso em torno de um projeto educacional burguês para a escola pública brasileira, temos como destaque o Movimento Todos Pela Educação (TPE) que funciona como um partido, organizando várias frações da burguesia em um projeto que consistia em manter a hegemonia burguesa. O TPE que já foi presidido por Jorge Gerdau, como seu primeiro presidente, tem hoje como presidente Priscila Cruz. Este APH é financiado pelas seguintes contribuições comerciais: onde se destacam: Fundação Educar DPAS-CHOAL, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica, Instituto UNIBANCO, Itaú BBA, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, Fundação Vale e Instituto Natura.

São principais parceiros o Grupo Gerdau, Fundação Bradesco, Organizações Globo, Itaú, Grupo Suzano, Santander, Unibanco, dentre outros. Cinco dos dez principais patrocinadores da organização são nominalmente relacionados ao capitalismo financeiro brasileiro ou ao capitalismo financeiro internacional. Seus parceiros incluem: BID, Fundação Victor Civita e Cia Cidade de Deus. É necessário também destacar a estreita integração da TPE com a legislação educacional brasileira aprovada neste século, e seu destacado desempenho na aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024-PNE), novo FUNDEB (2020) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (DCNs, 2019), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), etc.

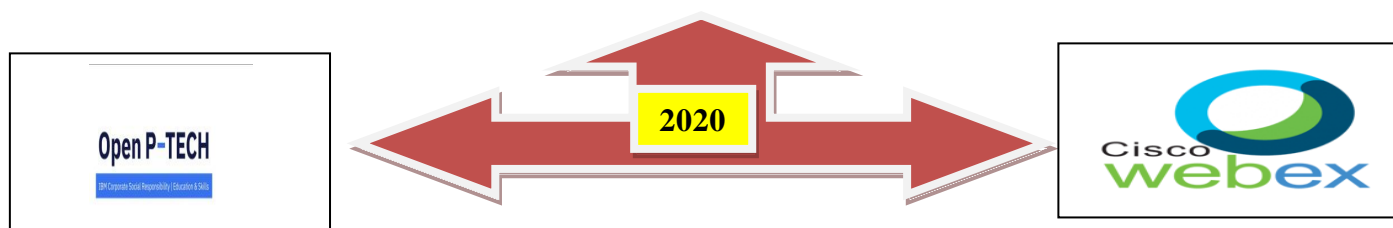
Essas informações estão disponíveis em seu site e demonstram a capacidade do movimento de orientar políticas públicas no âmbito do Ministério da Educação. Vale ressaltar que possui capacidade de expressão e influência no interior das esferas públicas. Alguns de seus membros exerceram ou ocuparam cargos estratégicos no MEC, e em várias secretarias estaduais e municipais de educação. Portanto, materializando a imbricação dos intelectuais do TPE e na sociedade política, reafirmando a teoria do Estado Ampliado de Antonio Gramsci.

Essa reconfiguração da privatização da educação no Brasil deve ser vista e entendida como uma continuidade das formas já existentes de privatização com o incremento e potencialização de novas formas, não necessariamente porque agora criadas, mas porque ganham qualidades, importâncias e funções que antes não tinham.

#### **4.5 A Fundação Bradesco e o ensino a distância na sua rede de escolas.**

**Figura 06: Duplo movimento em relação ao ensino a distancia.**





Observamos que durante o ano de 2020, a Fundação Bradesco realizou um duplo movimento em relação ao ensino a distância: um, estruturante e que representa uma mudança de plataforma pedagógica, tanto para as suas escolas de ensino médio quanto para o seu maior programa de EAD, a escola virtual, com a utilização da plataforma da IBM *OPENP-tech*. Já outro, responde, no período de 2020 a 2022, às imposições do distanciamento social e do fechamento das unidades escolares com a utilização da plataforma Cisco Webex.

Comunicado da FB aos responsáveis e alunos.

Ao longo dos nossos mais de 63 anos é a primeira vez na nossa história que fechamos os nossos espaços escolares. Essa medida foi tomada para não colocar em risco a saúde dos nossos alunos, professores, funcionários e de todos aqueles que compartilham um pedacinho de suas histórias conosco. O cenário que vivemos com a pandemia ocasionada pela COVID-19 é delicado, mas temos certeza de que com a colaboração de todos, juntos vamos superar esse momento. Durante esse período de distanciamento social, a Fundação Bradesco, com o apoio do Banco Bradesco e em parceria com as quatro maiores operadoras de telefonia do país (Claro, Vivo, Oi e Tim), está disponibilizando acesso gratuito via rede de dados móveis 3G/4G ao Portal Educação, Sala Virtual Webex e à Escola Virtual, com exceção da plataforma de vídeos office 365. Agora, cada aluno poderá acessar os nossos canais sem consumir seu pacote de dados.



[https://www.linkedin.com/posts/fundacaobradesco\\_diadaeducaeaetao-pracegover-activity-6660876193987915776-GHN.](https://www.linkedin.com/posts/fundacaobradesco_diadaeducaeaetao-pracegover-activity-6660876193987915776-GHN.))

**Figura 07: Processo comentado de implantação da plataforma IBM/P-TECH/Fundação Bradesco**



1911		2017
		<p>Escolas próprias 200 escolas; 100.000 alunos; 18 países.</p>
<p>A <i>International Business Machines Corporation</i> é uma empresa dos Estados Unidos voltada para a área de informática. A empresa é uma das poucas na área de tecnologia da informação com uma história contínua que remonta ao século XIX.</p>	<p><b>MODELO EDUCACIONAL P-TECH.</b> O programa, que fomenta o desenvolvimento de competências profissionais ligadas à ciência, tecnologia, engenharia e matemática, prepara estudantes para a economia digital, combinando o conteúdo teórico da formação profissional com experiências práticas dentro de empresas. (IBM)</p>	<p>Depois que os alunos concluem os cursos no <i>P-TECH</i>, eles podem ganhar os chamados "badges digitais", certificados reconhecidos pela indústria que podem ser inseridos no currículo e ajudam no processo de candidatura a um emprego.</p>



2018	2019	2020
		
<p><b>O Centro Paula Souza (CPS)</b>, autarquia do governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a IBM, está trazendo para o Brasil o modelo educacional <i>P-Tech</i>. O programa, que fomenta o desenvolvimento de competências profissionais ligadas à ciência, tecnologia, engenharia e matemática, prepara estudantes para a economia digital, combinando o conteúdo teórico da formação profissional com experiências práticas dentro de empresas.</p>	<p><b>A Federação Internacional de Fé e Alegria</b> é uma associação com fins lucrativos presente em mais de 22 países. <b>AUSJAL</b> é uma rede de 30 universidades confiadas à Companhia de Jesus na América Latina. Magis Americas, mais ou maior América, Esse nome significa nossos esforços para acompanhar nossos parceiros no Sul Global.</p>	<p>A Fundação Bradesco, rede de escolas que funciona como um braço social do banco, é a primeira a adotar o <i>Open P-TECH</i>, nova plataforma da IBM com conteúdo de educação digital gratuito. Segundo a empresa, o projeto está em fase de implementação na escola Fundação Bradesco de Campinas e, em 2021, será estendido aos mais de 9 mil alunos do Ensino Médio. Além disso, nos próximos meses, os cursos também serão divulgados aos usuários da plataforma Escola Virtual da Fundação Bradesco, que oferece cursos on-line inteiramente gratuitos há quase 20 anos.</p>
<p>O Brasil, junto com a Colômbia, é pioneiro no lançamento do <i>P-Tech</i> na América Latina, unindo-se a países como Austrália, Cingapura, Coreia do Sul, Estados</p>		

Unidos, Irlanda, Marrocos e Taiwan.		
-------------------------------------	--	--

*P-Tech* é um modelo educacional inovador de código aberto criado pela IBM que prepara os jovens com as habilidades acadêmicas, técnicas e profissionais necessárias para os empregos do século XXI. As escolas *P-Tech* são desenvolvidas por meio de parcerias público-privadas com administradores de escolas, governos locais e estaduais e parceiros corporativos. Os alunos assumem um compromisso de 6 anos a partir do 9º ano, fazendo cursos de ensino médio e superior com foco nas áreas de STEM, enquanto se envolvem simultaneamente no desenvolvimento da força de trabalho guiada pelo setor.

#### 4.5.1 Centro Paula Souza-CPS e a plataforma P-TECH, o lançamento do modelo educacional p-tech no Brasil

Figura 08: ETEC e o modelo P-TECH



O CPS é uma Autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Administra as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e as Escolas Técnicas (Etecs) estaduais, além das classes descentralizadas – unidades que funcionam com um ou mais cursos técnicos, sob

a supervisão de uma Etec –, em cerca de 300 municípios paulistas. Nas Etecs, o número de matriculados nos Ensinos Médio, Técnico integrado ao Médio e no Ensino Técnico, para os setores Industrial, Agropecuário e de Serviços é de aproximadamente 208 mil estudantes. As Fatecs atendem mais de 83 mil alunos nos cursos de graduação tecnológica.

A IBM, por meio de sua área de Cidadania Corporativa, anuncia o lançamento do modelo educacional *P-TECH*, a ser implantado pelo Centro Paula Souza, uma das principais instituições de ensino do país. O programa, que fomenta o desenvolvimento de competências profissionais ligadas a ciência, tecnologia, engenharia e matemática, prepara os alunos para a economia digital, combinando currículo técnico com experiências práticas. Assim como em muitas economias do mundo, a América Latina, mais do que nunca, precisa de mão de obra qualificada. Segundo o IDC, a região terá uma escassez de mais de 550.000 profissionais de TI em 2019, especialmente em novas tecnologias, incluindo nuvem, *cyber* segurança, inteligência artificial e redes. Paralelamente, de acordo com o Banco Mundial, as competências adquiridas na escola, bem como no mercado de trabalho, determinarão a produtividade do Brasil e sua capacidade de promover uma maior inclusão econômica e social.

O *P-TECH* visa contribuir com a formação e a capacitação dos futuros profissionais, oferecendo aos estudantes oportunidades para experiências práticas em empresas parceiras e criando uma jornada integrada que possibilita a obtenção de três diplomas – médio, técnico e superior (tecnólogo) – em cinco anos. A IBM, enquanto empresa parceira do setor de TI, contribuirá com informações sobre as competências do profissional de tecnologia do futuro, bem como oferecerá aos alunos do *P-TECH*, palestras sobre temas como carreira, inteligência artificial, nuvem, *blockchain* e outros, além da divulgação de vagas de estágio na IBM. O objetivo é combinar experiências no ambiente profissional com a aprendizagem em sala de aula, proporcionando interações entre os estudantes e especialistas em sua área de atuação, que podem orientá-los sobre o que os empregadores buscam, como comunicação, trabalho em equipe e habilidades para resolver problemas. Para participar do programa, os alunos farão parte do processo regular de admissão que integra os currículos dos ensinos médio e técnico oferecidos pelo Centro Paula Souza. As aulas começarão em fevereiro de 2019. Os alunos que se inscreverem no curso de ‘Análise e Desenvolvimento de Sistemas’ no programa *P-TECH* – Centro Paula Souza terão experiências práticas oferecidas pela IBM enquanto empresa parceira do setor, e supervisionadas pelo Centro Paula Souza.

No Brasil, o Programa *P-TECH* do Centro Paula Souza espera formar 80 alunos por ano, em um primeiro momento, além de inspirar outras escolas a implementar o *P-TECH* em parceria com outras empresas tanto do setor de TI, quanto de outras indústrias. “O *P-TECH* é projetado para apoiar o desenvolvimento de futuros profissionais, oferecendo habilidades técnicas e experiências de trabalho envolvendo as tecnologias mais avançadas”, explica Tonny Martins, presidente da IBM Brasil, que atuará como parceira em tempo integral para duas das primeiras escolas, além de continuar estimulando o modelo global. A IBM também incentiva que outras empresas implementem o modelo *P-TECH*.

Apesar de ter sido uma iniciativa originalmente desenvolvida pela IBM nos Estados Unidos, não se trata de uma iniciativa exclusiva da IBM. Incentivamos que outras empresas também busquem parcerias educacionais como esta, para replicar o modelo *P-TECH* e apoiar a formação de profissionais do século XXI. (MARTINS, 2019)

“O principal diferencial desta nova modalidade de ensino é a possibilidade da aplicação do que se aprende em sala de aula no ambiente real de trabalho, um caminho eficiente para a formação profissional, que visa a integração entre educação e setores produtivos”, avalia a diretora-superintendente do Centro Paula Souza, Laura Laganá. O Brasil, junto com a Colômbia, é um dos primeiros países da América Latina a anunciar o lançamento do *P-TECH*, unindo-se a outros países do mundo, incluindo Estados Unidos, Marrocos, Austrália, Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul e Irlanda. O modelo procura formar profissionais intelectualmente curiosos, profissionalmente bem-sucedidos, qualificados e adaptáveis para setores competitivos e de trabalho.

A IBM iniciou este modelo em 2011, no Brooklyn, Nova York. Desde então, cresceu para 110 escolas *P-TECH* e 80 faculdades comunitárias nos Estados Unidos e em outros países, com mais de 550 empregadores participando do modelo, representando uma variedade de setores impactados pela revolução tecnológica. Os resultados mostram que os estudantes estão se formando com um diploma universitário de dois anos a quatro vezes a média da taxa de graduação nos Estados Unidos. A maioria dos graduados americanos do *P-TECH* até hoje continuou seu ensino superior, enquanto outros começaram a trabalhar imediatamente no setor privado.

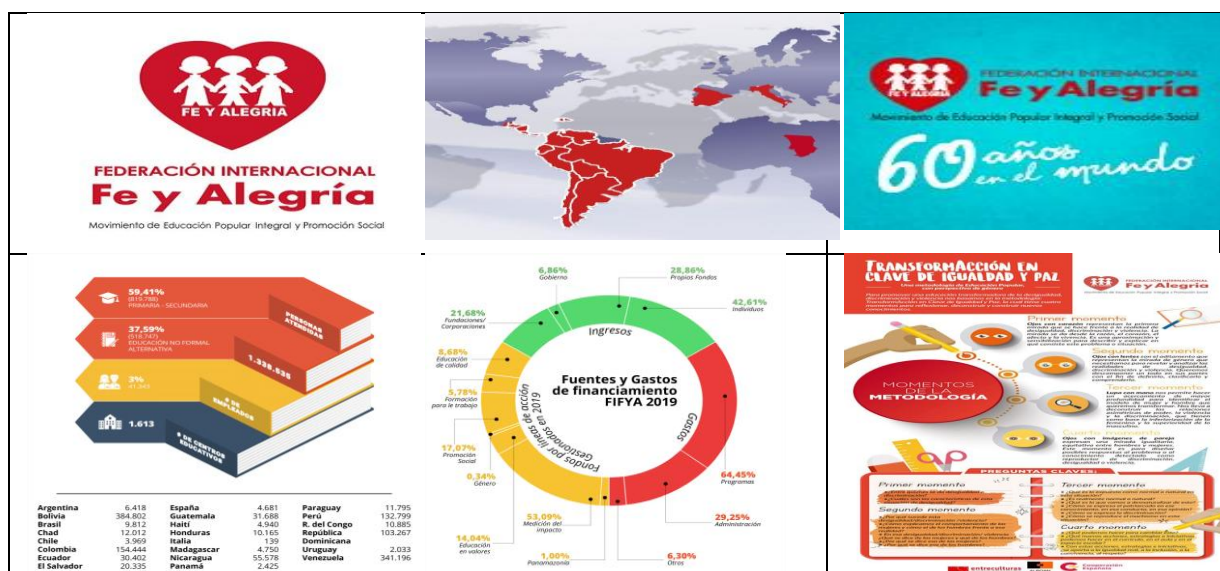
#### **4.6 APHs educacionais da plataforma P-TECH na América Latina e mundo**



Os estudos realizados durante a paralização das aulas na Fundação Bradesco no período pandêmico nos permitiram a identificação de um duplo movimento em sua matriz escolar com a introdução da plataforma IBM *OPENP-tech* em todas as escolas de ensino médio da FB para o seu maior programa de EAD, a escola virtual, com a utilização da plataforma. Porém, a opção por esta plataforma pode representar a materialização dos métodos e receituários que ligam de forma umbilical a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA), o Todos Pela Educação e a Fundação Bradesco.

A plataforma IBM *OPENP-tech* é utilizada pela Federação Internacional Fe y Alegría, Associação Internacional de Universidades Jesuítas e pela Magis Americas. Todos estes APHs são de alguma forma ligados aos movimentos espelhados ao TPE em seus países e que são associados da REDUCA e sua articulação com o Programa de Reformas da Educação na América Latina e Caribe (PREAL) na definição das diretrizes da gestão do trabalho escolar na região. Também identificamos que o aprofundamento pelo desnudar destes APHs representaria uma nova frente que se distanciaria muito dos objetivos iniciais traçados para esta tese. Sendo assim decidimos fazer a identificação dos APHs e apontar para uma nova e futura pesquisa que trate especificamente destas imbricações.

**Figura 09: Fé y Alegria**



A Federação Internacional de Fe y Alegria é uma associação com fins lucrativos presente em mais de 22 países que assim se define:

Somos um movimento de Educação Integral Popular e Integração Social, trabalhamos como setores empobrecidos e excluídos,

promovendo seu desenvolvimento integral e participação para uma transformação social. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL FE Y ALEGRIA, 2020. <https://www.feyalegria.org/>)

Foi fundada na Venezuela em 1960 pelo padre José María Vélaz, sendo A Federação Internacional de Fe y Alegría uma associação ligada às escolas da Companhia de Jesus.

**Figura 10: AUSJAL -Associação Internacional de Universidades Jesuítas**



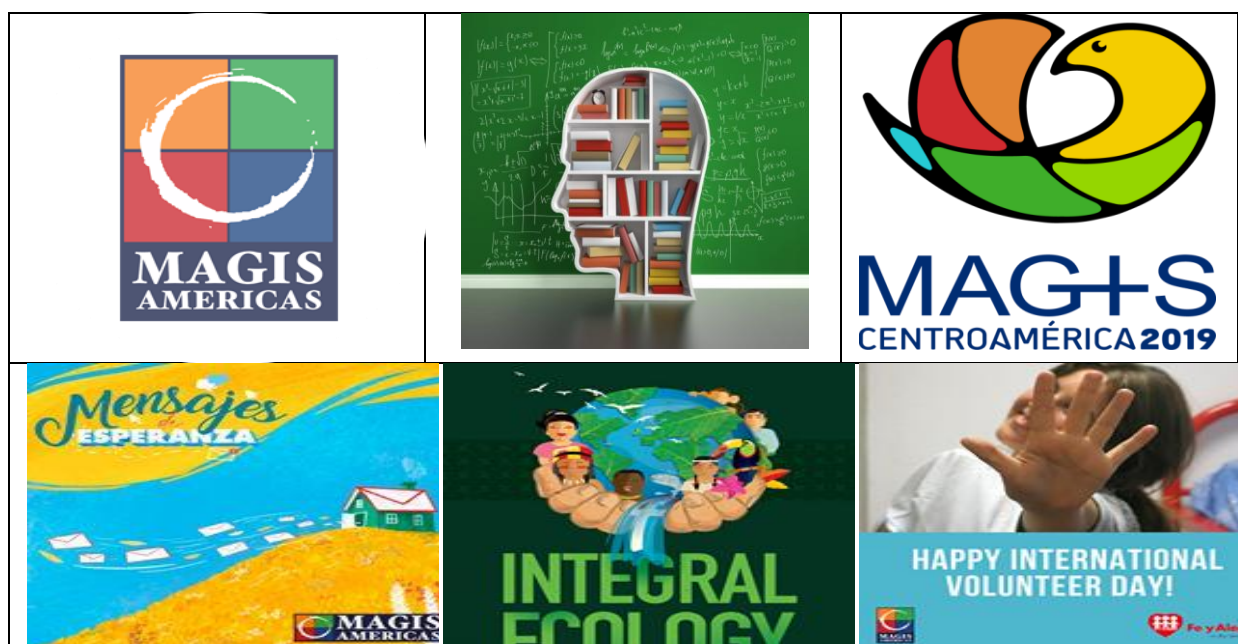
O Associação Internacional De Universidades Jesuítas (AUSJAL) foi constituída pelos reitores das universidades jesuítas da América Latina, com a presença do Padre Geral da Companhia de Jesus, em 10 de novembro de 1985, em Roma. A Associação é uma organização internacional de natureza voluntária e não confessional que reúne as Universidades e Faculdades confiadas à Sociedade de Jesus na América Latina. Assim se define a AUSJAL, 2021: “Somos uma rede de 30 universidades confiadas à Companhia de Jesus na América Latina”. Definindo sua missão e metodologia como:

Nossa missão é desenvolver projetos comuns, de acordo com nossas prioridades estratégicas, e com base na busca de uma maior contribuição das instituições de ensino superior para suas sociedades. Trabalhamos com o apoio de 13 redes e grupos de trabalho: comunidades de acadêmicos, profissionais e autoridades das universidades membros, que participam voluntariamente da realização de projetos comuns, com o

objetivo de melhorar a formação dos estudantes e o crescimento de a região. (<https://www.ausjal.org/> acesso em 12/12/2022)

A AUSJAL faz parte de uma ampla rede global de mais de 200 universidades jesuítas, com presença nos cinco continentes e da Associação Internacional de Universidades Jesuítas.

**Figura 11: Magis Americas**



A *Magis Americas* é um APH associado ao desenvolvimento de causas jesuítas. Sua sede fica situada nos Estados Unidos da América, na cidade de Washington, D.C. Tem como objetivo arrecadar fundos que financiem sua atuação junto às áreas da educação, migração e ecologia, principalmente no hemisfério Sul. Sua missão, na teoria, é apresentada como:

Nossa missão é promover, apoiar e acompanhar os parceiros jesuítas no Sul Global, especialmente na América Latina e no Caribe, enquanto se esforçam para a construção de sociedades justas, dignas e equitativas. (<https://www.magisamericas.org/> acesso em 15/12/2022)

A livre tradução seria “mais” ou “maior” America, pois novamente segundo sua página oficial, seus objetivos seriam:

Esse nome significa nossos esforços para acompanhar nossos parceiros no Sul Global, enquanto eles trabalham para construir comunidades e

sociedades justas, que respeitem a dignidade inata de cada pessoa e que sejam equitativas, tanto em oportunidades quanto em defesa dos direitos humanos. (<https://www.magisamericas.org/> acesso em 15/12/2022)

Portanto, na apropriação das bandeiras históricas de luta dos movimentos sociais, a *Magis Americas* captura estes ideais e se autopropaga na promoção de respostas sustentáveis e impactantes às injustiças enfrentadas por aqueles que vivem à margem.

**Figura 12: Fundação Bradesco e Open P-tech**



A Fundação Bradesco, rede de escolas que funciona como um braço social do banco, é a primeira a adotar o *Open P-TECH*, nova plataforma da IBM com conteúdo de educação digital gratuito. Segundo a empresa, o projeto está em fase de implementação na escola Fundação Bradesco de Campinas e, em 2021, será estendido aos mais de 9 mil alunos do Ensino Médio.

Na economia global de hoje, o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas está causando um grande impacto nos empregos. É imperativo que todos os alunos adquiram na escola conhecimentos em tecnologia e habilidades profissionais, como pensamento crítico e capacidade analítica, para ter sucesso nesta era digital e de inteligência artificial. (Jefferson Romon, Diretor Adjunto da Fundação Bradesco, acesso em: 10/12/22 <https://www.ibm.com/blogs/ibm-comunica/ibm-anuncia-open-p-tech-sua-plataforma-de-educacao-digital-gratuita>)

Além disso, os cursos também serão divulgados aos usuários da plataforma Escola Virtual da Fundação Bradesco, que oferece cursos *on-line* inteiramente gratuitos há quase 20 anos. “Com o *Open P-TECH* e a IBM, estamos dando mais um passo na evolução da nossa metodologia de ensino digital para que a próxima geração de profissionais

tenha o futuro promissor que merecem”, destaca Jefferson Romon, diretor adjunto da Fundação Bradesco.

A plataforma da IBM trabalha competências tecnológicas em áreas como segurança cibernética, inteligência artificial e computação em nuvem, além de outras ditas como as novas habilidades profissionais do trabalhador de novo tipo. O conteúdo conta com os componentes de indústria e de skills do programa *P-TECH*, modelo de educação pública lançado pela IBM em 2011, já adotado em 24 países. Durante o processo, os professores têm acesso a um painel de progresso por aluno, no qual é possível monitorar seus avanços, recomendar e personalizar o plano de aprendizagem on-line. Depois que os alunos concluem os cursos no *Open P-TECH*, eles podem ganhar "badges digitais", que são certificados reconhecidos pela indústria. A marca do trabalhador moldado. Esta informação me remete a comparações esdrúxulas realizadas ao longo da história com os subalternos e oprimidos, quase como uma tatuagem de bom rapaz de valores capitalista e trabalhador.

A educação deve ser adaptada a um mundo tecnológico diferente do que recebemos há 20 anos e todos os atores do ecossistema precisam se unir para mudar o paradigma em torno dos métodos de aprendizagem, aproveitando a acelerada evolução de tecnologias exponenciais como a inteligência artificial (MARTINS, gerente geral da IBM Brasil, 2020).

O *Open P-TECH* está disponível para estudantes, docentes e representantes de instituições de ensino de todo o Brasil e o registro pode ser feito no site da plataforma. A IBM, com mais de 100 anos, atua hoje com inteligência artificial, *blockchain*, segurança e IoT, disponíveis na nuvem. Fundada em 1956, a Fundação Bradesco oferece educação em 40 escolas próprias em todo território nacional. Somente em 2019, mais de 1,1 milhão de alunos concluíram ao menos um dos cursos a distância disponíveis no portal de *e-learning* da instituição.

## 5. A PRÁXIS A PARTIR DOS RELATÓRIOS ANUAIS FUNDAÇÃO BRADESCO

De fato, a polícia tem necessidade de construir a verdade do outro para poder manipular o eu do seu paciente. A sua força consiste em opor o outro ao eu, até que este seja absorvido por aquele e, deste modo, esteja

pronto para o que se espera dele: colaboração, submissão, omissão, silêncio. A polícia esculpe o outro por meio do interrogatório, o vasculhamento do passado, a exposição da fraqueza, a violência física e moral. No fim, se for preciso, poderá inclusive empregar a seu serviço este outro, que é um novo eu, manipulado pela dosagem de um ingrediente da mais alta eficácia: o medo — em todos os seus graus e modalidades. (Cândido, 1972, p. 3)

Qualquer transformação no modelo escolar interfere diretamente no modelo de cidadão moldado por ela. Assim, corroborando com o entendimento de Saviani (2012), a escola é marcada pelas condições e relações que se estabelecem no âmbito da sociedade, de modo que modificações nessa esfera impactam significativamente o trabalho desenvolvido no interior das instituições de ensino e na formação da sociabilidade dirigida por elas.

Os anos finais do século XX foram decisivos nesse sentido. O capitalismo passava por mais um período onde as taxas de multiplicação do capital encontravam-se em queda ou estagnadas. A crise estrutural do capitalismo eclodida na década de 1970 impõe à burguesia, em nível global, respostas que possibilitassem maior dinamismo ao processo produtivo, permitindo assim uma recuperação nos altos patamares de acumulação. Neste período, são desencadeadas profundas transformações econômicas, sociais, ideológicas e políticas que influenciaram significativamente a forma de ser, pensar e agir da população, estabelecendo um novo padrão de sociabilidade.

Entre todas essas profundas transformações surgiu a tese da sociedade do conhecimento, que acaba por levar a teoria do fim das classes sociais, sobretudo do proletariado que passa a ser substituído pelo cognitariado. Portanto, segundo Toffler (1980; 1985) apud Frigotto (2010), os preceitos dessa substituição se justificam pelas profundas transformações no mundo produtivo, derivadas da introdução da microeletrônica associada à informatização, que passaram exigir uma força de trabalho que atue mais com a ‘cabeça’ do que com as forças musculares. Numa sociedade onde o conhecimento está supostamente ao alcance de todos, cabe assim aos trabalhadores desenvolver competências e habilidades que lhes permitam lidar criativamente com os desafios, contingências e situações do cotidiano. Esse entendimento está inserido no seio das perspectivas burguesas da educação, a partir das quais se situa a pedagogia das competências.

Portanto, para Antunes (1999, pp. 54-55), a acumulação flexível é "um processo de organização do trabalho cuja finalidade básica e real é intensificar as condições de exploração da força de trabalho [...]". Segundo Frigotto (2010), esse novo tipo de organização social resulta na necessidade de um trabalhador flexível e com uma nova qualificação humana. É nes-



se contexto que o conceito de competência se fortalece e aparece como categoria ordenada das relações sociais do trabalho, seja dentro ou fora das organizações produtivas. Internamente, as competências são adequadas à gestão flexível da operacionalização técnica e organização do trabalho, externamente atuando no sentido de “gestão de comportamentos e reestruturação de valores éticos e políticos dos trabalhadores em permanente processo de adaptação à instabilidade social” (RAMOS, 2006, p. 176).

Já em relação à gestão flexível do trabalho, Ferreti (2002) apresenta um complemento fundamental: o interesse dos empresários pelo conhecimento acumulado e pela produção científica leva a investimentos materiais e ideológicos crescentes na educação. Além da mercantilização da educação, a preocupação com as relações competitivas exige a necessidade de conhecimentos cada vez mais sofisticados, e a introdução da tecnologia no mundo da produção exige novas demandas dos trabalhadores. A compreensão de que vivemos sob os auspícios de uma sociedade do conhecimento, que transforma o proletariado em cognitariado, traz a necessidade de uma nova “qualidade” da escolarização e dos processos de (re)qualificação da força de trabalho, cuja referência antes não é o ponto central nos saberes formalizados, mas nos significados que o sujeito atribui ao processo educativo, saberes relativos ao campo de experiência, competências cognitivas e emocionais que supostamente lhe permitem inserir-se em um novo contexto produtivo.

A importância histórica do conhecimento produzido vem perdendo espaço com o fortalecimento da teoria do capital humano, que busca fazer do acesso a esse conhecimento a chave para o sucesso de indivíduos e empresas, contribuindo assim para o desenvolvimento da nação. É neste contexto que a escola se torna prisioneira dos interesses privatistas e Ferreti (2002) salienta ainda:

Na trama de tais articulações, as instituições de ensino são bastante afetadas, pois o papel social que lhes é atribuído passa a ser muito marcado por essas articulações, que ora fazem com que o Estado carregue recursos vultuosos para determinados setores de ensino, ora que lhes retire tais recursos, por força das opções que tem de fazer com relação a que tipo de conhecimento produzir e que tipo de ensino valorizar (FERRETI, 2002, p. 300).

Devemos evidenciar que as estratégias capitalistas de reestruturação do padrão de acumulação visavam reorganizar as bases de sua dominação sobre a sociedade e não se limitavam ao processo de produção. Para construir essa nova hegemonia burguesa, era necessário, portanto, um projeto de sociabilidade para consolidá-la.

O trabalho como categoria ontológica e histórica, ou seja, atividade que produz a humanização de um ser, é negado neste momento histórico por teses que defendem o fim da sociedade do trabalho e das classes sociais, cujos processos de formação humana devem ser vinculados à formação de sujeitos polivalentes, flexíveis e participativos, alinhados às necessidades do mercado de trabalho, rejuvenescendo a teoria do capital humano (FRIGOTTO, 2010). Conforme apontamos, o processo de flexibilização do trabalho altera as relações sociais e, na medida em que promove a individualização, suprime sentimentos de coletividade, coloca os trabalhadores em "situação de vulnerabilidade e insegurança na obtenção e manutenção do emprego". (RAMOS, 2006, p. 174).

Neste contexto, a escola assume um papel estratégico para que tais mudanças tenham impacto na reorganização curricular e na verificação e reconhecimento de determinados saberes. Segundo Ramos (2006, p. 205), "o sistema de formação inicial e continuada está ligado aos processos de exploração de novas competências e visa preparar os trabalhadores não para realizar especificidades, mas para se reconverter permanentemente". Segundo a autora, o conceito de empregabilidade é fundamental nesse processo. Quando pensamos nas condições mais atuais de exploração, acrescentamos também a questão dos negócios.

Já no Brasil, essas mudanças estiveram presentes nos últimos anos da década de 1980 e se acentuaram na década de 1990. Sob o argumento de que era preciso atender às novas demandas do mundo do trabalho, foi lançado um movimento de intensas reformas educacionais, com o objetivo dentre os quais de formar um novo trabalhador, preparado para a transformação econômica e social do novo modelo de acumulação capitalista. É nesse cenário de mudanças profundas e consequências radicais que se encontram as perspectivas pedagógicas que nortearam a educação dos filhos da classe trabalhadora. Saviani (2013) afirma que as ideias pedagógicas da chamada pós-modernidade podem ser compreendidas a partir de suas categorias centrais: neoprodutivismo, neoescolonismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo. No cerne dessas formulações está a pedagogia das competências, tendência educacional compatível com as novas exigências do mundo produtivo, que se tornou essencial nas reformas educacionais brasileiras.

Para Ramos (2006), o debate deve atingir os campos teórico e político do conceito de competências e da pedagogia das competências, que tem sua origem na perspectiva norte-americana, cuja base fundamentasse na pedagogia tecnicista. Segundo o autor, a adoção do conceito de competência pelas escolas parte da ideia de que elas seriam capa-



zes de sustentar a combinação entre formação profissional e emprego. Ele entende tal pedagogia como aquela que:

[...] em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se de situações concretas, recorrendo às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações (RAMOS, 2006, p. 221).

Ações estão sendo intensificadas para aumentar a subordinação da escola às novas exigências da economia capitalista de modo que o conteúdo do ensino seja reduzido ao chamado "conhecimento útil". Nessa perspectiva, a escola se limita à formação de "trabalhadores que, pela exigência de flexibilidade, deveriam ter uma formação polivalente apoiada no domínio de conceitos gerais, abstratos [...]" (SAVIANI, 2013, p. 429).

Nesse sentido, a defesa da educação se mantém como condição de sucesso econômico, conforme preconizado pela teoria do capital humano, mas segundo Saviani (2013), seu significado mudou significativamente. Se na versão original dessa teoria a lógica da economia era voltada para as necessidades coletivas (crescimento da nação, competitividade entre as empresas, aumento da renda dos trabalhadores), o sentido atual é baseado em uma lógica personalista, voltada para a satisfação de interesses privados na aquisição das competências e habilidades necessárias para o seu crescimento no mercado de trabalho, aumentando sua produtividade.

Portanto, cabe ao sujeito tomar decisões compatíveis com a competitividade do mercado de trabalho. No entanto, a escolaridade deixa de garantir o acesso das pessoas ao emprego e passa a ser uma aposta incerta em que a possibilidade de emprego dependerá de atributos individuais que supostamente os tornariam empregáveis. Nessa perspectiva, a educação tornou-se um investimento no capital humano individual e, na base da empregabilidade, cumpre a função de certificar os sujeitos para a disputa por vagas.

O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2013, p. 430).

A refuncionalização da teoria do capital humano possibilitou, assim, a busca pelo aumento da produtividade na educação e o rejuvenescimento da concepção produtivista

educacional, que se tornou hegemônica desde a década de 1990, na forma de neoprodutivismo (SAVIANI, 2013). O desenvolvimento da perspectiva neoprodutivista da educação encontra seu fundamento didático-pedagógico no proclamado slogan "aprender a aprender" e seu fundamento psicopedagógico na defesa da perspectiva construtivista. É nesses domínios que se desenvolve a pedagogia das competências.

Segundo Saviani (2013) e Duarte (2008), o slogan "aprender a aprender" remete ao cerne das ideias pedagógicas do movimento da Escola Nova. No entanto, os autores comprovam que na atualidade, esse slogan também é resignado e sua defesa resulta da necessidade empresarial de apoiar a atualização constante da educação dos trabalhadores para que seja possível ampliar a esfera de empregabilidade. Os autores recorrem à obra "Aprender a aprender: educabilidade cognitiva", do autor português Vitor da Fonseca, para confirmar a refuncionalização deste slogan no campo educativo. Ao analisar as mudanças na economia mundial e suas consequências para a nova sociabilidade pretendida pelo processo de toyotaização, o autor português promove a necessidade de administrar o imprevisível. Para ele:

Em vez de se situarem numa perspectiva de trabalho seguro e estático, durante toda a vida, os empresários e os trabalhadores devem cada vez mais investir no desenvolvimento do seu potencial de adaptabilidade e de empregabilidade [...]. O êxito do trabalhador do século XXI terá muito que ver com a maximização das suas competências cognitivas. Cada um deles produzirá mais na razão direta de sua maior capacidade de aprender a aprender, na medida em que o que o empresário e o trabalhador conhecem e fazem hoje não é sinônimo de sucesso no futuro [...]. Com a redução dos trabalhadores agrícolas e dos operários industriais, os postos de emprego que restam vão ser mais disputados, e tais postos de trabalho terão que ser conquistados pelos trabalhadores preparados e diferenciados cognitivamente (FONSECA, 1998, p. 307 apud DUARTE, 2008, p. 10-11).

Portanto, eis o papel da escola nessa perspectiva: preparar os alunos para as incertezas do mundo produtivo. Segundo Duarte (2008), o excerto acima não deixa dúvidas de que o "aprender a aprender" é um mecanismo na competição por vagas no combate ao desemprego, sendo o papel primordial da educação a adaptação dos indivíduos às regras do novo modelo de acumulação capitalista. É nesse sentido que Saviani (2013) defende a renúncia a esse lema e o chama de neoescolanovismo<sup>48</sup>. Essa visão se difundiu

---

<sup>48</sup> defende uma proposta de formação de um professoro reflexivo que valorize o ser cotidiano, narrado na experiência cotidiana. visa ensinar de forma diferente dos processos educacionais convencionais que veem o professor como a única fonte de conhecimento. São variantes o neoprodutivismo, o neoconstrutivismo e o neotecnicismo.

amplamente na década de 1990 e tornou-se referência para as políticas educacionais em nível nacional e internacional. Saviani (2013) afirma que tal conceito tem se enraizado nos mais diversos setores da sociedade sem, no entanto, estabelecer muito rigor científico.

Em consonância com o neoescolanovismo, pode-se observar o surgimento do movimento neoconstrutivista, que também está intimamente relacionado à pedagogia das competências. Segundo Saviani (2013), a teoria construtivista clássica busca fornecer uma base científica para as perspectivas de "aprender a aprender" articulando os fundamentos psicopedagógicos do processo de aprendizagem. Portanto, a materialização dessa pedagogia nas escolas e também nas empresas tem como horizonte formativo a adequação dos novos trabalhadores ao perfil necessário para a reorganização desse novo processo produtivo. Segundo Saviani (2013), nas empresas, o conceito de qualificações foi substituído por competências e, nas escolas, os saberes construídos historicamente foram substituídos por competências e habilidades específicas para determinadas situações.

Concluimos que em ambos os casos, o objetivo é maximizar a eficiência e tornar os indivíduos mais produtivos para o mercado de trabalho e para a participação na sociedade. Como afirma Saviani (2013, p. 438), “ser produtivo, neste caso, não significa apenas poder produzir mais em menos tempo. Significa, como aponta Marx, a valorização do capital, ou seja, seu crescimento pela incorporação da mais-valia”.

### **5.1 Histórico e motivo dos relatórios.**

Este recorte temporal entre os anos de 2012 e 2020 dos relatórios de informações que são publicados pela Fundação Bradesco desde o ano de 1973 encontra amparo em duas grandes questões. A primeira versa sobre a sistemática negação, procrastinação e sistemáticas dificuldades burocráticas impostas pela administração da Fundação Bradesco em colaborar e franquear o acesso às informações. Mesmo com os diversos e-mail enviados, todos documentados em anexo e mesmo durante as duas visitas de campo realizadas durante a pandemia que assolava o mundo: as instalações da Cidade de Deus em Osasco, São Paulo, onde encontra-se a sede administrativa, o museu da fundação e na primeira unidade escolar desta instituição, além de vários prédios administrativos do Banco Bradesco.

Para uma maior exposição da contradição entre o que a Fundação Bradesco escreve e como realmente ela exerce a prática cotidiana, retiramos uma citação do relató-

rio do ano de 2012 para evidenciar que a Fundação Bradesco não tem por prática o que escreve em seus relatórios.

O relatório pretende atender os públicos estratégicos da Instituição, como órgãos do governo, parceiros, pesquisadores, imprensa e comunidade escolar em geral. (Relatório de Atividade da Fundação Bradesco no ano de 2012, p.11)

Só ficam disponíveis no sítio da FB para consulta dos pesquisadores os últimos cinco relatórios. Portanto, este recorte histórico de dez anos representou um grande esforço de busca de informações. Já a segunda questão versa sobre a grande existência temporal da FB, com mais de seis décadas, que representa na prática diversas FB, porém sempre representando os interesses da classe dominante. Com tanta longevidade e riqueza histórica, a FB traduz e espelha os últimos dez anos com intensas transformações na sociedade brasileira, demonstrando de forma cabal a reverberação do seu lado, sua política e atuação junto das intensas transformações que esse período representa na história do Brasil. Além de todos os impedimentos relatados, também temos um fato que propicia uma mudança de atuação na prática pedagógica.

No ano de 2012, a FB realizou a introdução de uma nova matriz curricular, ainda de forma piloto, mas que apontava para o ano de 2013 como o período terminal de implantação em todas as redes de escolas. Também nesse ano, o ensino médio na rede de escolas deixa de ser noturno e passa a ser vespertino, e é introduzido um modelo de avaliação externa que permite um controle maior da fundação em relação aos conteúdos e do trabalho docente.

A Fundação Bradesco realizou em 2012 importantes mudanças para continuar com o propósito de promover a formação cidadã e a inclusão social, transformando comunidades por meio da educação. Foi um ano marcado pela reformulação intensa na Educação Básica e por melhorias nas demais áreas da Instituição. Em 16 Escolas implantamos as novas matrizes escolares, com o Ensino Médio diurno e o acompanhamento bimestral do desenvolvimento de nossos alunos. E esse modelo se expandirá em 2013 para as demais Unidades Escolares. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2012, p. 5)

Superada essa questão da temporalidade que delimitou os relatórios apresentados nesta tese, apresentamos algumas tabelas que nos permitiram uma reflexão acerca do papel histórico da Fundação Bradesco na educação brasileira. Dividimos essas tabelas em seis blocos assim descritos: forma e número de páginas, direcionadores institucionais, a autoimagem, definição institucional, a proposta pedagógica da Fundação Brades-

co e parcerias ou alianças estratégicas do capital. Após a apresentação das tabelas com os recortes dos textos extraídos dos relatórios, faremos avaliações e comentários sobre as manutenções, mudanças e novas defesas de algumas políticas educacionais propostas e implementadas na educação brasileira durante este período. Nosso principal objetivo com este agrupamento é permitir a união entre teoria e prática. Todas as categorias abordadas nesta tese serviram como base para os comentários e apontamentos neste capítulo.

## 5.2 Tabelas e compilação de dados dos relatórios da Fundação Bradesco entre os anos de 2012 e 2021.

**Quadro 10: Forma e volume dos relatórios**

Ano do relatório	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Número de páginas	68	37	47	88	126	108	102	46	38	54

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

A primeira informação que salta os olhos é a grande discrepância entre os tamanhos dos relatórios. O maior deles do ano de 2016 também é coincidente com o aniversário de 60 anos da Fundação Bradesco, sendo este além de um relatório de apresentação de resultados aos seus parceiros, bem como a sociedade também é uma peça de auto-promoção de uma imagem construída do investimento social privado, apresentando como a própria fundação relata à sociedade os investimentos realizados em prol da inclusão social e da educação brasileira.

Também nesse relatório, a FB externa pela primeira vez a menção aos acontecimentos políticos vividos com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

No Brasil, os acontecimentos sociopolíticos e econômicos apontaram para a retomada da estabilidade, fundamental para promover as melhorias necessárias e que a população almeja. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2016, p. 12)

E continua no seu processo de construção da hegemonia da classe dominante, impondo a toda a sociedade, mesmo que de forma pedagógica e sutil, a sua visão de mundo. Os APHs, como a Fundação Bradesco, desempenham assim um papel vital na estrutura do Estado ampliado, mas principalmente na sociedade civil, onde organizam

consensos para transformar os interesses particulares das classes dominantes e de suas facções em interesses gerais do país.

Diante da manutenção das investigações sobre denúncias de corrupção envolvendo agentes públicos e privados, ao longo de 2017, a Entidade manteve sua posição de repudiar de maneira contundente eventuais desvios de conduta por parte de seus funcionários, bem como combater quaisquer práticas ilícitas. Seus funcionários realizam treinamentos obrigatórios, que incluem formações sobre ética e vídeos e cartilhas anti-corrupção. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2017, p. 17)

Quanto à volumetria dos relatórios, os outros dois anos que se destacam são os anos de 2017 e 2018. O ano de 2017 representa o primeiro ciclo de adequação ao novo formato *Global Reporting Initiative Standards*<sup>49</sup> (GRI) em substituição à versão G4<sup>50</sup>. Já no relatório de 2018, são apresentados os impactos gerados por todas as mudanças na legislação do setor educacional, como foi o caso da reforma do Ensino Médio e a homologação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental na rede de escolas da Fundação Bradesco. No ano de 2019, a FB apresenta em seus relatórios a implantação de forma piloto apenas na unidade escolar de ensino médio de Osasco, sua maior unidade desta modalidade educacional do novo ensino médio e a promessa de no ano seguinte expandir para toda a rede de escolas.

Para desenvolver trabalho relacionado à educação é fundamental estar alinhado à sociedade. Nesse sentido, participamos das principais agendas do setor, como a implantação do novo Ensino Médio previsto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada nos últimos anos.... No que se refere ao Ensino Médio, a BNCC avalia como desafio a formulação de políticas e propostas em um cenário cada vez mais complexo, dinâmico e fluído, tanto no mundo do trabalho como nas relações sociais. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2019, p. 10)

Em outro ponto do relatório, a FB apresenta a defesa do Plano Nacional de Educação (PNE) e das competências socioemocionais como treinamento para vida.

Nosso compromisso é com a promoção da cidadania e nossa atuação no campo da educação alinha-se às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e sua ênfase nos valores morais e éticos. Essa proposta se materializa na inclusão do ensino das competências socioemocionais

<sup>49</sup> A *Global Reporting Initiative* (GRI) se apresenta como uma organização internacional de padrões independente e que ajudaria empresas, governos e outras organizações a modelar sua comunicação para resaltar em seus documentos os impactos em questões como mudança climática, direitos humanos e corrupção. Seu fundadores são o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Tellus Institute, Ceres.

<sup>50</sup> G4 ou Gestão 4.0 é uma forma de administração que toma por base a tecnologia da informação e o levantamento de dados que permitam a tomada de decisões dentro de uma empresa, sejam elas voltadas às equipes de Vendas, Marketing, Gente & Cultura, *Customer Success*, *Customer Experience* e afins

entre os componentes curriculares trabalhados em todas as unidades escolares, além de considerar estratégias complementares, que favorecem a formação cidadã. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2019, p. 15)

Já no último ano da série analisado, 2021, vimos uma forte defesa na agenda de implantação e adequação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o novo ensino médio. Das 54 páginas, 30 versam sobre as vantagens e melhorias representadas por estas reformas educacionais.

Em um momento de muitas transformações, estamos conectados às demandas educacionais. A transformação digital está mudando a comunicação, a maneira como a pessoa participa de interações sociais, assim como o mundo do trabalho e as profissões. Nesse sentido, o currículo escolar é um meio para concretizar as inovações necessárias e deve ser elaborado tendo em vista a formação de um aluno protagonista, bem como a atuação de professores mediadores, atentos e abertos às necessidades formativas de nosso. Estamos em processo de adequação de nossas matrizes curriculares, conteúdos e materiais didáticos para nos alinharmos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sem perder nossa identidade pedagógica. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2021, p. 10)

### 5.3 Direcionadores Institucionais

Nessas partes dos relatórios anuais, a Fundação Bradesco apresenta os direcionadores institucionais divididos em três partes: missão, visão e princípios éticos entre 2012 e 2020. Já no relatório de 2021, soma-se a estes três tópicos um quarto, intitulado como “pilares de atuação”. Podemos afirmar que estes tópicos cumprem uma dupla função na atuação da FB como APH, que mesmo sendo diferentes no seu tipo, são harmônicos na forma e na finalidade. A primeira é adequar o método de resolução de questões sociais às suas especificidades. O segundo é um processo que visa harmonizar os interesses da classe burguesa e suas facções, organizando assim as proposições que melhor atendam a esses interesses particulares e torná-los mais palatáveis e de aceitação geral.

#### 5.3.1 Missão

**Quadro 11: Missão**

ano	missão
2012	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasi-

	leira socioeconomicamente desfavorecida.
2013	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida
2014	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida
2015	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida.
2016	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida.
2017	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógicoeducacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida.
2018	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida.
2019	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida
2020	Promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida
2021	Promover formação humanista para desenvolver futuras lideranças em todas as regiões do nosso País.

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Podemos perceber nesta tabela que a missão autodeclarada pela Fundação Bradesco permanece exatamente a mesma durante todo o período, reafirmando seu papel de direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da sociedade civil. Podemos perceber que no relatório de atividades do ano de 2021 ocorreu uma profunda modificação na missão autodeclarada que a Fundação Bradesco vinha realizando no período anterior e que permaneceu o mesmo de 2012 a 2020.

Também não podemos deixar de ressaltar o atrelamento da missão declarada da Fundação Bradesco à teoria do Capital Humano ao atrelar a educação como vetor da melhoria das condições de vida, como ela mesmo declara, “da população brasileira socioeconomicamente desfavorecida”. Portanto, a responsabilidade pelas desigualdades sociais e pelos problemas estruturais associados, frutos diretos do próprio desenvolvimento do capitalismo que criam condições de miséria e pobreza para populações e nos



países são imediatamente transferidos para o indivíduo, que deveria ter o conjunto de habilidades esperado.

### 5.3.2 Visão

**Quadro 12: Visão**

	<b>Visão</b>
2012	Queremos que nossas Escolas sejam das melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.
2013	Queremos que nossas Escolas sejam das melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.
2014	Queremos que nossas Escolas sejam das melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.
2015	“Queremos que nossas escolas sejam as melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.” Amador Aguiar
2016	“Queremos que nossas escolas sejam as melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.” Amador Aguiar
2017	“Queremos que nossas escolas sejam as melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.” Amador Aguiar
2018	“Queremos que nossas escolas sejam as melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.” Amador Aguiar
2019	“Queremos que nossas escolas sejam as melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.” Amador Aguiar
2020	“Queremos que nossas escolas sejam as melhores, principalmente na formação do homem, um homem de caráter.” Amador Aguiar
2021	Ser a referência nacional como agente de transformação social por meio da educação

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Podemos identificar neste quadro sobre a Visão da Fundação Bradesco, ou melhor, como ela gostaria de ser vista na sociedade, apenas duas transformações. A primeira é que só no ano de 2015 vai aparecer pela primeira vez o autor da visão propagada pela Fundação Bradesco. Esta frase foi atribuída a Amador Aguiar. Também devemos ressaltar a grande modificação apresentada pela FB no ano de 2021, quando apresenta o tópico “visão” em seu relatório anual de atividades, totalmente diferente dos 9 anos anteriores. Agora a fundação gostaria de ser identificada como uma referência nacional na transformação social por meio da educação, indicando uma imbricação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

estamos em constante aprimoramento de conceitos e práticas, com base tanto nas experiências internas quanto em referências internacionais. .... Nosso trabalho na Educação Básica está pautado pela promoção da

inclusão social e **pelo desenvolvimento integral de nossos educandos**, com estímulo ao aprimoramento de competências socioemocionais e cognitivas. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2021, p. 3 e 4) Grifos da Fundação Bradesco

### 5.3.3 Princípios Éticos

**Quadro 13: Princípios Éticos**

ano	Princípios Éticos
2012	Integridade, Equidade, Compromisso com a informação e a eficiência nos resultados, Relacionamento construtivo, Liderança responsável.
2013	Integridade, Equidade, Compromisso com a informação e a eficiência nos resultados, Relacionamento construtivo, Liderança responsável.
2014	Integridade, Equidade, Compromisso com a informação e a eficiência nos resultados, Relacionamento construtivo, Liderança responsável.
2015	Integridade, Equidade, Compromisso com a informação e a eficiência nos resultados, Relacionamento construtivo, Liderança responsável.
2016	Integridade, Equidade, Compromisso com a informação e a eficiência nos resultados, Relacionamento construtivo, Liderança responsável.
2017	Respeito, Honestidade, Igualdade, Excelência e Comprometimento.
2018	Respeito, Honestidade, Igualdade Excelência e Comprometimento.
2019	Respeito, Honestidade, Igualdade, Excelência, Comprometimento.
2020	Respeito, Honestidade, Igualdade, Excelência, Comprometimento.
2021	Excelência, Igualdade, Respeito, Honestidade e Comprometimento

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Duas grandes transformações ficam evidentes nos relatórios da Fundação Bradesco: a primeira em 2017, fruto de uma reestruturação ainda reflexo das iniciativas dos 60 anos de existência e das orientações do *Global Reporting Initiative* (RGI). Ao longo do ano, foram convidados ao debate os professores, funcionários e os alunos para a produção de novos valores, como a própria fundação declara:

Para isso, desenvolveu uma série de ações institucionais e pedagógicas ao longo do ano que envolveram todos os departamentos e também funcionários e estudantes com o propósito de refletir sobre esses princípios e seus valores agregados e torná-los o ponto de partida para o desenvolvimento de práticas e condutas éticas responsáveis (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2017, p. 18)

Também devemos apontar que após o ano de 2017, a denominação de “princípios éticos” é substituída por apenas “princípios”. Já no ano de 2021, percebemos uma nova ordem nos princípios, ganhando destaque como o primeiro a ser citado a “Excelência” em substituição do “Respeito” que passa a ser o terceiro citado.

### 5.3.4 Pilares de Atuação

#### Quadro 14: pilares

2021	Excelência pedagógica, Impacto social amplo, Efetividade operacional com inovação e Eficiência na gestão administrativa
------	---

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Somente no relatório anual de atividades da Fundação Bradesco de 2021 aparece pela primeira vez a citação e a publicação de um quarto elemento na visão autoproclamada: o item denominado de “pilares de atuação”. Sendo esta transformação atribuída pela FB ao atrelamento de sua proposta pedagógica as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, promovemos o realinhamento dos nossos pressupostos educacionais no âmbito das Diretrizes Curriculares que possuímos para a Educação Básica, as quais estão alicerçadas em sólidos referenciais pedagógicos e filosóficos, partindo da concepção de que o aluno é autor de seu conhecimento e protagonista do processo de aprendizagem. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2021, p. 4)

### 5.4 A autoimagem, definição institucional.

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas (FONTES, 2010, p.136).

Em todos os relatórios durante o período de 2012 e 2021, a Fundação Bradesco se apresenta como uma instituição sem fins lucrativos, de direito privado, que busca tornar-

se referência em qualidade de ensino e inclusão social. Neste ponto devemos lembrar que do ponto de vista jurídico, as fundações são entidades jurídicas de direito privado com escopo de atuação definida no ato de criação:

[...] (a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; (d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (IBGE, 2012).

Porém, entendemos que o papel efetivamente desempenhado pelas chamadas organizações não governamentais (ONGs) tem início muito antes deste período analisado. A mercantil-filantropização das organizações da sociedade civil segue o curso na década de 1990 e início do século XXI com a finalidade da materialização das pautas do capital-imperialismo (FONTES, 2010). Contudo, o modo operante permanece o mesmo, com o entendimento de que a sociedade civil é concebida como um terreno não estatal, livre da ação do Estado, portanto livre das mazelas do poder público, corrupção, burocracia e a ineficácia da máquina pública que a torna estrategicamente escolhida pelo bloco histórico no poder como campo privilegiado de atuação de organizações, institutos e fundações dos setores de educação, saúde, cultura, esportes, meio ambiente, direitos humanos, formação política de lideranças na produção de ações, conteúdos, produtos e práticas formativas de conformação burguesa.

**Quadro 15: A autoimagem, definição institucional.**

ano	Definição institucional
2012	A Fundação Bradesco é uma instituição sem fins lucrativos, de direito privado, que busca tornar-se referência em qualidade de ensino e inclusão social. A Fundação acredita que, ao oferecer conhecimento, contribui para a cons-

	<p>trução de uma sociedade mais justa e desenvolvida, com igualdade de oportunidades para todos, independente das dificuldades sociais e das limitações físicas.</p>
2013	<p>A Fundação Bradesco foi instituída em 1956, por iniciativa visionária do senhor Amador Aguiar. Naquela época, o conceito de responsabilidade social corporativa ainda não era uma preocupação das empresas brasileiras. Diante disso, o Bradesco assumiu um compromisso pioneiro de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da educação escolar. Desde então, o aluno tem sido a razão de existência da Fundação</p>
2014	<p>Sediada em Osasco (SP), a Fundação Bradesco é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que opera uma rede de 40 Escolas em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, por meio das quais proporciona ensino gratuito e de qualidade a crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.</p>
2015	<p>Era uma vez um sonho: fazer da educação a base para a construção de um país socialmente mais justo e igualitário. Em 22 de novembro de 1956, inspirado por sua história de vida e pelo ideal de retribuir à comunidade a confiança depositada no trabalho do Bradesco, Amador Aguiar – fundador do Banco – instituiu a Fundação São Paulo de Piratininga, renomeada Fundação Bradesco anos mais tarde. O projeto firmou raízes, fortaleceu-se, expandiu-se, multiplicou seus frutos e vem contribuindo para transformar a vida de milhares de crianças, jovens e adultos por todo o Brasil... Com sede em Osasco (SP), a Fundação caracteriza-se como uma Instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que proporciona ensino gratuito e de qualidade a crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para isso, atua na Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio e à Educação Profissional Técnica de Nível Médio –, na Educação de Jovens e Adultos e na Formação Inicial e Continuada, modalidade voltada à empregabilidade e à geração de renda.</p>
2016	<p>A Fundação, Instituição de direito privado e sem fins lucrativos, localiza-se no município de Osasco (SP). Atualmente, possui uma Rede de 40 Escolas próprias, presentes em todo o Brasil. Essas Unidades Escolares receberam 108.533 alunos em 2016... A Fundação proporciona acesso gratuito à educação de qualidade para crianças, jovens e adultos, prioritariamente em regiões de reconhecida vulnerabilidade socioeconômica. Além da Educação Básica – compreendendo da Educação Infantil ao Ensino Médio e à Educação Profissional Técnica de Nível Médio –, a Instituição atua na Educação de Jovens e Adultos e na Formação Inicial e Continuada, que estimula o empreendedorismo, a empregabilidade e a geração de renda nas comunidades atendidas</p>
2017	<p>O atual cenário brasileiro tem imposto vários desafios, diante disso a educação torna-se a inspiração para a construção de um País mais ético, democrático e igualitário. Conscientes da importância de adotar métodos alinhados às necessidades da sociedade, realizamos, em 2017, uma série de ações que permitiram manter uma trajetória de sucesso e o compromisso com o desenvolvimento de cidadãos e um ensino primoroso. Reafirmamos os valores de respeito, honestidade, igualdade, comprometimento e excelência, que traduzem nossos princípios institucionais e são a base da nossa atuação desde 1956. Nessa perspectiva, promovemos o realinhamento dos nossos pressupostos educacionais no âmbito das Diretrizes Curriculares que possuímos para a Educação Básica, as quais estão alicerçadas em sólidos referenciais</p>

	pedagógicos e filosóficos, partindo da concepção de que o aluno é autor de seu conhecimento e protagonista do processo de aprendizagem.
2018	Por trás da nossa história de origem está uma ideia de criação de valor social e de legado: o Sr. Amador Aguiar inaugurou a Fundação Bradesco para educar e profissionalizar crianças, jovens e adultos. Nós somos uma instituição particular, sem fins lucrativos, e nossa sede, o Centro Educacional, está localizada em Osasco (SP).
2019	Há mais de 63 anos, promovemos a inclusão e o desenvolvimento por meio da educação. Somos uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, detentores da certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) e de todas as demais certificações públicas nos níveis federal, estadual e municipal. Assim, nossa contribuição para a sociedade brasileira se expressa no compromisso com a educação gratuita e formal, que vai do nível básico ao profissionalizante.
2020	Desde 1956, investimos em educação como alicerce na formação de líderes para uma, sociedade sustentável e justa, ao promover a inclusão social por meio da educação, atuando como multiplicador das melhores práticas pedagógicoeducacionais em meio à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida. Constituídos como instituição de direito privado sem fins lucrativos com sede em Osasco (SP), temos 40 escolas próprias distribuídas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal e atuamos também na educação a distância por meio da nossa Escola Virtual...Possuímos certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) e todas as demais certificações públicas nos níveis federal, estadual e municipal para atuação no ensino formal
2021	Promovemos ensino formal, gratuito e de qualidade do nível básico ao profissionalizante, por meio de 40 escolas próprias localizadas em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Oferecemos ainda mais de 120 cursos em nossa Escola Virtual, atendendo milhares de pessoas em todas as regiões brasileira

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

Devemos recorrer novamente aos conceitos de Gramsci para entender a atuação da FB enquanto APH na sociedade civil e seu papel da construção da hegemonia burguesa em Estados do tipo Ocidental. O sardo afirma ser impossível reduzir o Estado a estruturas de governo, pois é justamente no desenvolvimento do processo histórico que se fortalece a sociedade civil e se conquista a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional e no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

É exatamente este entendimento que permeia as disputas na construção da legislação e arcabouço legal das Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. As leis que regulamentaram as associações causaram polêmica quanto à regulamentação de negociações, contratos e outras condições, mas para dar a chamada "segurança jurídica", a Lei nº13019/2014 conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade

Civil (MROSC), enquanto a revisão da Lei nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015). No MROSC (2016), as organizações são classificadas como: entidades sem fins lucrativos, sociedades cooperativas e organizações religiosas. Segundo o IBGE, os consórcios "não atendem aos critérios de entidades 'privadas'". Essas organizações são pessoas jurídicas de direito público, geralmente criadas por atos normativos expedidos por autoridade pública" (IBGE, 2012).

A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a seu ver, é a habilitação legal atribuída a uma organização da sociedade civil por um período de cinco anos para atuar junto a órgãos da administração pública, desde que atenda aos requisitos previstos na Lei nº 9 790/1999 (BRASIL, 1999). A utilidade da habilitação foi revisada pela Lei nº 13.240/2015.

### 5.5 A proposta pedagógica da Fundação Bradesco

O termo hegemonia, no arcabouço teórico do filósofo sardo, Gramsci, designa "direção" e "domínio". Uma classe é dominante de dois modos, isto é, é "dirigente" e "dominante". É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias" (LIGUORI; VOZA, 2017, p.366).

Entendemos que o projeto pedagógico é a identidade da escola: ele define as diretrizes básicas e a linha de ensino e comportamento na comunidade. Formaliza o compromisso imposto aos professores, funcionários, representantes de pais e alunos e líderes comunitários dentro de um mesmo projeto educacional. Contudo, compreendemos que o projeto pedagógico deve representar a articulação entre a teoria e a prática (práxis), contribuindo para que os indivíduos ultrapassem a visão imediata dos fenômenos.

#### Quadro 16: A proposta pedagógica da Fundação Bradesco

ano	<b>Proposta pedagógica</b>
2012	A proposta pedagógica da Fundação Bradesco fundamenta-se em concepções educacionais, em especial as socioconstrutivistas. Os atos de interagir e refletir sobre o mundo cultural, histórico e científico é fundamental para que os alunos tenham uma visão e compreensão da realidade em toda a sua complexidade e riqueza. A Fundação acredita que, para proporcionar acesso a um ensino de qualidade, é preciso incorporar valores éticos, solidários e de responsabilidade social à Educação Escolar contemporânea. Para isso, promove a formação de cidadãos conscientes, prepara jovens e adultos para o empreendedorismo e o mercado de trabalho e estimula o voluntariado em prol das comunidades.

2013	<p>A Fundação Bradesco, ao longo de sua trajetória, tem mantido a preocupação constante de atualizar sua proposta pedagógica às mudanças da sociedade, reafirmando princípios educacionais que garantam, a todas as Unidades Escolares, a identidade que se quer consolidar em sua prática educativa. Para a Instituição, o conhecimento não é a simples aquisição de saberes, mas a construção participativa dos sujeitos pela reflexão e pela interação social. A aprendizagem é um processo ativo, no qual os educadores estimulam o posicionamento autônomo dos alunos diante das situações apresentadas. A escola, como instituição sociocultural que respeita as transformações sociais e humanas, deve permitir o acesso a conhecimentos científicos, tecnológicos, históricos, culturais, artísticos e, sobretudo, éticos. A proposta pedagógica da Fundação Bradesco consiste na convergência entre o ensino, a cultura local da comunidade em que cada Unidade Escolar está inserida e os diversos meios de comunicação como fontes de informação – livros, jornais, revistas, rádio, televisão e internet –, além de estudos do meio alinhados ao conteúdo pedagógico, com o objetivo de levar o aprendizado para fora das salas de aula.</p>
2014	<p>Para a Fundação Bradesco, a proposta pedagógica traduz a essência de princípios educacionais que, ao longo das décadas, são exercidos com comprometimento, ética e excelência e que garantem, em todas as Unidades Escolares, a qualidade que se consolida na prática educativa. A tradição de ensinar está acompanhada da preocupação constante em atualizar as diretrizes e os pressupostos que norteiam essa atuação, de modo a mantê-la em permanente diálogo e interação com a realidade social, que é mutável e flexível, bem como com os homens que a perfazem. Esse dinamismo, sem perder o foco no aluno e na missão de educar para a inclusão social, configura hoje uma Instituição que caminha para seis décadas de atuação, sempre engajada na formação de alunos-cidadãos ativos na sociedade, que respeitam as diferenças e defendem a ética, a solidariedade e o protagonismo social. Mais do que conhecimentos teóricos alinhados à legislação educacional e ao currículo nacional, a Fundação Bradesco concebe a escola como um espaço dinâmico, em permanente relação com a realidade à sua volta</p>
2015	<p>O projeto educacional da Fundação Bradesco considera todos os aspectos necessários ao desenvolvimento pleno do ser humano. Suas atividades estão voltadas a formar cidadãos éticos, críticos e atuantes na sociedade em que vivem, capazes de criar, propor, dialogar e transformar a realidade. A proposta pedagógica mantém-se alinhada aos desafios do mundo contemporâneo, em que a educação desponta como um diferencial estratégico para o progresso social. Assim, visa a compreender as dinâmicas que caracterizam as novas gerações de alunos, sem se afastar da tradição de excelência que acompanha a Fundação Bradesco há quase 60 anos.</p>
2016	<p>Considerando a complexidade do processo de ensino-aprendizagem e seu dinamismo, que se manifesta em constante interação com as transformações sócio-históricas, gradualmente a Fundação Bradesco realinhou seus princípios e pressupostos educacionais, atualizando sua proposta político-pedagógica e adequando-a às necessidades e demandas da sociedade. As novas “Diretrizes Curriculares para a Educação Básica”, com implantação em 2017, consolidarão a identidade institucional em todas as Escolas.</p>
	<p>A Fundação Bradesco pauta seu projeto educacional nos quatro pilares para a Educação do Século XXI, definidos pela Organização das Nações Unidas</p>



2017	para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): § Aprender a conhecer § Aprender a fazer § Aprender a viver junto § Aprender a ser Com eles, pretende-se contemplar conteúdos e estratégias para o desenvolvimento integral dos educandos, capacitando-os para a realização de atividades capazes de prepará-los para a vida em sociedade, o mundo do trabalho e a produção de conhecimento e cultura. Além disso, a proposta político-pedagógica está alinhada aos desafios da sociedade contemporânea de, pela educação, expandir as visões de mundo e formar cidadãos éticos, autônomos, conscientes e tolerantes que respeitem a diversidade e contribuam para o desenvolvimento de ações em prol do bem-estar coletivo
2018	Monitoramos e acompanhamos as principais agendas da educação e todas as mudanças na legislação que impactem o setor, como foi o caso da reforma do Ensino Médio e a homologação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental. Ao mesmo tempo, desenvolvemos políticas de educação e iniciativas que agregam melhorias ao terceiro setor. É por esse motivo que colaboramos com movimentos da sociedade civil, sejam nacionais ou internacionais.
2019	É preciso transformar a educação em tema de vida. Trabalhamos pela formação integral dos alunos para proporcionar oportunidades de um futuro melhor, estimulando a realização de sonhos e a capacidade de escrever a própria história. Por isso, oferecemos ensino gratuito desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, além dos cursos que envolvem o Ensino Profissional e de Jovens e Adultos, e da Escola Virtual, portal dedicado a oferecer cursos gratuitos e 100% on-line em diferentes áreas.  GRI 102-2  Nosso propósito é atuar como inspiradores para engajar os alunos no desenvolvimento das inteligências social, emocional e racional. Acreditamos que eles precisam de apoio para revelar seus potenciais e de orientação para identificar e reconhecer habilidades e não ter medo de errar. Por isso, estimulamos o pensamento digital e analítico, de forma que acompanhem com facilidade as mudanças sociais. Também os encorajamos a acreditar que, por meio da educação, os sonhos podem se tornar reais.
2020	Acreditamos que a educação é um fator de transformação da sociedade, por meio da formação integral de pessoas que acreditem em si mesmas e em suas capacidades para realizar seus sonhos e construir um futuro melhor para si e para o seu entorno. Queremos formar pessoas autônomas, com capacidade crítica e inteligências social, emocional e racional, que possam ser agentes de evolução em suas comunidades e em nosso País. Assim, estimulamos trajetórias de aprendizagem que vão da Educação Infantil até o Ensino Médio e são amplificadas por meio do Ensino Profissional e da inserção no mercado de trabalho; atuamos ainda na Educação de Jovens e Adultos. Oferecemos apoio para que nossos alunos conheçam e desenvolvam suas competências, acreditem em seus sonhos e não tenham medo de errar. Para isso, reunimos e preparamos professores atentos às necessidades contemporâneas, amparados por uma ampla e qualificada estrutura de escolas e recursos tecnológicos e digitais. Atuamos também na articulação setorial, promovendo o desenvolvimento da educação brasileira e participando das principais agendas do setor.
	Nossas trajetórias de aprendizagem passam por todas as etapas da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Profissional e a Educação de Jovens e Adultos. Atuamos também no Ensino a Distância e na Formação

2021	Inicial e Continuada. Investimos permanentemente na atualização de nossa proposta educativa, de forma a atendermos as necessidades e as demandas da sociedade. Estimulamos em nossos alunos o desenvolvimento da autonomia, da capacidade crítica e das inteligências social, emocional e racional, com a perspectiva de uma formação ampla e cidadã. Em um momento de muit
------	---

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

No ano de 2014, a FB realiza uma reestruturação curricular e aumenta a jornada escolar em mais uma hora.

fazem parte das medidas de implantação das novas matrizes curriculares, que aumentaram em uma hora o período de permanência dos alunos na escola. Assim, a construção de mais conhecimentos desenvolve-se num espaço compatível às exigências de nossa proposta pedagógica de excelência. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2014, p. 4)

Esta iniciativa de novas matrizes é apresentada nas palavras do presidente da instituição na abertura do relatório anual. Já na sequência do mesmo relatório, a FB materializa os pressupostos do neoconstrutivismo, que estão intimamente relacionados à pedagogia das competências.

Desse modo, a proposta pedagógica incorpora as tendências cada vez mais desafiadoras do século XXI, em que a educação, o trabalho e a própria escola assumem novas significações. A autonomia, a reflexão, o diálogo e a sensibilidade social ligam-se à aprendizagem, que leva em conta a convergência do ensino com as especificidades locais das Unidades Escolares e faz uso de recursos didático-pedagógicos em sintonia com as configurações contemporâneas do saber. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2014, p. 19)

Agora, o atrelamento que aparece no relatório de 2015 é a Teoria do Capital Humano

Diariamente, as Escolas trabalham para fazer da educação o motor para a inclusão social e para o crescimento sustentável de cada comunidade. Como dizia o próprio Sr. Aguiar, “cremos na educação como fator decisivo do desenvolvimento e instrumento indispensável à realização pessoal do ser humano (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2015, p. 15)

A tradução dessa realidade em uma explicação palatável é dada pelo TCH, que justifica essas diferenças atribuindo-as a diferentes níveis de escolaridade e alfabetização nos países, famílias e indivíduos, que seriam responsáveis pelo desenvolvimento econômico individual e a educação deve ser vista como um investimento produtivo.

Também percebemos uma profunda mudança pedagógica nos quatro primeiros relatórios desta série, 2012,2013,2014 e 2015. A Fundação Bradesco declara-se com uma matriz pedagógica dos socioconstrutivistas.

Já no ano de 2016, aponta a necessidade de adaptações e transformações na proposta pedagógicas ao citar a necessidade de adequação às novas “Diretrizes Curriculares para a Educação Básica”. No ano de 2017, a FB materializa sua conformação aos ditames emanados da UNESCO ao citar o documento ‘Educação: um tesouro a descobrir’, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, também conhecido como Relatório Delors, ao firmar que:

A Fundação Bradesco pauta seu projeto educacional nos quatro pilares para a Educação do Século XXI, definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO):

- \* Aprender a conhecer
- \* Aprender a fazer
- \* Aprender a viver junto
- \* Aprender a ser

Com eles, pretende-se contemplar conteúdos e estratégias para o desenvolvimento integral dos educandos, capacitando-os para a realização de atividades capazes de prepará-los para a vida em sociedade, o mundo do trabalho e a produção de conhecimento e cultura. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2017 p. 26)

## 5.6 Parcerias ou alianças estratégicas do capital

Por que o capital humano foi um momento decisivo da luta de classes na perspectiva dos setores dominantes? Porque na teoria do capital humano, em primeiro lugar, cada criança, cada jovem, cada trabalhador é pensado como um fator da produção. (Leher, Roberto, 2018, p.53/54)

Neste item denominado de parcerias ou alianças estratégicas do capital, criamos uma tabela que apresenta todas as parcerias e alianças declaradas pela Fundação Bradesco em todos os relatórios entre 2012 e 2021. A riqueza de citações vai nos permitir a utilização de todas as ferramentas teóricas abordadas nesta tese. Teremos a identificação de vários Aparelhos Privados de Hegemonia. Testemunharemos a construção da Hegemonia de classe e da utilização da Pedagogia da hegemonia. Poderemos visualizar a atuação e a identificação de vários intelectuais orgânicos. Identificaremos a atuação de varios APHs no Estado ampliado, "sociedade política + sociedade civil". Ficará muito claro que a domina-

ção de classe pode ser realizada não apenas por meio da coerção, mas também pode ser realizada com um papel educativo, conforme definido por Neves (2005): “O Estado Ampliado cumpre a função educativa de permitir a organização da cultura sob determinada direção de classe”.

**Quadro 17: Alianças**

ano	Alianças do capital	
2012	Quiosque social; Canal Futura; Educa+Ação; Centros de Inclusão Digital (CID); Programas Educar e Aprender; Programa Networking Academy; Metodologia Gustavo Borges	Projetos complementares
2013	Escola Virtual; Programa Networking Academy; Educa+Ação; Centros de Inclusão Digital (CIDs); Programa Educar e Aprender	
2014	Programa Bradesco de Capacitação à Pessoa com Deficiência; Quiosque Social; Programa Cisco Networking Academy; Educa+Ação; Centros de Inclusão Digital (CIDs); Programas Educar e Aprender; Dia Nacional de Ação Voluntária	Ações para a comunidade
2015	Programa Bradesco de Capacitação à Pessoa com Deficiência; Curso de Informática para Pessoas com Deficiência Visual; Educa+Ação; Dia Nacional de Ação Voluntária; Museu Histórico Bradesco; Programa Bradesco Esportes e Educação; Programa Cisco Networking Academy; Programas Intel Educar e Aprender; Centros de Inclusão Digital.	
2016	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Canal Futura; Parceiros da Educação; Todos pela Educação; Educa+Ação; Dia Nacional de Ação Voluntária; Centros de Inclusão Digital; Programa Cisco Networking Academy e eventos web;	O relatório divide entre Poderes públicos e sociedade civil organizada e Trabalho conjunto. Bem distante no relatório web;

	Programa Bradesco Esportes e Educação;	
2017	Todos pela Educação; Parceiros da Educação; Canal Futura; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Educa+Ação; Programa Bradesco Esportes e Educação; Museu Histórico Bradesco; Programa Cisco Networking Academy e eventos web	O relatório divide entre Poderes públicos e sociedade civil organizada e Parcerias institucionais.
2018	Todos pela Educação; Parceiros da Educação; Canal Futura; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Educa+Ação; Programa Bradesco Esportes e Educação; Museu Histórico Bradesco; Programa Cisco Networking Academy	
2019	Todos pela Educação; Parceiros da Educação; Canal Futura; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Educa+Ação; Museu Histórico Bradesco; Programa Cisco Networking Academy	
2020	Todos pela Educação; Parceiros da Educação; Canal Futura; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Educa+Ação; Museu Histórico Bradesco; Generation Brasil;	
2021	Todos pela Educação; Parceiros da Educação; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Canal Futura; Telles Foundation e Generation Brasil; Museu Histórico Bradesco;	Projetos em conjunto e colaboração

Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco (2011-2021), elaborado pelo autor.

### 5.6.1 Todos pela Educação

Nas primeiras décadas do século XXI, podemos observar um novo agrupamento da mega burguesia, conforme definido por Fontes (2021) como sendo materializado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e em particularmente liderados pelas organizações em torno

da holding Itaú-Unibanco e Fundação Bradesco que se reúnem em grandes eventos para que seus intelectuais, agora chamados de consultores, dediquem-se a pensar a educação da classe trabalhadora de forma organizada, permanente e sistemática

Em 2006, criaram o movimento denominado Movimento Todos Pela Educação (TPE) com o objetivo de levar os debates e as ações da classe dominante para toda a educação brasileira, com maior ênfase na educação básica e também vinculada à educação profissional. Desde o seu surgimento, constatamos a presença dessa coalisão de classes por todo o país. Certamente não encontraremos seus intelectuais ou representantes em todos os cantos da educação brasileira, mas certamente encontraremos cartilhas, projetos educacionais, convênios e telecursos. Entendemos que o movimento TPE tem todas as características de funcionamento, atuação e execução de um partido no sentido de Gramsci.

o Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos. (GRAMSCI apud MITAROTONDO, 2014, p.1192)

Porque funciona como um organizador de classe, um verdadeiro organizador coletivo. Existem grupos que pensam a pedagogia no sentido mais profundo da palavra, pois envolve a inclusão de estudos de problemas relacionados ao seu desenvolvimento como um todo. Portanto, na estrutura do movimento, há um grupo que trata da educação, outro grupo debate como pensar e organizar a escola, e outro reúne estratégias para limitar a escola a atingir objetivos, como pensar modelos de gestão, material pedagógico, brochuras, livros, etc.

Portanto, temos um grupo dentro do TPE que pensa a pedagogia do movimento; aquele que representa seus interesses e é capaz de moldar uma nova força de trabalho. Outro grupo está pensando em construir classes, em busca de aliados. Reúne os interesses dos setores dominantes de bancos, indústria, agricultura e serviços. Um terceiro grupo operacionaliza essa pedagogia por meio de parcerias, distribuindo dinheiro e prêmios para apoiar projetos que materializem seus interesses. Temos também o trabalho de organizações sociais e da APH, que atuam na educação, mas que não têm vínculo com a classe dominante. A clássica reunião de projetos e suas agendas é assegurada por um núcleo político que constrói apoio aos projetos de TPE. Vontade nacional popular definida por Gramsci:

Os fatos máximos da história não são os “econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem por meio destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser” .( GRAMSCI apud FROSINI, 2014, p.1601)

É disputada por outro núcleo que fala publicamente da educação para a mídia, afirma sua visão de mundo e seu modelo pedagógico e reafirma a solução para a educação pública, desde problemas com financiamento, passando pela insegurança física das escolas e chegando ao ensino. Esse movimento está tão presente na mídia que sempre que a questão da avaliação, do financiamento da educação pública ou das metas estão em pauta, quem sempre leva a mensagem é um representante desse movimento. Assim, ele confirma sua visão do mundo. Portanto, caracteriza-se, conforme definido por Gramsci, como um "Partido" capaz de conduzir intelectual e moralmente a sociedade como um todo e apresentar uma agenda que é particular porque pertence ao capital, como se fosse uma agenda para todos, e para a sociedade inteira.

A Fundação Bradesco é fundadora de primeira hora do TPE no ano de 2006, mas a primeira vez que este movimento vai ser citado em seus relatórios de atividades é no ano de 2016, ou seja, passados mais de dez anos. Porém, o que temos observado é que a agenda do TPE foi fielmente seguida e implementada nas redes de escolas da Fundação Bradesco que assim se refere ao TPE em 2016:

Movimento da sociedade civil, plural e apartidário, fundado em 2006 e que inclui a Fundação Bradesco entre seus mantenedores. O Todos pela Educação propõe soluções de acesso, alfabetização e sucesso escolar, além da ampliação e melhoria da gestão dos recursos educacionais. Seu objetivo é assegurar Educação Básica de qualidade às crianças e jovens brasileiros até 2022, ano do Bicentenário da Independência. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2016, p.91)

E em 2020:

somos mantenedores desta organização da sociedade civil – sem fins lucrativos, plural e suprapartidária –, que contribui com as políticas públicas educacionais por meio de estudos e pesquisas. O compromisso do movimento é assegurar a qualidade da Educação Básica brasileira com ações que valorizem os professores e ampliem o repertório cultural e esportivo de crianças e jovens, além de promover a democratização do acesso ao ensino. Em 2020, seguimos influenciando o debate educacional e os rumos das políticas públicas do Brasil e contribuimos para o

fortalecimento da agenda da “Educação Já”, iniciativa que tem como objetivo principal subsidiar o poder público com diagnósticos detalhados e soluções concretas. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

Além da mudança de objetivos, em 2016 ainda fala no alcance de metas para a educação pública brasileira no bicentenário da independência que ocorrerá no ano de 2022. Já em 2020 fala em influência no debate educacional e nos rumos das políticas públicas do Brasil subsidiando o poder público com diagnósticos.

### **5.6.2 Parceiros da Educação**

Assim, a Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Parceiros da Educação:

Integramos o conselho consultivo desta associação sem fins lucrativos que trabalha pela melhoria da qualidade da educação pública brasileira. Os Parceiros da Educação contribuem na elaboração de projetos para adoção de melhores práticas de educação pública e promoção de parcerias entre o setor privado e as organizações da sociedade civil com escolas públicas, por meio das secretarias de educação. Em 2020, nosso apoio contribuiu para o Programa Educação Compromisso de São Paulo, voltado à Secretaria Estadual de Educação. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

O instituto Parceiros da Educação (IPE) age como uma das casamatas da burguesia na estruturação e organização da sociedade civil. Cumpre um papel de APH da burguesia, atuando no estabelecimento de consultorias e parcerias com especificamente colégios da rede pública de educação desde o ano de 2004. Tem duas sedes, uma no estado de São Paulo e outra no estado do Rio de Janeiro, mas só estabelece parcerias exclusivamente em São Paulo como: Rede Estadual de São Paulo na Diretorias de Ensino de Pindamonhangaba | Sul 1 | Sul 2 e Redes municipais do Estado de São Paulo como Rede Municipal de Espírito Santo do Pinhal, Rede Municipal de Lençóis Paulista, Rede Municipal de Mogi Mirim, Rede Municipal de Santo André e Rede Municipal de Vargem Grande Paulista.

Durante a sua existência de mais de 18 anos, o IPE declara já ter estabelecido parcerias com mais de 600 mil escolas públicas, atendido 900 mil alunos e 75 mil professores. Estes são alguns dos parceiros declarados: Alumni (Fundação Bradesco), *Briti-*



*sh Council, Comunitas, Fundação Lemann, Instituto Península, Instituto Votorantim, Microsoft, Todos pela Educação, etc.*

Seu conselho de administração e consultivo são apresentados na sua página de internet com o nome do intelectual e qual instituição ele está representando, como veremos a seguir: Ana Maria Diniz | Península Participações, Ana A. Inoue | Assessora de Educação – Itau BBA, Alexandre Bettamio | *Bank of America*, Carlos Jereissatti Filho | Iguatemi, Celso Loducca | Loducca Comunicação, Denise Aguiar | Fundação Bradesco, Eduarda Dalla Vecchia | Fundação Lúcia e Pelerson Penido, Fernando Shayer | Camino Education, Luiz Fernando Figueiredo | Mauá Capital, Luis Stuhlberger | Verde Asset Management, Roberto Sallouti | BTG Pactual, Selma Moreira | J.P. Morgan e Walter Schalka | Suzano Papel e Celulose. Assim declara o IPE a sua atuação junto à rede pública escolar:

Estabelecemos parcerias entre a sociedade civil, escolas e redes municipais. As parcerias são de médio e longo prazo com o principal objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos. (<https://parceirosdaeducacao.org.br/como-funciona/> acesso 30/07/22)

Além de estabelecer parcerias com a rede pública, o IPE também oferece um modelo de avaliação externa e de diagnóstico para as escolas participantes, bem como um modelo de gestão referendado na meritocracia e variação salarial com o estabelecimento de bonificações de desempenho e o fornecimento de planos pedagógicos e material didático aos professores e gestores. Concluímos que por ter um papel de Aparelho Privado de Hegemonia, sua atuação na sociedade civil contribui para a produção de hegemonia no Estado moderno.

### **5.6.3 Canal Futura |**

Assim a Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Canal Futura:

É um importante meio de transmissão de conhecimento aos nossos alunos, razão pela qual somos um dos mantenedores desde a sua criação, em 1997, pela Fundação Roberto Marinho. Apoiamos a realização de programas que possibilitam a formação de educadores e alunos e desenvolvemos, em conjunto, projetos como o Cuidando do Futuro, que busca reforçar valores socioambientais, estimulando as crianças a atuarem criticamente em suas comunidades. Em 2019, por meio do Futura Responde, ajudamos a disseminar soluções para o contexto escolar. Pensa da para debater temas educacionais do cotidiano escolar, a série se pro-

põe a trazer questões de docentes de todas as partes do Brasil para serem respondidas por pesquisadores e demais profissionais considerados referência nas diversas áreas do saber, entre as quais destacaram-se controle emocional dos alunos, cyberbullying, prevenção ao consumo de drogas, automutilação, estímulo ao protagonismo estudantil, engajamento e orientação profissional. Além disso, nos mobilizamos em torno de causas e temas de interesse, como o Dia da Educação. A campanha #Nem1PraTrás gerou uma série de ações presenciais e digitais, envolvendo toda a nossa comunidade escolar). (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2019, p.11)

O Canal Futura é uma empresa privada de televisão educativa, tendo sua origem no ano de 1997 por planejamento e idealização da Fundação Roberto Marinho (FRM). Esta é a primeira e única iniciativa do tipo no Brasil. Seu financiamento é obtido por uma série de APHs burgueses que em sua página são denominados como parceiros mantenedores, entre eles encontram-se a FIESP, Rede Globo, Sistema S, Itaú Social e a Fundação Bradesco que tem uma longa experiência nesta área de teleaulas.

As decisões para revisão de propostas editoriais, prestação de contas e alinhamento de ações no campo da Educação, Comunicação e Cultura são tomadas em reuniões do Conselho Estratégico do Futura formado por um representante de cada entidade mantenedora que são: Ana Claudia Fonseca Baruch (FIESP/SESI-SP/SENAI-SP), Denise Aguiar Alvarez (Fundação Bradesco), Janio Carlos Endo Macedo (SEBRAE), José Roberto Marinho (Fundação Roberto Marinho), Lúcia Araújo Manuel Falcão (Globo), Ana de Fátima Souza (Itaú Social) e Paulo Mól Júnior (CNI/SESI-DN/SENAI-DN).

Para a operação do Canal Futura são realizadas parcerias com universidades em três modelos diferentes: o primeiro consiste em uma coprodução e produção de conteúdo; o segundo responde pela difusão de programas educativos e o terceiro por projetos em parceria de extensão universitária atendendo o tripé do ensino superior. Dentre as universidades associadas, temos as principais federais UFMG, UNB e estaduais USP, UNICAMP, UNESP dentre outras. O Canal Futura, em sua página, ao se apresentar à sociedade, cita características que o diferenciam de outras televisões educativas estatais e outros projetos privados de comunicação pois é o único tem o compromisso de investir socialmente. Já Alegria (2014, p.13) o diferencia por ter um “o modelo de sustentabilidade, o compromisso com a mobilização social, e a opção pela produção de conteúdo em rede com diferentes atores da sociedade”.

Portanto, o Canal Futura realiza de forma clara uma atuação típica de um APH da burguesia no Estado Ampliado construindo a hegemonia burguesa. Para tanto, utiliza como estratégias a colocação dos interesses do projeto burguês ao conjunto da sociedade

introduzindo na classe trabalhadora os elementos simbólicos de uma educação pautada pelas demandas do mercado sob a camuflagem de ideias como inclusão, cooperação e cidadania. Incute na classe trabalhadora como se os interesses da burguesia fossem seus ou essas fossem as únicas e inabaláveis formas e verdades de visão de mundo.

Sendo assim, não podemos deixar de constatar que o Canal Futura é um projeto burguês muito bem sucedido nas parcerias com universidades públicas e outras instituições do Estado, bem como acaba por apropriar-se de uma parcela dos fundos públicos que proporcionam o fortalecimento e legitimação de uma marca privada. Também não podemos deixar de citar as parcerias com Fundações do grande capital financeiro, como a fundação Bradesco, que demonstram os interesses prioritários nas delimitações das pautas e a forma de encaminhá-las.

#### **5.6.4 Grupo de Institutos, Fundações e Empresas**

Assim a Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)

Somos associados do GIFE, que gera redes de conhecimento para aperfeiçoar o investimento social privado para ampliar sua qualidade, relevância e legitimidade. Em 2020, com o GIFE e outras instituições, participamos do Emergência Covid-19, plataforma que difundiu as contribuições realizadas no âmbito da filantropia, do investimento social e da sociedade civil como um todo na construção de respostas aos impactos da pandemia no Brasil. Apoiamos e participamos da 11ª edição do Congresso GIFE – “Fronteiras da Ação Coletiva”. Essa edição, que coincide com a celebração dos 25 anos do GIFE, iniciou-se com a Semana do Investimento Social, entre 3 a 7 de agosto, em que houve conferências, diálogos e trocas on-line oferecendo aos participantes uma jornada vibrante de colaboração e intercâmbio de conhecimento para superação dos desafios que nos cercam. Canal Futura | somos um dos mantenedores do canal desde a sua criação, apoiamos a realização de programas de formação de educadores e alunos e desenvolvemos projetos conjuntos. Em 2020, apoiamos a leitura técnica do material que compôs as Matrizes Curriculares para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, programas de aceleração de aprendizagens e de Educação de Jovens e Adultos (EJA). (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) foi fundado como um grupo informal em 1989, porém só é instituído como organização sem fins lucrativos em 1995. Para compreender esse período histórico e esse movimento burguês, recorreremos a Fontes

(2010, p. 272): “A mercantil-filantropização das organizações da sociedade civil segue o curso na década de 1990 e início do século XXI com a finalidade da materialização das pautas do capital-imperialismo”. Desde então, a GIFE tornou-se referência no país para a burguesia quando o tema é investimento social privado. Sua forma de atuação assim é definida:

O GIFE fomenta e estimula a atuação conjunta e apoia a mobilização de iniciativas, ao promover debates de assuntos estratégicos e fundamentais para a agenda pública brasileira. A Rede GIFE compõe o campo da sociedade civil organizada e é composta por investidores sociais de institutos ou fundações de origem empresarial, familiar, independente, comunitária ou empresas que investem em ações de interesse público. Página da rede GIFE, acesso em 12/01/23 <https://gife.org.br/atuacao-em-rede/>)

A concepção de organização e atuação do GIFE reproduz o conteúdo do estatuto social de muitas organizações empresariais, fundações ou ONGS. Portanto, utiliza de forma premeditada termos ambíguos e vagos, como identifica Fontes (2010, p. 268) ao afirmar que o “termo confuso e vago, que oculta as classes e as lutas que contestam diretamente a dominação de classes”. Também não deixa claro a real atuação, tampouco a relação entre sociedade civil e sociedade política como unidade-distinção do Estado ampliado, como nos afirma Gramsci, relevante para a compreensão da luta de classes.

O GIFE contava, em 2020, ano do último censo disponível, com aproximadamente 160 APHs associados distribuídos entre institutos, fundações e empresas, sendo 101 associados voltados para a área da educação. Entre estes associados encontra-se a FB tendo um protagonismo ao ser declarada na página do GIFE como apoiadora institucional, e não somente membro. Também devemos ressaltar o seu pioneirismo na organização e sistematização do empresariado para a educação da nova sociabilidade, pautada nas noções de “responsabilidade social empresarial”, “desenvolvimento social sustentável” e “investimento social privado”.

Dentre as suas formas de atuação, destacam-se: a organização de conferências e fóruns internacionais; as constantes tentativas de alterações da legislação que regula a participação empresarial nas “questões sociais”; o incentivo a projetos empresariais totalmente diferentes das atividades econômicas das “empresas-mães” e a busca constante por parcerias com o setor público e com outros APHs que atuam na sociedade civil.

Mas também reivindicam a imagem de empresários conscientes do seu papel social, bem como a constante necessidade de financiamento por parte do fundo público

subsídios e concessões para o desenvolvimento de suas atividades. GIFE delimita sua forma de atuação:

Articulamos um ecossistema que fortalece e catalisa o campo da filantropia e do investimento social privado no Brasil, contribuindo para que a mobilização de recursos privados para fins públicos seja mais ampla e efetiva. Pagina da rede GIFE, acesso em 12/01/23 <https://gife.org.br/atuacao-em-rede/>)

Desta forma, podemos concluir que a atuação do GIFE encontra alicerces nos preceitos ideológicos e políticos do projeto social-liberal, procurando conciliar as novas relações entre o aparelho estatal e a sociedade civil, dando um novo verniz que humaniza o lucro pela responsabilidade empresarial, tornando mais palatável à classe trabalhadora a que fazem parte “[...] como medidas de alcance de longo prazo, inseridas em um projeto internacional de recuperação da hegemonia burguesa” (NEVES, 2005, p. 157).

Também compreendemos que o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas apresenta as características de funcionamento, atuação e execução de um partido no sentido gramsciniano, pois funciona como um organizador da classe, um verdadeiro organizador coletivo que é capaz de traduzir os ideais de uma classe como se fossem uníssonos na sociedade. Dessa forma, compreendemos, assim como Gramsci, que o partido é o espaço que permite tanto a adesão voluntária dos aliados quanto a subalternidade das frações dominadas.

### **5.6.5 Educa+Ação**

A Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Educa+Ação:

Apoiamos o projeto com a oferta de materiais didáticos de referência e com formação de professores para as escolas parceiras. Em 2020, o projeto formou 68 professores em dois polos, com o atendimento de 2.408 alunos. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

O programa Educa+Ação foi criado em 2007 como um espelhamento das diretrizes do Movimento Todos pela Educação (TPE) e da Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Orientam seus membros a estabelecerem parcerias com as diversas esferas do Estado, tendo como objetivo declarado a melhoria da qualidade da educação pública.

Devemos trabalhar conjuntamente, promovendo a melhoria da gestão do Ministério e das Secretarias de Educação criando condições e dando apoio para escolas atuarem em prol da aprendizagem de todos os estudantes. (TPE, página da web, acesso em 19/01/2023)

Esse programa foi aplicado em 117 escolas, distribuídas em 13 cidades, dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Essa iniciativa disponibiliza aos educadores materiais didáticos durante o processo de alfabetização de crianças dos três primeiros anos do ensino fundamental em escolas parceiras da rede pública de ensino. Como declara a FB em seu próprio relatório anual:

O projeto tem o objetivo de multiplicar a experiência da Fundação em escolas públicas parceiras, o que contribui para a alfabetização de crianças. Para isso, são utilizados materiais didáticos de referência e promovidas atividades de formação dos Professores e de acompanhamento. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2017, p.73)

A iniciativa também conta com um método de avaliação aplicado nas escolas participantes para verificar o nível de aprendizado dos alunos. Em 2013, foi implantado o portal Educa+Ação para viabilizar o ensino a distância para professores e subsidiar o processo de pesquisa e planejamento de aulas, por meio da indicação de jogos, enquetes, textos e vídeos.

### **5.6.6 Museu Histórico Bradesco**

Assim, a Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Museu Histórico Bradesco

Fazemos a gestão desta instituição, que com um acervo de mais de 150 mil peças, preserva a memória da Organização Bradesco. O museu é sede de exposições, comunicação, pesquisa, documentação, conservação e formação educativa, com integração de funcionários e outros públicos estratégicos. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

O museu é administrado pela Fundação Bradesco, outro aparato ideológico que dissemina sistematicamente os princípios que norteiam toda a organização Bradesco por meio de seu acervo. O Museu Histórico Bradesco, foi inaugurado a quase 40 anos, em 1983. Este aparato vem divulgando a Marca e a história do grupo Bradesco, como divulgado em sua página:

o Museu Histórico Bradesco, sob nossa gestão, tem posicionado a **memória como um ativo intangível e a cultura corporativa como uma estratégia de valorização da marca Bradesco**, utilizando o passado como propulsor do futuro. (grifos da FB) (disponível na página do museu <http://museubradesco.org.br/pages/capitulos/museu.html>, acessado em 20/01/2023)

Nesse contexto de produção de conteúdos e divulgação da marca e ideologia Bradesco, vem participando dos projetos de educação corporativa da Organização – em especial os da Universidade Corporativa Bradesco (UNIBRAD) – em ações, treinamentos, desenvolvimento de cultura corporativa, programas de reconhecimento interno, produção de conteúdo para trilhas de formação e capacitação de colaboradores, entre outras propostas pedagógicas e ideológicas.

Nos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia, teve sua sede física fechada e durante este período, seus intelectuais fizeram o levantamento histórico de quase 50 instituições incorporadas pelo conglomerado Bradesco, nomeando esse projeto como “Integrando Memórias”. Além deste projeto, também foi retomado, durante esse período pandêmico o projeto “Fundação Bradesco: 50 Anos”. Essa iniciativa foi desenvolvida pelo Museu Bradesco entre os anos de 2005 e 2006. Esse projeto de produção e disseminação dos princípios que norteiam toda a organização Bradesco foi realizado em parceria com o Museu da Pessoa, outro aparato ideológico do grupo Bradesco. Nessa iniciativa, foram transcritas mais de 121 horas de entrevistas com educadores, funcionários e parceiros que participaram da história da Fundação Bradesco.

### 5.6.7 Generation Brasil

Assim, a Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no *Generation Brasil*

organização independente e sem fins lucrativos fundada pela McKinsey & Company, a Generation Brasil tem como missão transformar sistemas de educação para empregabilidade, com o objetivo de preparar, empregar e apoiar pessoas em carreiras que mudam suas vidas, que de outra forma seriam inacessíveis. Em parceria com a Generation Brasil, promovemos em 2020 um processo seletivo para o programa de formação gratuito de Desenvolvedor Java Júnior no Mercado de Tecnologia. As vagas foram destinadas a residentes da região de Campinas (SP) entre 18 e 30 anos, que concluíram o Ensino Médio e estavam em busca de oportunidades profissionais. A iniciativa registrou 539 alunos inscritos – destes, 112 ex-alunos da Fundação Bradesco –, sendo 31 selecionados para participar da Prova de Conceito em Campinas. A parceria tem co-

mo objetivo criar um modelo que seja potencialmente escalável e insere-se em nosso propósito de desenvolver ações e projetos focados na nova economia e educação digital 4.0 (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

A *Generation* Brasil foi fundada em 2014 pela *McKinsey & Company* com o objetivo de fazer a ligação entre jovens desempregados, ou no primeiro emprego aos postos de emprego. Esta instituição está espalhada por vários países do mundo. Preferencialmente em países da periferia do capitalismo.

Focamos na criação de valor na atração, seleção e retenção de novos talentos. Integrando habilidades técnicas, comportamentais e mentalidades nos programas de qualificação profissional, permitimos que os alunos desenvolvam rapidamente o domínio da profissão desejada. ((disponível na página da *Generation* Brasil em <https://brazil.generation.org/> acessado em 20/01/2023)

Em sua página, a *Generation* descreve a metodologia aplicada em todos os países onde ela está presente. Este processo é dividido em 7 etapas: a primeira é o engajamento de empregadores e levantamento de vagas desde o início; o segundo é o recrutamento de jovens (18-30 anos) com base em características intrínsecas e requisitos profissionais para a profissão; o terceiro é de 10 a 12 semanas de treinamento intensivo em habilidades técnicas, comportamentais, mentalidade + serviços de apoio social (ex: auxílio internet, notebook e bolsa); o quarto é a conexão com mercado de trabalho (Feira de Projetos e Indicações); o quinto é a mentoria durante e após o programa e comunidade de alumni que acompanham os alunos no local de trabalho; a sexta é o cálculo de retorno sobre o investimento (ROI) para empregadores, estudantes e sociedade e finalmente o sétimo e último é uma abordagem centrada em monitoramento e avaliação de dados em cada etapa.

### **5.6.8 Dia Nacional de Ação Voluntária**

A Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Dia Nacional de Ação Voluntária

Em sua última edição, o evento engajou alunos, funcionários e comunidades em ações voluntárias, fortalecendo laços de cidadania e solidarie-



dade. Em 2016, foram realizados 255.761 atendimentos, em 69 localidades por todo o Brasil, com a participação de mais de 17 mil voluntários. A partir de 2017, a Fundação trabalhará sob a perspectiva plena de voluntariado educativo, perpassando práticas do cotidiano escolar, não mais limitadas a um evento diário. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

De acordo com os relatórios do Banco Bradesco e da FB, esse evento ocorre uma vez por ano, tendo como público participantes alunos, funcionários da organização do grupo Bradesco. O objetivo é a realização de ações educativas voluntárias junto às unidades escolares da Fundação Bradesco. Dessa forma, precisamos entender o papel do voluntariado na sociedade capitalista e para tal recorremos a Vieira (2019, p. 129) que afirma que a partir do processo de crise estrutural do capital e das consequências dessa crise, aumento da pobreza, por exemplo, o conceito de voluntariado foi reavaliado, pois tradicionalmente as ações voluntárias eram realizadas principalmente por empresas. classe dominante. A partir da crise, o voluntariado foi estimulado pelas facções dominantes como principal forma de atuação na "questão social" através dos meios de hegemonia que representam suas classes.

Portanto as ações de voluntariados ganham um protagonismo e tornam-se sistematicamente atuantes na identificação, assimilação e treinamento de trabalhadores que estejam dentro ou fora de suas corporações”.

### **5.6.9 Centros de Inclusão Digital**

Assim, a Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Centros de Inclusão Digital

A Fundação Bradesco manteve Laboratórios de Informática, em parceria com comunidades de todo o Brasil, a fim de democratizar o acesso à tecnologia e promover a inclusão digital. A iniciativa foi concluída em 2016, com o atendimento de 18.049 usuários e a transferência da gestão dos Centros para as lideranças locais. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

De acordo com os relatórios de atividades da Fundação Bradesco, os centros de inclusão digital (CID) são laboratórios de informática, fruto de parcerias captaneadas pela FB e localizadas nas comunidades de baixa renda próximas a uma das suas 40 unidades educacionais. Os CIDs são o resultado de um pool de APHs, uma parceria firmada entre a FB, o Instituto Marista, União Brasileira de Educação e Ensino (Ubee), União

Norte Brasileira de Educação e Cultura (Unbec) e a empresa de tecnologia *Comsat International*.

Os Centros de Inclusão Digital foram criados com o objetivo declarado de combater a exclusão digital e ampliar o acesso da população à tecnologia. Os alunos de ensino médio e do curso técnico em informática da Fundação Bradesco oferecem monitoria para a realização das atividades. Já a administração dos locais fica por conta de membros da comunidade. Os CIDs fornecem a formação básica em informática e acesso a serviços públicos pela internet.

#### **5.6.10 Programa Cisco Networking Academy e eventos web**

Assim, a Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Programa *Cisco Networking Academy* e eventos web:

Em conjunto com a Cisco Systems, o Programa proporciona a formação em redes de comunicação de dados em 32 Escolas e quatro parceiros. Em 2016, os cursos foram reestruturados, com melhorias na carga horária, planos de aula, orientações pedagógicas e atividades. A Fundação foi reconhecida como Academy Support Center, devido ao número de atendimentos, à avaliação positiva e à produtividade. Além disso, no portfólio anual de eventos web da Instituição, foram oferecidos webcasts específicos a 930 alunos do Programa Cisco. Já para a comunidade, os webcasts de tecnologia alcançaram 7.665 participantes em 2016. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

Segundo a Fundação Bradesco, o Programa *Cisco Networking Academy* e eventos web possibilita o treinamento de mão de obra e oportuniza a formação uma rede de comunicação composta por 32 das suas 40 unidades escolares. O programa é dividido em quatro áreas: Segurança, Redes, colaboração e IoT (internet das coisas). Seus objetivos são declarados em sua página da web:

Veja como a Cisco está possibilitando ambientes de trabalho flexíveis e redefinindo os padrões modernos de reunião. Transformando um mundo conectado em um lugar melhor para trabalhar, morar, se divertir e aprender. (disponível na página Cisco Networking Academy em [https://www.cisco.com/c/pt\\_br/about/csr/impact/education/networking-academy.html](https://www.cisco.com/c/pt_br/about/csr/impact/education/networking-academy.html) acessado em 20/01/2023)

#### **5.6.11 Programa Bradesco Esportes e Educação**

A Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Programa Bradesco Esportes e Educação:

Sediado em Osasco (SP) e apoiado pela Fundação Bradesco, promove a inclusão social, a cidadania e a qualidade de vida, por meio da prática de basquete e vôlei. São atendidas meninas e jovens matriculadas na rede pública ou privada de Educação Básica, incluindo as Escolas da Fundação. Em 2016, a iniciativa beneficiou 2.091 participantes nos Núcleos de Formação e de Especialistas. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

O Programa teve início em 1987, na Universidade Metodista de Piracicaba, com uma equipe feminina adulta de basquete. Hoje o programa Bradesco Esportes e Educação apoia o desenvolvimento de crianças e jovens por meio do esporte, nas modalidades vôlei e basquete feminino. Esse foi o primeiro programa esportivo e social do Brasil a receber recursos da Lei de Incentivo Fiscal. Um convênio firmado entre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Ministério do Esporte.

De acordo com a página do programa, os participantes recebem vestimentas e aulas de apoio escolar que discorrem sobre temas como prevenção ao uso de drogas, Doenças Sexualmente transmitidas (DSTs) e projeto de vida.

Todas as alunas do programa recebem uniforme, informações e orientações sobre cuidados pessoais, estresse, adolescência, prevenção ao uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, o que reitera o compromisso de fazer do esporte uma prática educativa e que contribui para uma vida saudável. (disponível na página do Programa Bradesco Esportes e Educação. <https://www.bradescoesportes.com.br/nossa-historia/index.shtm> acessado em 20/01/2023)

Hoje, este programa é uma parceria entre a Fundação Bradesco e o Banco Bradesco, está nucleado na cidade de Osasco, São Paulo e desenvolve projetos de esporte, com ênfase no vôlei e no basquete para jovens meninas das escolas públicas e das escolas da Fundação Bradesco.

#### **5.6.12 Programas Intel Educar e Aprender**

A Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Programas Intel Educar e Aprender

Em conjunto com a Intel, o Programa Educar capacita professores para o uso de recursos tecnológicos em sala de aula, apoiando o processo de ensino-aprendizagem. Já no Programa Aprender, os alunos aprimoram o trabalho em equipe e outras habilidades comportamentais com auxílio da tecnologia. Em 2015, os esforços concentraram-se na migração dos cursos para o modelo de educação a distância. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

O programa Educar para Aprendiz implementa os conceitos de tecnologia e informática para alunos e professores. O programa colabora com a Intel e a Fundação Bradesco e atua em duas frentes: Intel Educar, em que os educadores são orientados a capacitar os professores a utilizar a tecnologia em sala de aula para utilizar recursos de apoio aos processos de ensino e aprendizagem; e o Intel Learning, no qual crianças e adolescentes de 10 a 19 anos são incentivados a trabalhar em equipe e desenvolver o pensamento crítico e outras habilidades.

### **5.6.13 Quiosque Social**

A Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Quiosque Social:

Localizado na Cidade de Deus, em Osasco (SP), o espaço valoriza a cultura regional e estimula o empreendedorismo. Nele são expostos e comercializados itens de artesanato feitos pelos Grupos Produtivos da Formação Inicial e Continuada em todo o Brasil (ver página 34). A renda dos trabalhos é revertida aos próprios alunos, contribuindo para a sustentabilidade do negócio e movimentando as economias comunitárias. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

Ela administra um espaço conhecido como Quiosque Social, localizado na Cidade de Deus em Osasco (SP). Nesse espaço, são divulgados, expostos e comercializados os trabalhos dos artesãos das unidades escolares designadas como grupos produtivos. Por meio de grupos produtivos, a Fundação Bradesco capacita seus alunos em técnicas de artesanato, gestão e empreendedorismo, o que aumenta a renda e auxilia na sustentabilidade e formalização dos negócios. Em 2019, o programa atendeu 2.262 alunos em 38 unidades escolares. Do total de alunos, 97,13% são mulheres. Atualmente, o FB contrata

127 artesãos organizados em grupos de produção artesanal. Apenas três delas foram formalizadas, a saber: a Associação das Bordadeiras do Jardim Conceição de Osasco (SP), a Associação de Artesanato Pampa Caverá de Rosário do Sul (RS) e a Associação Fibras Real de São João del-Rei (MG).

O discurso em defesa do empresariado ilude os trabalhadores, que passam a acreditar que podem ser parceiros e sócios do capital. Mas dada a impossibilidade ontológica de diferentes sistemas econômicos coexistirem de forma independente e harmoniosa, questiona-se a real motivação para apoiar a pequena empresa em uma era de concentração e centralização do capital.

Devemos ressaltar que ao contrário do que apregoam os intelectuais do capital, o empreendedorismo não é liberdade, mas sim escravidão. Isso porque o capital acaba por se apropriar de todo o tempo do trabalhador empreendedor. Essa relação, entendida como uma das principais formas pelas quais a contradição capitalista se move no atual momento histórico, obriga os trabalhadores a enfrentar diretamente o mercado, de modo que a proteção social e a possibilidade de luta de classes sejam abolidas. A análise das condições objetivas para a inserção do empresário na economia leva à conclusão de que o mercado é o pior dos patrões.

#### **5.6.14 Escola Virtual**

A Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Escola Virtual:

A Escola Virtual é um portal de ensino a distância que oferece mais de 80 cursos on-line e semipresenciais a todos que buscam especialização em áreas como Administração Financeira, Aperfeiçoamento/Comportamental, Fotografia e cursos de Informática, como Banco de Dados, Desenvolvimento de Aplicativos, Governança de TI, Infraestrutura, Segurança e Sistemas Operacionais, entre outros. Criado em 2001, o portal está disponível no endereço [www.ev.org.br](http://www.ev.org.br) e tem capacidade para atender até 150 mil alunos simultaneamente. Em 2013, beneficiou 455.088 alunos (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

A Escola Virtual, portal de ensino a distância, oferece mais de 120 cursos, divididos em seis áreas: Desenvolvimento pessoal e Profissional, Metodologia de Aprendizagem, Negócios e Inovação, Produtividade, Programação e Tecnologia da Informação. Estas áreas são nomeadas pelo portal da Escola Virtual como Trilhas de conhecimento:

Trilhas de Conhecimento mostra a Sequências de cursos preparadas para você se capacitar. Construa sua carreira com o passo a passo da trilha que você preferir e conquiste seu certificado exclusivo. (Portal da EV, acessado em 20/01/2023)

Os cursos são disponibilizados em duas modalidades: on-line e semipresencial para quem quer se especializar com formações simples. A Escola Virtual é um portal educacional que disponibiliza cursos livres, gratuitamente, na modalidade a distância. Os cursos chegam aos estudantes por meio da internet, o que faz da Escola Virtual um portal de cursos livres do tipo *e-learning* (aprendizagem eletrônica).

Pela legislação nacional vigente, aqueles que não necessitam de leis específicas para funcionar são chamados de “cursos livres”, nem necessitam de credenciamento, autorização e controle do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Na prática, esse tipo específico de curso não exige escolaridade prévia, e cada instituição pode definir seu próprio nome, conteúdo programático e carga horária. Os cursos livres são embasados na Lei nº 9394/96, o Decreto nº 5.154/04 e na Deliberação CEE 14/97 (Indicação CEE 14/97).

Esse programa da Fundação Bradesco foi criado em 2001, tem endereço eletrônico disponível no endereço [www.ev.org.br](http://www.ev.org.br) e tem capacidade para atender até 150 mil alunos simultaneamente. Em 2018, 780.030 alunos foram atendidos por essa modalidade: em 2019, 1.175.003 alunos; em 2020, 1.890.592 e em 2021, 2.082.055 alunos. Em 2021, foram oferecidos mais de 120 cursos, e os cinco primeiros colocados na ordem foram: Microsoft Excel 2016 - Básico, Introdução à Administração, Negócios e Inovação, Microsoft Excel 2010 - Básico e Atendimento ao Público.

Nos últimos anos, com a popularização da internet, a categoria “curso livre” se favoreceu do formato *e-learning* para levar conhecimentos sobre os mais variados assuntos a praticamente todos os lugares. No caso da Educação Profissional, observa-se uma **crescente oferta de formações rápidas** cujo objetivo é favorecer a formação inicial e continuada **para o mercado de trabalho**. (grifos nossos. Portal da EV, acessado em 20/01/2023)

Dessa forma a Fundação Bradesco, como um legítimo APH da burguesia desempenha seu papel vital na estrutura do Estado ampliado, mas especificamente na sociedade civil, onde organizam consensos para transformar os interesses particulares das classes dominantes em interesses gerais da sociedade. Podemos observar nos grifos o intuito

de formação simples com o objetivo no mercado de trabalho. Na perspectiva do capital, a formação para o "trabalho simples" destina-se ao preparo técnico e ético-político da força de trabalho para aumentar a produtividade do trabalho sob a direção capitalista. Assim, a criação de uma obra simples adquire um caráter unilateral<sup>51</sup>.

### 5.6.15 Metodologia Gustavo Borges

A Fundação Bradesco declara em seus relatórios a sua participação no Metodologia Gustavo Borges

Uma nova parceria envolveu as Unidades Escolares de Ceilândia (DF), São João del-Rei (MG), Bodoquena (MS), Teresina (PI) e Canuanã (TO) com soluções criativas para o ensino de natação. Professores das Escolas foram treinados na Metodologia Gustavo Borges, com sugestões de organização do calendário das aulas e orientações para alinhar o trabalho com as demais atividades de Educação Física. Em 2012, o medalhista olímpico Gustavo Borges visitou as Escolas de Teresina e Ceilândia, conversou com alunos e professores e ofereceu uma aula na piscina, de Gustavo Borges visitou as Escolas de Teresina e Ceilândia, que usam recursos criativos para o ensino de natação relatório de atividades 2012. 37 mostrando estilos e técnicas de nado e realçando a importância desse esporte. A iniciativa será continuada em 2013 nas mesmas localidades. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2020, p.8)

A Metodologia Gustavo Borges (MGB) foi estabelecida no ano de 2017 e pretende associar técnicas de aulas de natação para moldar o comportamento dos alunos.

Através da nossa organização de níveis e dos nossos materiais pedagógicos (flâmulas, passaporte e patches), conseguimos explorar o desenvolvimento do comportamento e os valores virtuosos dos alunos, aliados ao processo de ensino da natação. Contribuímos com o desenvolvimento infantil sistêmico a partir das aulas de natação e potencializamos a motivação das crianças através do sentimento de conquista. (Portal da MGB, <https://www.metodologiagb.com.br/>, acessado em 20/01/2023).

Neste capítulo, entendemos como um dos mais relevantes desta tese, pois procura aliar teoria e prática. A Praxis, ao aproximarmos o capítulo três, composto pelos instrumentos teórico e metodológico desta tese ao objeto estudado a Fundação Bradesco. Ao longo da pesquisa e das repetidas declarações da Fundação Bradesco nos relatórios sobre

---

<sup>51</sup> No escopo Marxista deve ser compreendido como uma ruptura ampla e radical com o homem limitado da sociedade capitalista.

a localização das suas unidades escolares e do atendimento entre os seus alunos de mais de 90% oriundos da comunidade carente adjacente:

A maioria das Unidades está instalada em bairros periféricos, e outras, na zona rural, onde há carência acentuada nas áreas educacional e assistencial. As Escolas oferecem oportunidade de estudo a milhares de pessoas em todas as regiões do País, respeitando e valorizando o contexto local em que estão inseridas. (Relatório de Atividades da Fundação Bradesco 2012, p. 19)

Para uma certa inquietude ao constatarmos que em nenhuma capa de relatório apresentado entre os anos de 2012 e 2021 aparece um aluno negro ou pardo. Nem de forma individual, nem quando apresentados de forma coletiva. **As imagens** representam um distanciamento entre os dados preliminares mais recentes do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2023, que afirma que a população brasileira cresceu com mais pessoas negras e pardas, segundo o IBGE. Subiu para 212,7 milhões em 2021, alta de 7,6% em comparação com 2012. Nesse período, o percentual de pessoas que se autodeclararam brancas caiu de 46,3% para 43%. De pretas, subiu de 7,4% para 9,1% e de Pardas subiu de 45,6% para 47%.

Portando as imagens das capas dos relatórios da Fundação Bradesco, são deslocadas do perfil étnico do público que compõe o seu grupo de alunos. Isso evidencia, ao menos nas capas, que a autoimagem propagada pela FB é diferente da realidade.

## CONCLUSÃO

Com esta tese, Procuramos demonstrar as estreitas conexões entre a educação escolar e a natureza do poder no Estado brasileiro, tendo como foco a análise da Fundação Bradesco, o maior acionista da Nova Cidade de Deus, junto com a família Aguiar



que é a controladora da *holding* grupo Bradesco AS. Salientamos que durante a última década, este APH interviu de maneira decisória na política educacional brasileira, tanto na construção de novas políticas públicas para a educação, quanto na construção da hegemonia. Buscamos compreender como a Fundação Bradesco se expressa durante toda a sua história de quase 7 décadas, mas com um grande foco na última década, compreendida entre os anos de 2012 e 2021. Buscamos, através das suas iniciativas, identificar estratégias na construção da hegemonia burguesa no Brasil.

Devemos ressaltar a grande dificuldade em acessar este APH por ser um dispositivo de difícil acesso, com um gigantesco quadro de intelectuais. Seu gigantismo espraiado por todos os estados brasileiros e seu período de existência longo. Ademais, é uma instituição que mantém todo material didático, de planejamento e de diretrizes curriculares classificados como confidencial. Estes obstáculos representaram um significativo desafio para compreender suas práticas, cujas informações estão fragmentadas e diluídas em documentos oficiais. Diante dessas realidades apresentadas, para desenvolver esta tese foi possível visitar o Museu Histórico Bradesco, o Museu da Pessoa em Osasco-São Paulo e acessar os relatórios anuais divulgados, portais eletrônicos, revistas, livros e materiais produzidos pela Fundação Bradesco.

Apresentamos as teorias do Imperialismo e a expansão associada e dependente com o objetivo de entender a fração do capital financeiro que dirige a Fundação Bradesco. Nossas preocupações se deslocam das interpretações a respeito do capitalismo mundial contemporâneo e da formação do capitalismo financeiro. Buscamos compreender as relações entre o Imperialismo nos países centrais e nos periféricos e a sua relação entre o desenvolvimento econômico desigual e dependente. Da mesma forma, entender como se desenvolve o Capitalismo nos países periféricos, tendo como ponto de partida o Imperialismo como nova expressão da fase de desenvolvimento capitalista, procurando associar este bloco histórico para identificar a relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia com Banco Bradesco.

Essa parte da tese organizou o pensamento dentro do escopo do materialismo histórico e dialético, bem como apontar todas as ferramentas metodológicas que seriam utilizadas durante este trabalho. Na formação social atual, na fase aguda da crise orgânica, o projeto neoliberal de "reforma" apresentou-se como única alternativa capaz de salvar a escola de uma crise sistêmica, os alunos da pobreza e a nação de um "estado de " em desenvolvimento". A Fundação Bradesco, há quase 70 anos, vem construindo um conjunto de estratégias para tornar hegemônica a visão de mundo da classe dominante,

conformar um novo tipo de trabalhador e educar a sociedade para um novo modelo de Estado.

Os Aparelhos Privados de Hegemonia, travestidos de organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais (OS) e fundações sem fins lucrativos, ganharam importância na atual fase do bloco histórico gerencialista/neoliberal, substituindo o Estado na gestão e implementação de política social. Entendemos que essas facilidades foram muito mais do que instrumentos dessa nova forma de fazer política social.

Essas instituições, representando os interesses das frações dominantes, moldaram um novo consenso que traduziu para o senso comum uma ideologia que mantém uma relação de poder desigual diante do aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da pobreza crescente, da perda de direitos sociais e da falta de proteção para os amplos setores da sociedade.

Sobre a educação escolar, precisamos evidenciar que desde a década de 1990 o Brasil tem visto um incremento grande no número de Aparelhos Privados de Hegemonia que passam a se dedicar a esta área. Algumas facções, como o capital financeiro reunido na Fundação Bradesco, têm experiência anterior a esse processo, mas que ganha um grande impulso, apesar de sua longevidade ser um fator de distinção a de outros APHs. Da mesma forma pela natureza de atuação, pois além de atuar na sistematização de ações na escola pública, também atua na manutenção de uma rede própria de escolas, criando um verdadeiro laboratório de testes para futuras políticas educacionais. Assim, é capaz de aglutinar em torno do seu eixo um conjunto de frações aliadas e assimilando frações subalternas para travestir seu projeto em interesse de toda a sociedade.

O primeiro passo para trazer o tema educação ao debate nacional no final do século XX ocorre com a incursão orquestrada pelos empresários sobre a escola pública. Difunde a ideia da inoperância, inutilidade e desconexão com a cultura das novas gerações. A escola que conhecíamos não servia mais. O segundo momento consistia na apresentação de ações e iniciativas que permitiriam a escola ser uma ferramenta de superação das desigualdades sociais e vetor de desenvolvimento econômico da nação. Os aparelhos prometiam a seus aliados garantir segurança para a expansão de seus lucros com a formação de uma classe trabalhadora, dócil, resiliente, conhecedora de códigos mínimos de polidez e regras de convivência no mundo do trabalho. Já para a classe subalterna, eles prometiam a possibilidade de ascensão social e colocação no mercado de trabalho, cenário com taxas de desemprego assustadoras. Entendemos que a escola atual, e mais especificamente a escola pública, enfrenta diversos problemas que afetam seu funciona-

mento em todas as dimensões. No entanto, entendemos que esses problemas não são recentes, não são exclusivos da formação social brasileira, nem são determinados estritamente por problemas pedagógicos.

Embora muitas pesquisas acadêmicas e um grande número de documentos produzidos por organizações internacionais e nacionais destaquem fenômenos como a má preparação de professores, baixa remuneração para o trabalho docente, abandono escolar precoce, distorções de idade e série como face do colapso do sistema educacional, nós entendemos que a “crise” está relacionada a um quadro mais amplo e complexo que inclui a reestruturação da produção e a recomposição do projeto de dominação.

Com base nesse entendimento, não concordamos com as teses que apostam que a transformação da educação se dará pela equação "Maior tempo de escola" é igual a "Menos pobreza", ou seja, que o primeiro objetivo da escola seja promover igualdade social com programas de atendimento e capacitação de mão de obra que atendam aos interesses imediatos do mercado. Esta solução é defendida por diversos APHs e por uma parcela importante de intelectuais como uma solução para a escola, transparecendo um distanciamento dos interesses socioeconômicos. Porém, como ideologia hegemônica, educa as classes dominantes e subalternas dentro da cultura de que a “crise” da escola será resolvida por toda a sociedade sob a direção de empresários, com poucos recursos financeiros e com base em medidas temporárias ou através do investimento social privado.

Entendemos que o projeto de escolarização apoiado pela Fundação Bradesco é a articulação entre educação, gestão de recursos, investimento social privado, proteção social e redução da pobreza. Essa foi a cola ideológica utilizada pelas classes dominantes para enfrentar os problemas estruturais causados pela crise do modo de produção capitalista que se intensificou nas últimas décadas do século passado.

O modelo social liberal passou a propagar a necessidade de uma reestruturação produtiva baseada em um conjunto de pressupostos que indicavam uma crítica moderada à sociedade de mercado, além de fazer uma defesa enfática de programas sociais custeados por governos, mas que seriam melhor geridos por empresários e uma obstinada condenação do projeto de transformação radical da sociedade.

Em linhas gerais, os princípios propagandeados por intelectuais individuais e coletivos do projeto social liberal expressavam: a) uma crítica à modernidade, proclamando o fim de suas instituições; b) crítica moderada ao neoliberalismo "ortodoxo", rejeição ao modelo de estado de bem-estar e enfraquecimento das políticas de apoio a amplas

camadas da sociedade, c) ojeriza e criminalização dos movimentos sindicais e d) desqualificação de projetos que buscam transformações radicais da sociedade.

Por outro lado, propuseram estratégias de alívio da pobreza, gestão efetiva das políticas sociais, substituindo políticas universalistas por políticas focais, substituindo o conceito de igualdade pelo conceito de "oportunidades iguais" e incorporando novos atores e novos movimentos sociais à política. No bloco histórico gerencialista-neoliberal, o foco da educação deslocou-se da universalização para a qualidade da educação, que estava ligada às demandas do sistema produtivo e à promoção da assistência social.

Estruturada em todo o mundo capitalista, essa nova pedagogia ajudou a consolidar a ideologia de que o capitalismo, apesar de seus problemas, era um sistema indispensável e sujeito apenas a reformas. O sistema de educação política do liberalismo social construiu verdadeiras enclaves fortificados para proteger o sistema de dominação burguesa, minou o poder dos sindicatos, acusou-os de impotência e obsolescência e impediu o projeto de educação iniciada pelos trabalhadores voltados aos interesses da classe que estavam em ascensão na década de 1990. Na sociedade civil, espaço básico da luta de classes, o projeto social liberal repousava sobre um conjunto de aparelhos privados de hegemonia que organizavam a vontade coletiva e a adaptavam aos interesses das facções dominantes.

Embora saibamos que não há oposição entre sociedade civil e sociedade política, decidimos analisar os movimentos e orquestrações dentro da sociedade civil para entender como o capital financeiro formulou, refletiu, disputou com outros grupos e como acabou transformando seu projeto em hegemônico e depois materializando como política de educação escolar e em uma vontade coletiva. Veremos, então, as estratégias criadas pela Fundação Bradesco para concretizar o projeto dentro de uma sociedade política. Compartilhamos uma perspectiva que analisa que a hegemonia do capital financeiro foi construída a partir de sua atuação no nível estrutural e superestrutural. No nível estrutural, a facção reunida na Companhia Cidade de Deus, *holding* criada para administrar todo o grupo Bradesco, tornou-se dominante após um longo processo de formação do Banco Bradesco, que nos primeiros anos decidiu financiar a agricultura de exportação. Em seguida, continuou sua expansão por meio de incorporações e fusões nas décadas de 1960 e 1970, expandindo significativamente seu capital próprio como parte da reforma do sistema financeiro na década de 1990 e participando ativamente de privatizações for-

çadas pela reforma do Estado. Em 2000, esse capital foi ainda aumentado após a fusão com os bancos do grupo HSBC Brasil.

Contudo, para ocupar o lugar de fração dirigente no Estado ampliado brasileiro, três movimentos foram estratégicos para a Fundação Bradesco: 1- o estabelecimento de uma rede física de escolas por todos os estados brasileiros, implantando como um banco de provas piloto no Brasil as políticas emanadas pelos organismos internacionais, mas que aqui ainda não tinham virado lei, mesmo que durante a última década tenhamos tido uma redução de mais de 60%. 2 - é a ampliação na formação para o trabalho simples com a adesão logo nos primeiros momentos dos programas telecursos, canal futura e depois com o portal Escola Virtual que formou, com cursos simples e para o trabalho simples, no ano de 2021, mais de 2 milhões de alunos. 3- é a capacidade da Fundação Bradesco articular diversas outras iniciativas com os APHs de diversas frações.

A análise da história dos Grupos Bradesco e da Fundação Bradesco, tanto no mundo da produção quanto no mundo da reprodução social, nos ajudou a identificar o pioneirismo dessa facção em organizar os empresários em torno da "questão social" e a simultânea utilização de seus programas para incorporar as classes subalternas.

As evidências comprovam que a Fundação Bradesco é o principal aparato da hegemonia da holding Cidade de Deus e do Grupo Bradesco para a educação política da sociedade atual. Não é o único, mas sem dúvida é o maior, com maior número de intelectuais e de maior penetração na sociedade. A FB está promovendo um conjunto de ações para compensar as parcelas da sociedade prejudicadas pelo fim das políticas sociais e incentivar a sociedade como um todo a aderir voluntariamente ao seu projeto, enquanto o Movimento Todos pela Educação, financiado pelo FB, organiza politicamente empresários, articula e mobiliza intelectuais coletivos e individuais para enraizar o projeto educacional do capital financeiro na sociedade.

Esse aparelho, pioneiro em representar os interesses empresariais da fração financeira no Brasil do Banco Bradesco, foi um dos principais propagadores da ideologia de que a sociedade é dividida em três setores: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Dentro desse ideário, a Fundação Bradesco se apresentava como intermediária entre o setor privado e o “terceiro setor”. Como aparelho vinculado a disputas extraclasse, o material criado e recolhido em suas páginas eletrônicas – relatórios, artigos apresentados em jornais e congressos, resumos de projetos, autobiografias –, expressam com mais clareza as estratégias que o grupo utiliza para intervir nas políticas públicas de educação escolar .

Como resultado de seu pioneirismo na difusão da "nova pedagogia da hegemonia", a Fundação Bradesco produziu inicialmente um corpo de trabalho destinado a confirmar os benefícios da adoção de princípios e políticas emanadas pelos organismos multilaterais como a *United Nations Children's Fund*. (UNICEF), Banco Mundial (BM), Banco interamericano de Desenvolvimento (BID), etc. Depois dos corações e mentes cooptados para as vantagens, orientou a intervenção da esfera empresarial na escola e posterior transformação destes princípios em legislação nacional, presente em todas as reformas educacionais realizadas no Brasil neste século, como: PDDE, PNE, BNSS e Novo ensino médio.

Conforme afirmamos na tese, o projeto educacional da Fundação Bradesco, baseado no liberalismo social e no sentido pedagógico, que traduz os princípios definidos na Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien (1990), deve ter como foco organizar o consenso de que a escola deveria se concentrar na satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens incorporando uma nova perspectiva de aprendizado e de conteúdos. Como resultado da conferência, cresceu na América Latina um movimento pela "reforma" escolar, baseado na priorização do "saber" considerado essencial para os alunos: sobrevivência, melhoria da qualidade de vida, trabalho digno, tomada de decisões importantes e aprendizado contínuo com valores culturais e morais.

Outra questão levantada por esta tese está relacionada ao movimento empresarial pela educação na América Latina, que desde 2011 se organiza em torno da Rede Latino-americana de Educação (REDUCA) passando a atuar em nível regional. Considera-se necessário aprofundar estes estudos, que nesta tese foram apresentados de forma superficial por não fazerem parte do escopo focal da pesquisa, mas demonstrando de forma cabal as imbricações entre o TPE, Fundação Bradesco e Reduca. Fica claro que esses grupos pretendem dar a direção das reformas na educação da América Latina. Acreditamos ser necessário explicar suas decisões econômicas e políticas na definição dos rumos dessas reformas, avançar em abordagens que formulem a economia, a política e a reforma da educação com vistas a compreender tanto os elementos de mudança social, quanto os elementos de permanência.

Quanto à concepção de educação e formação humana da Fundação Bradesco, esta está alicerçada nas competências socioemocionais, com os princípios de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. As competências são adequadas à gestão flexível da operacionalização técnica e organização do trabalho, externamente atuando no sentido da "gestão de comportamentos e reestruturação de valo-

res éticos e políticos dos trabalhadores em permanente processo de adaptação à instabilidade social. É nesta nova condição de acumulação flexível que intensificam as condições de exploração da força de trabalho, que necessita de um novo trabalhador, um trabalhador flexível com uma nova qualificação humana. É nesse contexto que o conceito de competência se fortalece e aparece como uma categoria ordenada das relações sociais no trabalho, seja dentro ou fora das organizações produtivas.

Portanto, a Fundação Bradesco, dentro do escopo do capital-imperialismo, vem reproduzindo fielmente as diretrizes oriundas das agências internacionais e nacionais, tornando-se um importante e potente instrumento de construção e reprodução da hegemonia burguesa no Brasil. Devemos ressaltar, quase como um desabafo, que esta tese exigiu grandes esforços. Desenvolver um curso de doutorado que perdurou com os 4 anos nefastos de governo proto fascista do presidente Bolsonaro e tudo o que este representou para as áreas da pesquisa e educação no Brasil, além da tragédia biológica e social, marcada pelos 2 anos de pandemia e afastamento social. Ademais, como um fermento de potencialização, a dificuldade por não gozar de nenhum incentivo das Prefeituras Municipais de Itaboraí/RJ e Duque de Caxias que leciono há quase 30 anos. Foi um feito que deixou suas cicatrizes, mas que espero que contribua para a organização e luta da classe trabalhadora

‘

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: ampliação para menos.** Rio de Janeiro: Lamparina. Faperj, 2009

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (2003) **Limites à Reversão das Políticas Econômicas Neoliberais: a Recolocação da Problemática da Teoria da Dependência.** In: *Anais do*

*VIII Encontro Nacional de Economia Política*, 17 a 20 de junho. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Economia Política.

AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

ANTUNES, Ricardo. **A Substância da Crise (Introdução)**. In: MÉSZÁROS, István. *A crise do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas, Autores Associados, 2005.

AZEVEDO, Silva, L, M. **Reforma educativa a partir dos anos 1990: implementação na América Latina e Caribe, e particularidades brasileiras**/reforma educativa en los años de 1990: implementación en américa latina y caribe, y particularidades brasileñas HOLOS, 2012, Vol.28(2), pp.250-260.

BUKHARIN, Nikolai I. (1985). **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2012). **Brasil, sociedade nacional-dependente**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/403b-Brasil-sociedade-dependente-5.3.pdf> [acesso em 03 jan. 2020]

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília, DF, 1993

BRAGA. José Carlos de Souza. **Financeirização Global. O padrão sistêmico de riqueza no capitalismo**. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BOITO Jr., Armando. **A nova burguesia nacional no poder**. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

CARDOSO, Fernando Henrique (1963). **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

\_\_\_\_\_. (1971). **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: sociologia do empresário industrial argentino e brasileiro**. São Paulo: Zahar Editores.

\_\_\_\_\_. (1980). **As idéias e seu lugar. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (1995). **Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos**. In: *Revista de Economia Política*, outubro-dezembro.



\_\_\_\_\_. (1996). **Relações Norte-Sul no Contexto Atual: uma nova dependência?** In: NEVES, R. B. *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo (1981). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**, 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

\_\_\_\_\_. (2000). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record.

CARDOSO, Fernando Henrique e SERRA, José (1978). **As desventuras da dialética da dependência**. In: *Estudos Cebrap*, n. 23.

CÊA, G.; SILVA, S.; SANTOS, I. DE “EDUCAÇÃO PARA TODOS” PARA “TODOS PELA EDUCAÇÃO”. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. p. 181-210, 30 jun. 2019.

CEPAL. **Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de America Latina y el Caribe en los años noventa** (LC/G. 1601-P), Santiago do Chile, março, 1990.

CEPAL. UNESCO. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade**. Brasília: IPEA/CEPAL/UNESCO, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo do seu pensamento político**. Rio de Janeiro:Campus, 1992.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Brasília, DF: UNIFEC, 1998.

COLEMARX. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Novos elementos de pesquisa e de crítica**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: EDC, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado**; Educ. Soc.; Campinas; vol. 28; n. 100 – Especial; p. 809- 829; out./ 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 6ª edição, 2009.

\_\_\_\_\_. **Contribuição para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares**. IN: *Revista Brasileira de Educação*. v. 16 n. 48 set.-dez. pp. 585-607, 2011

DA COSTA, Fernando Nogueira. **Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 106, mar. 2002.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da educação básica**. Niterói; [s.n] 2007.

\_\_\_\_\_. **O salário-educação**. R. bras. Est. pedag. Brasília, v. 89, n. 223, p. 445-454, set./dez. 2008.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação, um tesouro a descobrir**: Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996). 6ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2001.

DERENGOSKI, Gilmar. **A teoria do valor em o Capital de Marx: análise das relações sociais capitalistas**. 2018. 231 f. Tese (Doutorado em ciencias sociais) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2018.

FEREIRA, Paulo Sergio Souza, **A genese do novo imperialismo 1875-1914**. Leituras de economica política (22). Campinas, SP, dez 2014/Jul 2015.

FERREIRA, Sânia Nayara Da Costa. **A pedagogia do capital no programa adolescente aprendiz da fundação bradesco (2013-2018)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para aprovação no curso de Mestrado em Educação. 2020

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira**. In: OLIVEIRA (org). Gestão Democrática da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão – crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: Gentile (org). Pedagogia da exclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Revista Brasileira de Educação, n. 46, jan/abr, 2011, p. 235-254.

\_\_\_\_\_. **A produtividade da escola improdutiva**. -3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 (Coleção educação contemporânea)

\_\_\_\_\_. **Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**. Disponível em: < <https://bit.ly/3eIrZ5m>>, 2013. Acesso em: 3 jun. 2020

FUNDAÇÃO BRADESCO. **Relatório de Atividades 2012**. São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2013**. São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2014**. São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2015**. São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2016.** São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2017.** São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2018.** São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2019.** São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2020.** São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2021.** São Paulo: FUNDAÇÃO BRADESCO, 2021.

GIDDENS, Anthony. **Terceira Via: Reflexões sobre o impasse política atual e o futuro da social-democracia.** Rio de Janeiro: Record, 1999

GONÇALVES, R. **Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica.** Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 491-518, out./dez. 1991.

GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina.** Revista do Departamento de Ciências Sociais/Faculdade de Artes Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia – A filosofia de Benedetto Croce.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.4. 394 p

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Vol.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DOS SANTOS, Theotônio (1980). **Imperialismo y Dependencia.** México: Ediciones Era.

\_\_\_\_\_. (2000). **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

KAUTSKY, K. (2002). **As três fontes do marxismo**. São Paulo: Centauro.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, classe social e educação: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio**. 2014. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2014.

LENCIONI, Sandra. **Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea**. Revista franco-brasileira de geografia, nº14, 2012.p.p 6-44

LEHER, Roberto. **25 anos de Educação Pública: notas para um balanço do período**. In: Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p.p 29-72

\_\_\_\_\_. **Desafios para uma educação além do capital**. In: István Mészáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Revista-Outubro-Edição-3-Artigo-03, 2015. p.p. 19-30

\_\_\_\_\_. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro, Consequência, 2016

FUNDAÇÃO BRADESCO. **Relatório de atividades 2012-2021**. Disponível em: [https://fundacao.bradesco/pt-BR/Resultados\).pdf](https://fundacao.bradesco/pt-BR/Resultados).pdf). Acesso em 30 de julho. de 2022.

KLAGSBRUNN Victor Hugo. **Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira**. Crítica Marxista no 27 – 2008, Revista Crítica Marxista Armando Boito Jr. Cemarx, IFCH, Unicamp página 27 a 47.

LENIN, V. I. (1986). **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa Omega.

\_\_\_\_\_. (1988). **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural.

\_\_\_\_\_. (1986). **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Alfa Omega.

\_\_\_\_\_. (1979). **A falência da II internacional**. São Paulo: kairós.

\_\_\_\_\_. (2003). **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular.

LUXEMBURGO, R. (1985). **Acumulação de capital**. São Paulo: Nova Cultural.

MACEDO, Jussara Marques de. & LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **A regulação do trabalho docente no contexto da Reforma Gerencial da Educação**. Revista Contemporânea de Educação, Vol. 10, n.º 2, pp. 133-152, Jul.-Dez. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: SADER, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. (1986). **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Editora Alfa Omega.

\_\_\_\_\_. (1988). **O capital**. São Paulo: Nova Cultural.

\_\_\_\_\_. (1977). **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2005). **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. & ENGELS, F. (2000). **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2006). **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret.

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

\_\_\_\_\_. Todos pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf> Acesso em 05 de junho de 2020.

MARTINS, André Silva e NEVES, Lúcia (org). **Educação Básica: Tragédia Anunciada**: São Paulo: Xâma, 2015. 208p

MARTINS, Marcos Francisco. **Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política**; Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 131-148, set./dez. 2011

MENDONÇA, Sonia R. de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização**. In: ANTUNES (ORG). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINELLA, Ary C. **Globalização financeira e associações de bancos na América Latina** Civitas, v. 3, n.º 2, jul.-dez. 2003, p. 245-272

\_\_\_\_\_. **Análise de redes sociais, classes sócias, marxismo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 28 n.º 83 outubro/2013

\_\_\_\_\_. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Anpocs/Espaço e Tempo 1988.

Macarini, José Pedro. **A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973)**. Econ. soc. vol.16 no.3 Campinas Dec. 2007.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Ideologia do Capital Social: Atribuindo uma face mais humana do capital.** Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012. p.p.237-269

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso.** São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Por que dois Planos Nacionais de Educação.** In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). Educação e política no limiar do século XXI. Campinas, SP:Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Ramon de. **A Teoria do Capital Humano e a educação profissional brasileira.** Boletim Técnico Do Senac, v.27, n. 1, p. 26-37, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** Brasília, DF: Unesco, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO; AÇÃO EDUCATIVA. **Educação para Todos: o compromisso de Dacar.** Brasília, DF, 2001.

PEREIRA, João M. M. **Dimensões da História do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro.** Cadernos de Saúde Pública, v.34, p.14, 2018.

PINTO, Nelson Prado Alves. **O capitalismo financeiro.** Crítica marxista : v. 1, tomo 5 / 1ª revisão Werbster G. Bravo! -- São Paulo : Xamã, 1997.

RIBEIRO, Sérgio da Costa. **Educação e a inserção do Brasil na Modernidade.** Cad. Pesq. São Paulo, n.84, p 63-82, fev. 1993 [www.sergiocostaribeiro.ifcs.Ufrj.br]

RODRIGUES. José. **Da teoria do capital humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do Capital e a Educação Brasileira.** Trabalho e Educação, Belo Horizonte, v. II. n. 2, 1997.

ROSSI, Alexandre José; Liane Maria Bernardi; Lucia Hugo Uczak. **Relações entre Estado e empresários no PDE/PAR: algumas contradições na política educacional brasileira.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 01 September 2017, Vol.33(2), pp.355-376

ROSÂNIA, Campos. **As indicações dos organismos internacionais para as políticas nacionais de educação;** Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2013, Vol.39(1), pp.195-209

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XX.** Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. e EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

TURMINA, Adriana Cláudia. **Autoajuda nas relações de trabalho: a (con)formação de um trabalhador de novo tipo**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

#### Sites

**<https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2010/08/bancos-e-banqueiros-micheleandreamarkowitz.pdf>** Acessado em: 21 de maio. 2020

. **<http://www.osascomidia.com/2019/11/conheca-historia-da-fundacao-bradesco.html>** Acessado em: 27 de maio. 2020

. **<https://www.justica.gov.br/news/nova-leiuniversaliza-e-desburocratiza-acesso-a-beneficios-de-organizacoes-da-sociedade-civil>** Acessado em: 27 de maio. 2020

**<https://anped.org.br/biblioteca/item/todos-pela-educacao-o-projeto-educacional-de-empresarios-para-o-brasil-seculo-xxi>** Acessado em: 30 de maio. 2020

**<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/01.pdf>**. Acessado em: 21 de out. 2020

**<http://revistaprincipios.com.br/artigos/16/cat/2038/a-g%C3%AAnese-da-teoria-do-imperialismo-.html>**. Acessado em: 13 de nov. 2020

**<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1232/1099>**. Acesso em 20 de nov. 2020

**<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1232/1099>**. Acesso em 20 de nov. 2020

**<https://colunastortas.com.br/decomposicao-do-capitalismo/>** Acesso em 06 de jan. 2021

**[https://Fundação Bradesco e a educação para o trabalho](https://Fundação%20Bradesco%20e%20a%20educação%20para%20o%20trabalho)** Renata Balmant. Maria Valéria Barbosa, Unesp Marília, Ciências Sociais / Acesso em 20 de jan. 2021

**<https://www.cedes.unicamp.br/>** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007 809 acesso em 15 de fev. 2021

**<https://br.noticias.yahoo.com/kroton-cria-holding-para-administrar-194411336.html>** acesso em 27 de fev. 2021

**<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/pedagogia-das-competencias>** acesso em 01 de março 2021

**<https://livrozilla.com/doc/859326/gilcilene-de-oliveira-damasceno-bar%C3%A3o---histedbr>** acesso em 01 de março de 2021

[https://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/3publ/01dossiebrasil/bib/sa\\_m1-brg/index.html](https://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/01dossiebrasil/bib/sa_m1-brg/index.html) acesso em 01 de março de 2021

[https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files\\_I/i2-d573cec0e0e89005ffd2b1171a4a50d6.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i2-d573cec0e0e89005ffd2b1171a4a50d6.pdf) acesso em 01 de março de 2021

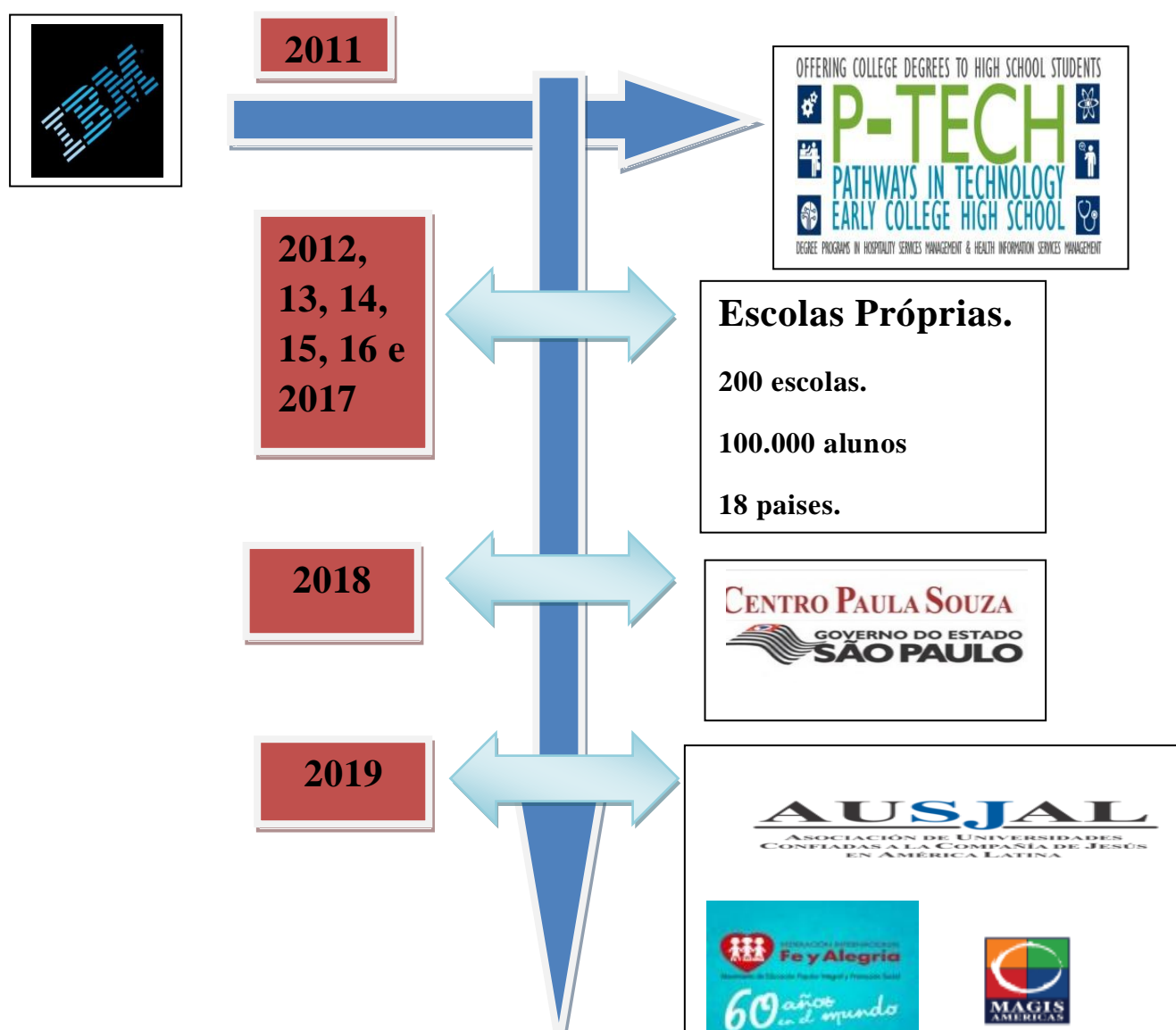
file:///C:/Users/Intel/Downloads/RESUMO\_35673304897\_ptg%20(1).pdf acesso em 10 de março de 2021

<https://esquerdaonline.com.br/2020/09/11/serie-a-pedagogia-banqueiros-parte-2/> acesso em 15 de março de 2021

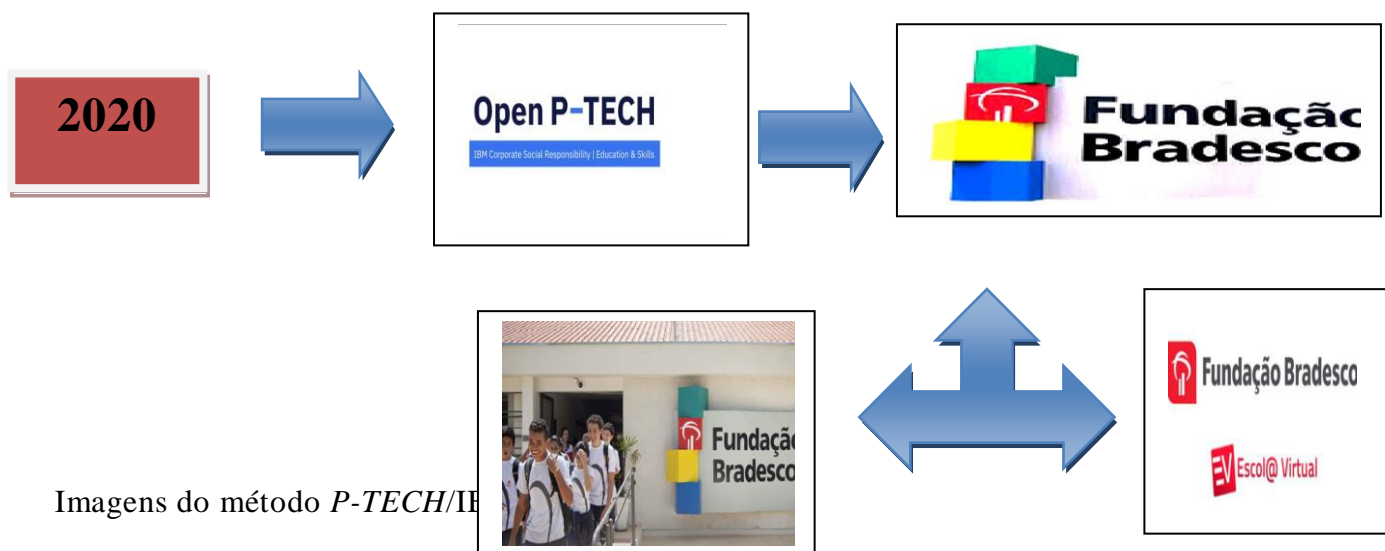
<https://dtllc.fflch.usp.br/sites/dtllc.fflch.usp.br/files/Anderson%20-%20Modernidade%20e%20revolucao.pdf> acesso em 30 de julho de 2022

## APÊNDICE

Esquema gráfico e histórico da plataforma IBM/P-TECH/open p-tech/Fundação Bradesco









Uma aliança pela educação que desenvolve tecnologias para formar jovens para o futuro do trabalho na era digital.

Lorem ipsum

### Qual o desafio?

Escassez de 550 mil profissionais de TI em 2019.\*

### Como P-TECH pode ajudar?

Modelo de educação que combina treinamento em sala de aula, mentoria do setor privado e experiências no local de trabalho. Permite que alunos obtenham diplomas de ensino médio, técnico e superior de forma integrada, em 5 anos.



### Por que P-TECH é importante?

Ajuda a preparar jovens para a era digital, acelerando o aprendizado prático sobre tecnologias como IA, nuvem e blockchain.

\*DADOS IDC

### Como esse modelo educacional chega ao país?

Por meio do Centro Paula Souza, em duas escolas: Americana (interior de SP) e capital paulista (zona leste).

### O que vai acontecer com P-TECH a longo prazo?

Expansão do modelo através do engajamento de empresas de diferentes segmentos.

### O que ele oferece aos estudantes?

- Orientação profissional
- Experiências práticas no local de trabalho
- Desenvolvimento de habilidades socioemocionais
- Aumento das possibilidades de acesso dos alunos ao setor produtivo

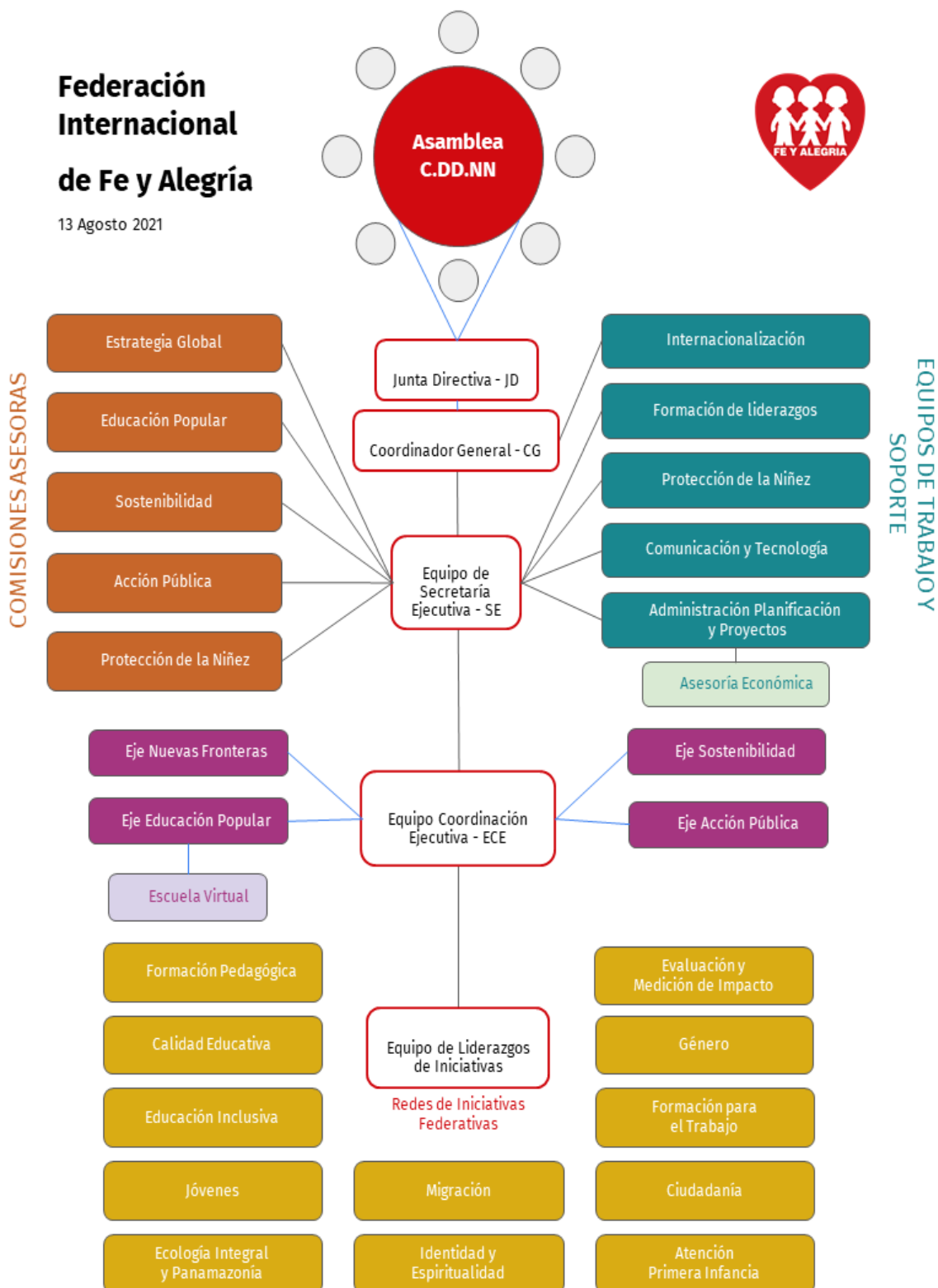


### O curso neste modelo dura:

**5 anos** O aluno obtém: Diploma do superior Tecnológico + diploma do ensino médio e técnico.

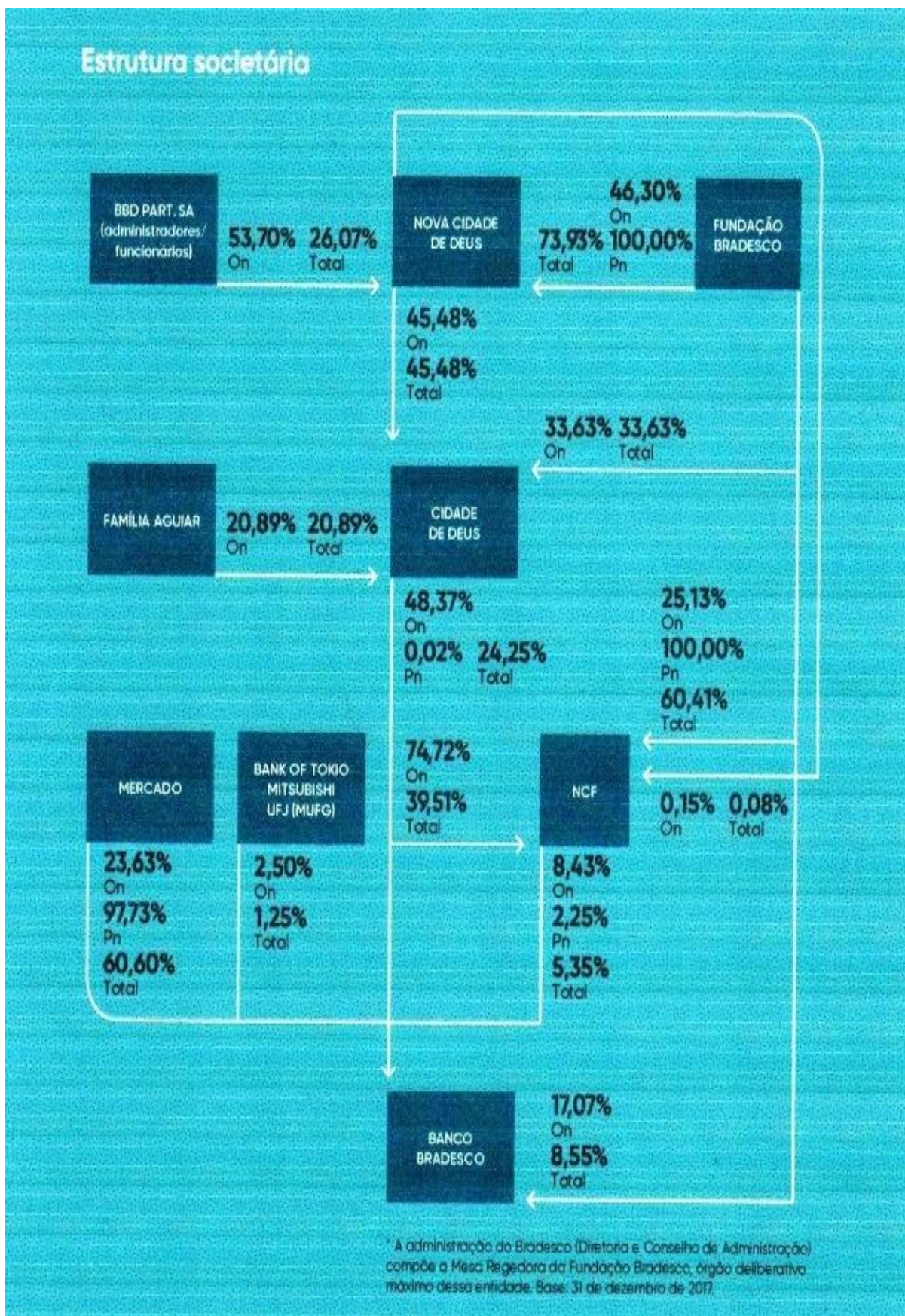
# Federación Internacional de Fe y Alegría

13 Agosto 2021



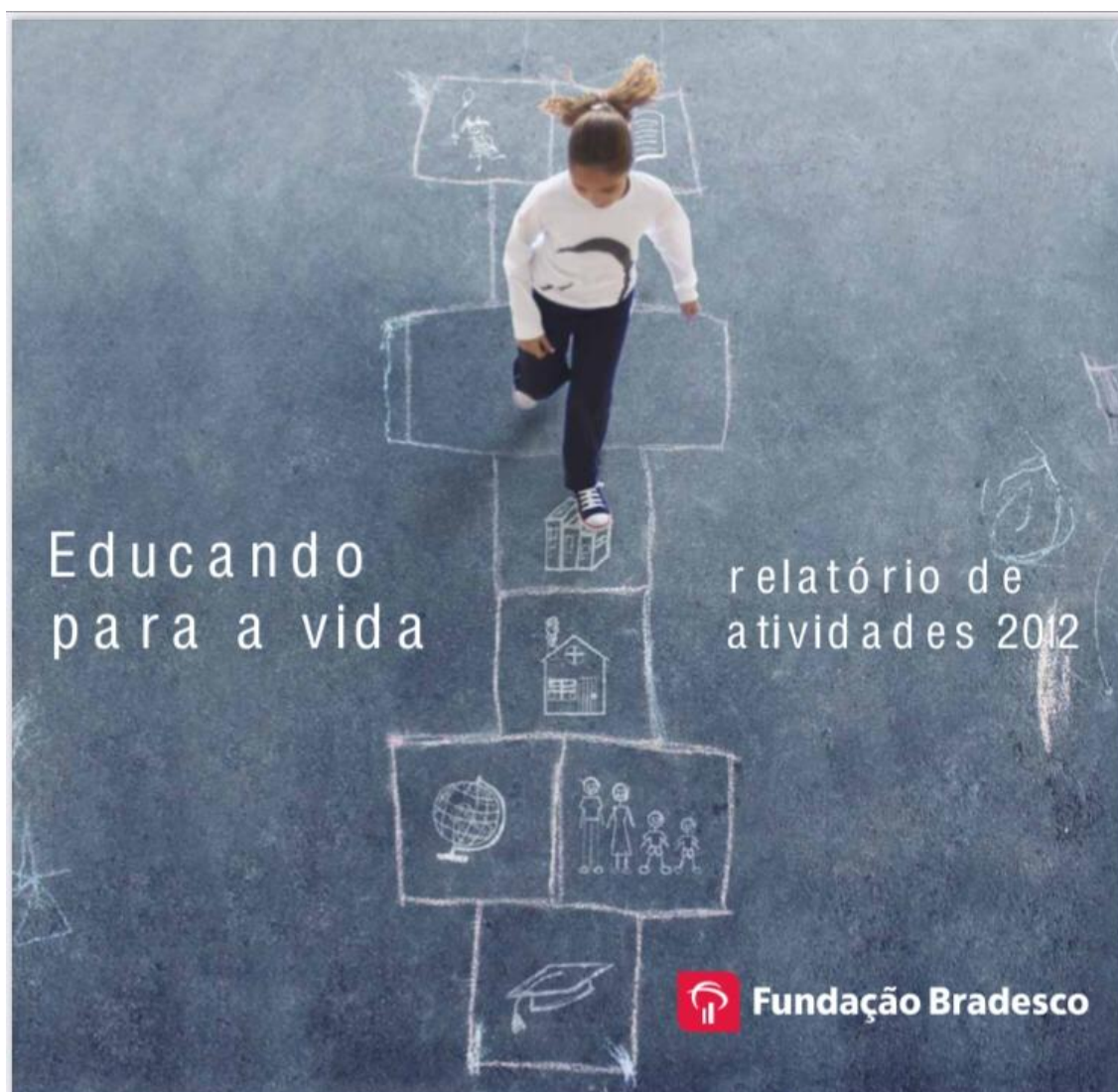
**Estrutura societária do grupo Bradesco**






Imagens das capas dos Relatórios da Fundação Bradesco entre os anos de 2012 e 2021.  
Ano 2012





Educando  
para a vida

relatório de  
atividades 2012

 **Fundação Bradesco**

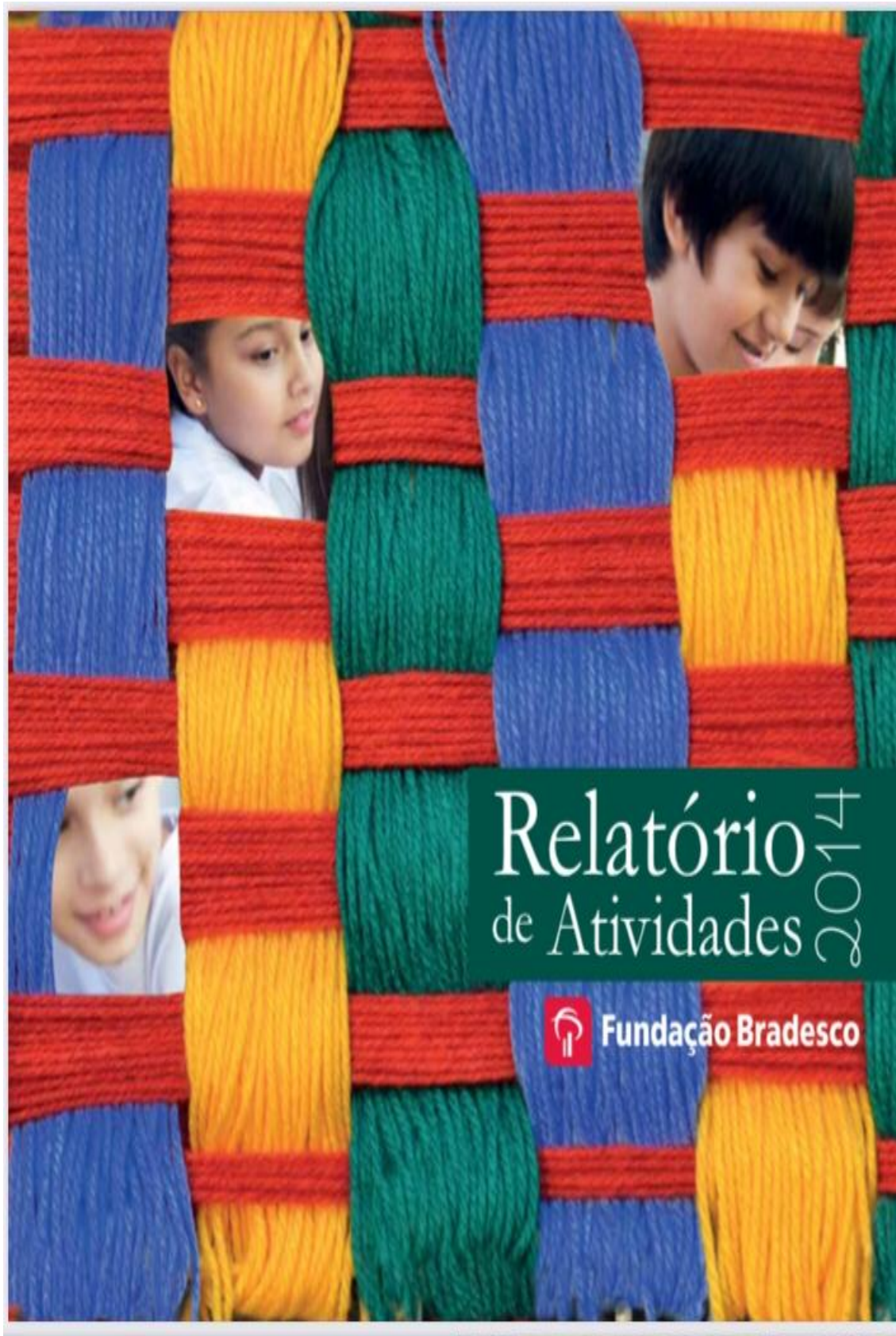
Educando  
para a vida

Ano de 2013







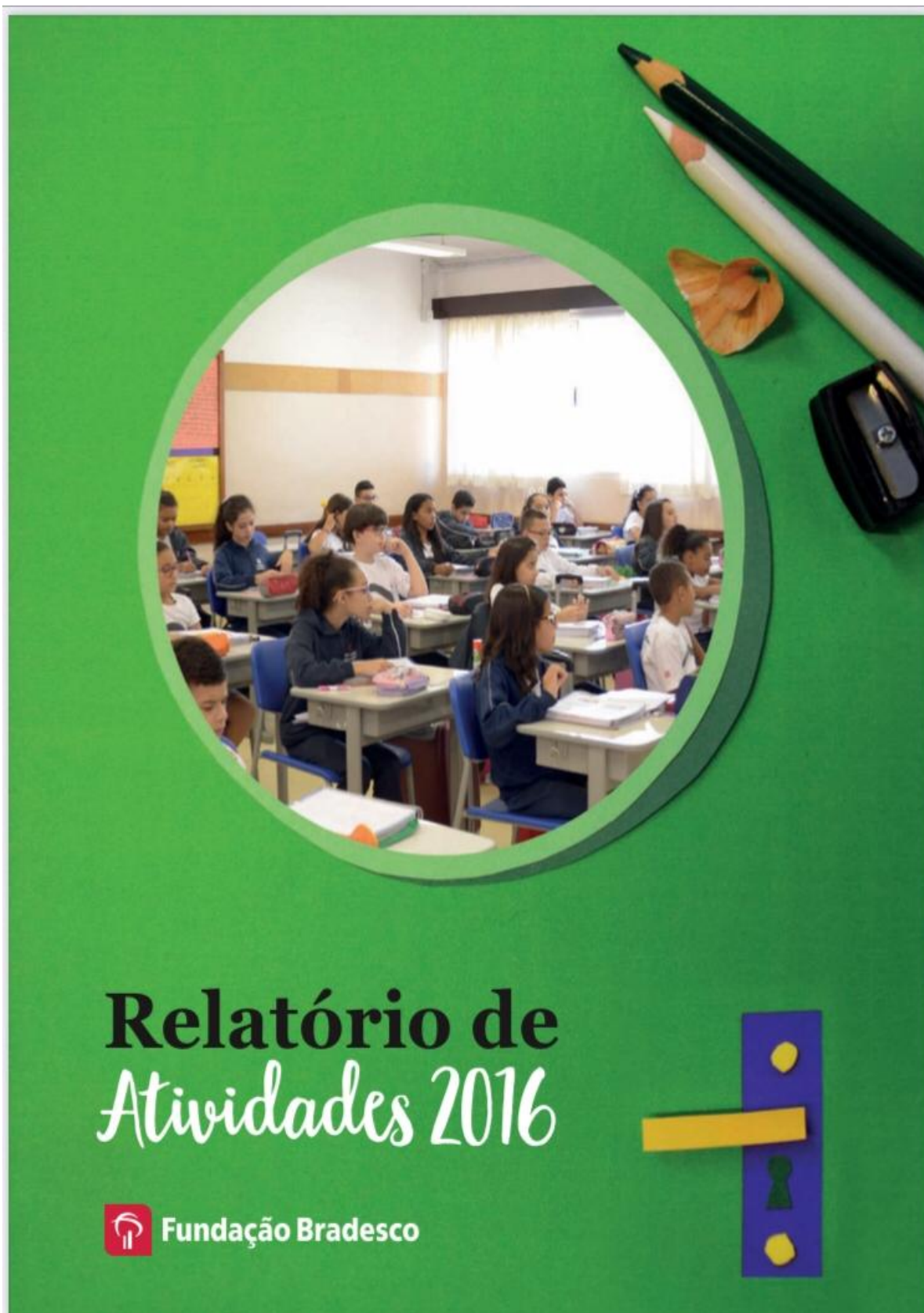


Ano de 2015



Ano de 2016





# Relatório de Atividades 2016

 Fundação Bradesco

Ano de 2017



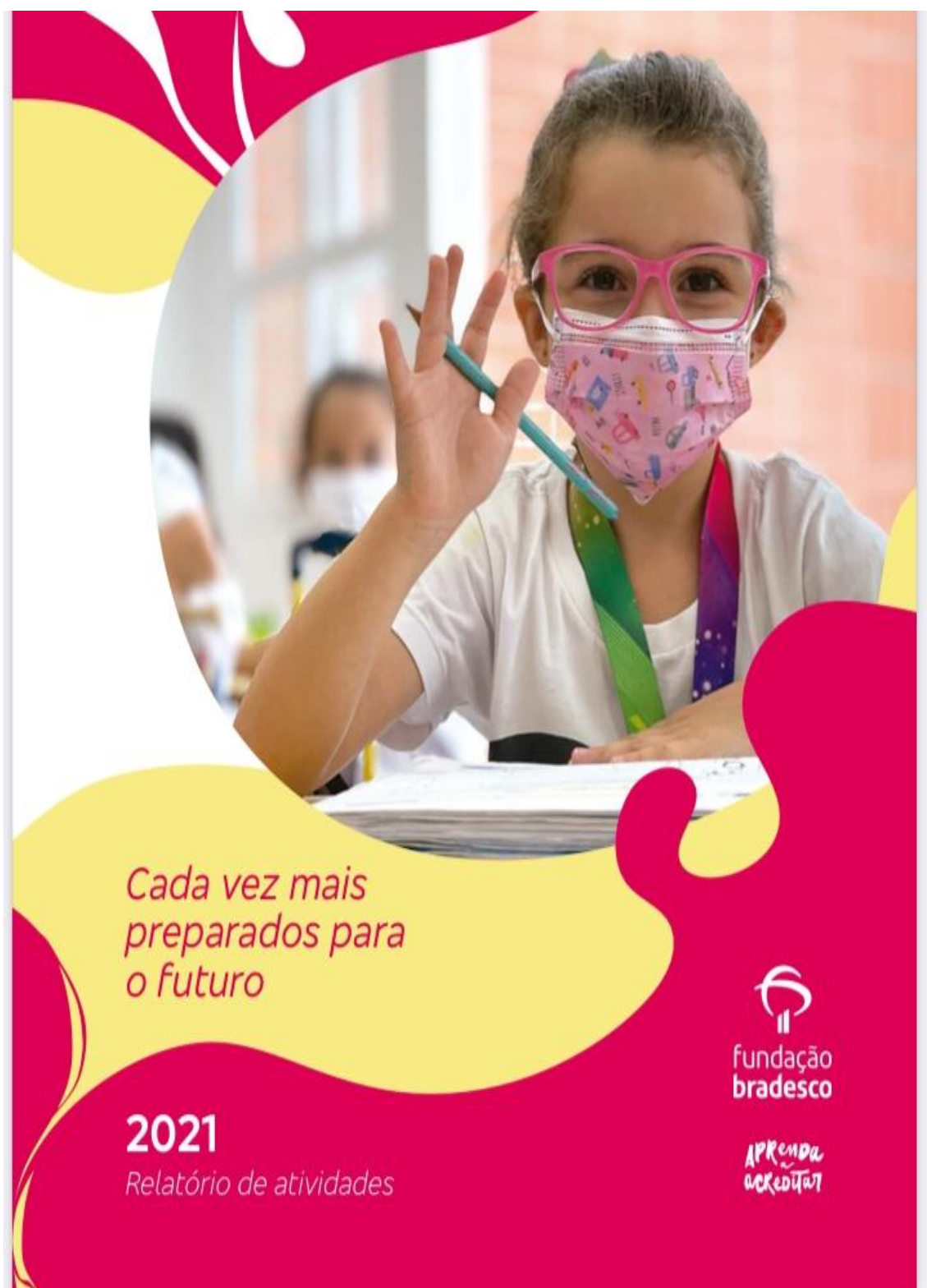






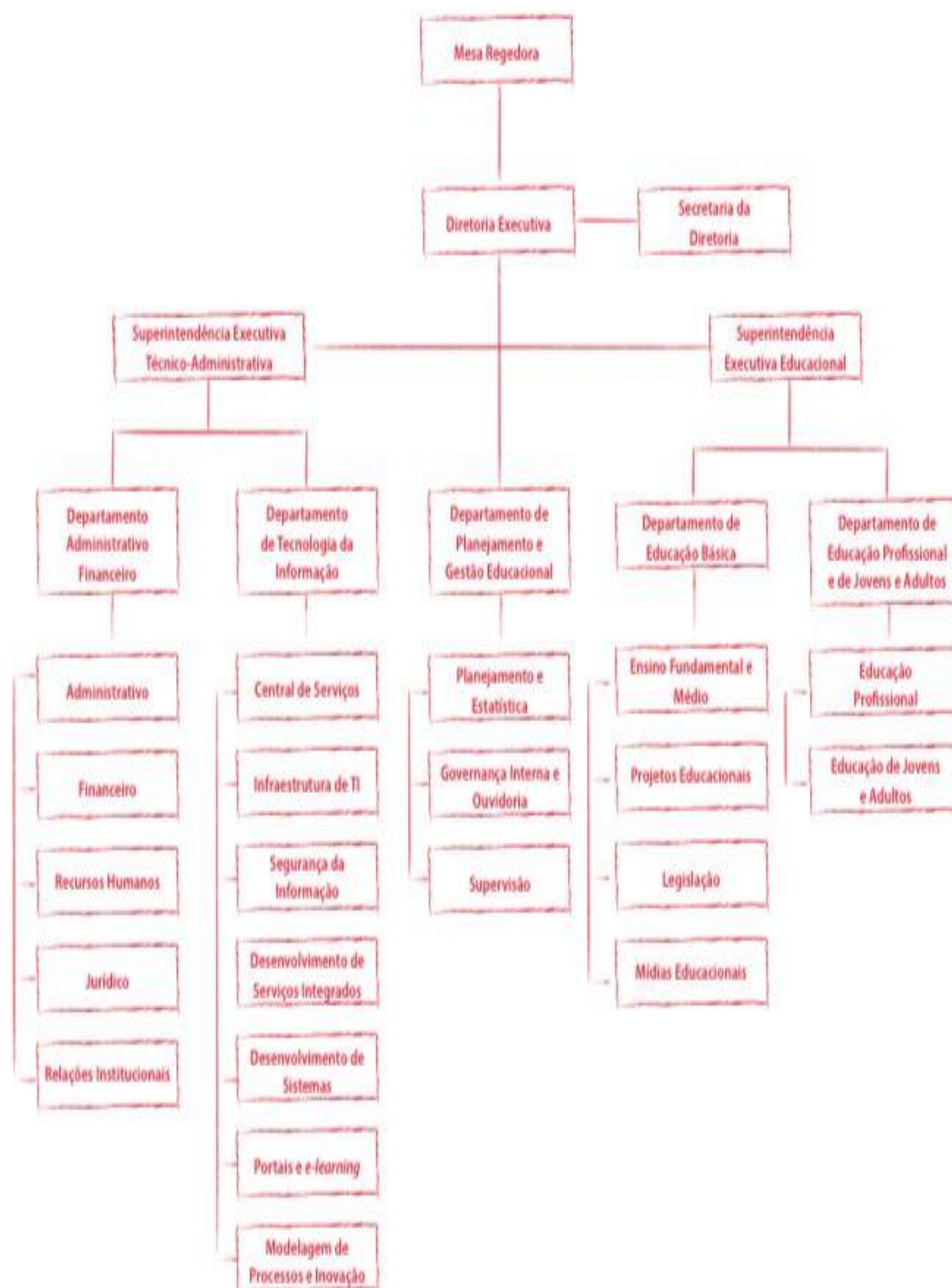






GRI 4.1

# Estrutura organizacional



## Evolução e descrição do símbolo do Banco Bradesco.



Este traço é uma alusão à projeção celeste sobre o Brasil, a esfera central da Bandeira Brasileira.



Este traço sugere a faixa que corta a Bandeira Brasileira, onde se posiciona o lema "Ordem e Progresso".



A interseção destes dois traços é uma referência à conexão, ao atendimento e relacionamento com os Clientes.



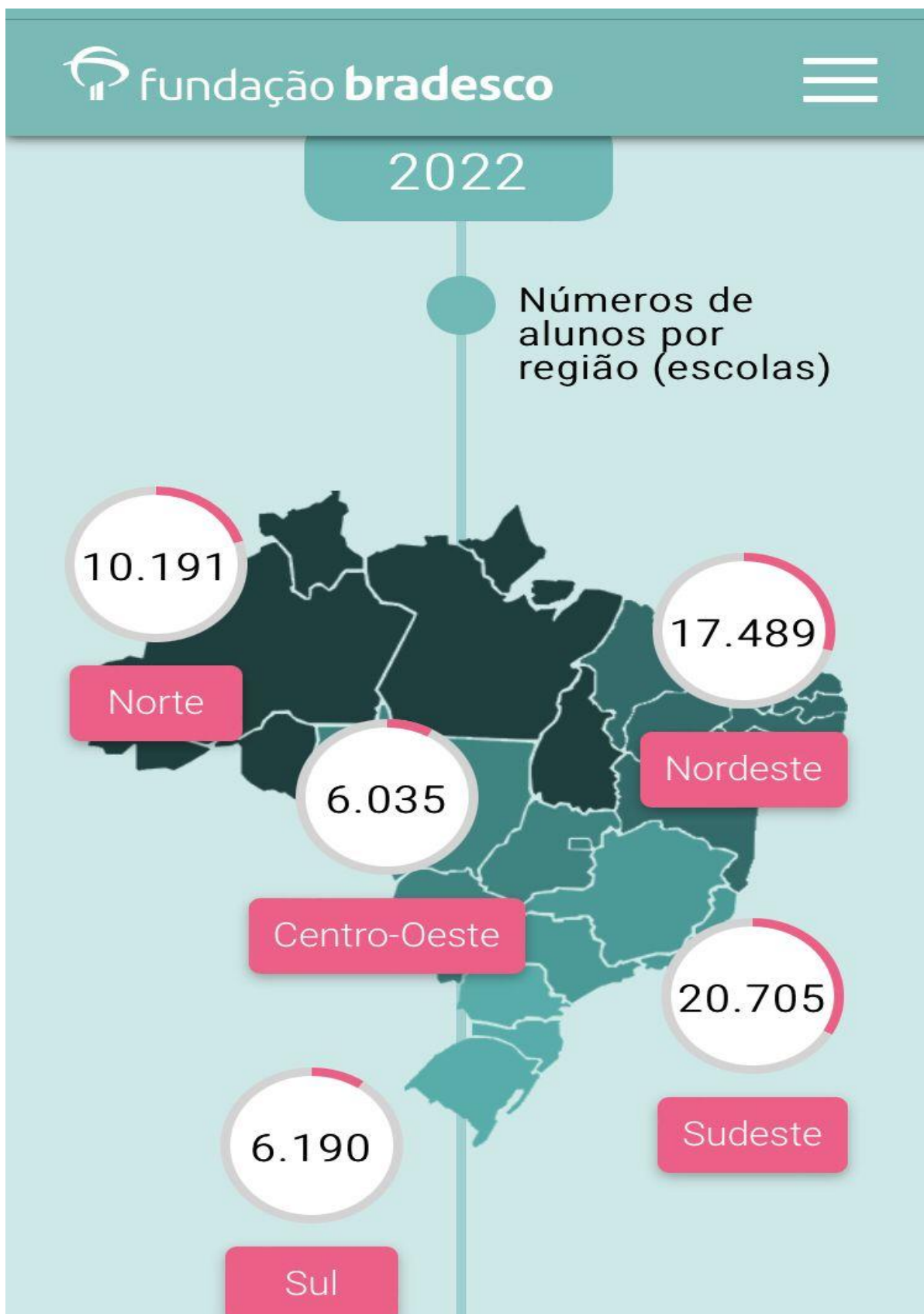
Juntos, estes traços rápidos, distintos e dinâmicos simbolizam inovação e tecnologia de ponta, características que diferenciam os Serviços Bradesco.



Os dois traços na base, um maior e outro menor, sugerem o tronco, representando o compromisso de apoio aos Clientes, seja qual for o seu porte. Sugerem ainda uma paisagem urbana e um gráfico de barras ascendentes, refletindo o permanente otimismo do Bradesco sobre o futuro da economia brasileira.



## Fundação Bradesco em 2022



Imagens da visita a Cia de Deus, Osasco, São Paulo em dezembro de 2021.

